UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DOUTORADO

ALICE MARIA DE SOUZA

ENTRE VÍCIOS E VIRTUDES: AS CARACTERIZAÇÕES DE LÚCIO CORNÉLIO SULA NA REPÚBLICA E NO PRINCIPADO (SÉCS. I a.C./ II d.C.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DOUTORADO

ALICE MARIA DE SOUZA

ENTRE VÍCIOS E VIRTUDES: AS CARACTERIZAÇÕES DE LÚCIO CORNÉLIO SULA NA REPÚBLICA E NO PRINCIPADO (SÉCS. I a.C. / II d.C.)

Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História.

Área de concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários sociais Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Ana Teresa Marques Gonçalves.





TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: [] Dissertação [x] Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Alice Maria de Souza

Título do trabalho: Entre vícios e virtudes: as caracterizações de Lúcio Cornélio Sula na República e no Principado (Sécs I a.C./IId.C.)

3. Informações de acesso ao documento:

Havendo	concordância	com	а	disponibilização	eletrônica,	torna-s

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Mrs. de Sauto (3) 2

Data: 01 / 08 /2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SOUZA, ALICE MARIA DE

ENTRE VÍCIOS E VIRTUDES: AS CARACTERIZAÇÕES DE LÚCIO CORNÉLIO SULA NA REPÚBLICA E NO PRINCIPADO (SÉCS. I a.C./ II d.C.) [manuscrito] / ALICE MARIA DE SOUZA. - 2016. 214 f.

Orientador: Profa. Dra. ANA TERESA MARQUES GONÇALVES. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2016. Bibliografia.

REPRESENTAÇÃO. 2. SULA. 3. REPÚBLICA ROMANA. 4.
 GUERRA CIVIL. I. GONÇALVES, ANA TERESA MARQUES, orient. II.
 Título.

CDU 94(100)

ALICE MARIA DE SOUZA

ENTRE VÍCIOS E VIRTUDES: AS CARACTERIZAÇÕES DE LÚCIO CORNÉLIO SULA NA REPÚBLICA E NO PRINCIPADO (SÉCS. I a.C. / II d.C.)

Tese defend	ida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade				
História da	Universidade Federal de Goiás em de				
de	pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:				
	Prof. ^a Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG) Orientadora				
	Prof. Dr. Edson Arantes Júnior (UEG) Membro				
	Prof. Dr. Rafael da Costa Campos (UNIPAMPA) Membro				
	Prof. ^a . Dra. Luciane Munhoz de Omena (UFG) Membro				
	Prof. ^a Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG) Membro				
	Prof. ^a . Dra. Armênia Maria de Souza (UFG) Suplente				
	Prof. ^a Dra. Margarida Maria de Carvalho (UNESP- Franca)				

Suplente

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves, pela indispensável e atenciosa orientação desta tese, pela confiança, respeito e dedicação.

Ao Professor Doutor Pedro Paulo de Abreu Funari/UNICAMP e à Professora Doutora Luciane Munhoz de Omena (UFG), que compuseram a banca de qualificação deste trabalho, e muito contribuíram para o amadurecimento da pesquisa.

Aos Professores Doutores componentes da banca, Edson Arantes Júnior /UEG, Rafael da Costa Campos/UNIPAMPA, Dulce Oliveira Amarante dos Santos/UFG e Luciane Munhoz de Omena/UFG, que aceitaram participar deste importante momento da minha carreira acadêmica e dedicaram seu tempo à leitura deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás pela credibilidade e a seus servidores, pelo atenção e auxílio.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para a pesquisa, sem o qual as dificuldades seriam infinitamente maiores.

Aos amigos e familiares, que demonstraram compreensão nos momentos de dificuldade e desânimo, em especial minha irmã, Regina Maria de Souza, e os amigos Larissa Cabral e Pedro Ivo Figueiredo, cujo apoio tem sido fundamental nos últimos anos.

Ao amigo Professor Doutor Dominique Vieira Coelho dos Santos, pelas conversas instigantes e pela inabalável confiança em minhas capacidades intelectuais.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta etapa de minha vida acadêmica, em especial, Gustavo Sartín e Dougras Silva.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar as diferentes maneiras que Lúcio Cornélio Sula,

protagonista de duas Guerras Civis e Ditador romano no início do século I a.C., foi

caracterizado ao longo da história romana. Para tanto, elegemos três documentos

textuais escritos em diferentes contextos, cujas interpretações sobre esse romano

divergem claramente. Compreendendo os elementos exteriores ao texto em si - tais

como contexto, objetivos do autor e gênero - interpretamos esses documentos não

somente como produtos de apropriações do passado mas também como produtores de

novas representações dele, servindo como veículos de transmissão e ressignificação da

memória. Assim, a Guerra de Jugurta que Salústio escreveu durante o Segundo

Triunvirato, a Vida de Sula escrita por Plutarco de Queronéia nas últimas décadas do

século I d.C. e a História Romana que Apiano escreveu durante o governo dos

Antoninos, no final do século II d.C., foram estudadas para demonstrar como, ao longo

do tempo, a visão relativa à trajetória de Sula sofreu significativas mudanças.

PALAVRAS CHAVE: Representação, Sula, República Romana, Guerra Civil

ABSTRACT

This work aims to analyze the different ways in which Lucius Cornelius Sulla,

protagonist of two Civil Wars and Roman Dictator at the beginning of the first century

BC, was characterized throughout Roman history. In order to do so, we have chosen

three textual documents written in different contexts, whose interpretations of this

Roman figure clearly diverge. By understanding the elements outside the text itself -

such as context, author's aims and genre – we interpret these documents not only as

products of appropriations of the past but also as producers of new representations of it,

serving as transmitters and reframers of memory. Thus, the Jugurthine War that Sallust

wrote during the Second Triumvirate, the Parallel Lifes written by Plutarch of

Chaeronea in the last decades of the first century AD and the Roman History that

Appian wrote during the reign of the Antonines at the end of the second century AD are

studied to demonstrate how, over time, the view on the Sulla's trajectory have

undergone significant change.

KEYWORDS: Representation, Sulla, Roman Republic, Civil War

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I ACERCA DO ACESSO AO PASSADO: OS DOCUMENTOS TEXTUAIS	28
1.1. Um relato republicano	29
1.1.1. A República degradada de Caio Salústio Crispo	29
1.1.2.A Guerra de Jugurta: uma visão geral	40
1.2. Um escrito biográfico	45
1.2.1. Um grego em Roma: Plutarco de Queronéia	45
1.2.2. O destino de Roma e a <i>philotimia</i> : as <i>Vidas</i> de Sula e Mário	52
1.3. Apiano de Alexandria: trajetória pessoal e obra histórica	63
1.3.1. O autor atuante em seu contexto	63
1.3.2. História Romana: sobre a obra e sua composição	72
CAPÍTULO II O CONTEXTO REPUBLICANO E O INÍCIO DA CARREIRA DE SULA	88
2.1. A dinâmica do governo republicano e o início da Guerra Civil	88
2.1.1. Origem e o desenvolvimento do Tribunato da Plebe	88
2.1.2. O Tribunato de Tibério Graco: acirramento dos conflitos	99
2.1.3. O Tribunato de Caio Graco e o início de profundas reformas políticas.	105
2.2. A trajetória de Lúcio Cornélio Sula: do anonimato para o protagonismo pol	lítico.116
2.2.1. Origens familiares de Sula	116
2.2.2. Sula e seus primeiros passos na carreira militar	129

2.2.3. Guerra Social: o retorno da questão itálica	150
CAPÍTULO III LÚCIO CORNÉLIO SULA DO CONSULADO À DITADURA	163
3.1. Sula e Mário: Primeira Guerra Civil	163
3.1.1. As origens do conflito	163
3.1.2. As batalhas e as reformas políticas	170
3.1.3. Sula e a Guerra Mitridática	175
3.2. O retorno a Roma: Segunda Guerra Civil e Ditadura	185
3.3.1. A Guerra Civil	185
3.2.2. A Ditadura sulana	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
A) Documentação Textual	203
B) Obras de Referência	204
C) Obras Gerais	204

INTRODUÇÃO

Esta Tese de Doutoramento tem como objetivo dar continuidade ao estudo sobre as representações produzidas no Principado a respeito de elementos do contexto republicano, iniciado com a pesquisa realizada durante o curso de Mestrado. Durante essa pesquisa anterior, analisamos as divergências de posicionamento entre os relatos de Veléio Patérculo (século I d.C.) e Apiano de Alexandria (século II d.C.), dois autores do Principado, em relação à atuação de Caio Graco e à sua lei contra crimes de extorsão. Notamos que seus contextos contribuíram para suas diferentes opiniões, tanto porque ao longo dos séculos a maneira de enxergar o passado republicano sofreu mudanças, quanto pelos diferentes graus de liberdade de expressão existentes nos século I e II d. C. Verificamos, assim, que o posicionamento de Apiano era mais amistoso que o do autor do século I a.C.

Através da leitura do relato de Apiano sobre as Guerras Civis republicanas, nos atentamos às análises e justificativas de vários fatos apresentadas pelo autor. O objetivo implícito em sua narrativa, pudemos observar, era demonstrar como a degradação dos comportamentos dos republicanos levou ao enfraquecimento do Estado, à guerra e à necessidade de um governo que unisse novamente a *timé* (honra) e o *kratos* (poder), alcançada pelo estabelecimento do governo dos Imperadores. Sabemos que o bom exercício de um cargo público, para os romanos, dependia das qualidades – virtudes – possuídas pelo magistrado e que estas o legitimavam na função. Uma destas virtudes era a *dignitas* (quase um sinônimo da grega *timé*) que justificava a *auctoritas*, ou seja, o reconhecimento da autoridade daquele cidadão para o exercício da função pública – o seu poder (no grego *kratos*) para agir.

O posicionamento peculiar de Apiano de Alexandria, todavia, não se limita aos fatos relativos ao Tribunato de Caio Graco, estendendo-se para outra personagem importante dos últimos anos do período republicano. Em sua narrativa acerca da trajetória de Lúcio Cornélio Sula, o autor constrói uma imagem de Sula que diverge daquela estabelecida por outros documentos antigos e pode ser notada certa simpatia de sua parte pela personagem, sobretudo quando confrontado com as imagens de Sula que Salústio, no final do século I a.C., e Plutarco de Queronéia, no final do século I d.C., produziram. Partindo dessa observação, surgiu a disposição para investigar como, ao longo do tempo, a visão sobre esse republicano sofreu significativas mudanças, o que constitui o cerne desta pesquisa. Nossa atenção, aqui, volta-se para as caracterizações de Sula e as justificativas de suas ações na ótica destes três autores distantes temporalmente entre si e, em diferentes graus, de seu objeto.

Lúcio Cornélio Sula (138-78 a.C.) iniciou sua carreira pública tardiamente, como Questor de Caio Mário², em 108 a.C., nas campanhas da Numídia e contra tribos germânicas. Ocupou o cargo de Edil (99 a.C.) e de Pretor Urbano (97 a.C.). Antes governara a Cilícia, na Ásia, como Procônsul. Sua atuação como general nas Guerras Sociais foi fundamental para a resolução do conflito e lhe deu prestígio para, em 88 a.C., ser eleito Cônsul, quando obteve o comando da Primeira Guerra Mitridática, o qual perdeu para Caio Mário. Em resposta a isso, Sula invadiu Roma com seu exército – o que era considerado uma grave afronta aos deuses e à cidade – e conseguiu assegurar seu comando nas batalhas.

Quando retornou a Roma, em 83 a.C., Sula enfrentou batalhas contra um exército que o aguardava, invadiu a cidade novamente e tornou-se Ditador, através da

_

² Caio Mário (157 – 86 a.C.) descendia de família provincial da região de Arpino e, antes de entrar em conflito com Sula, foi Tribuno da Plebe em 119 a.C., Pretor em 116 a.C., Cônsul em 107 a.C. e por outras vezes, tendo liderado a última missão contra o rebelde rei da Numídia, Jugurta, em 106 a.C.. O esforço romano para capturar o rei Jugurta é matéria da *Guerra de Jugurta*, obra escrita por Salústio durante o período republicano.

Lex Valeria que lhe garantiu plenos poderes sem limite de tempo³. Dessa vitória seguiram-se proscrições e reformas que concentraram o poder no Senado e limitaram a atividade da Assembléia Tributa. Também houve a aplicação de medidas socioeconômicas para garantir o apoio popular. Em 79 a.C., Sula devolveu o governo da cidade aos Cônsules, retirou-se da vida pública e instalou-se em sua propriedade rural, onde faleceu no ano seguinte.

É inegável a importância de Sula para a história da crise final da República Romana. Muitos estudos tentam interpretar seu caráter e suas intenções, além de justificar seus atos. Ele é constantemente apresentado pela historiografia como figura polêmica, descrito simplesmente como um homem excepcionalmente ambicioso (SANTANGELO, 2007), tirano e déspota, ou como figura obscura que saiu da pobreza e do anonimato para se tornar o senhor de Roma. Géza Alföldy (1989, p. 95) caracteriza a Ditadura sulana como o primeiro passo do Estado romano rumo à "monarquia". Existem, contudo, estudos que analisam de forma mais complexa esta personagem. Harriet I. Flower (2010), ao propor uma nova periodização para a História da República Romana, considera a Ditadura de Sula como a última das seis Repúblicas que existiram. Arthur Keaveney (2005) afirma que Sula empenhou-se na aplicação de leis que favorecem o reordenamento do governo da República, abalado desde o Tribunato de Tibério Graco.

-

³ A Ditadura era uma magistratura prevista dentro da estrutura da administração romana, com vigência máxima de seis meses. Entretanto, a Ditadura de Sula, segundo os documentos, não tinha data para terminar, mas o Ditador devolveu o poder aos Cônsules após dois anos de governo.

⁴ Apesar de o autor utilizar o termo "monarquia" para se referir à forma de governo estabelecida com o Principado de Augusto, optamos por utilizar, em nossa pesquisa, a expressão "governo imperial" para aludirmos ao período, por acreditarmos ser a nomenclatura mais adequada. Isto porque o governo dos Imperadores manteve a estrutura administrativa republicana, suas magistraturas e a característica atuação do Senado. Assim, a ideia de *res publica restituta* mantida em vários documentos textuais e materiais não constituía em si a concentração do poder nas mãos de um homem, característica primordial de um governo monárquico em seu sentido mais moderno. Mesmo a palavra final nas questões políticas e econômicas estando nas mãos de um magistrado em especial, o mesmo evitava se portar como um monarca, preferindo divulgar a imagem de um magistrado, um reunificador, um ordenador.

Para a produção dos estudos contemporâneos sobre o primeiro Ditador vitalício de Roma, os autores acessam obras antigas produzidas tanto durante a República – tais como a narrativa sobre a guerra jugurtina de Caio Salústio Crispo – quanto ao longo do Império. Nesse período, os autores utilizavam os exemplos do passado para, na maioria das obras, justificarem algum aspecto de seu tempo ou transmitirem ensinamentos de cunho moralizante, como é o caso de Salústio e Plutarco de Queronéia. Enquanto o escritor republicano utilizou a narrativa histórica para demonstrar como a moral romana sucumbia aos vícios da *ambitio, auaritia* e *luxuria*, o biógrafo grego buscou extrair dos acontecimentos relativos a cada personagem seus caracteres. Apiano de Alexandria, que escreveu a *História Romana* no final do século II d.C., objetivava demonstrar a vocação para a grandeza que Roma possuía desde suas origens e, de certa maneira, justifica a necessidade do governo imperial – que em sua época gozava de certa estabilidade – pela degradação moral e política do final da República.

Ao analisarmos a caracterização de Sula nas obras de Salústio, Plutarco e Apiano, abrem-se, para nós, as possibilidades de estudarmos o estabelecimento das relações de poder segundo os autores antigos e de acordo com a historiografia e de verificar a importância da imagem de Sula na história de Roma, suas peculiaridades e as de seu cargo ditatorial. Além disso, ao estudarmos três diferentes narrativas históricas cujos objetivos são distintos, torna-se necessária e instigante a investigação dos contextos dos autores e da composição de suas obras para identificarmos a relação estabelecida entre a conjuntura e o texto.

Ao buscarmos compreender a visão dos três autores sobre os fatos concernentes à trajetória do Ditador, apreendemos as modificações sociopolíticas ocorridas em Roma desde o século I a.C. até o século II d.C., que influenciaram na

divergência de interpretação da atuação de Sula e em sua caracterização. O presente estudo, portanto, também se vincula às questões identitárias relativas a Salústio, Plutarco e Apiano e à análise do papel da produção de memória em suas obras.

Considerando as narrativas de Salústio, Plutarco e Apiano como representações que indicam não apenas de seus objetivos pessoais, mas principalmente do pensamento político em voga durante seus respectivos contextos, percebemos que a análise dos contextos dos autores – tanto no que diz respeito à política quanto em relação às características da produção literária/histórica – é fundamental para a compreensão de seus relatos. Além disso, o estudo das estruturas e do pensamento sociopolítico do contexto da Ditadura sulana também nos auxilia na compreensão desta figura tão controversa dentro da história romana e na análise de suas ações.

As obras desses três autores, produzidas a partir de gêneros literários diversos, nos oferecem diferentes e instigantes leituras do passado republicano. A *Guerra de Jugurta*, monografia escrita por Salústio após a morte de César, narra o conflito sustentado pelos romanos em terras africanas contra o rei Jugurta, usurpador do trono númida, e é menos estudada pela historiografia do que a *Conjuração de Catilina*, outra monografia do mesmo autor. Esse fato pode se dever à especificidade de seu tema ou porque, em uma leitura superficial, ela parece ser uma narrativa mais despretensiosa. Entretanto, assim como aquela que narra a tentativa de tomada do poder por Sérgio Catilina na década de 60 do século I .C., essa obra também está carregada de referências moralizantes, que muito nos dizem a respeito da visão do autor sobre seu contexto, e nos brinda com um interessante retrato de Sula no início de sua carreira pública. Imerso no contexto sobre o qual escreve, Salústio considera a sociedade romana em grande decadência moral devido à extinção do *metus hostili*, ou mais especificamente o *metus punicus*, que compelia os romanos à rigidez moral, abrindo, assim, espaço para os

vícios. Verificamos exemplos desta ideia na conduta dos dirigentes romanos durante a guerra contra Jugurta que justifica, de certa maneira, o crescimento do apoio aos *popularis* ao longo do conflito, com a eleição de Mário para o Consulado.

As *Vidas Paralelas* escritas por Plutarco no final do século I d.C. são, geralmente, utilizadas como fontes auxiliares de pesquisas sobre seus biografados, salvo algumas exceções, com as *Vidas* de Alexandre e Júlio César, sobre as quais há uma extensa bibliografia, tanto em Português quanto em outras línguas. No relato sobre a vida de Sula, Plutarco informa sobre sua família, infância e juventude; além de narrar, com marcante seleção de conteúdo, sua trajetória pública e militar, destacando a campanha contra Mitrídates VI, sustentada em sua terra natal, a Beócia. A personagem é caracterizada através de diversos adjetivos, tais como ambicioso, astucioso, hábil diplomaticamente e protegido pelos deuses, resultando em uma miscelânea de vícios e virtudes, aspecto marcante da escrita plutarqueana.

A *História Romana* escrita por Apiano de Alexandria no final do século II d.C. é muito utilizada como fonte auxiliar para a contextualização do período republicano, objeto de seu extenso e detalhado relato. Sula é caracterizado, nela, como um ordenador que serviu-se do poder autocrático para cumprir seu dever de cidadão, proteger a cidade, sendo constantemente motivado por boas intenções. Esse autor viveu e escreveu durante a dinastia Antonina, quando o governo imperial encontrava-se estruturado e legitimado, o que pode ter garantido certa liberdade para elogiar personagens republicanas. Além disso, a estabilidade política da época favorecia a visão positiva sobre aquele que, no século I a.C., exerceu a Ditadura.

Ao analisarmos as caracterizações de uma personagem pouco estudada pela historiografia brasileira, apresentadas em três obras distintas pelos seus gêneros, objetivos e contextos de produção, nossa pesquisa se sobressai pelo pioneirismo, visto

que Sula é uma personagem emblemática das Guerras Civis. Constantemente, enquanto analisamos as diferentes caracterizações deste republicano oferecidas pelos autores aqui estudados, lembramo-nos de que estes reconstruíram a memória dos fatos que envolveram Sula, produzindo representações do passado, buscando criar laços identitários com grupos de suas épocas e que, além dos seus objetivos pessoais, os distintos imaginários relativos à República, vigentes nos séculos I a.C., I d.C. e II d.C., exerceram influência em suas produções.

É importante compreender, para nossa pesquisa, que o texto é um tipo de representação do passado, um veículo de transmissão da memória que influencia e é influenciado por elementos exteriores a ele, relacionados ao contexto em que é produzido, tais como o imaginário relativo ao passado e ao presente, o grupo em que o autor está inserido e os objetivos deste ao escrever. Assim, o estudo dos conceitos de representação, memória e imaginários sociais nos orientou na análise do nosso objeto.

A partir das formulações de Marcel Mauss e Émilie Durkheim, o conceito de "representação" foi incorporado pelos historiadores e figura como central dentro da História Cultural. Dotado de grande polissemia, esse conceito abarca desde a noção de representação simbólica e sua acepção dentro da filosofia política (PITKIN, 1967; MARTINEZ, 2004), até a complexa relação entre o sujeito e o mundo em que se vive; ou seja, a representação coletiva.

Carlo Ginzburg (2001, p. 85), através do exemplo dos bonecos de cera utilizados nos funerais dos soberanos franceses e ingleses, demonstra a ambiguidade da relação entre presença e ausência existente entre a representação e a coisa representada: fazendo às vezes da realidade representada, evoca a ausência, enquanto sugere a sua presença, ao torná-la – a realidade representada – visível.

No campo da Psicologia Social, existe a noção de "representações sociais", cujas matérias prima são as representações mentais, que devem ser examinadas no nível individual (CARDOSO, 2000, p. 25). Esse conceito surgiu a partir da noção de representação coletiva, com a qual Émile Durkheim pretendia explicar fenômenos que tivessem por objetivo o coletivo, como a religião, por exemplo. Para o sociólogo francês, a vida social seria a condição de todo o pensamento e o terreno para a constituição da individualidade.

As representações sociais, devido à dinamicidade de suas estruturas, são apreendidas no contexto das comunicações sociais sendo, por isso, mais flexíveis e permeáveis e, assim, divergem das representações coletivas de Durkheim (SPINK, 1993, p. 06). Serge Moscovici (1990) considera que a relação entre a sociedade e suas representações é complexa. Para ele, as representações sociais não derivam de uma única sociedade, como para Durkheim, mas sim das várias sociedades existentes no interior de uma sociedade maior, não extrapolada pelas suas representações.

Nessa perspectiva, as representações são importantes para a vida social, como matrizes geradoras de conduta e práticas sociais dotadas de capacidade integradora, coesiva e explicativa do real. Isso porque os indivíduos e grupos utilizam as representações para darem sentido ao mundo e à sua realidade (PESAVENTO, 2012). Partindo dessa perspectiva, a História Cultural objetiva "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p. 17). Ela busca entender a realidade do passado através de suas representações, isto é, acessando formas discursivas e imagéticas pelas quais os homens do passado expressavam o seu mundo: suas representações culturais.

Nessa tarefa, é necessário considerar a noção de apropriação de Roger Chartier (1990), posto que alcançamos o passado através de diferentes materiais, tais

como documentos escritos e material arqueológico, produzidos e lidos em diferentes épocas e contextos, por diferentes grupos com objetivos distintos. Ponderar como esse material foi transformado, ressignificado e disponibilizado ao longo do tempo – produzindo uma série de interpretações, mediações e apropriações – é importante para compreendermos a produção destas diversas representações do passado.

É nessa perspectiva que desenvolvemos nosso trabalho. Ao analisarmos três obras escritas em diferentes momentos da história de Roma, por autores com posições sociais e objetivos distintos, podemos perceber interpretações distintas a respeito da trajetória de Cornélio Sula que influenciaram na maneira como cada autor caracterizou essa personagem. Assim, ao consideramos a imagem daquele romano do século I a.C., devemos nos perguntar "qual Sula?", posto que cada época produziu a sua versão, não existindo a mais correta ou a mais verossímil, porquanto não acessamos o passado "real", mas as suas representações.

Consideramos, ainda, para o melhor entendimento das representações em questão, outros elementos importantes no seu processo de produção: o tratamento da memória, sua inter-relação com a construção de laços identitários e a influência dos imaginários de cada época em relação ao presente e ao passado. O conceito de "memória" relaciona-se fortemente com o de "identidade" e ambos são perceptíveis em muitas formas de representação cultural, inclusive em narrativas históricas.

É patente a influência que as representações exercem tanto na construção das identidades sociais, como na reconstrução da memória ao longo do tempo. Por isso, o tratamento do passado, ao mesmo tempo em que se adéqua aos interesses do grupo social dominante, é um importante auxiliar na construção de laços identitários no interior dos grupos sociais. Tal fato traz à discussão também o conceito de

"imaginário", que se relaciona tanto com a imagem que se tem do passado quanto com aquela que se dispensa ao presente e a si mesmo.

É certo que o estudo das identidades individuais e coletivas, como identidades interdependentes, tem rendido frutos na análise das sociedades contemporâneas, podendo também abrir um interessante campo de análise na História Antiga. As identidades são criadas e recriadas ao longo do tempo e respondem às necessidades dos sujeitos que as constroem. Elas são relacionais: parte-se da alteridade – do que não se é – para definir aquilo que se gostaria de ser; e podem ser fundadas na fantasia, na projeção e na idealização, ou seja, podem ser construídas não a partir do que a pessoa é, mas do que ela gostaria de ser e de como ela gostaria de ser vista pela comunidade. A construção das identidades é simbólica, social e se relaciona com outros dois conceitos que a subsidiam: cultura⁵ e representação (GONÇALVES; ROCHA, 2006, p.12).

Fontes de significado e experiência de um povo, as identidades são forjadas com referência a um tempo e lugar específicos, constituindo um discurso sobre a realidade que, por intermédio da linguagem enunciada, divide e classifica (SILVA, 2004, p. 21). A redescoberta do passado é parte do processo de sua construção (WOODWARD, 2000, p.12), que ocorre em contextos marcados por relações de poder (CASTELLS, 1999, p. 24) e caracteriza-se por apresentar traços simbólicos e sociais.

A fixação das identidades depende dessa projeção que determinado grupo faz do seu mundo, daí a interdependência dos conceitos de "representação" e "identidade" (SILVA, 2004, p. 15). É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. A construção

_

⁵ O conceito de cultura pode ser objetivado como o conjunto de obras, realizações e instituições que conferem originalidade e autenticidade à vida de um grupo humano (GONÇALVES; ROCHA, 2006, p.14).

de representações, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas (WOODWARD, 2000, p. 17). Cada sociedade cria suas representações do mundo, em que as estratégias determinantes das posições dos grupos sociais e suas relações na trama da sociedade podem ser percebidas (SANTOS, 1998, p. 11). Assim, os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais podem falar, ao serem apropriados, formados e transformados pelos diversos segmentos sociais (WOODWARD, 2000, p. 17).

Em geral, no processo de produção das identidades sociais, um determinado conjunto de regras, crenças e comportamentos define os comportamentos esperados dos membros de um grupo. A partir desse ideal identitário, são mensuradas as demais identidades, às quais se atribui uma carga de negatividade, que as converte em alteridade, como parte do processo de manutenção do poder. Essas relações de poder, na sua obsessão em preservar uma determinada ordem, tendem a rejeitar tudo que possa evocar desordem e confusão, colocando-se em guarda contra experiências difusas (SILVA, 2004, p. 23).

Dentre os fatores que podem ordenar ou desordenar as relações de poder, encontram-se a memória e a história, formas de recordação do passado que podem sugerir a comparação e o questionamento da ordem estabelecida. Assim, nesse processo de formação das identidades, sempre mediado por relações de poder, o controle e a manipulação da memória aparecem como fatores importantes.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, e um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204). A memória, atualmente, é uma das grandes questões sociais, um elemento essencial da identidade e, em sua vertente coletiva, é também um instrumento de poder

(LE GOFF, 1994A, p. 475-477), o qual determina esquecimentos, manipula lembranças em nome de sua permanência, nos mais variados âmbitos sociais e políticos.

No que concerne à relação entre memória e história, Maurice Halbwachs (1990, p. 80-89) destaca as deficiências da história em comparação com a amplitude da memória coletiva: para ele, a história é a história nacional, que elege grandes personalidades e suas vidas, datas comemorativas e feitos da nação como matéria de sua produção; ela é desencarnada pois, na intenção de abarcar a memória de toda a nação, acaba elegendo fatos que, ou não participam da memória de todos os grupos, ou que compõem as lembranças de alguns desses grupos. O autor conclui, então, que a história é mais limitada que a memória, é seletiva e, apesar de ter na memória sua matéria prima, não pode ser considerada como um tipo de memória, mas como um quadro de acontecimentos.

A memória, entretanto, enquanto produção individual e coletiva que parte do presente para o passado, influenciada pela subjetividade daquele que lembra e por questões relativas às construções identitárias e relações de poder dentro da sociedade, também caracteriza-se pela seletividade (GOWING, 2005, p. 02). Divulgando símbolos sociais, resultantes de relações de poder e laços identitários, em monumentos e documentos, o que é recordado produz uma memória social sobre um passado comum, conectando o passado e o presente (HOPE, 2003). As lembranças sustentadas pela memória, assim, compõem imagens do passado que são manipuladas e ressignificadas pelo trabalho da escrita (RICOEUR, 2007).

Considerando que a história não se define apenas como defendia Halbwachs, percebemos que ela contribui, juntamente com a memória, para a representação do passado ao se relacionar com aquilo que é lembrado. Para Paul Ricoeur (2002), a história, pelo caráter crítico de sua narrativa, possui a capacidade de

confrontar testemunhos e alimentar certa ambição de verdade em relação ao seu discurso, sem a ilusão estabelecer o que realmente aconteceu. A memória, por outro lado, comporta a ideia de fidelidade da lembrança, sendo a guardiã do passado, posto é através dela que acessamos o passado. Memória e história relacionam-se no processo de produção de conhecimento sobre o passado, na medida em que o método crítico desta ilumina e seleciona os testemunhos transmitidos por aquela.

Para o tratamento dos documentos textuais romanos, esse debate sobre as diferenças e fronteiras entre memória e história torna-se um tanto mais complexo. Temos acesso a este contexto por intermédio das obras de autores antigos, produzidas com a dupla natureza histórica e memorialística. O objetivo desses romanos, ao escreverem era, na grande maioria das vezes, transmitir a tradição e não deixar que o *mos maiorum* fosse esquecido. Existiram também obras que objetivaram a legitimação de um governo ou de mudanças, sempre muito perigosas na ótica romana. Nesse sentido, podemos perceber que a memória implícita nas obras antigas vincula-se às necessidades específicas de sua época e da ordem então vigente.

É importante considerar também que os autores dos escritos antigos que chegaram até nós são, em sua maioria, membros das altas camadas da sociedade. Sua escrita reflete, portanto, os valores de sua esfera social e o tema de sua obra é o passado das grandes ordens romanas; além disso, o cidadão era sempre associado à sua camada social, não sendo visto ou apresentado isolado dela. Quando falamos em memória no mundo antigo, dessarte, nos referimos majoritariamente àquela produzida e transmitida pelos membros das altas camadas da sociedade de cujos valores ela está carregada. Esse fato não impede que esta memória caracterize-se pela heteronegeneidade, pois, no interior destas altas camadas encontramos diversos grupos com características e

objetivos diferentes, o que influencia na produção e transmissão de diferentes memórias, ao longo do tempo.

Devemos ainda nos lembrar que a memória, além de herdada, é em parte seletiva e sofre flutuações em função do momento em que é articulada. As preocupações pessoais e políticas do momento constituem um elemento de estruturação da memória e mostram que ela é um fenômeno construído. Quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que existe uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p. 203-204). Na Antiguidade, a herança mnemônica era transmitida muitas vezes pelas obras históricas que, assim, eram responsáveis pela reconstrução do passado a fim de produzir laços identitários, de acordo com os objetivos do autor dentro de seu contexto e dos valores defendidos por ele.

imaginário relativo transmitido O tanto ao que quanto contemporaneidade do autor é importante nesse processo de estruturação do passado. Enquanto o conceito de representação engloba todas as traduções mentais da realidade exterior percebida, estando ligada a processos de abstração; o imaginário ocupa a parte não reprodutora, mas a parte criadora da representação (LE GOFF, 1994B, p. 11-12). Constituindo um sistema complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção das representações (BARROS, 2004, p. 93), o conceito de "imaginário" insere-se, no cenário da produção do conhecimento histórico, em uma perspectiva relacional entre as sociedades e os homens que as produzem. Ele encontrase nos domínios das representações, quando entendido como tradução mental de uma realidade exterior percebida (LAPLANTINE; TRINDADE, 1996, p. 25). Os imaginários sociais, como organizadores e controladores do tempo coletivo no plano

simbólico, intervêm ativamente na memória do grupo, para a qual as representações importam mais que os acontecimentos de onde se originaram (BACZKO, 1996, p. 312).

A problematização do imaginário baseia-se na análise da relação das imagens, dos símbolos, das visões de mundo e das questões sociais e políticas. Os elementos do imaginário não devem ser trabalhados como um fim em si, mas como elementos para a compreensão das muitas esferas da vida social, como a política, por exemplo (BARROS, 2004, p. 98-99). Para o poder político, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico. Os imaginários sociais são importantes para que a coletividade designe sua identidade, elabore certa representação de si e construa um modelo de conduta aceitável. Dessa forma é produzida a representação global da sociedade como uma "ordem" em que cada elemento tem seu "lugar", a sua identidade e a sua razão de ser (BACZKO, 1996, p. 297 e 309).

Consideramos, assim, as obras *Guerra de Jugurta, Vida de Sula* e *História Romana* como representações do passado republicano produzidas em diferentes contextos, e influenciadas pela estreita relação entre a construção de identidades e pelo processo de ressignificação da memória e do imaginário relativo ao século I a.C. Nosso objetivo é analisar as caracterizações de Lúcio Cornélio Sula apresentadas nestas obras, demonstrando como o "Sula" de cada um dos autores corresponde aos diferentes objetivos de sua escrita. Para tanto, este trabalho está estruturado em três capítulos.

No primeiro, apresentamos as trajetórias desses autores e de suas obras em seus aspectos gerais, não deixando de localizá-los em seus respectivos contextos. A *Guerra de Jugurta* de Salústio, escrita no final do século I a.C. é o relato mais próximo, temporalmente, da época de Sula, em que este é retratado no início de sua carreira. A *Vida de Sula* foi escrita por Plutarco no final do século I d.C., e nela percebemos a imagem negativa de Sula que a historiografia herdou, além de nos brindar com

informações sobre a trajetória de vida deste romano. A *História Romana* de Apiano, produzida no final do século II d.C., apresenta um Sula devotado à proteção da cidade e à restauração da ordem. Três textos antigos, três diferentes representações do passado.

O segundo capítulo tem como objeto o contexto republicano e os conflitos característicos do período, desde as primeiras conquistas plebéias, como a criação do Tribunato da Plebe, até a Guerra Social, ápice da busca latina pela cidadania romana e momento em que Sula destacou-se como líder militar. Nosso objetivo é apresentar um panorama das disputas ocorridas verificando a recorrência de dois fatores que muito contribuíram para o agitado cenário político romano: o papel dos Tribunos da Plebe e a necessidade de solução da questão latina. É nesse contexto que Cornélio Sula nasceu, cresceu e surgiu como figura pública; compreender a trajetória deste romano e sua Ditadura também é entender os seus antecedentes.

A trajetória de Lúcio Cornélio Sula, seu contexto, sua atuação como Cônsul e como Ditador e as reformas por ele empreendidas são apresentados no terceiro capítulo deste trabalho. Esses temas são analisados considerando as informações transmitidas pelos documentos textuais e aquelas oferecidas pela historiografia. Compreender a conjuntura em que este romano atuou e os reflexos de suas ações constitui um dos objetivos do capítulo. Apreender os distintos posicionamentos dos autores antigos a respeito da conduta adotada por Cornélio Sula e analisar as diferentes caracterizações oferecidas por eles é o cerne neste momento.

Após dez anos estudando temas relacionados à República Romana e a forma como ela foi interpretada e ressignificada pelos autores dos séculos I e II d.C., conscientes de que esta seara é ampla e que o conhecimento é algo que não se esgota, consideramos este trabalho como uma encruzilhada. O estudo aqui realizado aponta para outros inúmeros potenciais objetos e recortes que, certamente, serão trabalhados ao

longo de mais algumas décadas debruçadas sobre as formas romanas de pensar e de produzir representações acerca do passado.

CAPÍTULO I

ACERCA DO ACESSO AO PASSADO: OS DOCUMENTOS TEXTUAIS

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar, de maneira geral, os documentos textuais que utilizamos em nosso estudo sobre as diferentes caracterizações de Lúcio Cornélio Sula, importante personagen do final do governo republicano, além de estudarmos a trajetória de seus respectivos autores. Escrita por Salústio no final do século I a.C., a *Guerra de Jugurta* nos informa sobre as batalhas travadas pelos romanos com o rei númida usurpador. Nesta guerra, Sula iniciou sua carreira militar, destacandose por suas habilidades diplomáticas, e firmou uma amizade com Mário. Salústio, considerado como um simpatizante da causa popular e partidário de César, produziu um retrato interessante do futuro Ditador que, inserido no propósito moralizante de sua obra, reflete a visão do autor sobre os últimos séculos do governo republicano. As biografias plutarqueanas sobre Mário e Sula, escritas no final do século I d.C também nos oferecem valiosos retratos dessas personagens e importantes informações sobre suas vidas, apresentando um tom moralista, mas com objetivos diferentes daquele salustiano.

O relato histórico escrito no final do século II d.C. por Apiano de Alexandria completa nosso *corpus* documental. Em sua *História Romana*, observamos a construção de uma imagem positiva de Sula, diferente daquelas transmitidas anteriormente. Cientes de que o documento textual é apenas um dos muitos meios de acesso ao passado, e considerando que foram escritos em diferentes contextos, por autores que apresentavam objetivos e posicionamentos políticos diversos, acreditamos que as obras aqui estudadas nos permitem alcançar nosso principal objetivo, pois nelas

encontramos desde o homem ambicioso e cruel até o cidadão que defende a ordem e a República.

1.1.Um relato republicano

1.1.1. A República degradada de Caio Salústio Crispo

Distante da Ditadura sulana apenas alguns anos, Salústio escreveu, dentre suas três obras, a *Guerra de Jugurta*, um relato da guerra que os romanos enfrentaram contra o rei Jugurta, númida usurpador do trono que dividia com seus irmãos. Esse conflito marca tanto o início da carreira militar de Sula como de sua amizade com Mário e figura como importante para o estudo da trajetória do futuro Ditador romano.

Caio Salústio Crispo nasceu em Amiterno, uma cidade da Sabínia, em 86 a.C., ano do último Consulado de Mário. Pertencente a uma família da aristocracia provincial (FUNARI, 2002, p. 19), ainda na juventude testemunhou a Ditadura de Sula. Mais tarde, acabou vindo a atuar militar e politicamente durante o Primeiro Triunvirato e a Ditadura de Júlio César, sendo fortemente identificado como apoiador da política cesariana.

A historiografia informa sobre a carreira pública desse autor a partir de seu Tribunato da Plebe, aos 34 anos, em 52 a.C. É válido questionar, todavia, sobre sua carreira anterior a esta magistratura, visto que desde a juventude, Salústio desejava a carreira pública: "Mas no meu caso, como um jovem, eu fui atraído, como muitos outros, para a política" ^{6 7} (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 03). Considerando o contexto em que viveu e sua participação na guerra civil ao lado de César, podemos

⁶ "Sed ego adulescentulus initio, sicuti plerique, studio ad rem publicam latus sum [...]"

⁷ Todas as traduções foram feitas pela autora.

supor que, antes de ser eleito Tribuno da Plebe, Salústio prestou serviço militar (EARL, 1966, p. 306-307). Acredita-se que o autor não estava em Roma durante a Conjuração de Catilina, devido à ausência de referências, em sua obra sobre o ocorrido, que o indiquem como testemunha ocular dos fatos e porque, podemos supor, aos 23 anos de idade, o autor estava no exterior em serviço militar sob as ordens de Pompeu⁸, com quem era rentável ter conexões (EARL, 1966, p. 307-309).

Em 50 a.C., o Censor Ápio Cláudio, o expulsou do Senado sob a acusação de adultério com a esposa de Milão, Fausta Cornélia⁹, filha de Sula (FUNARI, 2002, p. 19-20). Ápio Cláudio, partidário de Pompeu, buscava atingir César, a quem Salústio apoiava (FUNARI, 2002, p. 20) como parte dos preparativos de Pompeu, iniciados em 52 a.C., diante da expectativa de ruptura com César, muitos Senadores foram expulsos de suas cadeiras (ALLEN JR, 1954, p. 4). Atuando como Questor, cargo para o qual foi indicado por César como forma de reintroduzi-lo no Senado (BATSTONE, 2010, p. xixvii), Salústio foi enviado para lutar contra tropas pompeianas na Ilíria em 49 a.C. (FUNARI, 2002, p. 20) e para negociar com tropas amotinadas na Campânia, em 47 a.C, não obtendo grande êxito nas missões.

Como Pretor, em 46 a.C., Salústio foi designado por César como Governador da província da África Nova (Numídia). Retornou a Roma, em 45 a.C., trazendo consigo muitas riquezas e, por isto, enfrentou uma acusação de extorsão, da qual escapou pela intervenção de Júlio César (HARTSWICK, 2004, p. 09). Com a

-

⁸ De acordo com D.C. Earl (1966, p. 310-311), Salústio manteve-se associado a Pompeu e Clódio durante seu Tribunato da Plebe, tendo escapado, diferentemente de seus colegas, de um processo e uma condenação ao final da magistratura. Isto pode ser explicado por três hipóteses: ou a participação de Salústio foi insignificante e, por permanecer sendo útil, Pompeu interferiu; ou ele escapou da condenação por intervenção de César, que nesta é poça ainda cooperava com Pompeu, pois seus interesses coincidiam.

⁹ Fausta Cornélia era famosa por suas aventuras amorosas, pois não era constante em suas escolhas ou observava a posição social de seu amado. Ela foi casada com Mêmio, antes de se casar com Milão e, segundo Varrão, foi flagrada em adultério com Salústio, pelo seu segundo marido. O amante teria sido açoitado e expulso do Senado por isto. Sendo Salústio opositor da política sulana e de Milão, Varrão pode ter tentado manchar a moral de Salústio movido pela lealdade à memória de seu patrono e amigo, Pompeu Magno (SYME, 1964, p. 26-27)

fortuna adquirida, principalmente durante a administração da província africana, Salústio adquiriu¹⁰ uma *vilae* de César em Tivoli, além de propriedades em Roma, conhecidas como *horti Sallustiam*¹¹ (FUNARI, 2002, p. 20). No mesmo ano da morte de César, 44 a.C., Salústio retirou-se da vida pública passou a se dedicar à escrita da história, aos 42 anos.

É comum interpretarmos o afastamento de Salústio da vida pública como uma escolha voluntária. Ela parece ter sido, contudo, influenciada por César, que precisou intervir no processo por corrupção enfrentado pelo autor ao retornar da África. Podemos considerar que a interferência de César para evitar que Salústio chegasse a ser julgado estabeleceu a culpa do ex-governador da Nova África e colocou César em uma situação difícil. Aquele que anteriormente determinou a expulsão dos Senadores acusados de crimes e pessoalmente revisou as listas senatoriais 12, agora via-se obrigado a expulsar do Senado um homem proeminente que fora excluído anteriormente por Pompeu. Diante disso, César preferiu salvar Salústio 13 e teve sua reputação abalada por isto (ALLEN JR, 1954, 07-08).

Salústio, assim, viu-se pronto para abandonar a política, pois não enxergava possibilidade seguir avançando em sua carreira; a Pretura era o ápice político de um homem novo e, depois do processo que enfrentou, ele sabia que não havia possibilidade

¹⁰ Segundo Kim Hartswick (2004, p. 09) existe a possibilidade de César ter doado a propriedade para Salústio.

¹¹ Os Jardins de Salústio localizavam-se fora dos muros da cidade, próximo à porta Colina e à via Salaria, estrada que conduzia a Amiterno, terra natal do autor (HARTSWICK, 2004, p. 09). Sobre a aparência da propriedade no tempo de Salústio, há apenas especulações que a caracterizam como luxuosa, devido à riqueza acumulada por seu proprietário e sua simpatia pelos preceitos epicuristas (SYME, 1964). Supõese que os jardins de Salústio tornaram-se propriedade imperial, ou nos primeiros anos do governo de Tibério, ou durante o governo de Nero (HARTSWICK, 2004, p. 11).

¹² Em 59 a.C. foi aprovada a *lex Iulia de pecuniis repetundis* muito severa em relação aos seus infratores. César, com base nesta lei, revisou as listas senatoriais em 47, 46 e 45 a.C., época em que Salústio foi acusado e processado por crime de extorsão (ALLEN JR, 1954, 07).

¹³ Salústio teria pagado 1.200 sestércios pela indulgência de César (ALLEN JR, 1954, p. 7-8; SYME,1964, p. 39).

de grandes conquistas. Talvez por isso, ele pareça desejar justificar seus erros políticos de maneiras diferentes nos prefácios das suas monografias (ALLEN JR, 1954, 08):

Na política, eu fui impedido por muitos obstáculos. No lugar da vergonha, auto-contensão e virtudes, prosperava a arrogância, a corrupção e a ganância. Minha mente, não acostumada com estes maus caminhos, os rejeitou. Mas eu era jovem e não sabia como resistir. Envolvido em tal corrupção, eu também fui apreendido pela ambição. Eu rejeitei o caráter perverso de outros, mas, no entanto, fui incomodado pelo mesmo desejo de honra e fui vítima da mesma reputação e ataques individuais que os outros (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 03).¹⁴

Salústio, em sua primeira obra, utiliza a sua juventude para justificar os erros que provocaram críticas à sua pessoa, indicando certa vergonha. Em sua segunda monografia, entretanto, ele afirma que o abandono da vida pública foi uma decisão baseada na degradação moral dos novos Senadores. Assim, pela piora do perfil dos colegas, o crime que lhe envergonhava perdeu a importância, de modo que seu afastamento da vida pública se deu pela decisão de se dedicar a algo mais glorioso, isto é, a escrita da história:

Ainda mais creio que, por ter decidido afastar-me da vida pública, alguns darão a pecha de ociosidade ao trabalho tão importante e útil ao qual me dedico. Certamente o farão aqueles que consideram sua maior tarefa curvar-se diante da plebe e obter suas boas graças através do patrocínio de banquetes. Se estes examinassem com maior cuidado a época em que obtive magistraturas e quais homens não puderam obtêlas e, depois que espécie de gente chegou ao Senado, sem dúvida concluiriam que minhas opiniões mudaram mais por mérito que por falta de iniciativa e que há de vir mais benefício de meu ócio que das atividades dos outros para República (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, IV). 15

^{14 &}quot;Sed ego adulescentulus initio, sicuti plerique, studio ad rem publicam latus sum, ibique mihi multa advorsa fuere. nam pro pudore, pro abstinentia, pro virtute audacia largitio avaritia vigebant. quae tametsi animus aspernabatur insolens malarum artium, tamen inter tanta vitia inbecilla aetas ambitione conrupta tenebatur; ac me, quom ab relicuorum malis moribus dissentirem, nihilo minus honoris cupido eadem quae ceteros fama atque invidia vexabat."

^{15 &}quot;atque ego credo fore qui, quia decrevi procul a re publica aetatem agere, tanto tamque utili labori meo nomen inertiae inponant, certe quibus maxuma industria videtur salutare plebem et conviviis gratiam quaerere. qui si reputaverint, et quibus ego temporibus magistratus adeptus sum [et] quales viri idem adsequi nequiverint et postea quae genera hominum in senatum pervenerint, profecto existumabunt me magis merito quam ignavia iudicium animi mei mutavisse maiusque commodum ex otio meo quam ex aliorum negotiis rei publicae venturum."

A informação de que o autor se casou com Terência, ex-esposa de Cícero, parece ser equivocada (SYME, 1978, p. 293). Ronald Syme (1964, p. 23) explica que, por ser um Senador do grupo dos *municipaliis* – isto é, cidadãos de origem provincial cuja entrada para o Senado foi possível durante a Ditadura sulana, quando o número de membros deste conselho dobrou – Salústio não oferecia vantagens suficientes para conseguir um casamento com a filha de alguma família senatorial. Acredita-se que Salústio nunca tenha se casado ou tido filhos, pois, o neto de sua irmã ¹⁶ foi seu herdeiro, através de adoção testamentária (HARTSWICK, 2004, p. 10). Há ainda a hipótese, baseada nas idades das personagens envolvidas, de que Salústio tenha se casado com a segunda esposa de Cícero, Publília (ROWLAND JR, 1968, p. 134).

Inserido em um período de grandes modificações na história romana, Salústio viveu entre o fim da República dos *nobiles*, caracterizada por um governo baseado no equilíbrio entre competição e consenso, e o período de surgimento da tendência à concentração do poder e ascensão de líderes individuais, iniciado com a República de Sula e os dois Triunviratos, que culminou no estabelecimento do Principado¹⁷. O autor presenciou, dessarte, as modificações no funcionamento do governo e no comportamento dos envolvidos nesta tarefa. Suas obras refletem a sua crítica em relação às mudanças na medida em que contrapõe as virtudes dos antepassados aos vícios de seu tempo, configurando um discurso moralizante que busca demonstrar os aspectos que contribuíram para que Roma alcançasse a degradação moral característica de seu tempo.

O principal expoente da produção literária dessa época é Cícero, com seus inúmeros tratados, discursos e cartas. Condicionados pelo material que sobreviveu ao

¹⁶ Caio Salústio Crispo II foi conselheiro de Augusto, homenageado por Horário em uma ode e seu obituário foi escrito por Tácito, em 20 d.C. (HARTSWICK, 2004, p. 10), o que indica sua importância dentro de seu contexto.

¹⁷ Harriet I Flower (2010) propôs uma divisão alternativa para o período republicano que evidencia as modificações ocorridas ao longo do tempo e combate a visão de crise ou decadência do governo.

tempo, de suas obras extraímos muito do que sabemos sobre o fim do período republicano e o olhar romano sobre a situação da época. Não obstante, outros também registraram a história de seu tempo, transmitindo seu posicionamento e crítica sobre a política contemporânea, como Salústio, por exemplo. Este escreveu um relato monográfico sobre a conjuração de Catilina e outro sobre a Guerra contra Jugurta, que nos chegaram completos. Morreu em 35 a.C., antes de concluir suas *Histórias*, obra cujo conteúdo abarcava os anos 78 a.C. a 67 a.C., em que o autor relatava os fatos ocorridos entre a guerra contra Jugurta e a conspiração de Catilina, não informando sobre a Guerra Social e a Ditadura de Sula. Essa obra inacabada nos chegou em 500 fragmentos, quatro discursos e duas cartas. (BATSTONE, 2010, p. vii-viii). Cabe ressaltar, aqui, que Walter Allen Jr (1966) critica a definição das obras de Salústio como monográficas e busca demonstrar a unidade do seu *corpus* pela cronologia dos períodos que ele abarca.

A *Guerra de Jugurta* cobre da ascensão de Massinissa até o Triunfo de Mário, *Histórias* corresponde aos anos pós-Sula 78-67 a.C. e a *Conjuração de Catilina* narra os acontecimentos dos anos seguintes. Salústio não escreveu sobre os anos 104-78 a.C. por uma escolha consciente, baseada no fato de que este período foi tratado por outros escritores, como Lúcio Cornélio Sisena¹⁸ (ALLEN JR, 1966, p. 104): "Não voltarei a falar sobre Sula e Lúcio Sisena, que descreveu seus feitos com maior amplitude e correção dentre todos que disso se ocuparam, parece-me ter sido pouco imparcial" (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, XCV).¹⁹ Assim, Salústio realizou aquilo que se propôs fazer: escreveu sobre fatos memoráveis – selecionados – de uma época

¹⁸ Lúcio Sisena (119-67 a.C.) foi autor das *Histórias*, obra que compreendia 12 livros e versava sobre o período entre 90 e 79 a.C. Apenas alguns fragmentos chegaram até os nossos dias.

¹⁹ "neque enim alio loco de Sullae rebus dicturi sumus et L. Sisenna, optume et diligentissume omnium, qui eas res dixere, persecutus, parum mihi libero ore locutus videtur."

específica em três obras que formam uma sequência, constituindo uma inovação na historiografia romana.

Se o objetivo do autor era lidar com porções da história de um período, podemos considerar que a *Guerra de Jugurta* e a *Conjuração de Catilina* estão conectadas pelo propósito geral da obra. Assim, o termo "monografia", segundo Allen Jr (1966, p. 269), figura como inadequado para definir a natureza dos escritos, posto que se refira a um trabalho que versa sobre um objeto único, isolado e de maneira abrangente. Há, todavia, um consenso historiográfico, que nos parece sensato, sobre caracterizar desta maneira os escritos salustianos, considerados como uma inovação na escrita histórica romana – até então baseada nos anais que objetivavam apenas o registro dos acontecimentos de cada ano – por possibilitar a narrativa estruturada em início, meio e fim de um evento ou época específicos.

Logo no início de sua primeira obra, *De coniuratione Catilinae* ²⁰, o autor, após uma reflexão sobre a função da história dentro do propósito da vida humana, justifica sua decisão de escrever um relato histórico. Para ele, essa deveria ser uma fonte útil de exemplos de virtudes e sucessos para aqueles que buscam fama e glória, sendo, ao mesmo tempo, também um meio de ganhar glória (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 01-03). Indicando não estar envolvido com a política e não desejar passar o resto da vida na indolência ou em ocupações servis, Salústio afirma seu objetivo de escrever um relato seletivo sobre o povo romano:

Quando minha mente encontrou paz, depois de muitas misérias e perigos, eu decidi passar o que restava de minha vida distante do

-

²⁰ Esta obra, também conhecida como *Bellum Catilinae*, composta por 61 capítulos, narra a tentativa de Lúcio Sérgio Catilina de tomar o poder após ser derrotado por Cícero nas eleições de 63 a.C. Catilina, descendente da *gens* Sérgia, de família aristocrática empobrecida, foi Pretor em 68 a.C., Questor em 77 a.C. e Governador da África entre 67 e 66 a.C. e apoiou a política sulana. Em 62 a.C., reuniu em torno de si, através de um discurso inflamado contra o poder aristocrático, apoiadores originários de diferentes segmentos sociais, como jovens aristocratas, plebeus e estrangeiros, objetivando assassinar os Cônsules e tomar o poder. Após uma tentativa frustrada, foi declarado inimigo público pelo Senado e condenado à morte. Tendo optado pelo combate, Catilina foi morto em Pistóia.

mundo público. Mas não era meu plano perder os benefícios do lazer em ociosidade e indolência, ou passar meu tempo envolvido em ocupações servis da agricultura e da caça. Eu decidi retornar ao estudo do qual minha ambição me desviou no início: escrever a história do povo romano, selecionando as partes que parecem dignas de memória. Eu fui mais encorajado a fazer isto porque minha mente estava livre de esperanças políticas, medos e partidarismos (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 04).²¹

A obra sobre Catilina e sua tentativa de tomada do poder foi publicada entre 44 e 40 a.C., época turbulenta em que se estabelecia o Segundo Triunvirato (MACKAY, 1962, p.181), quando Salústio não mais participava da vida política diretamente, mas seus princípios políticos viam-se refletidos na sua escrita. Sua renúncia às ambições políticas, bem como a afirmação de liberdade partidária, podem ser consideradas como uma declaração de neutralidade ou de um partidarismo não político. Isso não haveria significado, contudo, o desligamento total da vida política, algo impossível naquele contexto (ALLEN JR, 1954, p. 9-10). Impedido de participar da vida política até a morte de César, que não tolerava homens processados por extorsão, Salústio escolheu apoiar Antônio mesmo não desempenhando nenhuma magistratura (ALLEN JR, 1954, p. 13).

Para Salústio, a literatura seria o campo ideal para o cultivo da melhor parte do homem, o espírito: "dentre as outras atividades exercidas pelo espírito, em primeiro lugar é útil relatar os acontecimentos do passado" (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, IV).²² Afinal, a política estava corrompida por vícios,

as magistraturas e os comandos, bem como qualquer participação na vida política, parecem-me nestes tempos nada desejáveis, porque nem o cargo é dado pela virtude, nem aqueles que adquiriram o poder legal

digna videbantur, perscribere, eo magis quod mihi a spe metu partibus rei publicae animus liber erat."
²² "Ceterum ex aliis negotiis, quae ingenio exercentur, in primis magno usui est memoria rerum gestarum."

²¹ "igitur ubi animus ex multis miseriis atque periculis requievit et mihi relicuam aetatem a re publica procul habendam decrevi, non fuit consilium socordia atque desidia bonum otium conterere, neque vero agrum colundo aut venando, servilibus officiis, intentum aetatem agere; sed a quo incepto studioque me ambitio mala detinuerat, eodem regressus statui res gestas populi Romani carptim, ut quaeque memoria

pela fraude estão seguros ou são por isso mais respeitáveis" (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, III).²³

dos quais a literatura permanecia livre. Essa interpretação da escolha pelo ofício das letras é congruente e válida, mas também podemos explicar a opção de Salústio de uma maneira simples e que não desabona as demais.

Justificando a sua opção pela escrita da história, Salústio demonstra certa indiferença pela agricultura, atividade a que os aristocratas se dedicavam. Isso se explica pelas suas origens: o autor era um "homem novo" que não desejava uma aposentadoria aristocrática e procurava fazer algo útil e glorioso (BATSTONE, 2010, p. xi-xxxi). Ao optar pelo ofício histórico, Salústio poderia estar buscando a glória que sua carreira política e militar não lhe rendeu, além de garantir a perenidade de sua memória, objetivo melhor alcançado, segundo ele (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 01), através dos recursos interiores do que com a força física.

A preocupação com o declínio moral da República Romana está presente em toda a sua obra e justifica muitos posicionamentos do autor. O processo de degradação moral romano é apresentado, nas obras de Salústio, como uma série instável e irregular de crises que introduziram novos vícios em Roma, destacando-se dois principais momentos. O primeiro destes, refletindo uma ideia recorrente no seu tempo²⁴, seria a destruição de Cartago em 146 a.C.. Com o fim das Guerras Púnicas e a submissão do inimigo, extinguiu-se o *metus hostili*, ou mais especificamente, *metus punicus*, que compelia os romanos à rigidez moral, abrindo, assim, espaço para a *auaritia* e a *ambitio* (SHAW, 1975, p.187):

²³ "Verum ex iis magistratus et imperia, postremo omnis cura rerum publicarum minume mihi hac tempestate cupiunda videntur, quoniam neque virtuti honos datur neque illi, quibus per fraudem iis fuit uti, tuti aut eo magis honesti sunt."

²⁴ A importância do *metus hostilis* como base da coesão interna e interesse comum era constantemente reconhecido em Roma. Cipião Nasica, por exemplo, o utilizou como justificativa para sua oposição à destruição de Cartago. A historiografia moderna, entretanto, aponta a profissionalização do exército, a partir de Mário, e a atuação dos Tribunos da Plebe como fatores centrais para o declínio da República romana (BATSTONE, 2010, p. viii).

O costume dos partidos e facções, e daí de todas as más atitudes, surgira pouco antes em Roma do ócio e da abundância, gênero de vida mais estimado pelos romanos. Pois antes da destruição de Cartago, o povo e o Senado romanos administravam a República entre si com placidez e moderação. A glória e o poder não eram causas de disputas entre os concidadãos. A ameaça inimiga mantinha a cidade bem dirigida. Mas quando esta ameaça desapareceu da memória, a lascívia e a ostentação, conseqüências da tranquilidade, vieram à plena luz (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XLI).²⁵

Salústio assim explica esta transição:

Então, primeiro a ganância por dinheiro cresceu, depois, a ganância por poder. Estas coisas foram a raiz, por assim dizer, de todos os males. A avareza minou a confiança, a bondade e outras nobres qualidades, e em seus lugares ensinou o orgulho e crueldade, ensinou homens a negligenciarem os deuses e a colocarem preço em tudo. A ambição forçou muitos homens a tornarem-se mentirosos, a esconderem uma coisa em seu coração e terem outra coisa pronta na ponta de suas línguas, a valorizarem a amizade e a inimizade de acordo com a conveniência, não pela sua essência, e a sustentarem uma cara boa, em vez de um bom coração (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*. 10).²⁶

Mais do que a avareza, para Salústio, a ambição foi a responsável pela mudança da alma dos homens, pois tanto os homens bons quanto os indignos desejavam para si glória, honra e poder, e aqueles que não possuíam habilidades honráveis utilizavam da traição e da fraude para satisfazer sua ambição (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*. 11). Então começou um período de facciosismo e luxuosidade cujo resultado foi transformar o governo da República no pior e mais depravado (SALÚSTIO. *Conjuração de Catilina*, 05), porquanto criou a oportunidade para se perseguir rivalidades internas como forma de satisfazer o vício da natureza humana,

²⁵ "Ceterum mos partium et factionum ac deinde omnium malarum artium paucis ante annis Romae ortus est otio atque abundantia earum rerum, quae prima mortales ducunt. nam ante Carthaginem deletam populus et senatus Romanus placide modesteque inter se rem publicam tractabant, neque gloriae neque dominationis certamen inter civis erat: metus hostilis in bonis artibus civitatem retinebat. sed ubi illa formido mentibus decessit, scilicet ea, quae res secundae amant, lascivia atque superbia incessere."

²⁶ "igitur primo pecuniae, deinde imperi cupido crevit: ea quasi materies omnium malorum fuere. namque avaritia fidem probitatem ceterasque artis bonas subvortit; pro his superbiam, crudelitatem, deos neglegere, omnia venalia habere edocuit. ambitio multos mortalis falsos fieri subegit, aliud clausum in pectore, aliud in lingua promptum habere, amicitias inimicitiasque non ex re, sed ex commodo aestumare, magisque voltum quam ingenium bonum habere."

sempre inquieta e indomável, que busca sempre disputas por liberdade, glória ou dominação²⁷ (SALUSTIO. *Histórias*, I. 7).

A *auaritia* e a *ambitio* explicam, na obra de Salústio, o curso da política entre a destruição de Cartago e a Ditadura de Sula, quando se introduziu um novo vício na sociedade romana, algo mais perigoso e corruptível: a *luxuria*. Esta representa dois diferentes tipos de ganância relacionados à riqueza material e ao poder político e explica as motivações de grupos, como o que apoiou Catilina, por exemplo. Ela representaria a extravagância que levou os homens a gastarem além dos limites de seus meios e, assim, contraírem muitas dívidas: um político endividado ficava propenso a cometer atos políticos perigosos²⁸ (SHAW, 1975, p. 188).

Permeada por essa interpretação salustiana do passado, a *Guerra de Jugurta* apresenta elementos que refletem esta teoria a respeito da degradação moral romana. O modo como a aristocracia tratou a guerra, as muitas ocasiões que foram resolvidas através de suborno são exemplos disso. A mudança do caráter de alguns envolvidos também reflete a degradação moral característica deste período. Jugurta, por exemplo, de jovem forte, destemido e disciplinado, passou a governante ambicioso e corrupto. Salústio, nesta obra, nos apresenta Mário e Sula em início de carreira, representados em retratos que também são influenciados pela visão do autor sobre a República degradada.

²⁷ Esta divisão esquemática do processo de declínio moral, como apresentado nas obras de Salústio, foi proposta por D. C. Earl (1961) e compõe-se de três estágios: o aparecimento da *ambitio* logo após a destruição de Cartago, o crescimento e domínio da *auaritia* a partir da atuação dos irmãos Gracos e o surgimento da *luxuria* com o governo de Sula. Entretanto, Duane F. Conley (1981) defende a existência de apenas dois estágios deste processo de declínio, em que a *auaritia* e a *luxuria* constituem uma síndrome após o domínio de Sula.

²⁸ Brent D. Shaw (1975, p.193) demonstra como, na obra de Salústio, a relação entre a luxúria e a degradação moral se estabeleceu, sendo o caso de Catilina o exemplo mais claro disso. Para o autor, o acúmulo de dívidas por parte dos veteranos de Sula os impeliu a apoiarem a conjuração de Catilina que pretendia perdoar as dívidas de seus partidários quando tomasse o poder. Além disso, para o autor, a decisão do próprio Catilina em empreender a tentativa de golpe baseava-se na sua urgência por meios para saldar suas dívidas. Entretanto, Shaw demonstra como Salústio explica de maneira diversa o endividamento de César: devido à sua *liberalitas* no serviço público. Assim, para Salústio, César se endividou legitimamente pelo exercício de uma das mais importantes virtudes.

1.1.2. A Guerra de Jugurta: uma visão geral

Salústio, homem novo simpatizante da política cesariana, escreveu a *Guerra de Jugurta* em latim, compreendendo 114 capítulos. A segunda monografia de Salústio constitui uma narrativa da guerra empreendida pelos romanos contra Jugurta ocorrida entre 111 e 106 a.C.

Salústio assim justifica a escrita do seu relato sobre a Guerra Jugurtina:

Em primeiro lugar por tratar-se de uma guerra importante, atroz e de vitórias alternadas, e depois porque pela primeira vez foi afrontada a soberba da nobreza. Esta luta, onde se confundiram todas as coisas divinas e humanas, atingiu tal aberração que só a guerra e a devastação da Itália viriam colocar um termo à discórdia civil (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, V).²⁹

Podemos perceber, através do excerto, que Salústio considera esse momento da história romana como importante tanto por ser a primeira oportunidade em que a nobreza foi afrontada, provavelmente pela eleição de um equestre para o Consulado, quanto porque a degradação moral parece chegar ao ápice, sendo suspensa apenas pelo conflito que se seguiu, a Guerra Social. Seu tom moralista, que dirige a narrativa para a transformação da *uirtus* da maioria de suas personagens, como Jugurta, Escauro e Mário, em *ambitio*, e sua posição política tendenciosa para a causa popular são elementos que devem ser considerado durante a leitura da obra (FUNARI, 2002, p. 24).

A concisão (*brevitas*) e o arcaísmo contribuem para o estilo afetado da obra, que é valiosa pela dramaticidade de seus discursos e pelos retratos bem elaborados (FUNARI, 2002, p. 25). A narrativa não se caracteriza pela linearidade, sendo interrompida por três interessantes digressões. Trata-se de um recurso literário empregado amiúde desde Heródoto com diferentes finalidades – como dispositivos

²⁹ "Bellum scripturus sum, quod populus Romanus cum Iugurtha rege Numidarum gessit, primum quia magnum et atrox variaque victoria fuit, dein quia tunc primum superbiae nobilitatis obviam itum est; quae contentio divina et humana cuncta permiscuit eoque vecordiae processit, ut studiis civilibus bellum atque vastitas Italiae finem faceret."

estruturais para dividir o texto em diferentes sessões; para denotar a passagem do tempo ou para dar mais leveza a uma narrativa predominantemente militar, como em Tucídides, por exemplo (WIEDEMANN, 1993, p. 48).

A primeira digressão presente na obra salustiana apresenta as regiões e os povos africanos (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XVII-XIX): "O desenrolar da narração aconselha expor em poucas palavras a localização da África e dizer brevemente algo sobre os povos com os quais tivemos relações de guerra e amizade ³⁰" (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XVII). A segunda, explica o surgimento das facções pela ausência do *metus hostili*, encerrando-se com uma indicação de que a concisão da narrativa era uma escolha do autor, que não desejava fugir ao tema de sua monografia (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XLI-XLII): "Mas das questões partidárias e de todos os costumes estatais torna-se necessário narrar caso a caso e em toda a sua extensão. Para tanto falta-nos tempo e não material. Por isso retorno à minha narrativa" (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. XLII). ³² Na última digressão da obra (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. LXXVIII-LXXIX), o autor descreve a geografia e localização de Leptis e relembra a conduta de dois cartagineses, caracterizada como "honesta e admirável", ³³ quando do estabelecimento dos limites de sua cidade como Cirene.

Considerando a maneira como Tucídides utilizou tal recurso em sua obra, podemos afirmar que Salústio segue seu modelo. A *História da Guerra do Peloponeso* apresenta três digressões com temas semelhantes aos de Salústio: descrição geográfica e etnográfica da Sicília (TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso* 6. 1-6);

³⁰ Esta digressão pode ser considerada como uma segunda introdução do relato, em que Salústio apresenta as origens númidas e deixa claro que o conflito narrado a seguir deu-se entre os romanos e "os outros" (MORSTEIN-MARX, 2001).

³¹ "Res postulare videtur Africae situm paucis exponere et eas gentis, quibuscum nobis bellum aut amicitia fuit, adtingere."

³² "sed de studiis partium et omnis civitatis moribus si singillatim aut pro magnitudine parem disserere, tempus quam res maturius me deseret. quam ob rem ad inceptum redeo."

³³ "Sed quoniam in eas regiones per Leptitanorum negotia venimus, non indignum videtur egregium atque mirabile facinus duorum Carthaginiensium memorare;"

perturbações políticas na Hélade (TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso* 3. 82-85) e a última, sobre os pisistrátidas, Harmódios e Aristógiton (TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso* 6. 54-59). As digressões de Salústio apresentam temáticas parecidas: etnografia do norte da África, discórdia civil entre os romanos, lenda dos Filênios (WIEDEMANN, 1993, p. 48-49).

A imitação de um modelo precedente é parte do esforço de afirmação da autoridade de sua obra pelo autor antigo (MARINCOLA, 2004, p.19). Desde Quintiliano, Tucídides é considerado a influência mais evidente na obra de Salústio, desde sua visão sombria ou pessimista, até a estrutura de certas passagens, em suas monografias, parecem imitar passagens do autor grego. Alguns aspectos na narrativa, contudo, indicam que Salústio também incorporou elementos da escrita de Heródoto. Assim como nas Histórias, notamos a presença constante do narrador em primeira pessoa: "Em meio à demora, Aulo, deixado como acima dissemos como comandante, tinha esperanças de terminar a guerra [...]" (SALÚSTIO. Guerra de Jugurta. XXXVII)³⁴ e "Assim, o Cônsul havia examinado tudo, e creio que foi protegido pelos deuses" [...] (SALÚSTIO. Guerra de Jugurta. XC).35 Existem semelhanças também no que se refere à indicações de sua pesquisa histórica,e a expressão de incertezas, assim como no relato grego, podem ser percebidas na Guerra de Jugurta (GRETHLEIN, 2006, p. 299-300). Essas indicações de dúvidas possuem três funções na estrutura textual: deixar claro que podem haver outras versões dos fatos (GRETHLEIN, 2006, p. 305-306) – como quando o narrador demonstra dúvida sobre as intenções de Boco³⁶

³⁴ "ea mora in spem adductus Aulus, quem pro praetore in castris relictum supra diximus, aut conficiundi belli aut terrore exercitus ab rege pecuniae capiundae milites mense Ianuario ex hibernis in expeditionem evocat [...]"

^{35 &}quot;igitur consul omnibus exploratis, credo dis fretus [...]"

³⁶ Rei da Mauritânea e sogro de Jugurta, rei da Numídia, contra quem Roma sustentou uma guerra em que Boco desempenhou importante papel: depois de ter apoiado seu genro, Boco o traiu, entregando-o aos romanos, na pessoa de Sula, com quem Boco se orgulhava de manter uma relação de amizade.

(SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. LXXXVIII) – função retórica e de engajamento do leitor.

O uso retórico das expressões de incerteza tem a função de destacar outras partes da narrativa (GRETHLEIN, 2006, p. 308-309). Um exemplo disso é a reação de Metelo ao saber do massacre em Vaga, do qual apenas Turpílio escapou ileso: "Metelo, após saber o que ocorrera em Vaga, retirou-se por algum tempo, abatido" (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. LXVIII). Seu abatimento diante do ocorrido é realçado pelo recurso da incerteza apresentado no capítulo anterior: "Pouco sabemos se isso se deveu à misericórdia do inimigo, a algum acordo ou se por alguma causalidade. Parece, contudo, desonroso e detestável que em tão grande desgraça tenha obtido uma vida torpe e não uma memória íntegra" (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. LXVII). Para Salústio, a incerteza sobre as circunstâncias históricas em que Turpílio sobreviveu não justificam seu comportamento indecente, de modo que é possível se afirmar que o recurso retórico, nesse contexto, funciona para destacar o julgamento moral do autor.

Apresentar diferentes avaliações ou possibilidades em um momento da narrativa daria ao leitor a possibilidade de ativa participação na construção do texto. Diante da dupla análise de uma situação ou do caráter de uma personagem, o leitor poderia se sentir como uma testemunha ocular daquilo que está sendo narrado, pela visão mais ampla que esta estrutura narrativa oferece. Essa é a terceira função das indicações de incertezas que aparecem no texto salustiano e que o aproximam da escrita herodoteana (GRETHLEIN, 2006, p. 310-111). A alusão às possíveis motivações para a incursão de Aulo contra as tropas de Jugurta é um exemplo disto: "[...] não querendo enganar o rei e aumentar-lhe o medo, ou porque estivesse cego pelo desejo de apossar-

³⁷ "Metellus postquam de rebus Vagae actis conperit, paulisper maestus ex conspectu abit."

³⁸ "id misericordiane hospitis an pactione aut casu ita evenerit, parum conperimus, nisi, quia illi in tanto malo turpis vita integra fama potior fuit, inprobus intestabilisque videtur."

se dos tesouros da cidade, apressou-se em conduzir os manteletes" [...] (SALÚSTIO. Guerra de Jugurta. XXXVII).³⁹

Suspeita-se que o autor considere a eleição de Mário, um homem sem credenciais aristocráticas que conseguiu o Consulado por seis vezes, como a reação oposicionista à aristocracia (BATSTONE, 2010, p. xxvi-xxvii). Sobre o momento em que Mário foi eleito Cônsul pela primeira vez, Salústio escreve: "Assim, abatida a nobreza depois de muitas lutas, foi enviado ao consulado um homem novo (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, LXXIII). Sob o comando deste cavaleiro, a guerra que se arrastava, dirigida por membros da aristocracia venal, teve rápida solução. Assim, Salústio apresenta o contraste entre a política corrompida e morosa da aristocracia e a grande capacidade daquele eleito pela plebe e pelo exército como Cônsul.

Para a solução desse conflito, Mário contou com a ajuda de Sula que, possuindo a afeição do rei Boco, conseguiu convencê-lo a trair Jugurta e entregá-lo a Roma. Por isto, este relato sobre a guerra contra o rei númida faz-se útil, para nosso estudo sobre o contexto republicano e a trajetória de Sula. Além de ser relato mais detalhado sobre este momento de sua carreira, apresenta uma interessante caracterização do então Legado de Mário e futuro Ditador de Roma.

O número de manuscritos das obras de Salústio é grande, mas comparativamente, alguns são importantes apenas para determinar o texto correto. Eles foram divididos em duas classes: os *codices multili*, caracterizados por uma extensa lacuna sobre a guerra de Jugurta; e os *codices integri*, que são considerados mais recentes que os primeiros. Os *codices* mais valorizados datam dos séculos VI, como o *Codex Parisinus*, e século VIII, como o *Codex Vaticanus*. Há ainda uma extensa lista de

³⁹ [...] tamen aut simulandi gratia, quo regi formidinem adderet, aut cupidine caecus ob thesauros oppidi potiundi vineas agere, aggerem iacere aliaque, quae incepto usui forent, properare."

manuscritos nos quais foram transmitidos outros escritos de Salústio, como suas cartas e discursos, datados dos séculos IX e X. Inúmeras traduções de Salústio para as línguas européias foram publicadas no século XIX, tanto em alemão (1855 e 1868) como em francês (1837) e em inglês, cuja edição mais antiga data de 1557, realizada por Alexander Barclay e intitulada *Historye of Jugurtha*, publicada juntamente com a tradução da Conspiração de Catilina. Outras versões mais recentes destas traduções datam da segunda metade do século XVIII (ROLFE, 1921, p. xix-xxi).

1.2. Um escrito biográfico

1.2.1. Um grego em Roma: Plutarco de Queronéia

A região da Beócia pode ser caracterizada como uma terra de resistências, testemunha da luta entre os gregos e macedônicos em 338 a.C. e da luta de Sula para manter o domínio romano, em 86 a.C., diante da invasão de Mitrídates VI. Nessa região encontra-se Queronéia, terra natal de Plutarco, dominada há aproximadamente dois séculos, quando Plutarco nasceu, em 45 d.C (STADTER, 2014, p. 13). Ele descendia de uma família influente, filho de Autóbulo, neto de Lamprias, irmão de Timon e Lamprias, esposo de Tixomena, com que teve cinco filhos dos quais dois chegaram a idade adulta (BECK, 2014, p. 01). A tradição familiar afirmava que seu bisavô apoiou Antônio na batalha do Ácio, em 31 a.C., quando Otávio estabeleceu a dinastia cujo fim se deu nos tempos de Plutarco, com a morte de Nero e a guerra civil de 69 d.C. (STADTER, 2014, p. 13).

Aos vinte anos, Plutarco mudou-se para Atenas, onde freqüentou a Academia fundada por Platão, como discípulo de Amônio de Lamptra, um filósofo peripatético muito versado no conhecimento das religiões (PERRIN, 1967, p. xi). Interessava-se pela história, tendo lido as obras de autores como Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Políbio, Salústio, Tito Lívio. Quando retornou a Queronéia, Plutarco desempenhou diversos cargos na administração municipal, integrando embaixadas junto aos Procônsules. Além disso, ensinava matemática e filosofia para jovens em sua casa (BECK, 2014, p. 02 e 06).

Sua decisão de se aproximar de Roma e dos romanos deu-se ainda na juventude, provavelmente incentivado pela visita de Nero à Grécia, em 68 d.C. Dois anos depois, Vespasiano reivindicou o título de Imperador em Alexandria e Plutarco provavelmente viajou até lá com uma embaixada para saudá-lo, ocasião em que encontrou romanos proeminentes, como Mestrio Floro, Senador próximo do Imperador. Com a ajuda dessa influente amizade, Plutarco conseguiu a cidadania romana, com o nome Lúcio Mestrio Plutarco, inserido dentro da Ordem Equestre (STADTER, 2014, p. 14).

Durante a década de 70, durante o governo de Vespasiano, Plutarco viajou a Roma com dois objetivos: demonstrar sua reputação como filósofo e orador, e representar seus concidadãos da Beócia na aproximação com os romanos. Sua amizade com Floro foi importante para estabelecer relações com outros Senadores e com o Imperador. Essa viagem também foi proveitosa para o aprimoramento do seu latim, tanto em termos de fala quanto de escrita; além de ter-lhe permitido acesso às fontes que viria a utilizar na composição das biografias de romanos, como a de César, para a qual consultou Suetônio e Tácito (STADTER, 2014, p. 14).

Plutarco realizou outras viagens a Roma, como embaixador nos anos 80 e 90 d.C., construindo amizades com membros da elite imperial e entrando para o círculo de relacionamentos do Imperador Vespasiano, provavelmente com a ajuda de seu

amigo, Floro. Escreveu, nesse período, uma coleção de biografias dos primeiros Imperadores (de Augusto a Vitélio), das quais apenas as de Galba e Oto nos chegaram. Essa é a primeira obra conhecida que apresenta a história romana em biografia em que o foco foi dirigido para o caráter e a ação dos Imperadores. Provavelmente fazia parte do grupo de filósofos que o Imperador Domiciano expulsou de Roma e da Itália em 93 ou 94 d.C. (STADTER, 2014, p. 16-18)

Retornou, então, retornou para Delfos, onde desempenhou o cargo de sacerdote por quinze anos, até a sua morte, além de dedicar-se à escrita de suas principais obras: Moralia e Vidas Paralelas (PERRIN, 1967, p. xii). Determinar com exatidão a data em que Plutarco escreveu é muito difícil e restringir sua produção ao governo de Trajano pode ser um erro grave (RUSSELL, 1966, p. 141). Acredita-se Plutarco dedicou os últimos vinte anos de sua vida à escrita de suas obras, que totalizam cerca de 227 livros, dos quais 130 não chegaram aos nossos dias. Os títulos remanescentes foram reunidos em duas obras intituladas Moralia⁴⁰ e Vidas Paralelas. Esta última reunia cinquenta biografias de antigos chefes militares, legisladores e governantes, das quais as de Cipião e Epaminondas foram perdidas (PEIXOTO, 1992, p.10). As biografias foram escritas nos anos entre 68 e 116 d.C. de maneira intermitente (JONES, 1966, p. 70). Na obra, escrita em grego, as vidas de dezoito líderes formam pares em que um grego e um romano têm suas trajetórias narradas separadamente e, em seguida, comparadas pelo autor. Dela ainda fazem parte quatro biografias apresentadas de forma isolada: as de Artaxerxes, Aratus, Galba e Oto (PERRIN, 1967, p. xii), sendo, as duas últimas, remanescentes da obra escrita durante o governo de Vespasiano. O objetivo da obra seria extrair, em cada caso, o caráter das personagens, mais do que

⁴⁰ Esta obra agrupa textos de diferentes gêneros como cartas, discursos, diálogos e ensaios, em que Plutarco discorre acerca de diversos assuntos como filosofia, política, retórica, critica literária e ciência. A escolha do nome indica a proeminência da ética em seus temas. O objetivo principal destes escritos consiste em incitar seus leitores a refletirem sobre tópicos filosóficos como virtude e felicidade (VAN HOOF, 2010, p. 1-2).

narrar os acontecimentos políticos da época. Isso explicaria o enfoque exaustivo sobre a educação, a origem familiar e sobre os comportamentos das personagens e a utilização de anedotas para revelar a natureza do homem (PEIXOTO, 1992, p.10).

Plutarco viveu em uma era na qual Roma dominava o Mediterrâneo política e militarmente, testemunhando o governo de Imperadores de três dinastias: a dos Júlio-Cláudios, dos Flávios e dos Antoninos. Acredita-se que o beócio morreu em 120 d.C., durante o governo de Adriano, Imperador que deu a ele o título de Procurador da Grécia, talvez durante uma das três visitas à província (JONES, 1966, p. 63). Nesse período, a literatura grega começava a experimentar um tipo de renascimento que ficou conhecido como Segunda Sofística⁴¹ do qual Plutarco foi um importante participante e divulgador (BECK, 2014, p. 01), podendo ser considerado seu precursor (STADTER, 2014, p. 14).

Apesar de alguns aspectos de seu estilo e pensamento indicarem uma afinidade intelectual com autores antoninos (PELLING, 2002, p. 19), alguns estudiosos afirmam que Plutarco não deve ser identificado como parte desse fenômeno, ou movimento cultural, cujo ápice se deu na metade do século II d.C. Sua linguagem não ostentava o aticismo⁴² característico dos sofistas e, diferente destes, defendia a harmonia entre as culturas, não alimentando sentimentos inflamados pela sua localidade (BOWERSOCK, 1969, p. 111-112; WHITMARSH, 2005, p. 42).

As *Vidas Paralelas* foram escritas da perspectiva dos dias de Plutarco: a Grécia política e militarmente degradada enquanto os romanos sobreviviam às lutas

⁴¹ Porque este fenômeno, ou movimento cultural é mais característico do contexto de Apiano de Alexandria, optamos por explicá-lo no tópico sobre este outro autor.

⁴² As obras produzidas no interior da Segunda Sofística apresentam uma linguagem arcaizante baseada no ático, dialeto utilizado em Atenas nos séculos IV e V a.C. uma versão menos extrema deste arcaísmo é conhecido como *koiné*, uma forma simplificada, ou coloquial do ático característico do período Helenístico. O aticismo ganhou força durante o século II d.C., mas alguns autores optavam por escrever de acordo com a *koiné*. Este retorno ao grego antigo é um exemplo do esforço em desenvolver a imitação criativa, vertente estética característica do período (WHITMARSH, 2005, p. 01).

internas e conquistavam territórios. Um exemplo disso são as *Vidas* de Lisandro e de Sula: a vitória de Lisandro sobre os atenienses levou ao declínio de Esparta, enquanto a vitória de Sula sobre Mitrídates VI, em território grego, assegurou a presença romana no leste. A mensagem transmitida é a de que Roma, a despeito das falhas de seus líderes, continuava estendendo seu domínio tendo a seu favor a proteção divina (STADTER, 2014, 22)

Plutarco desejava escrever a história unida à filosofia, atentando para os valores morais e problemas gerais de governo, de acordo com princípios éticos. Tinha a visão platônica de que um governante deve se devotar ao bem estar de seu povo e estabelecer a justiça, a harmonia e a paz em seu território. Nesse sentido, a *paideia* era importante para preparar os homens, despertando neles qualidades necessárias para governar: as virtudes da justiça, temperança, prudência, coragem, autocontenção e humanidade. Em *Vidas Paralelas*, aparecem os deletérios efeitos da abstenção da *paidéia* em romanos, como Coriolano e Mário (STADTER, 2014, p. 18 - 22). Explicase, assim, a ênfase na educação do biografado, pelo seu importante papel no desenvolvimento, repressão ou ocultação das tendências que o homem carrega desde seu nascimento. A educação poderia moldar o comportamento de um homem, mas não mudar ou erradicar sua natureza.

Mário, que cresceu em uma aldeia perto de Arpino, onde a vida, "em comparação com o refinamento e a elegância dos citadinos, era das mais grosseiras, porém frugal" (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 03) é um bom exemplo da importância da educação para o homem público: "inferior a muitos romanos pela aspereza do trato e incompetência nos negócios públicos, achavam-no útil em tempo de guerra e

⁴³ "[...] τὸν δ' ἄλλον χρόνον ἐν κώμη Κερεατίνων τῆς Ἀρπίνης δίαιταν εἶχε, πρὸς μὲν ἀστεῖον καὶ γλαφυρὸν βίον ἀγροικοτέραν, σώφρονα δὲ καὶ ταῖς πάλαι Ῥωμαίων τροφαῖς ἐοικυῖαν."

negligenciável em tempo de paz"⁴⁴ (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 32). Possuidor de uma coragem natural, desenvolveu suas capacidades militares, mas não aprendeu a controlar sua irritabilidade, algo que teria sido importante para alguém que alcançou tanto poder (RUSSELL, 1966, p. 144-145).

A obra de Plutarco, baseada no principio heurístico da comparação (sýnkrisis), explora os elementos constituintes dos grandes indivíduos na política e na guerra, os dois campos de atividade que serviram para prover níveis de virtudes masculinas (aretê) no mundo antigo (BECK, 2014, 01). O objetivo era comparar as culturas grega e romana através das figuras de seus líderes históricos, em diferentes momentos, enfatizando as virtudes morais inseridas no contexto político em que eles atuavam para o bem e a sobrevivência de suas cidades. Em seus epílogos comparativos, Plutarco parece procurar distribuir louvores e culpas em igualdade. A perspectiva moral é grega, platônica e aristotélica: insistência no treino do controle das paixões através da razão (STADTER, 2014, p. 21).

Plutarco escreveu almejando o prazer e crescimento não só pessoal como também de seus amigos próximos, tanto gregos quanto romanos, no início do século II a.C. (STADTER, 1992, p 01). Ele não seguiu um modelo específico para desenvolver seu trabalho biográfico. Alguns pesquisadores buscam as origens deste gênero na *Odisséia* de Homero. Entretanto, podemos identificar o surgimento da escrita biográfica grega no século IV a.C., em monografias, diálogos, dentre estes os *Diálogos* de Platão e a *Memoralilia* de Xenofonte, que intentavam preservar a personalidade e as idéias de seu mestre, Sócrates (MELLOR, 2002, p. 133).

Aristóteles e os peripatéticos desenvolveram a teoria do caráter individual fixo que pode ser revelado gradualmente durante a vida. Dessarte, as biografias escritas

^{44 &}quot;[...] ἀλλ' ὁμιλίας χάριτι καὶ πολιτικαῖς χρείαις ἐτέρων λειπόμενος, ὥσπερ ὄργανον πολεμικὸν ἐπ'εἰρήνης παρημελεῖτο."

sob esta ótica procuravam identificar traços característicos de uma personalidade e extrair, a partir deles, lições de moral (MELLOR, 2002, p. 134). Herdeiro de Aristóteles, Teofrasto escreveu *Os Caracteres* em que esboçou brevemente diferentes tipos de personalidade, enquanto outros escreveram relatos em que o caráter as personagens eram revelados através da ação. Para esse modelo de biografia, a seleção do conteúdo necessário para iluminar o caráter e ilustrar a lição de moral transmitida não parecia problemática e suas personagens eram basicamente filósofos (MELLOR, 2002, p. 134; RUSSELL, 1966, p. 148).

Nenhuma biografia desse período sobreviveu, mas Plutarco incorporou dois importantes elementos desta tradição: a seleção de conteúdo e o propósito moralizante da escrita. Sua abordagem, todavia, não é aristotélica, mas estóica e a preocupação com a ética é central em seu trabalho. Moldado na tradição estóica, ele reorientou a biografia peripatética para os homens de ação, escrevendo biografias gregas e romanas, comparativamente, selecionando elementos das vidas de seus biografados que tornavam possível esta comparação (MELLOR, 2002, p. 135-137).

Eu não conto todas as ações famosas destes homens, nem falo exaustivamente em todos os casos particulares, mas resumidamente na maior parte. Não é história o que eu escrevo, mas Vidas; e nos mais ilustres feitos não há sempre manifestação de virtude ou vicio, ou melhor, uma pequena coisa como uma frase ou uma brincadeira muitas vezes faz a maior revelação do caráter do que batalhas onde milhares caíram, ou os maiores armamentos, ou cercos das cidades Consequentemente, assim como pintores que, para obter a imagem, em seus retratos do rosto e a expressão dos olhos, onde o caráter se mostra, mas fazem muito pouco em comparação com as outras partes do corpo, então eu devo ser autorizado a dar a minha atenção mais especial, à marcas e indicações das almas dos homens, e enquanto eu esforço-me para retratar suas vidas, posso ser livre para deixar as coisas maiores e grandes batalhas a serem tratados por outros (PLUTARCO. *Vida de Alexandre*, 01).⁴⁵

⁴⁵ "[...]ἐὰν μὴ πάντα μηδὲ καθ' ἕκαστον ἐξειργασμένως τι τῶν περιβοήτων ἀπαγγέλλωμεν, ἀλλ' ἐπιτέμνοντες τὰ πλεῖστα, μὴ συκοφαντεῖν. οὕτε γὰρ ἱστορίας γράφομεν, ἀλλὰ βίους, οὕτε ταῖς ἐπιφανεστάταις πράξεσι πάντως ἔνεστι δήλωσις ἀρετῆς ἢ κακίας, ἀλλὰ πρᾶγμα βραχὺ πολλάκις καὶ ρῆμα καὶ παιδιά τις ἔμφασιν ἤθους ἐποίησε μᾶλλον ἢ μάχαι μυριόνεκροι καὶ παρατάξεις αὶ μέγισται καὶ πολιορκίαι πόλεων. ὥσπερ οὖν οἱ ζωγράφοι τὰς ὁμοιότητας ἀπὸ τοῦ προσώπου καὶ τῶν περὶ τὴν ὄψιν εἰδῶν οἶς ἐμφαίνεται τὸ ἦθος ἀναλαμβάνουσιν, ἐλάχιστα τῶν λοιπῶν μερῶν φροντίζοντες, οὕτως ἡμῖν

Plutarco, dessa maneira, afirma sua liberdade para tratar o conteúdo histórico de seu trabalho e define seus objetivos claramente. Diferentemente da biografia moderna, em que se apresenta o desenvolvimento do caráter e o amadurecimento do biografado pela interação com elementos e situações de sua vida, a biografia plutarqueana apresenta uma visão mais determinista de seu objeto. Influenciado pela filosofia aristotélica, o autor considera que as qualidades naturais do homem são apenas reveladas pelas circunstâncias e, portanto, o caráter de um indivíduo é imutável (RUSSELL, 1966, p. 145-146).

Considerando estas características da obra plutarqueana, a *Vida de Sula*, figura como um relato riquíssimo para nossa pesquisa a respeito das diferentes caracterizações de Lúcio Cornélio Sula oferecidas por autores que escreveram durante a República e o Principado. No relato, percebemos claramente a ideia da imutabilidade do caráter do biografado e a imagem de Sula construída pelo autor se contrapõe àquela apresentada por Salústio e Apiano de diversas maneiras.

1..2.2. O destino de Roma e a philotimia: a Vidas de Sula e a Vida de Mário

A biografia sobre Sula escrita por Plutarco de Queronéia no final do século I a.C. é de grande importância para a nossa pesquisa não apenas pela singular riqueza de detalhes sobre a vida de Sula, mas também por ser um veículo de acesso à *Memórias* escritas por Sula, depois de abandonar a vida pública, e que não chegaram até nossos dias: "Seja com for, o próprio Sula, em suas *Memórias*, contesta essas imputações"⁴⁶

δοτέον εἰς τὰ τῆς ψυχῆς σημεῖα μᾶλλον ἐνδύεσθαι, καὶ διὰ τούτων εἰδοποιεῖν τὸν ἑκάστου βίον, ἐάσαντας ἐτέροις τὰ μεγέθη καὶ τοὺς ἀγῶνας."

^{46 &}quot;περὶ μὲν οὖν τούτων αὐτὸς ὁ Σύλλας ἐν τοῖς ὑπομνήμασιν ἀπολογεῖται."

(PLUTARCO. *Vida de Sula*, 23) é um exemplo dessas valiosas menções. Através dessas referências conseguimos perceber, mesmo que indiretamente, a visão de Sula sobre os fatos que marcaram a sua trajetória militar e política, suas convicções pessoais – como sua certeza de que os sonhos são veículos de comunicação das divindades (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06) – e detalhes sobre armamento e estratégia utilizada nas guerras, principalmente na guerra contra Mitridates, cujo relato plutarqueano apresenta várias alusões a registros desta natureza nas *Memórias* de Sula.

A narrativa compõe-se de trinta e oito capítulos em que Plutarco descreve os aspectos físicos e morais do Ditador, fala sobre sua juventude e sobre sua carreira política e militar, mantendo sempre o tom moralista característico da obra. Grande destaque é dado às batalhas de Queronéia e de Orcômeno, sobre as quais versam os capítulos 11 a 27, ocorridas durante a Guerra contra Mitrídates VI e, podemos inferir, isso se deve ao fato de o cenário de tais embates ser a terra natal do autor. A *Vida de Sula* constitui o livro IV das *Vidas Paralelas* e forma, com a *Vida de Lisandro*, o segundo par de biografias deste volume⁴⁷. O fato de ambos terem empreendido guerras na região da Beócia é outra forma de explicar a ênfase no conflito com Mitridates VI, na biografia de Sula.

Lisandro foi o responsável pela vitória sobre Atenas, em 405 a.C., e sua conquista, ao final da Guerra do Peloponeso. O espartano é retratado como possuidor de muitas características em comum com Sula. Seu retrato, assim, apresenta traços que o aproximam de seu par, sendo utilizado pelo autor para esboçar a imagem do biografado romano, em que tais características aparecem de forma mais complexa e assustadora (STADTER, 1992, p. 42). Devido a essa relação (ou interligação) a análise das

⁴⁷ O primeiro par é formado pelas biografias de Alcebíades e Coriolano.

biografias geralmente são realizadas focalizando o lado sombrio destas personagens e os efeitos devastadores que ele provoca.

Nesse sentido, podemos perceber, entre essas biografias, certa progressão, cujo limite é definido pelos traços mais severos do retrato de Sula: sua natureza destrutiva, sua sede de sangue, sua tirania e sua conduta frequentemente arbitrária, sua arrogância e falta de humanidade. Esses traços são apenas esboçados na vida grega paralela e evoca a dimensão sinistra quando elas aparecem completamente na vida romana (CANDAU MORÓN, 2000, p. 344).

Philip Stadter, seguindo Chistopher Pelling (1988), considera, em sua obra, as imagens dessas personagens produzidas por Plutarco como exemplos de retratos paradoxais⁴⁸, estrutura característica da literatura latina dos séculos I a.C. e I d.C. em que traços de um indivíduo, aparentemente contraditórios, são combinados para definir o seu caráter. Essa fórmula produz um tipo de homem que, em seus momentos de ação, demonstra energia, diligência e constância, mas que exibe sentimentos licenciosos, indolência e sucumbe aos prazeres quando sua missão termina. (CANDAU MORÓN, 2000, p. 453). Nas biografias plutarqueanas, assim, a contradição de cada caráter, a combinação de traços admiráveis e repulsivos, forma a base dos retratos de Lisandro e Sula (STADTER, 1992).

Ambos nasceram em famílias empobrecidas pertencentes à elite de suas cidades, tornaram-se generais vitoriosos e dominaram suas cidades; ambos empreenderam reformas constitucionais e abateram seus inimigos sem misericórdia; ambos utilizaram a religião para apoiar sua posição política e capturaram Atenas, lutaram na Ásia menor e na Beócia e provocaram grandes danos a suas cidades natais. O

⁴⁸ Esse modelo esta presente na literatura grega do século IV a.C., como no retrato de Filipe II que o historiador Teopompo delineou. Mecenas e Petrônio de Tácito também são exemplos de retratos paradoxais, assim como o retrato de Sula (CANDAU MORÓN, 2000, p. 453 e 457).

paralelo mais importante encontra-se no caráter: a qualidade subjacente em ambos é a ambição (*philotimia*)⁴⁹ e a sua capacidade destrutiva é incomum, principalmente no caso de Sula e sua competição com Mário (STADTER, 1992, p. 44).

Sobre essa relação entre os dois romanos, Plutarco utiliza o pensamento de Eurípedes para analisar os perigos associados à ambição, logo após indicar a origem da rivalidade entre Mário e Sula na disputa pelas glórias bélicas: "Bem se viu então que Eurípedes⁵⁰ era sábio e profundo conhecedor das mazelas políticas, ele que recomendava aos homens guardarem-se da ambição como de um demônio inqualificavelmente pernicioso e fatal àqueles que domina"⁵¹ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 04).

A philotimia é o elemento unificador das demais características contraditórias, o traço central que domina as outras características (CANDAU MÓRON, 2000, p. 454). Esse é o tema comum dos primeiros dez pares biográficos da obra de Plutarco⁵², que também envolvem temas como a ambição, a contenda política e o poder (STADTER, 1992, p. 48). A devastação derivada da ambição em Lisandro e em Sula resultou tanto da mistura de outros traços de seus caracteres— tais como a subserviência, violência, e brilhantismo militar — quanto de situações particulares (STADTER, 1992, p. 44-45).

⁴⁹ O efeito devastador da *philotimia* em Lisandro pode ser percebido em alguns momentos da narrativa, como nesta análise sobre sua relação com outras elementos do caráter de Lisandro: "A ambição de Lisandro, de início, ofuscava unicamente os cidadãos de destaque e os iguais. Mas quando a ela se juntaram, por influência dos aduladores, uma arrogância e uma altivez extremas, ele não mais conheceu medidas nem na liberalidade que dispensava, nem nas punições que infligia" (Άλλ' ή μὲν φιλοτιμία τοῦ Λυσάνδρου τοῖς πρώτοις καὶ ἰσοτίμοις ἦν ἐπαχθὴς μόνον. ὑπεροψίας δὲ πολλῆς ἄμα τῆ φιλοτιμία διὰ τοὺς θεραπεύοντας ἐγγενομένης τῷ ἥθει καὶ βαρύτητος, οὕτε τιμιβς οὕτε τιμιφρίας μέτρον ἦν παρ' αὐτῷ δημοτικόν [...]) (PLUTARCO. *Vida de Lisandro*, 19).

O autor refere-se às *Fenícias*, uma das tragédias de Eurípedes mais populares. Datada de aproximadamente 410 a.C. e pertencente ao ciclo tebano muito apreciado no período helenístico, a obra narra a saga de Édipo.

^{51 &}quot;[...] ἀπέδειξε τὸν Εὐριπίδην σοφὸν ἄνδρα καὶ πολιτικῶν ἐπιστήμονα νοσημάτων, διακελευσάμενον φυλάττεσθαι τὴν φιλοτιμίαν ὡς ὀλεθριωτάτην καὶ κακίστην δαίμονα τοῖς χρωμένοις."

⁵² Dentre os pares de biografias que o autor considera, neste momento, estão: Teseu e Rômulo, Licurgo e Numa, Temístocles e Cícero e Péricles e Fábio (STADTER, 1992, p. 48).

Outro aspecto comum aos dois é a aspereza ou severidade em relação aos inimigos, que aparece timidamente em Lisandro – "A única maneira de saciar seu rancor era dar morte a quem detestava; às vítimas, não permitia sequer a opção do exílio" (PLUTARCO. *Vida de Lisandro*, 19) – e domina a conduta de Sula. Nele, a severidade está indicada pela dureza de seu olhar (PLUTARCO, *Vida de Sula*, 02) e revelada nas suas ações, como na decisão de incendiar as casas daqueles que resistiam a sua invasão a Roma, em 89 a.C. (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09) (STADTER, 1992, p. 45)

O par Lisandro e Sula revela ao leitor a ambição implacável e irrefletida que destrói as cidades dos próprios heróis, Esparta e Roma. Ambos eram comandantes bem sucedidos, ambos foram hábeis em cercar e conquistar Atenas. A rivalidade de Lisandro e Agesilau e a de Sula com Mário não encorajou a ambição saudável, mas a ruinosa (STADTER, 1992, p. 49).

Algumas características que são leves em Lisandro emergem horrivelmente em Sula: Lisandro atuou como um líder, Sula, como um tirano, sendo superior apenas na guerra. Sula apresentava ainda excessos, a vulgaridade e a violência fizeram dele um tirano (STADTER, 1992, p. 48). Tal análise é facilmente percebida na *synkrisis*, a comparação entre Lisandro e Sula apresentada pelo autor ao final da narrativa sobre o romano, na qual o autor destaca aleatoriamente as virtudes e vícios de ambos, que foram os maiores em suas cidades. Sobre esse fato, por exemplo, Plutarco analisa as circunstâncias em que alcançaram este *status*, e Lisandro possui certa vantagem em seu mérito, por ter exercido todos os cargos pela vontade dos cidadãos, quando o governo estava sadio; sobre Sula que, eleito apenas uma vez, permaneceu no poder a força, o

^{53 &}quot;[...] θυμοῦ δὲ μία πλήρωσις ἀπολέσθαι τὸν ἀπεχθόμενον οὐδὲ γὰρ φυγεῖν ἐξῆν."

autor afirma: "o fato de tornar-se o primeiro em uma cidade tão degenerada de modo algum prova que é melhor"⁵⁴ (PLUTARCO. *Comparação de Lisandro e Sula*, 39).

Lisandro aparece como mais virtuoso que Sula, pois, apesar de ter tentado modificar a Constituição, o fez de maneira mais branda, utilizando-se da persuasão e não das armas. Para o autor, seu governo parecia justo e não natural devido à sua virtude, e não ao nascimento. Sula, que tinha seus atos governados pela inveja (PLUTARCO. *Comparação de Lisandro e Sula*, 40), é o contraponto de Lisandro, um exemplo dos efeitos dos vícios

O romano é considerado superior a Lisandro apenas no que tange aos feitos militares (PLUTARCO. *Comparação de Lisandro e Sula*, 42), na guerra contra Mitrídates, ao recusar a proposta de aliança feita pelo rei, Sula "preferiu o bem público ao interesse pessoal", fato que denunciou de maneira ímpar sua magnanimidade (PLUTARCO. *Comparação de Lisandro e Sula*, 43).⁵⁵ A superioridade bélica de Sula é, sem dúvida, o elemento mais positivo de sua caracterização plutarqueana, sendo o traço com que o autor encerra a comparação: "[...] Sula alcançou mais sucessos e Lisandro cometeu menos erros, bem como ao atribuir ao espartano o prêmio da temperança e da moderação, e ao romano o da arte militar e da coragem" (PLUTARCO. *Comparação de Lisandro e Sula*, 43).⁵⁶

O foco na *philotimia* e em outras características comuns a Sula e Lisandro impede, não obstante, a percepção de dois importantes temas que se relacionam, na obra de Plutarco, com a trajetória de Sula: há uma parcial aprovação de suas ações – como no

 $^{^{54}}$ "[...]ἀλλὰ σημεῖον οὐ τίθεμαι τοῦ βέλτιστον εἶναι τὸ γενέσθαι πρῶτον οὕτω πονηρὰ πραττούσης τῆς πόλεως [...]

^{55 &}quot;[...]ὅτι τὸ κοινὸν τοῦ οἰκείου πρόσθεν θέμενος [...]"

⁵⁶ "ἄρα δὴ σκοπεῖν, μὴ οὐ πολὺ τἀληθοῦς διαμαρτάνωμεν ἀποφαινόμενοι πλέονα μὲν κατωρθωκέναι Σύλλαν, ἐλάττονα δὲ ἐξημαρτηκέναι Λύσανδρον, καὶ τῷ μὲν ἐγκρατείας καὶ σωφροσύνης, τῷ δὲ στρατηγίας καὶ ἀνδρείας ἀποδιδόντες τὸ πρωτεῖον."

excerto acima, em que o autor indica sua magnanimidade – e a constante intervenção dos deuses em seu destino (CANDAU MÓRON, 2000. P. 455-456).

Plutarco percebe a Sula e Lisandro não apenas como objetos biográficos individuais, mas também como figuras cujos caracteres estão ligados à história de suas cidades. O autor, assim, julgou as personagens apoiado na ideia de Império romano e nos princípios culturais que o legitimaram, avaliando suas qualidades e defeitos e construindo caracteres que poderiam ser duplicados pela experiência do leitor, que constituía um elemento importante na literatura grega (CANDAU MORÓN, 2000, p. 457 e 460).

Nesse sentido, considerando a importância histórica de Roma no tempo de Plutarco, compreendemos a maior frequência de alusões a participação sobrenatural nos eventos nas vidas romanas, tais como: o nascimento (PLUTARCO. *Vida de Rômulo*, 8; *Vida de Camilo*, 6) e a consolidação do poder romano (PLUTARCO. *Vida de Fábio*, 17; *Vida de Marcelo*, 3) a expansão imperial (PLUTARCO. *Vida de Flamínio*, 12-19) ou estabelecimento do Principado. Dentre esses eventos importantes para a história e o destino de Roma, o estabelecimento do Principado, por sua importância para o contexto de Plutarco, é o que oferece o maior número de referências ao divino como guia da história (CANDAU MORÓN, 2000, p. 463) (PLUTARCO. *Vida de Pompeu* 53; *Vida e Lúculo*, 44; *Vida de Bruto*, 47; *Vida de Antônio*, 55.6).

Na biografia de Sula, as constantes menções aos sinais dos deuses em momentos decisivos de sua vida facilitam ao leitor formar a impressão de que a carreira de Sula seguiu um plano sancionado pelos deuses⁵⁷ (CANDAU MORÓN, 2000, p. 463). Tais indicações sobrenaturais aparecem na obra de três maneiras: previsões de adivinhos, sonhos de Sula e sinais divinos. A primeira delas aparece duas vezes no texto

 $^{^{57}}$ Nas biografias de Lúculo e Pompeu esta temática pode ser percebida (CANDAU MORÓN, 2000, p. 463-464)

e referem-se ao seu destino (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 05) e ao momento em que morreria (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 36). Os dois sonhos de Sula estão relacionados ao seu sucesso na guerra: a caminho de sua primeira invasão a Roma, Sula sonhou que uma deusa⁵⁸ que lhe entregava raios e apontava seus inimigos, os quais ele abatia (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09); em outro sonho, viu Mário pai, já morto, aconselhando o filho a recear o dia seguinte, que lhe traria grande desastre, "então a divindade confirmou o que Sula ouvira em sonhos" e a batalha foi desastrosa para o Mário filho (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 28).⁵⁹

Os sinais divinos, por sua vez, aparecem diversas vezes na narrativa, tanto como mensagem para Sula, como para seus inimigos: quando Sula estava a caminho da guerra social, uma enorme fenda se abriu na terra, cuspindo ofuscante chama para o céu e os adivinhos anunciaram que "um homem valoroso e belo tomaria o poder e livraria a cidade dos males que a assoberbavam" (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06). Antes do início da primeira Guerra Civil, formam percebidos quatro anúncios deste fato, por parte das divindades (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 08). Mitrídates recebeu inúmeras advertências dos deuses enquanto Sula marchava ao seu encontro, para iniciar a guerra (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 11). Ao final do cerco a Atenas, durante a Guerra

⁵⁸ Plutarco (*Vida de Sula*, 09) supõe que fosse talvez Sêmele, ou Atena ou Enio. A primeira era filha de Cadmo e Harmonia, mãe de Dioniso, cujo pai era Zeus, e morreu fulminada quando, a seu pedido, Zeus apresentou-se como deus olímpico, envolto em luz radiante. Para salvar seu filho, Zeus o retirou do ventre da mãe morta e terminou a gestação na sua coxa. Atena, também chamada Palas, filha de Zeus e Métis, deusa da sabedoria, da estratégia em batalha, das artes, da justiça e da habilidade. Ênio (em grego Έννώ, "horror"), ou Enio, era uma antiga deusa conhecida como "Destruidora de cidades", geralmente representada coberta de sangue e portando armamento bélico. Filha de Zeus e Hera, e em algumas versões, filha ou irmã de Eris, com frequência é retratada como acompanhante de Ares, do qual era amante e irmã. Em algumas versões, diz-se que ao desferir o golpe final, Enio tinha seu corpo transformado em fogo.

^{59 &}quot;ἐνταῦθα τῷ Σύλλᾳ τὴν κατὰ τοὺς ὕπνους φωνὴν ὁ δαίμων συνετέλει."

^{60 &}quot;είπεῖν δὴ καὶ τοὺς μάντεις ὡς ἀνὴρ ἀγαθὸς ὄψει διάφορος καὶ περιττὸς ἄρξας ἀπαλλάξει τῷ πόλει ταραχὰς τὰς παρούσας."

⁶¹ O incêndio espontâneo das insígnias; três corvos que devoraram seus filhotes na rua e levaram os restos para os seus ninhos; ratos que roeram o ouro consagrado em um templo e, quando uma fêmea dentre eles foi apanhada, pariu cinco filhotes dos quais devorou dois; e aquele que Plutarco afirma ser o mais importante, o som de uma trombeta no céu sem nuvens (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 08)

⁶² Dentre estas, Plutarco (*Vida de Sula*, 06) aponta como a principal a queda da coroa de uma Vitória que os moradores de Pérgamo desciam sobre Mitrídates.

Mitridática, quando Curião levava Aristião para fora da Acrópole, enquanto Sula tomava o Pireu, o céu se fechou em nuvens e desabou uma chuva que inundou a Acróple (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 14). Sinais divinos⁶³ também foram percebidos quando Sula caminhava para enfrentar a segunda Guerra Civil, logo após voltar da Ásia (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 27). A chuva torrencial que se seguiu a sua cremação foi interpretada por Plutarco como sendo sua fortuna que lhe acompanhou até o fim, participando de seus funerais (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 38).

Os sinais divinos de aprovação da carreira de Sula inscrevem seus feitos no plano aprovado pelos deuses e coloca-os na ordem do destino de Roma. Associando os feitos de Sula, especialmente aqueles que foram fundamentais também para a formação do governo imperial, como as duas Guerras Civis e a vitória sobre Mitridates VI, o autor amarra à vida do protagonista o destino de Roma. Um destino como esse atua como campo de significado e confere grande importância aos eventos relatados. O destino de Sula, dessarte, é apresentado como entrelaçado à história de Roma. Para compreendermos esta visão do autor, temos que considerar sua aceitação do poder romano, cuja hegemonia e regime de governo garantiam a manutenção da paz e a harmonia do mundo civilizado; foi sob essa ótica que Plutarco escreveu suas *Vidas* (CANDAU MÓRON, 2000, p. 464)

Interessante salientar que tais sinais divinos podem também ser indicativos da aprovação do autor sobre os fatos narrados. Quando Sula torna-se Ditador, as menções aos sinais divinos, previsões e sonhos cessam e a narrativa passa a tratar apenas dos excessos e crimes cometidos por ele. Apenas na véspera de sua morte, conforme escreveu em suas *Memórias*, o biografado encontrou-se, em sonho, com seu

⁶³ Coroa de louros com as fitas amarradas, no fígado da vítima sacrificada; a visão de dois exércitos em batalha, no céu; um criado, por inspiração divina lhe disse que Belona lhe assegurava sucesso e vitória na guerra (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 27)

filho, morto há algum tempo, que o chamava para juntar-se a ele e sua mãe, Metela (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 37). Esse sonho, não obstante, não parece ter a mesma função dentro da narrativa, servindo apenas para enriquecer o relato dos momentos finais daquele que foi grande em poder e cuja ambição foi – se focarmos em seus aspectos sombrios e na paradoxalidade de seu retrato – tão prejudicial para o seu destino e da sua cidade.

Outra biografia plutarqueana que utilizamos, como documento auxiliar, em nosso estudo sobre o contexto e a atuação de Sula, é a *Vida de Mário*. Trata-se de uma biografia faz par com a de Pirro, mas o texto em que Plutarco comparava estas duas personagens não nos chegou. Nesse relato, composto por 46 capítulos, encontramos uma descrição detalhada da atuação deste equestre na Guerra Jugurtina, além de sua caracterização e informações sobre sua ascendência e carreira política. Alguns fatos narrados de passagem na biografia de Sula, possuem maior destaque na narrativa da vida deste equestre. A Guerra Jugurtina é um exemplo disso, provavelmente por ter sido Mário o Cônsul que liderou o exército no final do conflito – e Sula ser seu subordinado – recebe grande destaque na biografia de Mário. Outro fato narrado extensamente neste relato, e apresentado sucintamente na biografia sulana é a fuga de Mário após ser derrotado na primeira Guerra Civil.

Além de enriquecer nosso acesso aos fatos que envolveram os protagonistas das primeiras Guerras Civis, podemos perceber uma discreta comparação entre eles ao logo das duas narrativas, que muito contribui para o estudo desta rivalidade que levou a guerra para dentro dos muros de Roma. Essa comparação aparece nas duas biografias e em alguns momentos, como por exemplo, na narrativa da Guerra Social, em que os seus feitos militares são comparados (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 33; *Vida de Sula*, 06).

Tanto a Vida de Sula quanto a Vida de Mário, estão inseridas em uma obra de cunho moralista produzida durante o Principado, cujo principal objetivo era extrair da ação dos biografados, seus caracteres constituídos por vícios e virtudes.

Os escritos plutarqueanos chegaram até nossos dias através de diversos manuscritos que continham diferentes partes do trabalho. Desses, podemos citar os mais completos, em que se basearam inúmeras publicações na língua grega e as traduções modernas para o francês e o inglês. O manuscrito mais antigo e mais respeitado é o Codex Sangremanensis, da biblioteca do monastério de São Germano, na região da Lorena, que consiste em um pergaminho do século X que contém quinze Vidas: a última parte da Vida de Antônio, e as Vidas de Pirro e Mário, Aratus, Artaxerxes, Agis e Cleomenes, Tibério e Caio Graco, Licurgo e Numa, Lisandro e Sula, e Agesilau e Pompeu. O segundo mais antigo é pergaminho encontrado no Codex Seitenstetteis, pertencente ao monastério de Seitenstetten, na Áustria. Este é um pergaminho do século XI que contém dezesseis vidas: Licurgo e Numa, Sólon e Publícola, Aristides e Catão o Velho, Temístocles e Camilo, Címon e Lúculo, Péricles e Fábio Máximo, Nícias e Crasso e Agesislau e Pompeu. Há ainda três papiros na Biblioteca Nacional de Paris, do século XIII que contêm todos os textos da Moralia e Vidas Paralelas. Além destes, há outros papiros dos séculos XIV e XV que contêm textos das Vidas e que serviram de base para as edições modernas das obras plutarqueanas (PERRIN, 1967, p. xiv-xvi).

A primeira edição completa dos trabalhos de Plutarco data de 1572, editada por Henri Etienne Stephanus, em Paris, em 13 volumes. Em 1624, outra edição parisiense, com dois volumes, reproduziu o texto de Stephanus e tornou-se o *textus receptus*. (PERRIN, 1967, p. xvi). A mais antiga edição dessas obras em francês data de 1559, editada por Jacques Amyot, considerado um trabalho de valor filológico e com grandes méritos literários (PERRIN, 1967, p. xvii). Com base nesse trabalho de Amyot

e nos originais gregos, Sir Thomas North traduziu as *Vidas* para o inglês, em 1579 (PERRIN, 1967, p. xviii). A primeira tradução acadêmica das *Vidas* do original grego para o inglês foi feita pelos irmãos John e Willian Langhorne, em 1770. Ao longo do século XIX, inúmeros estudos sobre a obra de Plutarco e diversas traduções foram publicados, como a monografia do Arcebispo Trench, em 1873 (PERRIN, 1967, p. xviii-xix)

A trajetória de Sula também é narrada por Apiano, um autor que testemunhou o auge da Segunda Sofística, mas que não é considerado como participante deste movimento (ou fenômeno) literário. Apiano de Alexandria não produziu um retrato de Sula, mas sua simpatia por essa personagem pode ser percebida através da análise de sua peculiar narrativa dos fatos referentes a ela.

1.3. Apiano de Alexandria: trajetória pessoal e obra histórica

1.3.1. O autor atuante em seu contexto

Para escrever sobre a vida de Apiano de Alexandria, a historiografia moderna utiliza, por não ter chegado até nós sua autobiografia 64, as informações contidas em sua auto-apresentação no Prólogo da *História Romana* e a produção epistolar endereçada a seu amigo Frontão 65, o preceptor de Marco Aurélio (WHITE, 1972 p. viii), como o próprio Frontão informa: "[...] meu amigo Apiano, entre ele e eu

⁶⁴ Sabemos da existência desta autobiografía devido a uma referência feita a ela por Apiano: "E se alguém tem um interesse especial em saber mais a respeito de minha pessoa, existe um escrito meu sobre estas questões" ("καὶ εἴ τῷ σπουδὴ καὶ τὰ λοιπὰ μαθεῖν, ἔστι μοι καὶ περὶ τούτου συγγραφή") (APIANO. *História Romana I.* Prólogo, 15).

⁶⁵ Marco Cornélio Frontão (100-166/167 d.C.) nasceu na Numídia, alcançou muita influência literária em sua época, era um jurista eminente e famoso orador no Senado. Foi nomeado como um dos tutores de Marco Aurélio por Adriano em 138 d.C. e reafirmado neste cargo por Antonino Pio (GRANT, 1996, p. 84-85).

houve uma intimidade de longa data e uma prática quase diária de estudos mútuos" (FRONTÃO. Correspondência de Frontão para Antonino Pio, CXXXII, 02).⁶⁶

Nascido, supostamente em 95 d.C., no final do governo de Domiciano (81-96 d.C.), em Alexandria, no Egito (GRANT, 1996, p. 98), Apiano, ao longo de sua vida, desempenhou altos cargos administrativos em sua cidade natal. Durante o governo de Adriano foi advogado em Roma, provavelmente na qualidade de aduocatus fisci, ou advogado do Tesouro Imperial, cargo instituído pelo Imperador Adriano. Por intercessão de Frontão, na velhice, Apiano foi nomeado Procurador Imperial (WHITE, 1972, p. vii-viii), provavelmente na Província do Egito (GRANT, 1996, p. 98). No epistolário do preceptor de Marco Aurélio encontramos uma carta endereçada a Antonino Pio que nos esclarece muito sobre o assunto. Frontão inicia esta carta, escrita entre 157 d.C. e 161 d.C., relembrando que Antonino Pio já havia atendido a um pedido seu: "vós promovestes rapidamente, a meu pedido, à dignidade de um cavaleiro romano, Sexto Calpúrnio, que dividiu comigo o privilégio de duas Procuradorias" (FRONTÃO. Correspondência de Frontão para Antonino Pio, CXXXII, 01).67 Ato contínuo, ele afirma que por dois anos esteve pedindo por Apiano, que desejava o cargo de Procurador "para realçar sua dignidade na velhice [...] e não por ambição ou cobiça pelo salário de Procurador" (FRONTÃO. Correspondência de Frontão para Antonino Pio, CXXXII, 02).⁶⁸

Apiano foi nomeado *Procurator Augustorum* dos Imperadores Marco Aurélio e Lúcio Vero (SANCHO ROYO, 1985, p. 8-9) por Antonino Pio, como podemos inferir da leitura da carta de Frontão endereçada ao Imperador, em que o

⁶⁶ "Supplicavi iam tibi per biennium pro Appiano amico meo, cum quo mihi et vetus consuetudo et studiorum usus prope cotidianus intercedit."

⁶⁷ "Equitis Romani unius contubernalis mei Sextii Calpurnii dignitatem rogatu meo exornasti duabus iam procurationibus datis."

⁶⁸ "Dignitatis enim suae in senectute ornandae causa, non ambitione aut procuratoris stipendii cupiditate optat adipisci hunc honorem."

remetente afirma isto claramente: "o momento em que vós destes a Apiano a Procuradoria pelo meu pedido [...]" (FRONTÃO. *Correspondência de Frontão para Antonino Pio*, CXXXII, 02).⁶⁹ A interferência de Frontão nessa ocasião deve ter sido necessária porque os magistrados que ocupavam as Procuradorias eram membros da Ordem Senatorial, da qual Apiano não fazia parte. Ele possuía a cidadania romana e o título equestre cedidos por Adriano (WHITE, 1972, p. vii), provavelmente conseguidos devido à nova forma de recrutamento equestre que esse Imperador implantou⁷⁰.

No prefácio de Apiano, os cargos são postos à frente como uma qualificação para escrever a história, sendo claramente ornamentais. A menção a cargos e outras honras não têm utilidade na investigação demandada pela história, servindo apenas para promover o status social do narrador (MARINCOLA, 2004, p. 146). Assim Apiano se apresenta: "[...] sou Apiano de Alexandria, homem que alcançou os mais altos postos em sua pátria e que atuou como defensor nos Tribunais de Roma no tempo dos Imperadores, até que lhe concederam o cargo de seu Procurador" (APIANO, *História Romana I.* Prólogo, 15).⁷¹

Esse destaque dado por Apiano às suas importantes tarefas públicas, assim como o fato de ter escrito uma autobiografia, pode configurar a intenção do historiador em demonstrar a autoridade de sua obra, necessidade devida à distância temporal dos fatos narrados (WHITE, 1972, p. ix). Assim, o empenho em se apresentar como homem acostumado a tarefas públicas era um aval de sua capacidade para interpretar os fatos

⁶⁹ "Proximo superiore anno petenti mihi propitius multa respondisti, illud vero etiam comiter, futurum ut quom Appiano me rogante procurationem dedisses, causidicorum scatebra exoreretur idem petentium."

⁷⁰ A partir do governo de Adriano, funcionários imperiais que, depois de desempenharem a função de advogado do fisco, conseguiam sua primeira Procuradoria entravam para a Ordem Equestre. Esta terceira via de acesso criada por Adriano distingue-se daquelas demais (possuir o censo equestre e participar da carreira militar, e descender de uma família de cavaleiros) pela exceção do serviço militar. Era um meio fácil e agradável aos intelectuais e aos notáveis de língua grega, pois o latim era obrigatório no desempenho de cargos militares. (PETIT, 1974A: 190). Este foi o provável caminho percorrido por Apiano de Alexandria até conseguir o seu título equestre, por exemplo.

^{71 &}quot;Άππιανὸς Ἀλεξανδρεύς, ἐς τὰ πρῶτα ἥκων ἐν τῆ πατρίδι καὶ δίκαις ἐν Ῥώμη συναγορεύσας ἐπὶ τῶν βασιλέων, μέχρι με σφῶν ἐπιτροπεύειν ἠξίωσαν."

informados por documentos anteriores (SANCHO ROYO, 1985, p. 10). Na tradição historiográfica romana, a experiência política era requisito indispensável para o bom historiador, e os centros de poder eram, às vezes, centros de cultura e mecenato (MILLAR, apud: SANCHO ROYO, 1985, p. 10). Nessa autoapresentação, o objetivo de Apiano poderia ser demonstrar sua estreita vinculação com o poder em sua longa carreira política. Era comum que os historiadores antigos apresentassem sua decisão em escrever a história usando a face "pública", enfatizando a grandeza dos fatos e a seriedade de seus objetos. Embora dissessem algo sobre suas motivações pessoais, essa decisão privada era apresentada como benéfica para os indivíduos e para a coletividade (MARINCOLA, 2004, p. 62) (vide WOODMAN; POWELL, 1992).

Sobre a vida pessoal de Apiano, sabemos muito pouco e as únicas informações desta natureza a que temos acesso advêm das cartas de Frontão. Na mesma carta em que pediu a Antonino Pio o cargo para Apiano, Frontão alude à ausência de filhos do amigo: "[...] há a idade, há a falta de herdeiros que chama por consolações para aliviá-la" (FRONTÃO. *Correspondência de Frontão para Antonino Pio*, CXXXII, 02).⁷² Assim, o remetente defende que a nomeação do amigo como Procurador Imperial serviria para acalentar a sua velhice solitária.

Apiano, ademais, sofria de problemas gástricos, como demonstra em uma carta sua a Frontão: "Eu não pude vê-lo hoje, devido a problemas gástricos, na última noite eu apenas me levantei." (FRONTÃO. *Correspondência de Apiano para Frontão*, CXXXIII, 01).⁷³ A data de sua morte é incerta. Supõe-se que ele haja falecido em 165 d.C. (WHITE, 1972, p. vii); mas existe também a hipótese de que haja vivido até pelo menos 180 d.C., conseguindo finalizar em vida a sua obra (GRANT, 1996, p. 99).

^{72 &}quot;Sed multa distant: aetas, orbitas, cui leniendae solaciis opus est."

^{73 &}quot;Οὐδὲ σήμερον ἐδυνήθην σε ἰδεῖν διὰ τὴν γαστέρα νυκτὸς ἐνοχλοῦσαν ἕως ἄρτι κοιμηθείς."

Não podemos situar a vida de Apiano de Alexandria no decorrer do governo de apenas um Imperador. Ele, segundo a historiografia, recebeu a cidadania e o título equestre das mãos de Adriano e o cargo de Procurado Imperial de Antonino Pio, tendo provavelmente desempenhado esta função durante o governo colegiado de Marco Aurélio e Lúcio Vero. Assim podemos afirmar que a trajetória de Apiano acompanhou a evolução da dinastia dos Antoninos. Apiano participou de um mundo bilíngue⁷⁴ em que o estabelecimento de identidade era quase sempre duplo e abarcava o lado ocidentallatino e o oriental-grego, cuja influência na cultura romana estava em franco crescimento.

O domínio de autores em grego, o crescimento da riqueza e confiança de professores deste idioma, além da atitude filo-helênica das cortes de Adriano e dos Antoninos contribuíram para esta mudança. Apesar de ser artificial, a definição de uma literatura específica do período antonino é possível, posto que, a partir da metade do século II d.C. desenvolveu-se uma literatura bilíngüe, processo percebido pelo crescimento da importância da educação em grego, que deixou de ser apenas meio de acesso aos clássicos para se igualar ao latim como importante língua de instrução (RUSSELL, 2002).

Marcado pela estabilidade doméstica e nas fronteiras, malgrado a persistência de alguns conflitos, como na Bitínia e na Mauritânea, o período de governo dos Antoninos pode ser caracterizado como um contexto de paz e estabilidade (ECK, 2012, p. 95). Os governos souberam conservar uma ordem pública estável não só pela prosperidade econômica, mas também pela relação não conflituosa com o Senado que pode ser explicada por dois fatores: após dois séculos de governo imperial o papel dos

⁷⁴ James Noel Adams (2004) trabalha a interação entre o latim e diversos idiomas, além do grego, no território romano, em diferentes períodos, demonstrando que a preocupação em compreender e ser compreendido fez parte da história de Roma.

Senadores junto ao Imperador encontrava-se bem definido e era aceito por eles que, neste momento, possuíam origens diferentes daqueles Senadores no início do século I d.C. Homens oriundos de diferentes províncias e/ou membros da Ordem Equestre, formavam um conglomerado heterogêneo unido pela gratidão ao Imperador, responsável por sua indicação para o Senado, que não ressentia com a proeminência do Imperador (ECK, 2012, p. 100-101) Os escritores desse momento (como Plínio o Jovem⁷⁵ e Dion Crisóstomo⁷⁶, por exemplo) olhando o tenebroso passado, elogiavam a *rara felicitas temporum* que desfrutavam; e graças a eles conhecemos os sucessos de períodos em que a liberdade não era grande. Esses relatos despertavam o interesse dos Imperadores, pois ao reprovar os crimes do passado, fazia-se indiretamente o elogio do presente (GIL, 1961, p. 173-174).

Os três Imperadores que se sucederam no século II d.C., Antonino Pio (138-161), Marco Aurélio (161-180) – até 169 com seu colegiado Lúcio Vero – e Cômodo (180-192) integravam a dinastia dos Antoninos (iniciada por Nerva, Trajano e Adriano). A importância dos Antoninos é múltipla, mas encontra-se principalmente no fato de representarem uma época de transição (GRANT, 1996, p. 04). As mudanças operadas na sociedade romana deste período tiveram como instrumento mais significativo as guerras, iniciadas pela ruptura das fronteiras norte e leste, que indicaram o fim próximo da estabilidade e da harmonia (GRANT, 1996, p. 152).

.

⁷⁵ Caio Plínio Cecílio Segundo (61-114) descendia de uma família equestre que chegou ao Senado. Sobrinho neto de Plínio o Velho, ele foi orador e jurista, além de desempenhar magistraturas, chegando ao Consulado durante o governo de Trajano, a quem dedicou um panegírico, única peça oratória de sua autoria que se conservou. Suas 247 cartas endereçadas aos amigos entre os anos de 97 e 109, juntamente com as 122 cartas trocadas com Trajano compõem 10 volumes em que nos informamos sobre o cotidiano político de sua época. Especificamente as cartas ao Imperador, escritas quando Plínio governou a Bitínia versão sobre o cristianismo.

⁷⁶ Dion de Prusa ou Dion Coceianus (40-112) ganhou a alcunha Crisóstomo ("boca de ouro") após sua morte, devido a sua grande habilidade oratória. Considerado por Filóstrato como um dos maiores retóricos e sofistas de seu tempo, Dion escreveu sobre diversos assuntos, como política, ensino, ética e filosofia. Depois de ser exilado por Domiciano, tornou-se amigo de Nerva e Trajano, seus sucessores. Sobreviveram ao tempo 80 de seus discursos e algumas cartas, um ensaio *Em louvor do cabelo* alguns outros fragmentos.

Géza Alföldy⁷⁷ (1989, p.110) afirma que o período que vai do governo de Augusto ao de Antonino Pio é caracterizado pelo florescimento da política romana. Época em que o Império atingiu o máximo de sua extensão geográfica⁷⁸ e viveu um período de relativa paz, tanto internamente quanto nas fronteiras. Segundo Paul Petit (1974A, p. 175-176), o governo dos Antoninos caracterizou-se pelo equilíbrio entre os elementos civis e militares, seguindo a tradição de Augusto. As mudanças relevantes constituem a transformação do poder pessoal do Imperador em um governo burocrático: o *Princeps* perdeu seu traço de magistrado, de representante do povo romano e se tornou o titular de um ofício público. Nesse sentido, a evolução do Conselho do Príncipe é significativa: era formado por *amici* e *comites* do Imperador, chamados a discutir com ele as grandes opções políticas, além de ser um dos órgãos da justiça imperial. Sua existência rendeu a ilusão da permanência da política pessoal dos soberanos através de seus conselheiros.

Para a maior parte dos autores, a crise do Império se iniciou com Septímio Severo, mas Roger Rémondon (1967, p. 03) afirma que foi durante os governos de Marco Aurélio e Cômodo que o equilíbrio e a estabilidade da paz romana foram quebrados. Então, apareceram as múltiplas formas de uma possível crise interior (crise política, econômica, religiosa e moral) e exterior, pelos movimentos dos povos estrangeiros, denominados bárbaros, em toda a Europa. Paul Petit (1974A, p. 31-34) concorda com esta análise e também enumera como causas desse início de declínio, além do agravamento das guerras externas, o aparecimento da peste – que causou

⁷⁷ Sabemos que Géza Alföldy apresenta a sociedade romana de forma esquemática. Nela, os grupos sociais aparecem quase estáticos, quanto à possibilidade de mobilidade social, e seus membros são identificados de maneira uniforme quanto à suas funções e objetivos dentro da sociedade. Entretanto, sua descrição da sociedade romana nos pareceu suficiente para explicar alguns traços dos contextos dos autores antigos e algumas estruturas político-sociais dos tempos republicanos.

⁷⁸ Esta máxima extensão geográfica foi alcançada com a conquista da Dácia, realizada por Trajano.

grandes perdas humanas – e a crise econômica, consequência da paralisação do comércio pelas guerras e do aumento dos impostos para cobrir os custos bélicos.

O governo de Marco Aurélio se apoiou em uma aristocracia senatorial e sobre os ricos notáveis das províncias romanas. Tais grupos, todavia, se serviram do goerno, antes de servi-lo, para se enriquecerem sem obstáculos. Os grandes chefes militares e os altos funcionários, cada vez mais, eram retirados da Ordem Equestre, que ainda conservava o interesse pelos cargos públicos (PETIT, 1974A, p. 37-38; ECK, 2012, p. 102). Durante esse período, surgiu a tendência de associar um Procurador equestre a cada alto funcionário senatorial, com o fim de vigiar este último (RÉMONDON, 1967, p. 178).

Trata-se de uma época em que parece ter ocorrido um considerável aumento no número de escritores importantes, tanto em grego quanto em latim. Destacam-se, na prosa em latim, as obras de Apuléio⁷⁹ e talvez de Frontão (embora de sua obra não tenha sobrevivido o suficiente para um julgamento preciso); na escrita grega, destacam-se as *Meditações* de Marco Aurélio e a obra de Luciano⁸⁰. A predominância de escritores gregos é mais um dos inúmeros sinais de que a parte grega do Império estava se afirmando, em particular, pela Segunda Sofística (GRANT, 1996, p. 83).

Tim Whitmarsh (2004) considera que a literatura do período, buscando uma identidade grega, se enquadrava em um processo de auto-afirmação incompleto e

⁷⁹ Apuléio (125-164) era filósofo e escritor satírico, romano nascido em Madaura, na Numídia, notável figura da literatura, da retórica e da filosofia platônica de sua época. Autor de *Apologia*, uma espécie de autobiografia, escreveu ainda diversos poemas e tratados, entre os quais *Florida*, coletânea de trabalhos de eloquência. Sua obra mais conhecida é *Metamorfoses* ou *O asno de ouro*, composta por onze livros que narram as aventuras do jovem Lúcio, transformado por magia em burro, que só recupera a forma humana graças à intervenção de Ísis, a cujo serviço se consagra.

⁸⁰ Escritor grego nasceu em 125 d.C., em Samósata, na província romana da Síria. O apogeu de sua atividade literária transcorreu durante o governo de Marco Aurélio. Escreveu em grego e se tornou conhecido pelos diálogos satíricos e críticas ácidas sobre os costumes da sociedade de sua época. Provavelmente morreu em 181 d.C., em Alexandria, e suas obras mais conhecidas são *Diálogo dos deuses*, uma paródia da mitologia helênica, *Diário dos mortos*, uma ironia à vaidade, *Sobre a morte de Peregrino*, sobre o suicídio do filósofo, *Dupla acusação*, sobre seu rompimento com a retórica, e *De como escrever história*, uma sátira sob forma epistolar. vide BRANDÃO, 2001.

instável, visto que os escritores eram cidadãos romanos, o que resultava em uma identidade fissurada. Nesse cenário, em que o poder estava centralizado em Roma e a cultura ascendente passava pela tradição helênica, configurou-se a Segunda Sofística como um fenômeno cultural em que a concepção estética predominante foi a *mímesis*, isto é, a atualização dos modelos clássicos na busca por uma auto-representação.

Existe um grande debate sobre a definição dessa vertente literária como um movimento (BOWERSOCK 1969; SWAIN, 2003; WALLACE-HADRILL, 2008) ou como um fenômeno identitário de alguns escritores do Império Romano em torno da cultura grega, relacionado a uma prática retórica (WHITMARSH, 2001). É propalada ainda a ideia de que a segunda sofística consistia em um sistema de valores, um modo de pensar a identidade grega expressa de diferentes maneiras (BORG, 2004). Além disso, o uso do termo "Segunda Sofística" pode ser questionado, porquanto não há evidências de que a sofistica antiga grega tenha desaparecido; o termo, utilizado pela primeira vez por Filóstrato, seria um recurso retórico para ligar os sofistas do século II d.C. aos antigos (ANDERSON, 1993, p. 18). Trata-se de um movimento formado por homens que, além de apaixonados pela retórica, dispunham de grande influência e popularidade. A emergência do movimento sofista gerou consequências importantes para a ideia que os romanos formavam de si mesmos. Os sofistas admiravam Roma e acreditavam que só ela poderia realizar o ideal almejado pelos gregos dos tempos de Alexandre: o mito de uma pátria universal em que reinariam os valores do helenismo (GRIMAL, 1993, p. 107-108).

A historiografia exclui Apiano da Segunda Sofística⁸¹, assim como outros autores de relatos históricos, por negarem a tendência classicizante, pelo menos em relação ao tema de suas obras (GOWING, 2005, p. 333). Sua obra, apesar de ser

Não há referências ao alexandrino associado a este fenômeno cultural. vide WHITMARSH, 2005; ANDERSON, 1993; BORG, 2004.

importante sobre alguns temas, não figura nas listas das principais produções deste período. A composição de Apiano apresenta características que a fazem peculiar, sobretudo no que diz respeito ao modelo utilizado em sua construção, além do fato de que, no século II d.C., ele ter escrito uma obra que tratasse do distante passado republicano.

1.3.2. *História Romana:* sobre a obra e sua composição

Apiano foi um funcionário Imperial que, na velhice, dedicou-se ao ofício histórico, talvez impulsionado por sua admiração e gratidão para com o grande Império que havia lhe recompensado com um cargo (SANCHO ROYO, 1985, p. 27). *História Romana* é a principal produção histórica de Apiano e a única que nos chegou. Compõese de uma narração da História de Roma desde sua fundação até a morte de Sexto Pompeu, em 35 a.C., ocorrida pouco depois da divisão do Império entre Antônio e Otávio (SANCHO ROYO, 1985, p. 10 e 13). Apiano, no prólogo da obra, justifica seu trabalho:

E levei a cabo esta tarefa com cada povo, no desejo de aprender com exatidão as relações dos romanos com cada um, a fim de compreender a debilidade dos mesmos, ou sua capacidade de resistência; de outro lado, o valor e boa fortuna de seus conquistadores ou qualquer outra circunstância fortuita que produziu (APIANO. *História Romana I.* Prólogo, 12).⁸²

Trata-se de uma História de Roma e, mais ainda, da gestação da grandeza a que chegou Roma desde suas origens humildes, sendo este o centro de gravitação de

^{82 &}quot;καὶ τόδε μοι κατὰ ἔθνος ἕκαστον ἐπράχθη, βουλομένῷ τὰ ἐς ἑκάστους ἔργα Ῥωμαίων καταμαθεῖν, ἵνα τὴν τῶν ἐθνῶν ἀσθένειαν ἢ φερεπονίαν καὶ τὴν τῶν ἐλόντων ἀρετὴν ἢ εὐτυχίαν ἢ εἴτι ἄλλο συγκύρημα συνηνέχθη, καταμάθοιμι."

todo o acontecer histórico. São narradas, assim, as conquistas dos diferentes povos empreendidas por Roma, até chegar a se tornar a dona do mundo conhecido (SANCHO ROYO, 1985, p. 12). O primeiro livro, "Da Realeza", diz respeito ao período dos reis. Ao iniciar sua obra neste ponto, parece que Apiano desejava delinear as virtudes romanas desde o início mítico de sua História; os livros restantes contemplam estas virtudes da República até o Principado. Disso resulta a conclusão de que Apiano pensava que as virtudes eram parte fundamental do caráter romano, não condicionadas pelo modo de governo, nem erradicadas ou suprimidas pela guerra civil (BUCHER, 2000, p. 430).

A obra, escrita em grego, compunha-se de vinte e quatro livros⁸³ dos quais doze sobreviveram completos⁸⁴, e outros seis, em fragmentos⁸⁵. A primeira parte de *História Romana* trata da fundação de Roma e de suas guerras com outros povos e, para a organização desta narrativa. Apiano utilizou não o método cronológico, mas sim o etnográfico, cuja referência foi a cidade de Roma (WHITE, 1972, p. viii): "as guerras estrangeiras sustentadas com povos diferentes encontram-se divididas em livros, em razão do povo com que foram sustentadas" (APIANO. *História Romana I*, Prólogo, 15).⁸⁶

Apiano inicia a narrativa com uma descrição de todos os povos sobre os quais os romanos conseguiram domínio. Os romanos governavam o mundo e o que eles não governavam, era por escolha; eles tinham realmente escolhido as melhores áreas do globo para governar e até recusaram algumas que se ofereceram como "objeto" de

⁸³ Foram perdidos, no decorrer dos séculos, seis livros intitulados "Sobre a Hélade", "Sobre a Jônia", "Sobre o Egito", "A Hecatontecia", "Sobre a Dácia" e "Sobre Arábia" (SANCHO ROYO, 1985, p. 35-35)

⁸⁴ Os livros "Sobre Ibéria", "A Guerra de Aníbal", "Sobre África", "Sobre Ilíria", "Sobre Síria", "Sobre Mitrídates", além dos cinco livros sobre as Guerras Civis, e do Prólogo, são aqueles que nos chegaram completos.

⁸⁵ Os livros que nos chegaram fragmentados são: "Da Realeza", "Sobre a Itália", "História Samnita", "História da Gália", "Sobre Sicília e outras Ilhas" e "Sobre Macedônia".

^{86 &}quot;ὧδε μὲν ἐς βίβλους ἕκαστα τῶν ἐθνῶν ἢ στρατηγῶν τὰ ἐμφύλια διήρηται"

conquista (APIANO. *História Romana I*, Prólogo, 07). Essa apresentação do assunto tinha como propósito demonstrar a grandeza do tema da obra, ou seja, a extensão e o poder do Império cuja história seria relatada. Com tal descrição Apiano também buscava afirmar a sua autoridade como narrador, pois, evidenciava um grande conhecimento sobre o assunto, que seria confirmado ao longo da obra. Ele constrói uma história em que enfatiza a extensão o Império e a dificuldade de narrar eventos ocorridos simultaneamente por todo o território romano (MARINCOLA, 2004, p. 42).

Essa primeira parte, que abarca o livro I da *História Romana*, compõe-se de doze livros, dos quais apenas seis não nos chegaram fragmentados. Apiano assim descreve a divisão de seus livros:

Os livros que reúnem as numerosas façanhas dos romanos na Itália são três e estes devem ser considerados como "a história italiana" de minha história de Roma, mas estão divididos em virtude de seu extenso conteúdo. O primeiro destes se ocupa dos fatos ocorridos no tempo dos reis [...] o chamo de 'o livro concernente à realeza⁸⁷, [...] o que lhe segue trata dos acontecimentos do resto da Itália com exceção da zona banhada pelo mar Jônico [...] se chama 'o livro italiano⁸⁸'[...]. com o último povo, os samnitas, que habitavam as bordas do Jônico, os romanos sustentaram uma guerra importante e difícil ao longo de oitenta anos [...]. este livro é, para diferenciá-lo dos anteriores, 'o livro samnita⁸⁹, de minha história de Roma. A respeito dos demais⁹⁰, cada um é designado de acordo com a matéria que trata, ou seja, o livro dos gálios, da Sicília, da Ibéria, de Aníbal, de Cartago, da Macedônia de minha história romana, e assim sucessivamente. A ordem destes livros entre si foi estabelecida de acordo com o início de cada guerra (APIANO. História Romana I. Prólogo, 14).91

⁸⁷ Este livro apresenta o título "Da Realeza".

⁸⁸ O título deste livro é "Sobre a Itália".

⁸⁹ Seu titulo é "História Samnita".

⁹⁰ Estes outros livros apresentam os títulos: "História da Gália", "Sobre a Sicília e outras Ilhas", "Sobre Ibéria", "A Guerra de Aníbal", "Sobre África" e "Sobre Macedônia". Além destes livros enumerados por Apiano existem, no livro I da *História Romana*, os livros "Sobre Ilíria", "Sobre Síria" e "Sobre Mitrídates", aos quais o autor não faz qualquer alusão. Isto pode significar que o Prólogo foi escrito antes que a obra fosse concluída (SANCHO ROYO, 1985, p. 27).

⁹¹ "τριῶν δὲ βίβλων οὐσῶν, αι τὰ ἐς τὴν Ἰταλίαν ὄντα αὐτοῖς πολλὰ πεπραγμένα συνάγουσιν, τὰς μὲν τρεῖς ἡγητέον εἶναι Ῥωμαϊκῶν Ἰταλικάς, διὰ δὲ πλῆθος ἔργων διήρηνται. καὶ δηλοῦσιν ἡ μὲν πρώτη τὰ τῶν βασιλέων ἐπτὰ γενομένων ἔργα, ἐφεξῆς ἄπαντα ἐφ' ἐαυτῶν, ὡς ἐγένετο· καὶ αὐτὴν ἐπιγράφω Ῥωμαϊκῶν βασιλικήν. ἡ δ'έξῆς τὰ ἐς τὴν ἄλλην Ἰταλίαν, χωρίς γε τῆς παρὰ τὸν κόλπον τὸν Ἰόνιον· ἐς δὲ σύγκρισιν τῆς προτέρας ἥδε λέγεται [ἡ ἐξῆς] Ῥωμαϊκῶν Ἰταλική. τελευταίῳ δὲ ἔθνει, Σαυνίταις, οι παρὰ τὸν Ἰόνιον ῷκηνται, μεγάλῳ τε καὶ χαλεπῷ, ὀγδοήκοντα ἔτεσι συνεπλάκησαν, μέχρι καὶ τούσδε καὶ ὅσα σφίσιν ἐγγὺς ἔθνη συνεμάχει, καὶ ελληνας, ὅσοι ὑπὸ τὴν Ἰταλίαν εἰσίν, ὑπηγάγοντο· καὶ ἔστιν ἥδε, τῶν προτέρων εἰς σύγκρισιν, Ῥωμαϊκῶν Σαυνιτική. τὰ δὲ λοιπά, τούτων ἑκάστη κατὰ λόγον ἐπιγράφονται, Ῥωμαϊκῶν Κελτική τε καὶ Σικελικὴ καὶ Ἰβηρικὴ καὶ Ἀννιβαϊκὴ καὶ Καρχηδονιακὴ καὶ Μακεδονικὴ καὶ

Apesar de Apiano justificar sua decisão de estruturar sua obra etnograficamente por facilitar de acesso aos fatos – "Pensando que talvez outras pessoas queiram conhecer a história de Roma deste modo, a escrevi tratando separadamente o que era relativo a cada povo" (APIANO. História Romana I. Prólogo, 13)92 – outras hipóteses tentam estabelecer os motivos que o levaram a construir sua História nesta perspectiva. Dentre essas encontra-se o desejo de imitar algum modelo precedente⁹³, condicionamento do próprio material histórico, pelo fato de Apiano não ser historiador de ofício, pela incapacidade do autor em organizar as informações das diferentes fontes de forma cronológica, ou mesmo pela influência do exercício da advocacia em sua concepção da História de Roma compartimentada, estanque, como um advogado defende cada caso isoladamente (SANCHO ROYO,1985, p. 12). Apiano parece considerar a história mais como a narrativa dos eventos ocorridos ao longo do tempo, do que como um veículo de transmissão de alguma filosofia. Seu objetivo é demonstrar como os romanos alcançaram a extensão geográfica e a estrutura de governo que possuíam em sua época. Talvez por isso tenha organizado sua obra em função dos acontecimentos relatados.

Esse modelo etnográfico, não obstante, é rompido na narrativa das Guerras Civis⁹⁴, das quais se ocupa a maior parte da obra de Apiano. Então, a ordem cronológica é adotada, e são narradas as lutas internas desde o Tribunato de Tibério Graco até o Segundo Triunvirato. Os livros das *Guerras Civis* descrevem os resultados das

έφεξῆς ὁμοίως. τέτακται δ' αὐτῶν ἄλλη μετ' ἄλλην ὡς ἐκάστῳ πολέμῳ τὴν ἀρχὴν πρὸ ἑτέρου λαβεῖν συνέπεσεν, εἰ καὶ τὸ τέλος τῷ ἔθνει μετὰ πολλὰ ἔτερα γεγένηται."

^{92 &}quot;νομίσας δ'ἄν τινα καὶ ἄλλον οὕτως έθελῆσαι μαθεῖν τὰ Ῥωμαίων, συγγράφω κατὰ ἔθνος ἕκαστον."

⁹³ Heródoto é o mais antigo e ilustre precedente do método etnográfico, que logo se impôs entre os grandes historiadores gregos e romanos, até chegar aos analistas o método cronológico (SANCHO ROYO, 1985, p. 12).

⁹⁴ A narrativa das Guerras Civis está disposta nos livros II e III da *História Romana*, que apresentam o subtítulo de *Guerras Civis*, sob o qual são organizados os cinco livros que tratam destas lutas internas. Os livros I e II das *Guerras Civis* compõem o livro II da *História Romana*, cujo livro III é composto pelos livros III, IV e V das *Guerras Civis*.

perturbações da República e a emergência do Principado, graças à destruição de todos os rivais do poder (BUCHER, 2000, p. 434): "Assim, o Estado romano passou das lutas civis de diversos tipos à harmonia e à monarquia⁹⁵" (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 06). ⁹⁶ A divisão desta parte da obra é explicitada por Apiano em dois momentos distintos. O primeiro deles encontra-se no Prólogo da obra e apresenta uma divisão para os fatos narrados:

Todas aquelas lutas internas e guerras civis que os próprios romanos iniciaram e sustentaram entre si foram dividias em razão de seus próprios líderes, a guerra de Mário e Sula, a de Pompeu e César, as de Antônio e do outro César chamado Augusto contra os assassinos do primeiro César, e as que sustentaram entre si Antônio e Augusto (APIANO. *História Romana I.* Prólogo, 14).⁹⁷

De acordo com Antonio Sancho Royo (1985, p. 24), o destaque para as personalidades e gestos individuais na narrativa de Apiano sobre as Guerras Civis é um reflexo do gosto pelo fator individual na produção histórica helenística, a que pertencem algumas de suas fontes, característica presente também em outros autores da época Imperial e nos analistas romanos. No início do livro I das *Guerras Civis*, Apiano novamente explicita a forma como organizou os livros que tratam das lutas romanas internas. Nesse momento, ele justifica o método de organização empregado pelo grande volume de acontecimentos:

⁹⁵ É importante salientar que Apiano utiliza o termo monarquia para se referir ao governo imperial romano por considerar que, depois de Júlio César estabeleceu-se, em Roma, um governo monárquico, conforme o próprio autor explica: "Caio César [...] consolidou e manteve a forma e o nome do sistema político, mas se ergueu como o único governante. E sua forma de governo foi, até o presente, uma monarquia, cujos governantes não chamam de reis, segundo creio, por respeito ao antigo juramento, mas os designam com o nome de imperadores, [...] mas, de fato, são reis em tudo" ("Τάιός τε Καῖσαρ, ὑπὲρ τοὺς τότε δυναστεύσας καὶ τὴν ἡγεμονίαν κρατυνάμενός τε καὶ διαθέμενος ἐς φυλακὴν ἀσφαλῆ, τὸ μὲν σχῆμα τῆς πολιτείας καὶ τὸ ὄνομα ἐφύλαξεν, μόναρχον δ' ἑαυτὸν ἐπέστησε πᾶσι. καὶ ἔστιν ἥδε ἡ ἀρχὴ μέχρι νῦν ὑφ' ἐνὶ ἄρχοντι, οῦς βασιλέας μὲν οὺ λέγουσιν, ὡς ἐγὼ νομίζω, τὸν ὅρκον αἰδούμενοι τὸν πάλαι, αὐτοκράτορας δὲ ὀνομάζουσιν, ὂ καὶ τῶν προσκαίρων στρατηγῶν ὄνομα ἦν· εἰσὶ δὲ ἔργῳ τὰ πάντα βασιλεῖς.") (APIANO. História Romana. Prólogo, 06)

^{96 &}quot; Δδε μὲν ἐκ στάσεων ποικίλων ἡ πολιτεία Ῥωμαίοις ἐς ὁμόνοιαν καὶ μοναρχίαν περιέστη."

⁹⁷ "ὅσα δ' αὐτοὶ Ῥωμαῖοι πρὸς ἀλλήλους ἐστασίασάν τε καὶ ἐπολέμησαν ἐμφύλια, φοβερώτερα σφίσι ταῦτα μάλιστα γενόμενα, ἐς τοὺς στρατηγοὺς τῶν στάσεων διήρηται, τὰ μὲν ἐς Μάριόν τε καὶ Σύλλαν, τὰ δ' ἐς Πομπήιόν τε καὶ Καίσαρα, τὰ δὲ ἐς Ἀντώνιόν τε καὶ τὸν ἕτερον Καίσαρα, τὸν Σεβαστὸν ἐπίκλην, πρὸς τοὺς ἀνδροφόνους τοῦ προτέρου Καίσαρος, τὰ δὲ ἐς <τὰ πρὸς> ἀλλήλους, αὐτῶν Ἀντωνίου τε καὶ Καίσαρος στασιασάντων."

Em razão do elevado número de acontecimentos, encontram-se divididos assim: uma primeira parte compreende os fatos que tiveram lugar desde Semprônio Graco até Cornélio Sula; em seguida, aqueles outros que se seguiram até a morte de Caio César. Os restantes livros das *Guerras Civis* se ocupam de todas aquelas lutas sustentadas pelos Triúnviros entre si e contra os romanos até seu grandioso arremate conseguido por Otávio César no Ácio frente a Antônio e Cleópatra juntos, e o qual será o começo de minha história do Egito (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 06).⁹⁸

É evidente que para a composição da obra, por serem os fatos narrados temporalmente distantes do autor, foi necessária a consulta a documentos escritos anteriormente. Pesquisadores Alemães, por mais de um século compararam sua narrativa com a de outros autores, buscando identificar suas fontes e concluíram que estas era predominantemente latinas (WHITE, 1972, p. x). Apiano usou múltiplas categorias de fontes: conhecimento geral, memória e notas – cuja leitura na preparação para a composição provavelmente foi facilitada pelos escravos-assistentes – e fontes diretas (BUCHER, 2000, p. 415). Ao longo da narrativa, Apiano cita, como um recurso para afirmar a autoridade de sua obra, uma série de autores que podem ser apontados como suas fontes em menor ou maior grau, pela forma como aparecem mencionados (SANCHO ROYO,1985, p. 15). Estes são Políbio – "Ao ser interrogado por Políbio em uma conversa familiar [...]" (APIANO. História Romana I. Sobre África, 132) – e Paulo Cláudio: "os tigurinos anteriormente venceram um exército romano mandado por Pisão e Cássio [...], segundo testemunha Paulo Cláudio em seus anais" ¹⁰⁰ (APIANO. História Romana I. A História da Gália I, 03). Também Jerônimo de Cárdia -"Entretanto, Jerônimo afirma que nem sequer entrou em contato com estes em absoluto

^{98 &}quot;διήρηται δ' αὐτῶν διὰ τὸ πλῆθος ἐνθάδε μέν, ὅσα ἐπὶ Κορνήλιον Σύλλαν ἀπὸ Σεμπρωνίου Γράκχου, ἑξῆς δ', ὅσα μέχρι Γαΐου Καίσαρος τῆς τελευτῆς. αἱ δὲ λοιπαὶ τῶν ἐμφυλίων βίβλοι δεικνύουσιν, ὅσα οἱ τρεῖς ἐς ἀλλήλους τε καὶ Ῥωμαίους ἔδρασαν, μέχρι τὸ τελευταῖον δὴ τῶν στάσεων καὶ μέγιστον ἔργον, τὸ περὶ Ἄκτιον Καίσαρι πρὸς Ἀντώνιον ὁμοῦ καὶ Κλεοπάτραν γενόμενον, ἀρχὴ καὶ τῆς Αἰγυπτιακῆς συγγραφῆς ἔσται."

^{99 &}quot;Πολυβίου δ' αὐτὸν ἐρομένου σὺν παρρησία (καὶ γὰρ ἦν αὐτοῦ καὶ διδάσκαλος)[...]"

^{100 &}quot;οἱ Τιγύριοι δ' αὐτῶν χρόνῷ ἔμπροσθεν Πίσωνος καὶ Κασσίου τινὰ στρατὸν ἑλόντες ὑπὸ ζυγὸν ἐξεπεπόμφεσαν, ὡς ἐν χρονικαῖς συντάξεσι δοκεῖ Παύλῷ τῷ Κλαυδίῷ."

[...]"¹⁰¹ (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitrídates, 8) – e Asínio Polião: "[...] mas Asínio Polião, que foi um dos oficiais de César nesta batalha, relata que foram levados seis mil cadáveres pertencentes aos homens de Pompeu"¹⁰² (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis II, 82).

Júlio César é citado em mais de uma passagem ao longo da obra: livro sobre a Gália – "Mas César, em seu próprio diário, afirma que [...]"¹⁰³ (APIANO. *História Romana I.* A História da Gália XVIII) – e no relato sobre as Guerras Civis: "Alguns elogiam esta ordem de Pompeu como a melhor ante uma manobra de envolvimento, mas César a censura em seus escritos"¹⁰⁴ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis II, 79). Apiano também menciona os escritos de Augusto: "[...] e nem sequer nos comentários do segundo César, chamado Augusto, pude encontrar algum dado histórico mais antigo acerca dos panonianos"¹⁰⁵ (APIANO. *História Romana I.* Sobre Ilíria, 14).

Existe também certo número de autores, tais como Rutílio Rufo e Terêncio Varrão que, apesar da menção a seus trabalhos históricos - que parece não terem sido utilizados na obra — são citados por sua participação ativa em determinados acontecimentos. Terêncio Varrão estava nas listas dos proscritos do Primeiro Triunvirato: "Varrão era um filósofo e historiador, e um bom soldado e general, e talvez por estas razões foi proscrito como inimigo da monarquia 106" (APIANO. *História Romana III*. Guerras Civis IV, 48). Rutílio Rufo foi Tribuno Militar de Cipião: "Cipião

^{101 &}quot;Ιερώνυμος δὲ οὐδ' ἐπιψαῦσαι τῶν ἐθνῶν ὅλως [...]"

^{102 &}quot;[...] Ασίνιος δὲ Πολλίων, ὑπὸ Καίσαρι τῆς μάχης ἐκείνης στρατηγῶν, ἐξακισχιλίους ἀναγράφει νεκροὺς εὑρεθῆναι τῶν Πομπηίου."

^{103 &}quot;ὁ δὲ Καῖσαρ ἐν ταῖς ἰδίαις ἀναγραφαῖς τῶν ἐφημέρων ἔργων φησὶ τοὺς Οὐσιπέτας καὶ Ταγχρέας κελευομένους ἐκπηδᾶν ἐς τὰ ἀρχαῖα σφῶν [...]"

^{104 &}quot;καὶ τόδε τινὲς αὐτοῦ τὸ στρατήγημα ἐπαινοῦσιν ὡς ἄριστον ἐν περικυκλώσει, ὁ δὲ Καῖσαρ ἐν ταῖς ἐπιστολαῖς καταμέμφεται"

^{105 &}quot;ἐν δὲ τοῖς ὑπομνήμασι τοῦ δευτέρου Καίσαρος τοῦ κληθέντος Σεβαστοῦ, παλαιότερον μὲν οὐδὲν οὐδ' ἐν τοῖσδε περὶ Παιόνων ηὖρον."

¹⁰⁶ Apiano refere-se ao governo de Júlio César, considerado como o início do governo imperial que, segundo o autor, tratava-se de uma monarquia, conforme explicado anteriormente.

^{107 &}quot;Οὐάρρων δὲ ἦν φιλόσοφός τε καὶ ἱστορίας συγγραφεύς, ἐστρατευμένος τε καλῶς καὶ ἐστρατηγηκώς, καὶ ἴσως διὰ ταῦτα ὡς ἐχθρὸς μοναρχίας προυγράφη."

ordenou a Rutílio Rufo, historiador e, naquele momento, Tribuno Militar, que tomasse quatro corpos de cavalaria [...]"¹⁰⁸ (APIANO. *História Romana I*. Sobre Ibéria, 88).

Finalmente, existem muitos outros autores — citamos Plutarco, Posidônio, Lívio, Salústio, Célio Antípatro, Valério Antias, Semprônio Aselião, dentre outros — dos quais Apiano não faz a menor referência, mas que constituíram fontes importantes para diversas partes da narrativa. Embora as obras de Salústio, Tito Lívio, Dionísio e Diodoro estivessem, muito provavelmente, ao seu alcance, Apiano não as menciona (WHITE, 1972, ix). Apesar de ser difícil estabelecer as fontes utilizadas na *História Romana*, podemos afirmar sem sombra de dúvida que Apiano, para escrevê-la, se serviu também das memórias de campanha (para nós perdidas) dos participantes diretos de alguns fatos (como os registros de César e Otávio Augusto), e de documentos oficiais disponíveis em registros e arquivos, cujo acesso era possível por ser o autor um funcionário imperial (SANCHO ROYO, 1985, p. 15-16).

A seleção e utilização das fontes parece ter seguido critérios e objetivos pessoais ou certa ideologia política. Sobre esta idéia, os livros das Guerras Civis são mais ilustrativos, na medida em que se trata de acontecimentos mais próximos no tempo, debatidos pelos romanos, e sobre os quais a tomada de postura era mais significativa. Além disso, sobre tais fatos existiam fontes com diferentes posicionamentos e sua seleção ou modificação revela com mais claridade a índole do autor. Apiano admirava o governo Imperial, e o fim moralizante de sua obra é claro: contrastar as trágicas condições de vida da época republicana com a felicidade de sua época (SANCHO ROYO, 1985, p. 21).

Apiano, por ter atuado em Roma, conhecia bem e era fluente no latim (SANCHO ROYO, 1985, p. 18), língua claramente essencial para qualquer um, de

ίλας λαβόντα άναστείλαι τοὺς ἐνοχλοῦντας."

^{108 &}quot;ὁ δὲ Ρουτίλιον Ροῦφον, συγγραφέα τῶνδε τῶν ἔργων, τότε χιλιαρχοῦντα, ἐκέλευσε τέσσαρας ἰππέων

qualquer nível, desempenhar uma função pública. O próprio autor alude, todavia, à dificuldade em traduzir as fontes escritas em latim para o grego, língua em que escreveu sua *História Romana*: "[...]. Tal era o texto da proscrição na medida em que pude traduzi-lo para a língua grega" (APIANO. *História Romana III*. Guerras Civis IV, 11). ¹⁰⁹ Dificuldade explicada pela historiografia como fruto do esforço de Apiano em permanecer fiel às suas fontes, o que teria provocado também a inconstância da narrativa quanto à coerência e estrutura interna, que se alterava de acordo com a documentação e natureza das fontes utilizadas em cada caso. Tal esforço também provocou uma série de desvios de sentido das palavras gregas por ele empregadas em sua tradução do latim, ou alterações nas estruturas frasais, o que foi chamado de "latinização de sua prosa" (HERING, apud: SANCHO ROYO, 1985, p.18).

A produção da obra em grego pode ser justificada pelos tipos e naturezas das audiências que existiam no tempo de Apiano. Existiam três públicos leitores: um versado em grego, um em latim e um em ambos. Este último era o mais influente, uma vez que todos os educados e poderosos romanos sabiam grego, enquanto alguns gregos ricos ou possíveis patronos sabiam latim (RUSSELL, 2002, p. 01). Portanto, podemos inferir que Apiano, ao escrever sua obra em grego, desejava atingir o público detentor de poder e riqueza. Além disso, em sua época, a literatura grega, tanto em prosa como em verso, estava florescendo, diferentemente da latina, pois nenhum nome latino é destaque então, com exceção dos primeiros escritores cristãos, Tertuliano (155-222 d.C.) e Cipriano (início do século III d.C.) (RUSSELL, 2002, p. 01).

Apesar de o latim permanecer como língua oficial da administração imperial (MILLAR, 2007, p. 84), a cultura grega possuía um caráter elitista que a tornou um

^{109 &}quot;ὧδε μὲν εἶχεν ἡ προγραφὴ τῶν τριῶν ἀνδρῶν, ὅσον ἐς Ἑλλάδα γλῶσσαν ἀπὸ Λατίνης μεταβαλεῖν."

¹¹⁰ Nascido em Cartago, Tertuliano é um dos escritores da chamada tradição dos apologistas, que defendiam o cristianismo das críticas dos que se opunham a ele. *Apologeticum* é sua principal obra. Vide CASTILLO GARCÍA, 2001; BUSTAMANTE, 2006

eficiente instrumento para o processo de manutenção da ordem imperial e de promoção social das elites, conscientemente apoiado e incentivado pelos Imperadores, sobretudo a partir do século II d.C. Em outros termos, independente de sua origem, qualquer um podia tornar-se grego. Isso porque a Segunda Sofística construiu esta identidade a partir de algumas criações próprias, tais como uma língua culta e artificial e uma memória comum a todos os gregos (GUARINELLO, 2009, p. 154-155). No século II d.C., para que alguém fosse identificado como membro da elite imperial romana era necessário compartilhar da memória grega e dominar o idioma grego. Apiano, dessarte, escrevia para a elite e se identificava com ela, pois mesmo sendo africano em sua origem e participando da administração imperial – cujo idioma oficial era o latim – escreveu sua obra histórica em grego.

O estilo geral da escrita de Apiano é claro e simples, mas, às vezes, contagia-se de um caráter sintético de conteúdo e conciso na escrita; ao longo da narrativa também encontramos muitos discursos — os quais constituem, do ponto de vista estilístico, traço valioso da obra — fato que é uma constante na historiografia grecolatina (WHITE, 1972, p. x). Em alguns de seus discursos pode-se apreciar certo artifício e efeito retórico; mas isto não significa que exista apenas uma roupagem formal e vazia de conteúdo. Eles eram um recurso utilizado pelos autores antigos para apresentar as idéias que motivavam as personagens ou os grupos políticos, naquele momento, ou mesmo para transmitir a moral do próprio autor (WHITE, 1972, p. x). Os discursos que encontramos nos livros sobre as Guerras Civis, por exemplo, demonstram uma intencionalidade a serviço da ótica sob a qual o autor trata os acontecimentos que narra. Um exemplo disto é o grande debate entre Pisão e Cícero (*História Romana III*. Guerras Civis III, 52-60), em que o primeiro defende Antônio, onde é possível perceber, pelas palavras atribuídas por Apiano a Pisão, a hostilidade do autor para com Cícero:

A lei, Senadores, exige que o próprio réu ouça a acusação e seja julgado depois de ter pronunciado sua defesa; e convido a que corrobore a veracidade de minhas palavras a Cícero, nosso orador mais eminente. Contudo, posto que vacile a acusar a Antônio quando está presente e, pelo contrário, em sua ausência, pronunciou algumas acusações que considera as mais graves de todas e, sem dúvida, me adianto para mostrar, em poucas palavras, que estas acusações são falsas (APIANO. *História Romana III*. Guerras Civis III, 54). ¹¹¹

As seguintes palavras de Pisão, segundo Apiano, desautorizam as acusações feitas por Cícero a Antônio, ao demonstrar a contradição do ato de Cícero frente à própria lei. Um exemplo disso seria o fato de Cícero não ter considerado Décimo como inimigo público:

[...] E era parte da lei que Antônio, ao chegar à província que lhe havia sido atribuída, se Décimo não a entregasse, lhe fizesse a guerra [...]. Entretanto, Cícero não considera Décimo como inimigo, que opunha suas armas à lei, mas sim, pelo contrário, a Antônio que lutava a favor dela (APIANO. *História Romana III*. Guerras Civis III, 55). 112

Assim, por essas passagens, podemos perceber como Apiano reescreve a História de Roma tendo grande distância dos fatos ocorridos no período republicano. Apesar de conhecer a postura ciceroniana, ele não identifica os mesmos erros nas obras de Antônio como entendidos por Cícero¹¹³.

O emprego de discursos na narrativa histórica era uma prática universal entre os historiadores antigos, que a consideravam como uma parte importante dos seus trabalhos, pois a História era avaliada como uma matéria de ações e discursos. A função precisa dos discursos nos relatos varia de autor para autor, mas a justificativa lógica

112 "μέρος δ' ἐστὶ τοῦ νόμου τὸν Ἀντώνιον, τὴν δεδομένην οἱ μετιόντα, Δέκμφ μὴ παραχωροῦντι πολεμεῖν καὶ τὸν στρατὸν ἀντὶ Θρακῶν οὐδὲν ἔτι κινουμένων ἐς τὴν Κελτικὴν ἐπὶ τὸν ἀντιλέγοντα. ἀλλὰ Κικέρων Δέκμον μὲν οὐχ ἡγεῖται πολέμιον, ἐναντία τῷ νόμφ τιθέμενον ὅπλα, Ἀντώνιον δὲπολέμιον, τῷ νόμφ συμμαγοῦντα."

82

^{111 &}quot;ὁ μὲν νόμος, ὧ βουλή, δικαιοῖ τὸν εὐθυνόμενον αὐτὸν ἀκοῦσαί τε τῆς κατηγορίας καὶ ἀπολογησάμενον ὑπὲρ αὐτοῦ κρίνεσθαι καὶ τὸν δεινότατον εἰπεῖν Κικέρωνα ἐς ταῦτα προκαλοῦμαι. ἐπεὶ δὲ ὀκνεῖ μὲν παρόντος Ἀντωνίου κατηγορεῖν, ἀπόντος δ' ἐγκλήματά τινα εἶπεν ὡς μέγιστα ἐκ πάντων καὶ ἀναμφίλογα ὄντα, παρῆλθον ἐγὼ δείξων αὐτὰ ψευδῆ βραχυτάταις ἀποκρίσεσι."

¹¹³ É interessante notar como na obra de Veléio Patérculo, escrita anteriormente a de Apiano, os eventos que envolvem Marco Antônio e Cícero são relatos de forma diferente. Veléio faz um elogio ao orador, apresentando-o como um importante defensor da República; enquanto constrói uma imagem ruim do Triúnviro, prevendo dias de desgraça com Antônio como Príncipe (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II*, 66). Na ótica de Veléio, o posicionamento de Cícero, ao considerar Antônio como uma ameaça, estava correto.

para o uso deste recurso é a idéia de que os atos são os resultados de decisões conscientes verbalizadas tanto na forma de discursos quanto em diálogos (WALBANK, 1985, p. 242-243).

Nesse sentido, uma boa razão para os historiadores se atentarem para o que era dito era o fato de que os discursos eram as raízes da vida política. Esse não é em si o endosso da reprodução dos discursos como uma parte integral da História. Os discursos constituem um método muito dramático que relembra a longa associação da historiografia com a épica e o drama, que serviam como um reservatório de exemplos morais. Isso sim garantiu que os discursos fossem uma parte importante da composição histórica desde seu início (WALBANK, 1985, p. 243-244).

A linguagem utilizada por Apiano, assim como seu frequente emprego de discursos, ecoa seu conhecimento dos historiadores clássicos (GRANT, 1996, p. 100). Além disso, por escolha do autor, o texto não apresenta rigor cronológico, o que é justificado no prólogo: "pareceu-me supérfluo informar a data de todos os fatos e só mencionarei a dos mais destacados por período de tempo" (APIANO. *História Romana I.* Prólogo, 13). Ao longo da obra também aparecem apontamentos pessoais feitos por Apiano. Segundo Sancho Royo (1985, p. 20), eles são de diferentes tipos e de difícil delimitação: às vezes estabelecem uma comparação entre os fatos descritos e sua época; ou são apreciações pessoais ou juízos subjetivos do autor sobre um fato; ou mesmo explicações de notícias isoladas e exposição clara de suas idéias.

A *História Romana* de Apiano é fonte principal ou exclusiva para alguns fatos, como as guerras celtíbero-lusitanas e seu episódio final da tomada de Numância (SANCHO ROYO, 1985, p. 23). Também é muito valioso seu detalhado relato da Terceira Guerra Púnica, para o qual Apiano provavelmente se apoiou nas obras de

^{114 &}quot;τοὺς δὲ χρόνους ἐπὶ μὲν πᾶσιν περισσὸν ἡγούμην καταλέγειν, ἐπὶ δὲ τῶν ἐπιφανεστάτων ἐκ διαστήματος ὑπομνήσω."

Políbio e Cícero. Sua narrativa sobre o assédio e destruição de Cartago é nossa principal fonte sobre o acontecido (WHITE, 1972, p. xi). O livro I das *Guerras Civis* também é muito importante para os estudos desta etapa da história e os cinco livros que narram as guerras do fim da República constituem um valioso relato sobrevivente sobre este período (133 a.C.-35 a.C.) (BUCHER, 2000, p. 142). Os eventos que envolveram os irmãos Gracos são narrados com muito cuidado, sendo este o único relato de um autor antigo que apresenta os dois lados do conflito (WHITE, 1972, p. x).

É difícil afirmar em que época Apiano escreveu sua *História*. No Prólogo da obra há duas referências temporais: "Desde a instauração dos Imperadores até nossos dias são quase duzentos anos" (APIANO. *História Romana I.* Prólogo, 07) e "Por outro lado, a duração dos Impérios Assírio, Medo e Persa, [...], considerada em conjunto, não chegaria aos novecentos anos, topo a que chegaram os romanos na época atual" (APIANO. *História Romana I.* Prólogo, 09). Com base na análise destas referências temporais, Sancho Royo (1985, p. 12-13) afirma que Apiano escreveu entre 160 d.C. e 165 d.C.. Podemos afirmar que a obra, ou pelo menos o seu Prólogo, foi escrito após o período entre 157 d.C. e 161 d.C.. Essa é a provável data da carta de Frontão para Antonino Pio, requisitando o cargo de Procurador para Apiano, a qual o autor faz menção em sua auto-apresentação. Entretanto, Gregory S. Bucher (2000, p. 415-418) demonstra que a data de composição é incerta. Ele afirma que Apiano pode ter escrito por muitos anos entre 150 d.C. e 167 d.C. ou até mesmo para além deste período.

A fonte principal para o conhecimento do texto de Apiano é a tradição manuscrita, a qual pode ser divida em três grandes grupos: o grupo dos manuscritos que contêm os livros conservados totalmente; o grupo dos manuscritos com os fragmentos

_

^{115 &}quot;καὶ ἔστι καὶ τοῖσδε τοῖς αὐτοκράτορσιν ἐς τὸν παρόντα χρόνον ἐγγυτάτω διακοσίων ἐτῶν ἄλλων [...]" 116 "Ἀσσυρίων τε αὖ καὶ Μήδων καὶ Περσῶν, τριῶν τῶνδε μεγίστων ἡγεμονιῶν εἰς Ἀλέξανδρον τὸν Φιλίππου, συντιθεμένων οὕτ' ὰν ὁ χρόνος ἐφίκοιτο τῶν ἐνακοσίων ἐτῶν, ὅσα ἐστὶ Ῥωμαίοις ἐς τὸν παρόντα χρόνον [...]"

de outros livros recolhidos nos *Excerpta* bizantinos¹¹⁷ e, como o terceiro grupo, os manuscritos de *Suda* (SANCHO ROYO, 1985, p. 28). A enciclopédia intitulada *Biblioteca*¹¹⁸, escrita por Focio, Patriarca de Constantinopla morto em 891, é o mais antigo relato detalhado das obras de Apiano que chegou até nós, contendo vinte e quatro dos onze livros deste autor que nos chegaram completos (WHITE, 1972. P. viii).

Muitas edições da obra de Apiano foram publicadas desde 1452¹¹⁹ com base nesses manuscritos, até aquela considerada como a mais importante e expoente do trabalho de filologia no século XVIII, feita por J. Schweighäuser, em três volumes e que levava o título de *Apiani Alexandrini Romanorum historiarum quae supersunt*, em 1785, em Leipzig. Depois dessa, outras edições da obra foram publicadas na modernidade (SANCHO ROYO, 1985, p. 35-36; WHITE, 1972, p. ix).

Apiano de Alexandria viveu em uma época de transição e viu o auge da organização imperial e o início das dificuldades que levariam à desagregação do Império. O contexto do autor, de diversas maneiras, influenciou em sua produção histórica e em sua maneira de reinterpretar o passado republicano que figurava distante. Este autor buscou nos documentos antigos as informações necessárias para narrar a História do grandioso passado romano e interpretou suas fontes buscando alcançar seus objetivos.

Ele escreveu durante o governo de Marco Aurélio, época repleta de invasões externas e quando o cenário cultural da metade oriental do Império estava em destaque.

_

¹¹⁷ Foram encontrados fragmentos de outros livros de Apiano em duas compilações bizantinas organizadas por ordem do Imperador *Constantine Porphyogenitus*, em 950, intituladas *Sobre as embaixadas* e *Sobre as virtudes e os vícios*. Estratos do escritos de Apiano presentes nestas compilações foram organizados por Fúlvio Orsini em Roma e publicadas na Antuérpia, em 1580. Henry de Valois reproduziu fielmente esta tradução em 1634 (WHITE, 1972, p. viii-ix).

¹¹⁸ Trata-se de uma enciclopédia da literatura latina contendo referências a 280 autores cujas obras, então, existam (WHITE, 1972, p. viii).

¹¹⁹ O responsável pela primeira publicação moderna dos textos de Apiano, em uma tradução latina, foi *Petrus Candidus*, secretário privado do Papa Nicolau V. Posteriormente, e 1551, *Carolus Stephanus* publicou o texto original grego pela primeira vez (WHITE, 1972, p. ix).

A primeira parte da obra, que trata do período da monarquia e das guerras de expansão romanas, é organizada de forma etnográfica. Já a segunda e maior parte da *História Romana*, que narra as Guerras Civis, foi organizada de acordo com o método cronológico. Os discursos, característicos da literatura helenística, valorizam a narrativa que objetiva demonstrar a grandiosidade do Império Romano. Essa talvez tenha sido a maneira encontrada por Apiano para expressar sua gratidão ao governo romano que o nomeou, já na velhice e por interseção de seu amigo Frontão, para o cargo de Procurador Imperial.

Sua interpretação acerca dos atos de Lúcio Cornélio Sula pode ter sido influenciada pela estabilidade e legitimidade que o governo imperial possuía no final do século II d.C. Apiano parece interpretar as ações de Sula como sendo as de um bom cidadão, cujo objetivo seria resgatar a ordem e a tradição, perdidas há tempos. Para entendermos melhor a visão do alexandrino sobre o Ditador no final do século I a.C., faz-se necessário, primeiramente, compreender os antecedentes da atuação desta personagem, e seu contexto, além de entender a trajetória deste republicano originário de uma família politicamente eclipsada que se tornou o protagonista de importantes reformas do governo republicano.

CAPÍTULO II

O CONTEXTO REPUBLICANO E O INÍCIO DA CARREIRA DE SULA (séculos V a.C./I a.C.)

Ofereceremos, neste capítulo, uma visão ampla do período republicano, desde seu estabelecimento até a Guerra Social. Nosso objetivo é demonstrar como o governo da República, pela necessidade de solucionar conflitos, caracterizava-se pela dinaminidade. Neste contexto, Lúcio Cornélio Sula iniciou sua carreira militar e política buscando resgatar o prestígio de sua família.

2.1. A dinâmica do governo republicano e o início da Guerra Civil

2.1.1. Origem e desenvolvimento do Tribunato da Plebe

O estudo do sistema republicano de governo ainda desperta pouco interesse entre os pesquisadores brasileiros, a despeito de sua importância para o surgimento do governo imperial. Do final do século II a.C. até os primeiros anos do século I d.C., inúmeros embates entre grupos políticos ocorreram como resultado e, ao mesmo tempo, como gatilho para diversas mudanças na estrutura política e social do período republicano. É importante perceber que tais modificações procuraram responder às necessidades de seu contexto, objetivando a manutenção do sistema de governo republicano. Entender a dinâmica destes acontecimentos auxilia na compreensão do processo que culminou na concentração do poder nas mãos de um líder e sua gradativa

legitimação. A essa altura do trabalho, objetivamos apresentar um panorama desse último século do governo republicano em Roma, desde os conflitos protagonizados irmãos Gracos, com o fito de contextualizar a trajetória de Sula dentro desse cenário de grandes mudanças políticas.

O estudo do período requer um cuidado especial na leitura das fontes, posto que todos os autores antigos que escreveram sobre os primeiros anos da República são de épocas posteriores¹²⁰ e tiveram acesso a poucas e incompletas evidências, que foram distorcidas por muitos deles, desejosos de escrever a história a maneira de seu tempo.

Não podemos considerar o governo republicano como uma estrutura estável. Originária de uma crise entre a aristocracia patrícia e o governo monárquico, em 509 a.C., a República caracterizava-se pelo dinamismo político e por constantes conflitos, principalmente entre o grupo detentor do poder e o restante da população. Nesse período inicial da República, o povo romano dividia-se em dois grupos heterogêneos: os patrícios e os plebeus, que não se distinguiam por origem étnica, mas por diferenças de caráter social. Membros das *gentes*, os patrícios reclamavam o privilégio de nascimento e a tradição aristocrática para si e representavam uma tentativa de unidade de tradição, sendo a ordem dominante do Estado (ADCOCK, 1959 p. 29; RAAFLAUB, 2005). O grupo dos plebeus, detentor de direitos políticos limitados, era heterogêneo; assim como eram heterogêneos os seus interesses sociais e políticos. Os patrícios participavam do Senado enquanto as famílias plebéias ricas, excluídas do processo de governo, ansiavam por serem nele admitidas mediante o acesso às magistraturas, pela igualdade de direitos para com os patrícios no Senado e pela autorização dos casamentos entre membros dos dois grupos, que lhes garantiria integração social. Os plebeus, por outro lado, mais

_

¹²⁰ Principal autor deste período, Fabio Píctor começou a escrever em 200 a.C., por exemplo. Tito Lívio, que baseou seu relato nestes escritos do início da República, apresenta detalhes, em sua obra, que são considerados por muitos pesquisadores como invenções (OAKLEY, 2006, p. 15-16).

pobres desejavam a melhoria de sua situação econômica e uma participação modesta na posse das terras do Estado (*ager publicus*) (ALFÖLDY, 1989, p. 29).

Esse antagonismo entre patrícios e plebeus foi expresso em graves conflitos políticos e sociais, chamados por pesquisadores modernos de "Conflito das Ordens" (OAKLEY, 2006, p. 17), que ao longo de mais de duzentos anos, provocou um processo de mudanças na organização social romana e influenciou no futuro desta sociedade (ALFÖLDY, 1989, p.28). O que a historiografia moderna chama de "Conflito das Ordens", datado artificialmente da primeira secessão da plebe (494 a.C.), consistiu em um longo processo de transformações em vários âmbitos. A sociedade aristocrática dos primeiros tempos, segundo Kurt A. Raaflaub (2005, p. 04) foi substituída por uma cidadania unificada e coesa – apesar de sobreviver certa exclusividade aristocrática – com direitos e obrigações definidos, em que cada grupo social possuía funções próprias. Nesse período, Roma passou do estágio pré-político, em que havia uma pequena organização política e o poder era primariamente definido e exercido como poder social, para o estágio político, com instituições definidas e diferenciadas e uma constituição equilibrada (RAAFLAUB, 2005, p. 04).

A utilização do termo "Ordem" para definir os participantes deste conflito pode, entretanto, nos levar a um equívoco quanto à natureza dos grupos sociais envolvidos. De acordo com definição de Claude Nicolet (1974, p. 176-177) a noção de *ordo*, que deve ser corretamente traduzida como "Ordem", define um grupo que na classificação sócio-política do Estado tem uma função e uma *dignitas*, e que pode exigir certo critério censitário para dele participar. Ainda segundo este autor (NICOLET, 1974, p. 169), a noção de "ordem" se aplica unicamente àqueles grupos bastante estáveis para serem confirmados pelos Censores e que interessam de qualquer modo à classificação social e censitária de Roma.

Uma ordem era um grupo que se caracterizava por ser fechado, cujos membros eram registrados oficialmente em uma lista redigida por determinados magistrados, que tinha necessidade de status legal, devendo ser revisado regularmente com cuidado e que não constituía um conjunto heteróclito de pessoas (NICOLET, 1978, p. 41). Era o reconhecimento do Censor e, em sua falta, do Legislador ou, na época Imperial, do Príncipe, que determinava o pertencimento de um indivíduo a uma ordem e que o permitia recorrer às vantagens e à *dignitas* inerentes a ela (NICOLET, 1974, p. 169). Podemos citar como exemplos de ordens romanas a Ordem dos Juízes, Ordem dos Publicanos e a Ordem dos Tribunos do Tesouro. Todas essas são expressões oficiais, ou seja, susceptíveis de aparecer, por exemplo, no texto de uma lei (NICOLET, 1977, p. 729).

Com base nessa definição de Ordem, ao observarmos que no período do conflito entre patrícios e plebeus as funções político-sociais, a *dignitas* e os interesses dentro de ambos os grupos eram heterogêneos e sua definição não corresponde àquelas características apresentadas pelo autor francês, podemos discordar da utilização do termo "Conflito das Ordens¹²¹" para se referir aos embates entre estes dois grupos sociais do início da República Romana.

À parte este impasse historiográfico, é importante compreender que entre 494 a.C. e 287 a.C. o domínio patrício foi confrontado por uma agitação plebéia, que forçou as primeiras concessões patrícias e a garantia de uma melhor divisão do poder (OAKLEY, 2006, p. 17). Sobre isto, Apiano de Alexandria informa que

¹²¹ Kurt A. Raaflaub, no Prefácio escrito para a segunda edição da obra, indica que não há consenso sobre a utilização deste conceito, sendo tão anacrônico quanto o nome dado à guerra com os aliados italianos no final do século I a.C., a Guerra Social. O termo Guerra Social não seria adequado porque as motivações e objetivos do conflito não eram sociais (RAAFLAUB, 2005, p. xi). A nomenclatura deriva de *socii*, e refere-se aos povos da Península Itálica, aliados a Roma que entram em guerra buscando a cidadania romana. Este fato recebe atenção no final do capítulo pela importante participação de Sula, como general, que alcançou prestígio suficiente para candidatar-se ao Consulado.

A plebe e o Senado romano mantiveram frequentes dissensões entre si com a ocasião da promulgação de leis, do cancelamento de dívidas, da divisão de terras ou da eleição de magistrados. Entretanto, nunca uma destas controvérsias internas deu lugar à violência e às armas, pois eram apenas diferenças e disputas dentro de um marco legal que foram resolvidas através de concessões mútuas em meio a um grande respeito. ¹²² (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 01)

O conflito entre eles pode ser dividido em duas fases: a primeira delas compreende o século V a.C. e o primeiro terço do século IV a.C., caracterizando-se pela constituição de duas frentes bem definidas, em que os plebeus se organizaram como grupo independente em oposição ao patriciado, o que levou a uma reorganização da sociedade tendo por base estes dois grupos. Na segunda fase, entre a década de sessenta do século IV a.C. e o início do século III a.C., alcançou-se um equilíbrio entre patrícios e plebeus, quando uma nova elite, chamada de *nobilitas*, foi criada e a organização social arcaica de Roma dissolveu-se, coincidindo com a expansão do domínio romano na Península Itálica (ALFÖLDY, 1989, p.29).

Dentre as conquistas plebéias obtidas neste período, destacamos a criação de uma organização de autodefesa e de luta política — o Tribunato da Plebe, cujo número, até a metade do século V a.C. saltou de dois para dez (SHOTTER, 2005, p. 06) — e sua constituição como grupo social por oposição à nobreza. Apiano (*História Romana II*. Guerras Civis I, 01) afirma que a instituição desse cargo ocorreu logo após a retirada da plebe para o monte que, a partir de então, foi chamado de Monte Sagrado. Também em tal ocasião, criou-se a assembleia para a reunião dos plebeus, o *consilium plebis* (OAKLEY, 2006, p. 17). Ato contínuo, a população passou a ser dividida com base na geografia da cidade, mantendo-se a distribuição da mesma em tribos.

A Assembleia Tributa (comitia tributa) substituiu a Assembleia do Povo (consilium plebis) e a dinâmica das votações foi reorganizada de acordo com a nova

μόναι καὶ ἔριδες ἔννομοι, καὶ τάδε μετὰ πολλῆς αἰδοῦς εἴκοντες ἀλλήλοις διετίθεντο."

^{122 &}quot;Ρωμαίοις ὁ δῆμος καὶ ἡ βουλὴ πολλάκις ἐς ἀλλήλους περί τε νόμων θέσεως καὶ χρεῶν ἀποκοπῆς ἢ γῆς διαδατουμένης ἢ ἐν ἀρχαιρεσίαις ἐστασίασαν· οὐ μήν τι χειρῶν ἔργον ἔμφυλον ἦν, ἀλλὰ διαφοραὶ

divisão das tribos, dando importância política a estas unidades regionais; não havendo o domínio dos patrícios, tal como acontecia nas outras assembleias (ALFÖLDY, 1989, p. 31-32). De acordo com Géza Alföldy (1989, p. 31), é provável que a reestruturação progressiva da divisão em tribos, feita a partir da reforma de Sérvio Túlio 123, coincidisse com a criação do Tribunato da Plebe, visto que o título *tribuni plebis* deriva da palavra *tribus*. Em tal reestruturação, as três associações gentílicas antigas, dos *Tites, Ramnes* e *Luceres*, foram substituídas por tribos regionais: quatro urbanas (*Suburana, Palatina, Esquilina e Collina*) e dezesseis tribos rurais, acrescentadas ao longo do século V a.C., e que aumentaram ainda mais até o fim do mesmo século 124.

Desde a criação de sua magistratura, em tempo de paz, a atividade dos Tribunos da Plebe se limitava à cidade de Roma – representando todos os plebeus, inclusive os que não residiam na cidade – e na guerra, os Tribunos se submetiam à autoridade do Cônsul (ADCOCK, 1959, p. 45). Os Tribunos da Plebe e tudo que os rodeava era revestido pela inviolabilidade tribunícia, caracterizada por uma reconhecida sacrossantidade, estando protegidos por um julgamento da plebe, que vingaria a violação dessa prerrogativa (CRAWFORD, 1981, p. 33). Além disso, os Tribunos se distinguiam dos demais magistrados não só por sua especialização em assuntos que interessavam aos plebeus, ou pela natureza de seus poderes, mas também por sua

_

¹²³ Rei Sérvio Túlio estabeleceu o sistema fundado na divisão dos cidadãos em classes etárias e censitárias, com duplo fim militar e eleitoral (NICOLET, 1974, p. 15). O sistema serviano organizou o exército em 193 centúrias recrutadas em cinco classes censitárias e permaneceu sendo a base do censo romano até o fim da República, apesar das muitas modificações que sofreu entre os Graco e Otávio Augusto. Há uma grande discussão sobre a data em que a reforma serviana foi empreendida. Para nossa pesquisa adotamos o fim do século IV a.C., concordando com Claude Nicolet (1974, p. 19), como a época de sua organização.

¹²⁴ A redação da chamada Lei das XII Tábuas e a divisão social baseada na propriedade constituem outras duas conquistas plebéias, no contexto dos conflitos plebeus-patrícios. A Lei das XII Tábuas estabeleceu a codificação do direito já existente, importante por garantir a qualquer cidadão a possibilidade de apelação contra injustiças e arbitrariedades, baseando-se nas prescrições e penalizações bem definidas (OAKLEY, 2006, p. 17). Além disso, as XII Tábuas, por não tratar a nobreza e o povo como dois grupos sociais diferentes, aplanou a via da evolução social futura. Em vez de a origem familiar, a fortuna tornou-se o critério da estratificação social, o que agradou principalmente aos plebeus ricos que se destacavam do restante da população, tendo garantia de prestígio e influência devido à sua riqueza (ALFÖLDY, 1989, p. 33).

intervenção à ação de qualquer organismo político da cidade, enquanto os demais magistrados só podiam fazê-lo com seus iguais (COMBÉS, 1977, p. 58).

A função primária dos Tribunos era proteger os plebeus contra as arbitrariedades dos magistrados e do Senado (CRAWFORD, 1981, p. 32-33), apelando à Assembleia Tributa contra decisões que julgassem abusivas (*ius provocationis*). Também podiam socorrer um plebeu (*ius auxilii*), colocando-o sob proteção direta e material do conjunto da comunidade a que pertencia (COMBÉS, 1977, p. 58-59). Seria uma forma de a plebe alcançar o equilíbrio em relação ao direito de os patrícios proporcionarem aos titulares das demais magistraturas o benefício do *imperium*¹²⁵ e de formar o Senado (ADCOCK, 1959, p. 34). Os Tribunos compareciam às sessões do Senado, não possuíam direito de propor emendas ao que ali era discutido e comunicavam as decisões senatoriais ao povo.

Inicialmente, outrossim, as resoluções aprovadas pela Assembleia Tributa tornavam-se decisões que afetavam todo o corpo dos cidadãos mediante sua aprovação pela Assembléia Centuriata e com o consentimento dos Senadores (ADCOCK, 1959, p. 34). Não obstante, durante o período que Géza Alföldy (1989, p. 29) denominou de segunda fase do conflito patrício-plebeu, aceitou-se que as resoluções tomadas pela Assembleia Tributa, por iniciativa dos Tribunos, tivessem força obrigatória para todos os cidadãos, tanto para plebeus quanto para patrícios, fato que marca o fim dos progressos tribunícios, segundo F. E. Adcock (1959, p. 44).

Para Apiano, a criação do Tribunato da Plebe acirrou os ânimos das duas camadas da população. Assim ele explica:

¹²⁵ A idéia de *imperium* advinha dos tempos da monarquia, em que o Rei era o único possuidor deste. Durante a República, o *imperium* era a qualidade apresentada por aqueles que possuíam, por direito e competência, a responsabilidade pelo governo da cidade e uma força militar, sendo o fato de haver dois Cônsules que se regulavam, e do Ditador com tempo de governo pré-determinado em seis meses, os meios encontrados para que não fosse possível o *imperium* individual retornar na figura de um novo Rei. Vide: ADCOCK, 1959; LINTOTT, 1997; RICHARDSON, 2008.

Criaram uma magistratura para a sua defesa e lhe deram o nome de Tribunato da Plebe com vistas sobre tudo o que servisse de freio aos Cônsules, que eram eleitos entre os patrícios, a fim de que tivessem um poder completo sobre o governo. Razão pela qual, em especial, as duas magistraturas adotaram entre si a partir deste momento uma atitude mais animosa e hostil, e o Senado e a plebe, por sua vez, tomaram parte delas, por entender que com o aumento do poder de sua magistratura cada um se imporia a seu adversário. (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 01)

Por volta do século III a.C., a plebe já havia alcançado outras conquistas – como o direito de eleger em sua esfera um dos Cônsules e outros magistrados – o que ocasionou a formação de uma nobreza patrício-plebéia, cujo órgão consultivo era o Senado, que permanecia sendo uma prerrogativa patrícia. O principal efeito do Conflito das Ordens foi, dessarte, ampliar a aristocracia incluindo os plebeus ricos, deixando a vasta maioria dos cidadãos romanos ainda com pouca ou nenhuma oportunidade de participação política impactante. Sua expressividade política era, afinal, basicamente o voto, expresso pelo grupo (por tribo ou centúria) e, além disso, os laços de clientelismo 127 influenciavam nas decisões, posto que o voto não fosse secreto (SHOTTER, 2005, p.03-04).

Do estudo desse período, apesar das dificuldades impostas pelas fontes, observamos claramente o desgaste do poder patrício a partir de 300 a.C., quando suas vantagens políticas começaram a diminuir. Os laços de clientelismo, que até então contribuíram para a manutenção desta hegemonia, não foram fortes o suficiente diante

^{126 &}quot;[...] ἀλλ'ἀρχὴν ἑαυτοῦ προστάτιν ἀπέφηνε καὶ ἐκάλεσε δημαρχίαν ἐς κώλυσιν μάλιστα τῶν ὑπάτων ἀπὸ τῆς βουλῆς αἰρουμένων μὴ ἐντελὲς αὐτοῖς ἐπὶ τῆ πολιτεία τὸ κράτος εἶναι. ὅθεν δὴ καὶ μάλιστα δυσμενέστερον ἔτι καὶ φιλονικότερον ἐς ἀλλήλας αἱ ἀρχαὶ διετίθεντο ἀπὸ τοῦδε, καὶ ἡ βουλὴ καὶ ὁ δῆμος ἐς αὐτὰς ἐμερίζετο ὡς ἐν ταῖς τῶνδε πλεονεξίαις ἐκάτεροι τῶν ἐτέρων ἐπικρατοῦντες."

A relação patrono-cliente consistia em uma relação de troca entre seus protagonistas e manteve-se como uma importante ferramenta política ao longo da história romana. O patrono, pertencente a famílias patrícias ou plebéias ricas, garantia para seu cliente proteção política, apoio jurídico ou simplesmente auxílio financeiro. Em contrapartida, o cliente – cidadão livre de nascimento ou um liberto – deveria observar algumas obrigações, como o apoio político (como durante as eleições, por exemplo), assistência e fidelidade para com o patrono. Esta relação poderia apresentar certas características próprias da relação de amizade – principalmente quando se tratava da patronagem artística ou literária, muito comum durante o Principado – mas diferenciava-se desta por sua natureza assimétrica, pois sempre se estabelecia entre pessoas de níveis sociais ou políticos diferentes. Vide WALLACE-HADRILL, 1989; SHELTON, 1998; SALLER 2002.

da combinação de forças dos outros cidadãos romanos, em número superior aos de origem patrícia, que lhes faziam oposição política (OAKLEY, 2006, p.20).

Quanto aos plebeus, é óbvio que o interesse de seus líderes, que provavelmente eram homens de riqueza substancial, era diferente daqueles que o restante da plebe almejava. Esses líderes desejavam tornarem-se aptos para alcançar suas aspirações políticas e dividir o governo com o grupo do qual eram excluídos pelo nascimento. Muitas das reformas eram de seu interesse por representarem fortes golpes na exclusividade patrícia. Assim, em 330 a.C, a elite plebéia havia já alcançado grande igualdade com os patrícios (OAKLEY, 2006, p.20).

Esse desejo de se aproximar da elite patrícia pode explicar o fato de que, com o passar do tempo, diferentemente do que apontou a análise de Apiano acima exposta, a magistratura criada para submeter os patrícios a uma jurisdição válida e aberta para todos e para proteger os plebeus de abusos cometidos pelos patrícios, tornou-se um instrumento da ordem dirigente (COMBÉS, 1977, p. 60). Os decretos plebeus tornaram-se, nos últimos anos da República, o método mais comum para a introdução de uma nova legislação e a natureza revolucionária do Tribunato passou a ser aproveitada para cumprir a vontade da aristocracia, mesmo sem perder o seu papel de protetor da plebe e mantendo sua independência em relação às outras magistraturas (OAKLEY, 2006, p. 21).

Suas decisões eram tomadas sob a orientação do Senado, que manipulava as propostas de leis. O Tribunato passou a ser composto por homens ligados às famílias nobres, jovens aristocratas que objetivavam fazer carreira para entrar no Senado (CORASSIN, 1988, p. 39). Segundo F. E. Adcock (1959, p. 63), esta perda de iniciativa por parte dos Tribunos da Plebe foi um meio que o Senado encontrou para se proteger, sendo incapaz de controlar a eleição popular, inclusive a de Tribuno, bem como de

impedir que propusessem qualquer resolução que, se aprovada, teria força de lei a todos os romanos. Absorvendo o Tribunato, o Senado fazia com que o cargo perdesse seu antigo grupo de eleitores, a camada superior da plebe, cujas reclamações haviam promovido os Tribunos e que agora era parte da nobreza de ofício. A camada inferior da plebe, então, estava convencida de que os patrícios apresentavam maior capacidade para o exercício do Tribunato, o que provocou a legitimação não só da eleição destes candidatos, mas também de suas ações como Tribunos, caracterizadas pela tendência a proteger e facilitar a obtenção de vantagens por parte de seus pares.

Tal fenômeno pode ser analisado, todavia, sob outra ótica. De acordo com David Shotter, mais do que uma manobra senatorial premeditada, cujo objetivo era controlar ou esvaziar o poder do Tribunato da Plebe e de sua Assembléia, a aproximação destes magistrados com os desejos aristocráticos foi o resultado espontâneo da união de alguns fatores. David Shotter (2005, p. 06) afirma que, no século III a.C., quando as decisões da Assembleia do Povo tornaram-se válidas para todos os cidadãos, não ocorreram grandes mudanças devido ao comportamento dos Tribunos e à natureza da comitia tributa. O autor também explica o comportamento passivo dos Tribunos em relação ao Senado pelo fato de serem descendentes de famílias plebéias ricas que almejavam seu crescimento político. Isso explica porque os Tribunos evitavam ofender os Senadores, cuja carreira queriam avançar. Associado a este desejo, o veto senatorial às decisões tribunícias - vigente entre o final do século IV a.C. e início do século III a.C. – tornou necessária a busca pela opinião do Senado antes das sessões, fazendo com que os Tribunos apresentassem na Assembleia a visão senatorial das questões a serem votadas. Além disso, segundo o autor, a dinâmica das votações na comitia tributa – voto por tribo e não secreto – garantia que suas decisões refletissem os desejos dos plebeus ricos, que em muitos assuntos se identificavam com a vontade da aristocracia.

Trata-se de um processo que teve início após as Guerras Púnicas. Em 150 a.C, no entanto, recomeçaram os sinais de conflito envolvendo os Tribunos que, apesar de ainda serem eleitos nas fileiras da aristocracia e corresponderem às aspirações tradicionais em sua atividade política, demonstravam uma tendência em fazer ecoar as aspirações da plebe (CRAWFORD, 1981, p. 99). Em 133 a.C. o Tribunato da Plebe voltou a protagonizar conflitos com os Senadores, quando Tibério Graco projetou uma reforma na distribuição do *ager publicus*, o que provocou sua perseguição e assassinato por parte dos seus opositores. Dez anos mais tarde, seu irmão, Caio Graco, viria a apresentar uma série de leis que descontentaram a aristocracia, que o perseguiu até a morte.

Para além desses dois momentos, a atuação dos Tribunos da Plebe permaneceu sendo determinante para os embates das Guerras Civis até o fim do período republicano. Um bom exemplo disto é a atuação de Publio Sulpicio Rufo, o Tribuno da Plebe que aliou-se a Caio Mário e lhe entregou o comando da Primeira Guerra Mitridática, o que provocou a invasão da cidade pelo exército do Cônsul Sula, original detentor deste poder, e as primeiras batalhas entre os partidários de Mário e Sula, que analisamos mais adiante. Essa magistratura, por suas características e pelo alcance de sua atuação permaneceu sendo ferramenta poderosa no jogo político romano inclusive durante o Principado, quando os imperadores acumulavam os poderes tribunícios e consulares, dentre as suas prerrogativas.

Os conflitos ocorridos no fim do período republicano surgiram em diferentes conjunturas e foram justificados por diversas necessidades advindas, principalmente, da expansão territorial. As guerras civis demonstraram que a estrutura

do governo estável para uma cidade-estado era ineficiente para a gestão de um império territorial. Além disso, como já demonstramos, mudanças políticas e sociais, como a criação do Tribunato da Plebe e a nova organização das tribos, desestabilizaram a dinâmica baseada no compromisso e na cooperação entre os membros da administração. Em última instância, os conflitos violentos dos últimos anos do governo republicano indicam que este sistema político falhou na resolução dos impasses (FLOWER, 2010, p.82). Os embates protagonizados por Tibério Graco em 133 a.C., por exemplo, iniciaram-se com sua proposta de reforma agrária visando à solução de um grave problema militar e explodiram em luta armada, quando o Tribuno tentou a reeleição.

2.1.2.O Tribunato de Tibério Graco: acirramento dos conflitos

Pertencente a uma família patrícia, Tibério Graco era filho de Cornélia Semprônia, neto de Cipião Africano e seu pai, Tibério Semprônio Graco, foi Censor em 169 a.C. e Cônsul em 163 e 177 a.C. (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 01). Veléio Patérculo não poupa elogios a Tibério, descrevendo-o com sendo "um homem de vida intocável e destacado gênio, reta intenção e adornado de tantas virtudes quantas uma perfeita condição mortal tem por natureza e educação" (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II*, 02)¹²⁸ Plutarco (*Vida de Tibério Graco*, 02) afirma que Tibério e Caio Graco eram semelhantes em eloquência, bravura, autocontrole e magnanimidade, havendo porém diferenças entre eles, o que justificaria na obra a separação de suas biografias: Tibério era gentil e calmo, enquanto Caio era nervoso e veemente, por exemplo.

^{128 &}quot;[...] uir alioqui uita innocentissimus, ingenio florentissimus, proposito sanctissimus, tantis denique adornatus uirtutibus, quantas perfecta et natura et industria mortalis condicio recipit."

Tibério ainda muito jovem casou-se com a filha de Ápio Cláudio (PLUTARCO. Vida de Tibério Graco, 04), que apoiou os projetos do genro. O Graco mais velho serviu sob o comando de Cipião Emiliano, esposo de sua irmã, na campanha de destruição de Cartago, na África (PLUTARCO. Vida de Tibério Graco, 04) e, depois de ser eleito Questor, serviu sob as ordens do Cônsul Caio Mancino na guerra contra a Numância (PLUTARCO. Vida de Tibério Graco, 04). Nessa contenda, a participação de Tibério mostrou-se fundamental, pois seu comandante não possuía grande habilidade bélica e a solução do conflito tornou-se viável através da negociação de um tratado de paz. Os numantinos exigiram negociar com Tibério, pois confiavam nele pela memória de seu pai (PLUTARCO. Vida de Tibério Graco, 05). Esperava-se, provavelmente, que Tibério fosse justo e íntegro na condução das negociações, posto que seu pai, em 179 a.C., portou-se desta forma ao estabelecer a paz com este mesmo povo (PLUTARCO. Vida de Tibério. 05). Vê-se, na narrativa plutarqueana, um exemplo de como a trajetória dos ancestrais de um indivíduo influenciava sua imagem pública na sociedade romana.

Toda a negociação, descrita por Plutarco minuciosamente (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 06) e o acordo de paz firmado foram considerados desastrosos e denunciados e, imitando o costume dos ancestrais, decidiu-se enviar para os inimigos os Generais, Questores e Tribunos Militares como punição. O apoio popular a Tibério, demonstrado pela primeira vez, acabou por permitir, em votação, que apenas o Cônsul fosse entregue aos numantinos (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 07). Novamente aqui, podemos inferir que a boa imagem dos ancestrais de Tibério – dentre eles o grande Cipião Africano – e o histórico de importantes serviços prestados à cidade contribuíram para que o povo o defendesse desta punição, já que o Tribuno de 133 a.C. iniciava sua carreira pública.

Eleito¹²⁹ Tribuno da Plebe para o ano 133 a.C., Tibério tomou para si a tarefa de solucionar o problema agrário que preocupava os romanos havia algum tempo: a expulsão dos pequenos agricultores – que receberam terras públicas para permanecerem mobilizáveis pelo exército – pelos grandes proprietários de terras (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 08). O projeto de reforma agrária de Tibério Graco, Tribuno da Plebe em 133 a.C., baseou-se na Lei Licínia Sêxtia – proposta por Caio Licínio Estolo e Lúcio Sêxtio Laterano em 377 a.C. – que limitava a possessão de terras públicas (o *ager publicus*) por particulares¹³⁰. Segundo Apiano (*História Romana II*. Guerras Civis I, 10) a constituição do Triunvirato Agrário responsável pela fiscalização do cumprimento da lei – composto inicialmente por Tibério, Caio Graco e Ápio Cláudio – causou o descontentamento dos ricos que não poderiam ser omissos à lei.

Para a elaboração de sua lei, Tibério consultou cidadãos que se destacavam por suas virtudes e reputação: o Pontífice Máximo Crasso, o jurista e então Cônsul Múcio Cévola e seu sogro, Ápio Cláudio (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 09). Seu objetivo não era a prosperidade econômica, mas o aumento da população apta ao serviço militar pela obtenção do censo mínimo através da posse de terras (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 11). Essa reforma consistia no confisco do excedente destas terras que estavam nas mãos das famílias ricas e sua distribuição para a plebe, e em nada afetaria a propriedade privada. A lei de Tibério Graco também proibia

¹²⁹ Plutarco (Vida de Tibério Graco, 08) justifica a candidatura de Tibério pela influência de amigos, familiares e pelo clamor do povo. Diófanes, retórico exilado em Mitilene, e Blóssio, filósofo italiano de Cumas, são os primeiros citados como incentivadores de Tibério. A queixa de Cornélia, sua mãe, por ser reconhecida como sogra de Cipião Emiliano e não como a mãe dos Gracos; além de uma rivalidade pessoal com Espúrio Póstumo, que parecia ter a admiração popular, figuram como motivadores para Tibério candidatar-se ao Tribunato da Plebe. Entretanto, o autor é bem claro ao afirmar que o clamor popular, através da fixação de escritos nos pórticos, muros e monumentos, para Tibério recuperar as terras públicas para os pobres, foi o que acendeu sua energia e ambição.

¹³⁰ Tibério propôs outras reformas de menor impacto político, como a diminuição do tempo de serviço militar (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 16), principalmente para obter o apoio popular e conseguir sua inédita reeleição, sobre as quais a historiografia pouco se dedica.

a venda dos lotes de terra distribuídos e regulamentava sua divisão entre os herdeiros (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 10). A elite romana, assim, não seria atingida como grupo, mas os indivíduos teriam sua riqueza ameaçada, pois suas propriedades invadiam sistematicamente os limites das terras do Estado (KONRAD, 2006, p. 168) e o aumento das propriedades através da compra destas terras também foi impedida pelo texto da lei.

Ao apresentar sua lei diretamente para a plebe, na Assembleia Tributa, depois de não conseguir sua aprovação no Senado, Tibério não cometeu uma ilegalidade, mas assumiu o risco de afastar Senadores que poderiam apoiá-lo. Vetando esse projeto por duas vezes, o que significava que a proposta carecia de consenso, Otávio, colega de Tibério no Tribunato, iniciou uma disputa política. Em resposta a isso, o Graco mais velho, recorrendo a uma medida "ilegal e indecorosa" ("οὐ νόμιμον οὐδ' ἐπιεικές")¹³¹ (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 11), conseguiu retirá-lo do cargo sob o argumento de que houve um abuso do poder de veto (KONRAD, 2006, p. 168). Percebendo que sua lei não seria aprovada e temendo por sua vida, Tibério tentou se candidatar à reeleição, fato inédito, mas não proibido por lei. Então, diante da inércia do Cônsul, Publio Cipião Nasica, Pontífece Máximo e tio de Tibério, convocou a todos para se armarem e defenderem a República pelas próprias mãos. Durante a assembleia que decidiria sobre a reeleição, houve luta armada no Fórum, em que Tibério e muitos de seus simpatizantes foram mortos.

O Senado, após a morte de Tibério Graco, para acalmar a população, não pôs fim à partilha das terras. Ele substituiu Tibério Graco, no Triunvirato Agrário, por Públio Crasso, sogro de Caio Graco (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 20) e, de acordo com Apiano (*História Romana II*. Guerras Civis I, 18), Fúlvio Flaco substituiu

¹³¹ Literalmente seria algo como: nem legal/legítima nem razoável/aceitável.

Ápio Cláudio, que pereceu juntamente com o genro, na comissão agrária. Mas essa política de distribuição de terras logo caiu em desuso e o Triunvirato responsável por ela se desfez.

Esse conflito entre o Tribuno e o grupo dirigente não se caracterizou pela violação de nenhuma lei, mas sim pela transgressão do *mos maiorum*¹³² tanto por parte de Tibério como pela outra parte envolvida na disputa. Tibério Graco rompeu com o princípio da limitação do poder pessoal através da decisão colegiada, quando destituiu seu colega Tribuno por ter vetado sua lei. Também desviou do costume de decidir assuntos de política externa e fiscal pelos Senadores, quando, através de um plebiscito, utilizou o tesouro de Pérgamo para financiar sua reforma agrária ¹³³. A República dos nobres sempre contou com moderação mútua e auto-imposta, e Tibério transgrediu esses princípios em suas ações.

Quando tentou a reeleição, ficou claro para a aristocracia romana que o Tribuno desejava a concentração de poder em suas mãos. Nenhuma lei proibia a tentativa de recondução ao cargo, mas combinado com seus atos anteriores, esta decisão não parecia a mais equilibrada para o governo de Roma. Devido ao medo que os romanos tinham da volta da monarquia, Cipião Nasica quebrou outro fundamental elemento de auto-contensão do governo republicano: o acordo para não levar as disputas políticas à violência. C. F. Konrad (2006, p. 169) supõe que esta última atitude foi desnecessária e desesperada, pois dificilmente Tibério conseguiria se reeleger e a ordem

¹³² O mos maiorum, conceito fundamental para compreendermos a cultura romana, abarca todos os costumes e tradições não escritas que influenciavam fortemente o comportamento sócio-político romano e a redação de seus códigos jurídicos. Podendo ser traduzido, grosso modo, como "costume dos ancestrais" ou como "tradição", o mos maiorum permaneceu exercendo influência mesmo durante o Principado, sendo atualizado mediante diferentes interpretações e inovações ao longo do tempo. Um exemplo de tais modificações pode ser a definição das virtudes que caracterizavam o cidadão ideal, cujas conceituações sofreram importantes modificações com o passar dos séculos e, mesmo assim, permaneceram associadas aos costumes dos antigos.

¹³³ Átalo III, Rei de Pérgamo, não possuindo sucessor ao trono e temendo por deixar seu povo desamparado, em testamento, nomeou o povo de Roma como seu único herdeiro. Tibério Graco, através da aprovação de uma lei, à revelia do Senado, conseguiu que esta herança fosse utilizada para financiar sua reforma agrária (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 14).

normal do governo voltaria sem a necessidade de conflito e violência. Suposições desta natureza são pouco aceitáveis, pois no ofício do historiador, algo que não aconteceu, ou cujas evidências não podemos acessar, não deve ser utilizado como base para uma tese.

Jürgen von Ungern-Sternberg (2006, p. 90-92) também explica o nascimento do conflito pela quebra do acordo tácito de consenso e cooperação mútua que existia entre os detentores do poder e justifica o ocorrido pela inexistência de uma constituição escrita. Esse autor difere, todavia, de C. F. Konrad ao identificar esta ruptura na deposição de Otávio, além de enxergar, no uso da Assembleia do Povo por Tibério para enfrentar a oposição senatorial e concretizar sua reforma, a criação e um estilo de política popular, cujos apoiadores protagonizaram, até o fim da República, embates com os defensores da liderança tradicional do Senado, que se definiam como "os melhores", os *optimates*. Muitos estudiosos modernos rotulam esses grupos erroneamente, utilizando termos que não alcançam sua complexa distinção, tais como "de esquerda" ou "de direita", ou como "reacionários" e "progressivos" (SHOTTER, 1994, p. 17). Porque o interesse primário de cada político romano era sua carreira individual, o seu *cursus honorum*, esses dois grupos nunca chegaram a formar facções políticas no sentido moderno (UNGERN-STERNBER, 2006, p. 92). Não obstante, a identificação de interesses comuns levou a diversos embates entre seus membros.

Dez anos após a morte de Tibério Graco, quando das eleições para Tribuno da Plebe de 122 a.C., o seu irmão mais novo, Caio Graco, foi eleito para a mesma magistratura e acabou por promover importantes reformas que culminaram em novos conflitos entre grupos políticos.

2.1.3. O Tribunato de Caio Graco e o início das profundas reformas políticas

Sobre Caio Graco, sua origem e vida até a candidatura ao Tribunato, não encontramos muitas informações na historiografia moderna, que fala desse patrício já a partir de suas reformas e das repercussões destas na sociedade romana. Caio participou ativamente do projeto de reforma agrária empreendido por seu irmão, compondo, juntamente com ele e Ápio Cláudio (sogro de Tibério), o Triunvirato responsável pelo recenseamento e redistribuição das terras públicas (PLUTARCO. *Vida de Tibério Graco*, 13).

Ele permaneceu afastado da vida pública durante os dez anos de intervalo entre a morte do irmão e o seu Tribunato. De acordo com as *Vidas Paralelas* de Plutarco (*Vida de Caio Graco*, 01), houve quem interpretasse tal postura como indício de desaprovação do Graco mais novo pela política empreendia por Tibério; e a reclusão doméstica de Caio é justificada de duas maneiras pelo autor: "ou por medo dos adversários, ou para cevar-se no ódio contra eles". ¹³⁴

Caio Graco é apresentado pelo autor grego como avesso à ociosidade, à preguiça, à bebida e ao lucro (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 01), sendo semelhante ao irmão em virtudes, mas muito mais saliente que este em gênio e eloquência (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II*, 06), e forte na palavra como nenhum outro (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 03). Retornou à vida pública em 126 a.C., quando foi designado Questor do Cônsul Orestes na Sardenha, ocasião em que deu

^{134 &}quot;Γάιος δὲ Γράγχος ἐν ἀρχῆ μὲν ἢ δεδιὼς τοὺς ἐχθροὺς ἢ φθόνον συνάγων ἐπ' αὐτούς, ὑπεξέστη τε τῆς ἀγορᾶς καὶ καθ' ἑαυτὸν ἡσυχίαν ἔχων διέτριβεν [...]".

provas de seu mérito¹³⁵. Ainda assim, o Senado, desaprovando o destaque obtido por Caio nesta empresa, que foi interpretada como demagogia, ordenou que as tropas da Sardenha fossem substituídas, permanecendo lá apenas o Cônsul. Diante disso, Caio foi a Roma e se defendeu das acusações, convencendo seus ouvintes de que estava sendo vítima de uma injustiça (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 02). Também foi acusado, em outro processo, de participação em uma conspiração descoberta¹³⁶, e, a seguir, candidatou-se ao Tribunato, o que causou reação dos notáveis. Eles fizeram com que Caio fosse proclamado em quarto lugar e não, conforme ele esperava, em primeiro, posição que ele conquistou no cargo, onde também conseguiu o apoio em massa de toda a Península Itálica (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 03).

Os documentos textuais justificam de diferentes maneiras a candidatura de Caio ao Tribunato da Plebe. A vingança ou contra os Senadores que o desrespeitaram (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 21), ou pela morte do irmão associada à busca pelo poder régio como manifestação da mesma loucura que se apoderou de Tibério (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II*, 06) são alguns exemplos. Plutarco (*Vida de Caio Graco*, 01) considera que Caio "lançou-se na política por necessidade e não por escolha", ¹³⁷ pois seus amigos e o povo enxergavam para ele um futuro na política devido à sua excelente retórica; assim, o autor grego utiliza a influência de amigos, de familiares e do povo para justificar, de maneira semelhante, a candidatura dos dois irmãos.

¹³⁵ A afirmação da demonstração de mérito, por parte de Caio Graco, na Sardenha – mediante provas de coragem nos combates, senso de justiça com os subordinados, devotamento e deferência para com o general, temperança, simplicidade e dedicação ao ofício – parece, no discurso de Plutarco, ser um contraponto às acusações de demagogia que ele sofria (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 01).

¹³⁶ Esta conspiração seria a de Fregelas (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 03), cidade latina que, em 125 a.C., rebelou-se contra Roma pretendendo maiores direitos políticos, mas a revolta foi controlada devido a uma traição e a cidade, destruída. Segundo Veléio Patérculo, o destruidor de Fregelas foi o Cônsul Lúcio Opímio, então Pretor (VELÉIO PATÉRUCLO. *História Romana II*, 06), que mais tarde liderou a perseguição a Caio Graco e seus partidários.

^{137 &}quot;[...] ἀλλ' ἔοικεν ὑπ' ἀνάγκης τινὸς μᾶλλον οὖτος ἢ προαιρέσεως ἐμπεσεῖν εἰς τὴν πολιτείαν."

Durante suas duas magistraturas, Caio propôs uma série de leis¹³⁸, cuja ordem cronológica é de difícil definição, que resultaram em amplas reformas nas estruturas da sociedade, da economia, da administração financeira e provincial e da legislação romana. A Lei Frumentária, uma das suas principais reformas, responsabilizava o Estado pela distribuição mensal de trigo a preço fixo e mais baixo que o de mercado para os cidadãos romanos¹³⁹. Caio Graco entendia ser do interesse da elite dirigente garantir as necessidades básicas do povo e evitar possíveis revoltas por comida, que comprometeriam a estabilidade social (KONRAD, 2006, p. 171). Esta medida fez com que Caio obtivesse o apoio popular, com a cooperação de Fúlvio Flaco, pois favorecia exclusivamente os residentes em Roma e aliviava a miséria da plebe urbana, até então dependente de doações das grandes famílias, o que contribuía para a criação dos laços de clientelismo, enfraquecidos por tal lei (CORASSIN, 1988, p. 58). Por conta disso, Caio também ganhou a antipatia daqueles que mantinham sua influência política através de sua clientela, que logo o acusaram de esvaziar os cofres públicos a fim de obter popularidade (CORASSIN, 1988, p. 59).

A historiografia também considera de sua autoria a lei que permitia a reeleição tribunícia. Ela teria possibilitado a Caio extinguir a oposição enfrentada pelo irmão, não podendo ser acusado de intentar um golpe de estado ou de ambicionar o

lutarco (*Vida de Caio Graco*, 04-07) nos informa sobre reformas empreendidas por Caio, das quais a historiografia raramente fala. Segundo o autor, o Graco mais novo apresentou a proposta de duas leis, cujo objetivo era atingir inimigos políticos: uma que garantia o direito de o povo julgar o magistrado culpado de banir um cidadão sem processo; e outra que proibia a obtenção de outro cargo pelo magistrado afastado do seu cargo anterior pelo povo. O Tribuno também propôs uma lei que dizia respeito ao serviço militar, prescrevendo que os soldados fossem vestidos à custa do Estado e que fosse proibido o recrutamento de menores de dezessete anos. Esta lei referente ao serviço militar ilustra a circunstância desesperadora em que estava o recrutamento do exército: pobres que serviam pelo soldo e jovens, quase crianças, sendo recrutados (CRAWFORD, 1981, p. 120). Além disso, sabemos que Caio empenhou-se na abertura, pavimentação e sinalização das estradas (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 07) – projeto que visava conseguir o apoio do maior número de empreiteiros e artesãos que o apoiariam e estariam dispostos a fazer o que lhes ordenasse (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 23) – e, estabeleceu novos impostos de trânsito (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II*, 06).

¹³⁹ A Lei Frumentária, assim com a Lei Agrária de Tibério Graco, proposta em 133 a.C., consistiam em formas de compensação do cidadão pelo serviço militar. O objetivo final desta lei era garantir o bem estar dos cidadãos, restabelecendo o equilíbrio ideal baseado na divisão social censitária, que o excessivo desenvolvimento da cidade e a proletarização tinham comprometido (NICOLET, 1992, p. 31 e 43).

poder régio (CORASSIN, 1988, p. 58). Apiano (*História Romana II*. Guerras Civis I, 21), porém, afirma que esta lei não é de autoria de Caio e que vigorava há algum tempo, e insinua que Caio não pretendia se reeleger, mas foi impelido a isso pelo povo, que o indicou espontaneamente para completar as listas de Tribunos. Plutarco ratifica essa ideia afirmando que Caio foi nomeado Tribuno pela segunda vez sem sequer ter concorrido ao cargo, unicamente pelo desejo popular (PLUTARCO. *Vida de Cai Graco*, 08).

A Lex Repetundarum¹⁴⁰Sua lei em relação à justiça, a data de 122 a.C. e propunha que os membros da Ordem Equestre dirigissem os julgamentos dos crimes de extorsão e corrupção ocorridos nas Províncias, além de renovar os contratos para a cobrança de impostos pelos Publicanos da província da Ásia (ALFÖLDY, 1989, p. 92). Através desta medida, Caio Graco auxiliou os membros da Ordem Equestre, importantes pela sua atividade econômica e participação no exército, a aumentarem seu poder político pelo acesso à magistratura, o que provocou um estranhamento entre as famílias eqüestres e senatoriais que até então comungavam valores e interesses.

O essencial do conflito entre os eqüestres e Senadores diz respeito ao fato de que os Juízes – desde a *Lex Repetundarum* – de certa forma hereditários nos Tribunais, tendiam a se tornar um grupo político que, julgando os magistrados, decidiam a sorte de homens com os quais eles dividiam a responsabilidade da administração de Roma. Em suma, os Juízes tinham consciência das contradições que opunham os Promagistrados – responsáveis pela prosperidade dos provinciais e pela dominação de Roma – e as sociedades de Publicanos encarregadas da coleta dos impostos, nas províncias. Assim, os magistrados encontravam em Roma, nos já referidos Tribunais, homens ligados a

¹⁴⁰ Esta lei está contida em uma pequena tábua de bronze e pode ser convenientemente chamada de *Lex Sempronia*, *Lex Repetundarum* ou *Lex Iudiciarai*. (SHERWIN-WHITE, 1982, p. 18).

seus interlocutores nas províncias, os Publicanos, que, em sua maioria eram, assim como os Juízes, pertencentes à Ordem Equestre (NICOLET, 1974, p. 468).

Essa lei, tanto na narrativa dos documentos quanto na análise feita pela historiografia moderna, recebe uma atenção especial. Para a maioria dos autores, a Lei Judiciária de Caio Graco simplesmente transferiu os Tribunais – a magistratura – dos Senadores aos cavaleiros. Veléio Patérculo (*História Romana II*, 06). Segundo Plutarco (*Vida de Caio Graco*, 05), os Senadores que, enquanto Juízes mostravam-se temíveis ao povo e aos eqüestres, tiveram suas prerrogativas judiciárias enfraquecidas, pois a partir de então os processos eram julgados por seiscentos Juízes, sendo metade destes escolhidos por Caio Graco dentre o membros da Ordem Equestre (PLUTARCO, *Vida de Caio Graco*, 05-06).

Apiano de Alexandria (História Romana II. Guerras Civis I, 22) afirma que a entrega da direção dos Tribunais para os cavaleiros – justificada pelo descrédito dado a estes órgãos pela facilidade com que eram corrompidos – foi um meio encontrado por Caio Graco para comprar o apoio dos membros da Ordem Equestre. Segundo Apiano, Caio afirmou que havia abatido o poder do Senado com um golpe definitivo, pouco tempo depois de a lei ter entrado em vigor. Apiano sugere que, por essa lei, os cavaleiros foram elevados ao nível de dominadores pois progressivamente mais temíveis para os Senadores, coligando-se com os Tribunos nas votações, cometendo violência contra os membros do Senado nos julgamentos e se corrompendo – e os Senadores à condição de súditos. Entretanto, com o passar do tempo, na verdade criou-se um vácuo de poder de governo, ao estar somente a dignidade nas mãos do Senado e o poder efetivo nas mãos dos cavaleiros (APIANO. História Romana II. Guerras Civis I, 22).

Com base no relato deste autor, a lei de Caio pode ser considerada como uma arma no arsenal político que o Tribuno utilizou contra os Senadores, opositores de suas outras reformas. Essa lei, todavia, tinha como propósito inicial reprimir as grandes corrupções do governo romano, oferecendo assistência para todos os habitantes do mundo romano, sem importar seu *status*, não se restringindo aos crimes de extorsão e proibindo absolutamente todos os métodos de enriquecimento ilícito, ou seja, por meio de corrupção e extorsão. Sua característica especial era a insistência na publicidade de todos os seus procedimentos, em especial a seleção dos jurados e a votação do júri (SHERWIN-WHITE, 1982, p. 21).

Os cavaleiros apoiaram Caio Graco em sua proposta referente aos Tribunais Provinciais; mas não podemos afirmar que houve uma ruptura definitiva entre as duas principais ordens romanas. Os interesses dos membros da Ordem Senatorial e dos participantes da Ordem Equestre eram parecidos; além disso, os cavaleiros não almejavam acabar com os privilégios dos membros do Senado, mas sim alargar a possibilidade da sua participação nos mesmos, entrando no Senado.

A lei de Caio Graco ofereceu a eles a oportunidade de aumentar sua riqueza, pois o Tribunal que antes controlava os seus excessos, desde então passou às mãos de seus pares, tornando-se favoráveis os julgamentos dos crimes de extorsão (CORASSIN, 1988, p. 65-67; SHOTTER, 2005, p. 24). Apesar de ser exigido dos cavaleiros e dos

¹⁴¹ O Pretor deveria ler em voz alta, na Assembléia Tributa, sua lista anual de 450 homens aptos a serem jurados, e publicá-la em um quadro de notícias ao longo do ano. Também precisava publicar a lista de jurados escolhidos e advogados indicados para cada caso, além de realizar um juramento público de que havia escolhido apenas homens de bem. O povo deveria ver os votos dos jurados que eram contados e declarados para a multidão (SHERWIN-WHITE, 1982, p. 21 e 23). Eram excluídos do júri todos aqueles que estavam fora da Península Itálica, aqueles que estavam ocupados com tarefas nas províncias e os que estavam servindo ou podiam servir na cavalaria. Isto porque os jurados precisavam estar disponíveis em Roma durante o ano, por isto, os limites de idade para ser jurado eram baseados no serviço militar. Porque Caio Graco não confiava em sua fidelidade, os jurados eram submetidos ao controle máximo da publicidade e a pesadas multas financeiras, caso negligenciassem suas tarefas (SHERWIN-WHITE, 1982, p. 22-23). Além disso, mesmo ainda conservando seu cavalo público, os Senadores foram excluídos das listas de jurados juntamente com os magistrados inferiores, seus filhos, irmãos e pais (NICOLET, 1977, p. 740).

Senadores o mesmo censo, a possessão de uma grande fortuna influenciava, além de outros fatores como a carreira militar e o desempenho de alguma magistratura, na obtenção da *dignitas* que caracterizava um Senador. Portanto, Caio Graco, ao realizar esta mudança na direção dos Tribunais, simplificou a busca equestre pelas possibilidades de entrada no Senado. Assim, os membros da Ordem Equestre, em seu jogo político, apoiaram Caio Graco apenas enquanto ele não ameaçou os privilégios de ambas as ordens, que o perseguiram¹⁴² até a morte, em defesa dos mesmos. A partir desse episódio, todavia, as duas ordens passaram a apresentar fronteiras mais nítidas quanto aos elementos de definição de ambas, principalmente à possessão do cavalo público, fundamental na definição de um membro da Ordem Equestre e principal prerrogativa da ordem¹⁴³.

A proposta da fundação de novas colônias 144 associada ao projeto de alargar a cidadania romana até os limites das províncias italianas (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 08) provocou uma forte reação do Senado, durante a segunda magistratura de Caio (SHOTTER, 2005, p.25). Seu objetivo parecia ser, afinal, a diminuição do poder do Senado e a garantia de maior apoio nas votações das leis (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 23). Diante dessa proposta, o Senado reagiu, ordenando que os Cônsules proibissem os itálicos de participar da Assembléia ou mesmo se aproximar da cidade durante a votação desta lei relativa à cidadania.

¹⁴² Esta perseguição, segundo os documentos antigos, foi iniciada quando o Tribuno da Plebe tentou estender a cidadania romana a todos os itálicos; o que facilitaria a aprovação, na Assembléia Tributa, de leis que por ventura ameaçassem os privilégios das ordens romanas.

¹⁴³ A partir de então, alguns *equites* – jovens de famílias senatoriais – ao final de seus dez anos de serviço militar passaram a devolver o seu cavalo, deixando as centúrias equestres (NICOLET, 1974, p. 469). Assim, os membros do Senado deixaram de possuir a principal prerrogativa de um cavaleiro. Entretanto, os objetivos e ambições de ambas as ordens no que se refere à participação na direção do Estado não sofreram grandes mudanças, a ponto destes grupos sociais se tornarem inimigos.

¹⁴⁴ Caio também propôs a fundação de colônias fora da Península Itálica, como uma maneira de continuar o projeto agrário do irmão ao solucionar o problema da escassez de terras férteis para a distribuição (ALFÖLDY, 1989, p. 92-23); e alterou a composição dos Tribunais Provinciais.

Buscando retirar de Caio o apoio popular, o Senado convenceu outro Tribuno, Marco Lívio Druso¹⁴⁵, a vetar¹⁴⁶ as leis propostas por Caio e propor a fundação de doze colônias com três mil integrantes cada – enquanto Caio sugeria a fundação de apenas duas – para ganhar a simpatia do povo (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 09). Assim, Druso fez a proposta e a Plebe, alegre por esta proposição, menosprezou Caio (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 23). Além dessa, Lívio Druso tomou outras medidas populares¹⁴⁷, que "não levavam em conta o que era bom ou útil, mas apenas objetivavam superar Caio nos favores e complacências para com a multidão, rivalizar com ele em zelo e solicitude"¹⁴⁸ (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 09); política que tornou a plebe menos hostil ao Senado.

Quanto Caio Graco e Fúlvio Flaco se ausentaram da cidade – designados para reerguer Cartago, que seria uma nova colônia romana, por proposta do Tribuno Rúbrio – Lívio Druso aproveitou-se para atacar sua política com mais violência (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 10). Quando retornaram a Roma, foram surpreendidos pela acusação de estar a colônia sob maus auspícios¹⁴⁹, e o Senado

-

¹⁴⁵ Este Tribuno era filho do Cônsul em 147 a.C. Foi Pretor Urbano posteriormente, em 115 a.C., Cônsul em 112 a.C., Procônsul da Macedônia em 111 a.C. e obteve o Triunfo em 110 a.C. Morreu em 109 a.C., quando desempenhava a função de Censor.

¹⁴⁶ Apiano nos esclarece que Marco Lívio Druso pôde vetar as propostas de Caio sem a necessidade de explicar ao povo seus motivos, porque assim era permitido fazer naquela ocasião (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 23).

¹⁴⁷ Caio distribuía terras aos pobres mediante o pagamento de uma taxa ao Tesouro Público, mas Lívio desobrigou os proprietários da taxa, sendo festejado; e, enquanto se condenou a concessão de igualdade de sufrágio aos latinos, proposta por Caio, a lei em que Lívio proibia açoitar um latino, mesmo no exército, foi apoiada (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 09).

^{148 &}quot;Επιδούς οὖν ὁ Λίβιος εἰς ταῦτα τῆ βουλῆ τὴν έαυτοῦ δημαρχίαν, νόμους ἔγραψεν, οὕτε τῶν καλῶν τινος οὕτε τῶν λυσιτελῶν ἐχόμενος, ἀλλ' εν μόνον, ὑπερβαλέσθαι τὸν Γάιον ἡδονῆ καὶ χάριτι τῶν πολλῶν [...]".

¹⁴⁹ A suspeita da existência destes maus agouros tinha como fundamento o fato de que o terreno teria sido amaldiçoado, quando da destruição da cidade de Cartago, a ser para sempre pasto para gado. Plutarco (*Vida de Caio Graco*, 11) informa que os deuses apresentaram vários obstáculos à empresa: a primeira insígnia foi levada pelo vento, um furação dispersou as entranhas das vítimas colocadas sobre o altar e atirou-as para além das muralhas traçadas como os limites para a nova cidade, os quais foram arrancados por lobos e levados para longe.

convocou uma Assembléia¹⁵⁰ que deveria abolir a lei referente a este projeto. Os dois Tribunos, Caio e Fúlvio, acusados de terem fracassado em sua missão, afirmaram que o Senado mentiu sobre os sinais dos maus auspícios (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 24). Criou-se, assim, uma atmosfera de grande animosidade, propícia para o conflito armado.

Caio e Fúlvio Flaco, então, reuniram em torno de si plebeus que, armados com punhais, compareceram ao Capitólio no dia da votação sobre a colônia (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 24). Durante a Assembleia, um partidário de Caio matou um cidadão¹⁵¹ presente, o que causou muita gritaria e a saída de todos com medo. Caio Graco, ao não ser ouvido quando tentava explicar o ocorrido, voltou para casa, juntamente com Flaco, acompanhados de seus partidários (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 25).

Diante desse ato violento, o Cônsul Opímio ordenou que tropas se concentrassem no Capitólio e convocou os Senadores a se reunirem com ele no templo de Castor e Pólux. Ignorando o convite dos Senadores para se defenderem, Caio e Flaco seguiram armados para o monte Aventino¹⁵², de onde procuraram negociar um acordo – por intermédio de Quinto¹⁵³, filho de Fúlvio Flaco, enviado para conversar com os Senadores – mas Opímio ordenou o ataque a eles.

¹⁵⁰ A narrativa de Plutarco sobre os últimos episódios envolvendo Caio Graco afirma que a Assembléia em que o conflito armado entre Caio e seus partidários e o Senado sob liderança de Opímio ocorreu após a derrota de Caio nas eleições em que tentava seu terceiro Tribunato, e objetivava não apenas invalidar o projeto da colônia de Cartago, mas também todas as reformas empreendidas por Caio em suas duas magistraturas (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 12-13).

¹⁵¹ Apiano (*História Romana II*. Guerras Civis I, 25) informa que esta vítima era um plebeu que pediu a Caio, estendendo-lhe a mão, que olhasse por sua pátria. Já Plutarco (*Vida de Caio Graco*, 13) afirma que Quinto Antílio era um dos lictores de Opímio que insultou Fúlvio Flaco, chamando-lhe de mau cidadão e pedindo-lhe para sair dali e dar lugar à gente honesta, o que levou um partidário de Caio a matá-lo.

¹⁵² Plutarco (*Vida de Caio Graco*, 15) afirma que para a tomada do Aventino, diferentemente de Fúlvio Flaco e dos seus seguidores, Caio não quis se armar: saiu de casa de toga como se fosse ao Fórum, levando apenas um pequeno punhal, e afastou-se de casa em silêncio e com alguns amigos, apesar das súplicas de Licínia, sua esposa, para que ficasse.

Quinto era o filho mais novo de Fúlvio Flaco, um adolescente muito modesto e respeitoso (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 16). Também foi preso por ordem de Opímio e teve o direito de

Caio, vendo que sua tentativa de fuga¹⁵⁴ falharia, ordenou a Éuporo¹⁵⁵, seu escravo que o matasse. Fúlvio Flaco foi morto¹⁵⁶ depois de ter seu esconderijo delatado. O povo saqueou as casas de Caio e Fúlvio; Opímio ordenou a prisão e o estrangulamento daqueles que participaram da conspiração e pagou em ouro o peso da cabeça de Caio Graco e Fúlvio Flaco. Seus bens foram vendidos em proveito do tesouro público, as viúvas foram proibidas de usar luto e tiveram seus dotes confiscados (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 17). Os corpos de Caio Graco, Fúlvio Flaco e seus partidários foram jogados no Rio Tibre (PLUTARCO. *Vida de Caio Graco*, 17), fato relevante nas obras dos escritores antigos por impossibilitar realização dos ritos fúnebres e a existência de sepultura. Ela representava um lugar de memória, assim como o funeral era a cerimônia de institucionalização da mesma, em que o sujeito passava de sujeito ausente a objeto de memória mais distanciada e objetiva (HARTOG, 2003, p. 20).

O direito a tal institucionalização da memória – uma espécie de punição comum para condenados na arena, alvos de proscrição ou escravos sublevados cujos corpos eram frequentemente ultrajados e deixados insepultos (KILE, 1998, p. 14) – foi, assim, negado, aos netos de Cipião Africano. Para os opositores de Tibério e Caio Graco, isso era importante pelo significado sócio-político que a realização da procissão fúnebre e a existência da sepultura possuíam. A primeira consistia, afinal, em um

escolher a forma de sua execução (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 26). Veléio Patérculo (*História Romana II*, 07) afirma que a morte deste "jovem inocente dos delitos de seu pai" (*immunisque delictorum paternorum*) foi um crime que se somou às atrocidades de então.

¹⁵⁴ Plutarco (Vida de Caio Graco, 16) afirma que antes de intentar sua fuga, Caio se refugiou no templo de Diana, onde tentou se matar, mas foi impedido de fazê-lo por seus amigos Licínio e Pompônio; então, caiu de joelhos e suplicou para a deusa que "tornasse o povo romano, em castigo de sua ingrata traição, para sempre escravo" (ἔνθα δὴ λέγεται καθεσθεὶς εἰς γόνυ καὶ τὰς χεῖρας ἀνατείνας πρὸς τὴν θεὸν ἐπεύξασθαι τὸν Ῥωμαίων δῆμον ἀντὶ τῆς ἀχαριστίας ἐκείνης καὶ προδοσίας μηδέποτε παύσασθαι δουλεύοντα:).

¹⁵⁵ O escravo se matou logo depois de auxiliar seu dono (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II*, 06).

¹⁵⁶ Segundo Veléio Patérculo (*História Romana II*, 06), Fúlvio Flaco foi degolado no Aventino, juntamente com seu filho mais velho, enquanto exortava seus partidários à luta.

veículo de comunicação social – pois, nela os feitos do morto e a sua ancestralidade eram relembrados – sendo também um instrumento de afirmação do poder do morto e de sua família (OMENA; CARVALHO, 2014; WALLACE-HADRILL, 2008; HOPE, 2009). A sepultura, por sua vez, tornar física a memória do morto, poderia se transformar em local de peregrinação de simpatizantes da política graqueana.

Veléio Patérculo caracteriza como abominável o pagamento feito pelo Cônsul à cabeça de Fúlvio Flaco, "um cidadão romano" ("Ciuis Romani") (VELÉIO PATÉRCULO. História Romana II, 06), deixando claro que o mesmo ato em relação a Caio era justo, pois Caio fugiu à tradição, transgrediu a ordem e, portanto, deveria ser castigado. O Tribuno é considerado como um não-cidadão pelo autor – "não à cabeça de Graco, mas sim à de um cidadão romano" (VELÉIO PATÉRCULO. História Romana II, 06) – pois ele não respeitou o mos maiorum, não desempenhou a função do cives, que é a manutenção da ordem e do equilíbrio; pelo contrário, comandou a desordem.

Após a morte de Caio Graco, os ânimos na República se acalmaram. Entretanto, a questão latina permaneceu sem solução. Os povos da Itália, animados com a possibilidade de participar mais ativamente da vida política romana, não aceitaram ver sua reivindicação ser abandonada e continuaram lutando por ela. A elite romana não tinha o interesse de aumentar o número de cidadãos, pois poderia perder o controle das votações e ver os interesses da plebe ganhar força. Nesse cenário, que culminou com a mobilização dos povos latinos e a eclosão da Guerra Social, a importância dos Tribunos da Plebe aumentou consideravelmente e sua política ora defendia os interesses senatoriais, ora a questão itálica. A luta armada entre a elite romana e os povos latinos, a

^{157 &}quot;[...] quod capitis non dicam Gracchi, sed ciuis Romani".

Guerra Social, além de resolver esta questão, foi a oportunidade para Sula, que já se destacara como Tribuno e Legado Militar, demonstrar sua capacidade para liderança.

2.2. A trajetória de Lúcio Cornélio Sula: do anonimato para o protagonismo político

2.2.1. Origens familiares de Sula

A família de Sula era a menos distinta dentre as sete que descendiam da gens Cornélia (KEAVENEY, 2005, p.05). Salústio (Guerra de Jugurta, XCV) nos informa que ele era um nobre de ascendência patrícia, mas de uma família quase reduzida ao esquecimento por causa de um ancestral, enquanto Plutarco de Queronéia, em sua biografia sobre Sula, esclarece um pouco mais o assunto. O autor afirma que a família de Sula teve uma modesta participação na vida pública, desde que um ancestral, que chegou a ser Cônsul, em 212 a.C. (SANTANGELO, 2007, p. 01), foi expulso do Senado por possuir "mais de dez mil libras de prata em baixela, coisa que era proibido" (PLUTARCO. Vida de Sula, 01). 158

Trata-se de Públio Cornélio Rufino, filho do membro conhecido mais antigo da família, do qual sabemos apenas que foi Ditador em 334 a.C. Rufino, que tinha o mesmo nome do pai, foi Cônsul em 290 a.C. e teve importante participação na guerra samnita¹⁵⁹. Em 285 a.C., foi Ditador e, em 277 a.C., Cônsul novamente, participando da

 $^{^{158}}$ "εύρέθη γὰρ ἀργυρίου κοίλου κεκτημένος ὑπὲρ δέκα λίτρας, τοῦ νόμου μὴ διδόντος."

¹⁵⁹ Entre meados do século IV a.C. e final do século III a.C., Roma empreendeu três guerras contra os povos Samnitas, que dominavam os montes Apeninos, região ao sul do Lácio. Estas guerras compõem o período de expansão territorial romano. A primeira Guerra Samnita ocorreu entre 343 a.C. e 341 a.C., a

guerra contra os aliados de Pirro¹⁶⁰, rei do Épiro. No ano seguinte, sua carreira teve um abrupto e ignóbil fim: sua proeminência causou inveja, e ele foi denunciado, por seu inimigo Fabrício, por ter mais riqueza que o permitido. Expulso do Senado, Rufino foi citado como exemplo da simplicidade e da severidade dos antigos, por séculos (BADIAN, 1969, p. 04).

Públio Cornélio Sula, filho de Rufino e primeiro a usar o nome Sula, tornouse flamen dialis em 250 a.C.. Esse cargo, apesar de conferido apenas a membros da camada mais alta da sociedade, barrava a atuação política daquele que o desempenhava, assim, a nomeação do primeiro Sula para esta função pode ser interpretada como consequência da expulsão de seu pai do Senado (BADIAN, 1969, p. 05). O nome Sulla, em Roma, provinha de uma característica física do nomeado e pode ser uma derivação da palavra sura (panturrilha)¹⁶¹. Sula era um homem bonito, cuja figura despertava a admiração de todos. Por outro lado, o nome podia estar conectado com o cabelo loiro ou avermelhado que Sula possuía e que o nome Rufino indica ser uma característica da família.

O filho desse Sula, que recebeu o mesmo nome que o pai, foi Pretor em 212 a.C. e, depois de consultar os livros Sibilinos, instituiu os *Ludi Apollinaris*. Seu filho, o terceiro com o mesmo nome, era o avô de Sula e também foi Pretor, em 186 a.C. Sobre o pai de Sula, Lúcio Cornélio Sula, sabemos pouco. É conjecturado que ele também foi

segunda, entre 326 a.C. e 304 a.C., e a terceira, da qual o antepassado de Sula participou, aconteceu entre os anos 298 a.C. e 290 a.C. Ao final delas, os Samnitas foram submetidos ao poder de Roma e seu território anexado aos domínios romanos. Como parte do projeto de Apiano de Alexandria de narrar etnologicamente os conflitos romanos no período de expansão territorial republicano, no livro *A História Samnita*, que compõe o livro I da *História Romana*, o autor descreve o processo de anexação do território deste povo aos limites romanos.

¹⁶⁰ A Guerra Pírrica (280 a.C.-275 a.C.) consistiu no conflito entre Roma e seus aliados itálicos contra cidades da Magna Grécia, principalmente Tarento, que desobedeceu a um tratado marítimo romano. Pirro, rei de Épiro, aliou-se às cidades gregas para retribuir o apoio que Tarento lhe dera anteriormente, em outra guerra. O conflito se estendeu até a Sicília e, ao final das batalhas, Roma saiu vitoriosa e anexou os territórios das cidades derrotadas.

¹⁶¹ Plutarco (*Vida de Sula*, 02), entretanto, justifica o sobrenome Sula pela cor avermelhada da pele do Ditador de 82 a.C.

Pretor, mas isto não pode ser provado. Temos certeza apenas de que ele foi casado duas vezes¹⁶² e sua segunda esposa, madrasta de Sula, era uma mulher de fortuna considerável, uma circunstância importante para o futuro do jovem Sula (KEAVENEY, 2005, p. 06).

Ele possuía ancestralidade que muito participou da vida política, cuja carreira não ultrapassava a Pretura, provavelmente devido à memória daquele Rufino expulso do Senado no século III a.C. Sobre a infância do futuro Ditador sabemos apenas uma história sobre uma mulher estranha ter dito para sua ama que ele seria o forte de felicidade para a República¹⁶³ (KEAVENEY, 2005, p. 06). Segundo Plutarco (*Vida de Sula*, 01), Sula, na adolescência, viveu em uma casa alugada, provavelmente dividindo o mesmo endereço com um liberto; entretanto, existe um debate sobre a veracidade desta informação e as conseqüências que este detalhe pode implicar (KEAVENEY, 2005, p. 07). Não obstante, ele recebeu educação normal para um jovem romano de seu nível social, sendo completamente instruído nos clássicos gregos e latinos (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, 95) e, consequentemente, imbuído de um amor pela literatura que permaneceu por toda a sua vida.

Durante sua adolescência (mais ou menos quando ele alcançou a *toga virilis*) sua fortuna mudou: seu pai morreu sem lhe deixar nada e, sobre este fato, há duas hipóteses: ou os dois tinham rompido relações, ou (como é mais aceito e os fatos demonstram) o pai estava falido (KEAVENEY, 2005, p. 6-7). A decadente situação financeira do pai de Sula pode ter sido exagerada pela historiografia, pois, um descendente de Pretores, provavelmente casado com uma herdeira rica, possivelmente

Não sabemos nada sobre a mãe e a madrasta de Sula, que escolheu não escrever sobre elas em suas memórias, provavelmente porque tinham alguma ligação com a família de Mário (BADIAN, 1969, p. 7-8)

¹⁶³ A narrativa deste fato não figura em nenhuma das fontes que utilizamos em nossa pesquisa e, infelizmente, Arthur Keaveney menciona o mesmo em seu livro "Sulla, the last Republican" sem, entretanto, mencionar o documento textual de que foram retiradas as informações.

conseguia algum cargo público, talvez até a Pretura (BADIAN, 1969, p. 05). Segundo Plutarco, Sula conseguiu a fortuna necessária para iniciar sua carreira pública através das heranças deixadas por sua amante, Nicópolis, e também por sua sogra¹⁶⁴, que o queria como filho (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 02).

É importante salientar que, de acordo com Arthur Keaveney (2005, p. 07), Sula poderia ser considerado pobre, se avaliado pelos parâmetros de riqueza da aristocracia romana, mas, sua situação financeira era bem confortável, se comparada a de um plebeu. Para aqueles que detinham o poder, Sula pouco representava, e tal condição parece ter moldado seu caráter e suas perspectivas. Devido à sua situação econômica, ele não podia exercer o serviço militar ou entrar para a vida pública. Em uma sociedade timocrátca e competitiva, ele foi estigmatizado como o representante de uma família patrícia decadente, que não podia aspirar ao tipo de status que seus ancestrais mantiveram.

Essa análise do autor sugere que seu desejo de recuperar o prestígio político da família, ou mostrar para a elite romana seu valor como membro do patriciado, funcionou como grande estímulo para toda a sua carreira. Ele estava determinado a imitar e a superar seus distintos ancestrais na guerra e na vida pública, os dois campos de atuação de homens com sua origem social, e a recuperar a glória dos *Sullae* e o lugar de sua família entre a elite republicana (KEAVENEY, 2005, p. 10). Além disso, a indicação de que Sula dedicou dois livros de sua autobiografia à história de sua família demonstra o orgulho que tinha de seus ancestrais (BADIAN, 1969, p. 04). Quando teve a oportunidade de realizar suas ambições, Sula perseguiu seu objetivo com dedicada obstinação.

¹⁶⁴ Esta seria a madrasta de Nicópolis (KEAVENEY, 2005, p. 10).

Com base nas estátuas, Plutarco descreve Sula como um homem de rosto rude, pele vermelho-escuro pintada de manchas brancas, olhos terrivelmente duros e brilhantes (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 02). Evidências literárias sugerem que Sula era belo, de cabeleira dourada, rosto pálido e olhos azuis (KEAVENEY, 2005, p. 10). Uma moeda (CRAWFORD, 1974, 434/1) retrata sua face fina e um nariz essencialmente romano.



Trata-se de um denário de prata, cunhado em 54 a.C. que apresenta em seu reverso a cabeça nua/face direita de Quinto Pompeu Rufo com a inscrição RVFVS.COS Q POM. RUFI. No reverso da moeda, observamos a cabeça nua/face direita de Sula com a inscrição SVLLA COS. Moedas para enfatizar as conexões familiares eram comuns no final do período republicano e esta é um exemplo disto: uma moeda cunhada, provavelmente em 54 a.C., durante o Primeiro Triunvirato (59 a.C. – 53 a.C.) retratando os avôs materno (Sula) e paterno (Pompeu) de Gneu Pompeu Magno, que foram colegas consulares em 88 a.C.. Pompeu Magno que também apoiou Sula durante a Segunda Guerra Civil e recebeu a alcunha *Magnus* devido a seus sucessos militares de então, compunha com Júlio César e Crasso a aliança política responsável pela administração romana conhecida como Primeiro Triunvirato.

Outra moeda (CRAWFORD, 1974, 434/2) cunhada no mesmo ano, também faz referências aos avôs de Pompeu Magno e a Magistratura que desempenharam juntos:





Esse denário de prata apresenta, em seu anverso, a inscrição Q POMPEI Q F/RVFVS acima da imagem da cadeira curul centralizada com uma flecha a esquerda e um ramo de louros à direita. Logo abaixo, em uma tabuleta, lemos COS. Seu reverso também apresenta a cadeira curul ao centro, com um *lituus*¹⁶⁵ à esquerda e uma grinalda¹⁶⁶ à direita; no alto, vemos a inscrição SVLLA COS e, abaixo da cadeira uma tabuleta em que lemos Q POMPEI RVF. Esta moeda refere-se ao Consulado de Sula e Pompeu não apenas de forma direta, pelas inscrições, mas também de forma indireta, pela presença central da cadeira curul, assento reservado aos magistrados que possuíam o *imperium*, como os Cônsules, e ao *flamen Dialis*.

No que concerne à personalidade de Sula, os documentos destacam os seus vícios, em especial a vaidade (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 03), a ambição e a avidez por prazer e glória (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, 95), sendo a *História Romana* de Apiano de Alexandria uma exceção. Na dinâmica sócio-cultural romana, a caracterização de um cidadão baseava-se na definição de suas virtudes ou vícios. O enfoque dado pelos autores antigos aos comportamentos e características de Sula que o distanciavam das virtudes indica o posicionamento da obra em relação à personagem. Além disso, o estilo da escrita também parece ter influenciado na descrição de Sula,

¹⁶⁵ Instrumento utilizado pelos augures para consultar sobre o apoio dos deuses sobre determinado assunto, como uma guerra, por exemplo.

¹⁶⁶ Confeccionada com folhas de louros e símbolo da vitória, este ornamento era utilizado pelos generais em seus desfiles triunfais. A sua origem remonta o mito de Dafne, uma ninfa, e Apolo: Dafne, para fugir de Apolo transmutou-se em uma loureira de cujas folhas o deus fez uma coroa que portava em suas representações. Apolo era protetor dos atletas, presenteados com coroas por suas conquistas, e dos jovens guerreiros.

como no caso de Plutarco de Queronéia que, ora destacando vícios, ora enaltecendo virtudes ao longo da trajetória política de seus biografados, define seus caracteres na obra de cunho moralista, as *Vidas Paralelas*.

Como não era aceito entre as altas camadas da sociedade, Sula se aproximou, ainda na juventude, daqueles que não se importavam com sua riqueza ou ancestralidade, atores de teatros populares; não abandonando essas amizades, mesmo quando detinha o poder. Seria uma demonstração do seu senso de lealdade e de sua capacidade de expressar gratidão, pois, considerava estas como suas verdadeiras amizades, enquanto desconfiava dos nobres (KEAVENEY, 2005, p. 7-8). Arthur Keaveney baseia-se na obra de Plutarco, para tecer esta interpretação sobre as amizades de Sula. Se, todavia, observamos a definição da amizade na Roma antiga e as diversas implicações desta relação, podemos interpretar de maneira diversa esta informação.

A amizade no mundo antigo é de difícil definição, podendo ser confundida, por alguns motivos, com laços de patronagem. David Konstan (2005) realizou um importante estudo sobre a configuração da amizade no mundo clássico. O autor afirma que *amicitia* designa em geral a relação específica entre amigos (*amici*), apesar da longa prevalência da idéia de que *amicitia* era a palavra utilizada para fazer referência às relações entre partidos, não possuindo necessariamente um sentimento de intimidade (KONSTAN, 2005, p. 173-174). Ao contrário da definição grega de amizade, a relação entre amigos durante a República não se baseava somente na afeição recíproca ou comunhão de interesses; eles eram ligados por obrigações entre si e a *dignitas*, as honras, de um amigo influenciavam a de todos do grupo (BRUNT, 1988, p. 355).

Durante o Império, os laços pessoais dentro da aristocracia e entre candidatos políticos alteraram suas configurações à medida que as relações verticais dentro da elite tornaram-se hierárquicas mais abertamente. As noções de amizade eram

adaptadas a diferentes práticas, mas o sentido essencial de um vínculo particular baseado na afeição mútua, liberdade e estima, dentro das capacidades dos respectivos parceiros, perdurou (KONSTAN, 2005, p. 209).

Alguns historiadores concluíram que, durante o Principado – momento em que o *status* pessoal assumiu uma importância maior – a afirmação de amizade entre superiores e inferiores constituía eufemismo para as relações de dependência que seriam melhor definidas pela patronagem¹⁶⁷, mesmo quando não sustentadas por um código formal de clientela (KONSTAN, 2005, p. 193).

Plutarco é quem nos informa sobre a estreita amizade que Sula manteve, ao logo da vida com atores: "Ainda jovem e obscuro, partilhava os deboches de mímicos e bufões. E já senhor do mundo, reunia em casa, diariamente, a escória do teatro e dos espetáculos para beber e contar piadas" (PLUTARCO. Vida de Sula, 02). Ato contínuo, o autor critica tal comportamento: "Semelhante conduta não se harmonizava com a sua idade e, assim desonrando a majestade do poder, negligenciava obrigações imperiosas" (PLUTARCO. Vida de Sula, 02). Considerando o objetivo moralizante da obra e a crítica que o autor faz sobre este hábito de Sula, podemos interpretar este fato de maneira menos inocente. Longe de querer demonstrar a lealdade que Sula dispensava a seus amigos de longa data, o objetivo do autor ao informar-nos sobre este hábito do Ditador era ressaltar, como ocorre ao longo de todo o relato, suas falhas de caráter. Ao invés de manter relações de amizade com aqueles que eram úteis ou

¹⁶⁷ A patronagem caracteriza-se por três traços que a distinguem de outros tipos de relação: envolve uma reciprocidade de proteção e serviços; é uma relação pessoal e de considerável duração, além de ser assimétrica no que diz respeito ao *status* dos indivíduos envolvidos e nos tipos de favores e serviços comungados (SALLER, 2002, p.01-03). Entretanto, a patronagem pode coexistir com a amizade, ou seja, nem toda conexão entre patronos e protegidos é descrita como *amicitia*; quando esse é o caso, o par também é, ou deseja ser, considerado como um par de amigos (KONSTAN, 2005, p. 194).

^{168 &}quot;[...]ὤστε νέον μὲν ὄντα καὶ ἄδοξον ἔτι μετὰ μίμων καὶ γελωτοποιῶν διαιτᾶσθαι καὶ συνακολασταίνειν, ἐπεὶ δὲ κύριος ἀπάντων κατέστη, συναγαγόντα τῶν ἀπὸ σκηνῆς καὶ θεάτρου τοὺς ἰταμωτάτους ὀσημέραι πίνειν καὶ διαπληκτίζεσθαι τοῖς σκώμμασι [...]".

^{169 &}quot;[...] τοῦ τε γήρως ἀωρότερα πράττειν δοκοῦντα καὶ πρὸς τῷ καταισχύνειν τὸ ἀξίωμα τῆς ἀρχῆς πολλὰ τῶν δεομένων ἐπιμελείας προϊέμενον."

importantes para o governo da República, afinal, Sula esquecia-se de suas obrigações para se divertir com populares.

Salústio (*Guerra de Jugurta*, XCV) qualifica seu lazer como *luxuriosus*, mas afirma que isso nunca o fez distrair-se dos negócios. A maneira como Salústio define o lazer de Sula relaciona-se com a sua visão do período em que governou Roma, momento em que a luxuosidade foi introduzida no modo de vida romano, contribuindo para a degradação moral daquela sociedade. Quando começava a beber, não havia para ele assunto sério¹⁷⁰ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 02), o que contrastava com sua postura ativa e "austera" no resto do tempo (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 02) ¹⁷¹. Plutarco justifica por estes hábitos suas inclinações mórbidas e sua paixão desenfreada pelos prazeres e amores que nunca abandonou. Conta que, na juventude, enamorou-se de um comediante, Metróbio, a quem nunca deixou de amar e que foi amante de Nicópolis, "mulher de vida airada, porém rica" (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 02).

Sobre seu comportamento¹⁷³, Plutarco afirma:

Homem de humor flutuante e pleno de contrastes. Tomava muito, dava mais ainda, honrava ou ultrajava indiscriminadamente, adulava aqueles de quem precisava, repelia aqueles que precisavam dele: não se pode, assim, saber se era por natureza mais altivo que obsequioso. Idêntica irregularidade caracterizava os castigos que infligia: à primeira ofensa condenava ao suplício, e, no entanto suportava com paciência as piores agressões. Perdoava de bom grado ofensas inexpiáveis, mas punia com a morte e o confisco faltas leves e insignificantes. ¹⁷⁴ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06).

¹⁷⁰ Considerando a afirmação do autor de que o comportamento de Sula, durante suas reuniões domésticas, desonrava o poder, podemos inferir que, nesta ocasião até mesmo assuntos importantes, como aqueles relativos ao governo, por exemplo, eram tratados em tom de pilhéria.

^{171 &}quot;οὐ γὰρ ἦν τῷ Σύλλᾳ περὶ δεῖπνον ὄντι χρήσασθαι σπουδαῖον οὐδέν, ἀλλ' ἐνεργὸς ὢν καὶ σκυθρωπότερος παρὰ τὸν ἄλλον χρόνον, ἀθρόαν ἐλάμβανε μεταβολὴν ὁπότε πρῶτον ἑαυτὸν εἰς συνουσίαν καταβάλοι καὶ πότον, ὥστε μιμφδοῖς καὶ ὀρχησταῖς τιθασὸς εἶναι καὶ πρὸς πᾶσαν ἔντευξιν ὑποχείριος καὶ κατάντης."

^{172 &}quot;[...]ἀρξάμενος γὰρ ἐρᾶν κοινῆς μέν, εὐπόρου δὲ γυναικός [...]".

¹⁷³ A análise sobre a caracterização de Sula feita por Plutarco será apresentada, mais detidamente, no capítulo 3.

¹⁷⁴ "Τὸν δὲ ἄλλον τρόπον ἀνώμαλός τις ἔοικε γεγονέναι καὶ διάφορος πρὸς ἑαυτόν, ἀφελέσθαι πολλά, χαρίσασθαι πλείονα, τιμῆσαι παραλόγως, παραλόγως ἐφυβρίσαι, θεραπεύειν ὧν δέοιτο, θρύπτεσθαι πρὸς τοὺς δεομένους, ὥστε ἀγνοεῖσθαι πότερον ὑπερόπτης φύσει μᾶλλον ἢ κόλαξ γέγονε. τὴν μὲν γὰρ ἐν ταῖς τιμωρίαις ἀνωμαλίαν, ἐξ ὧν ἔτυχεν αἰτιῶν ἀποτυμπανίζοντος αὐτοῦ καὶ πάλιν τὰ μέγιστα τῶν ἀδικημάτων πράως φέροντος, καὶ διαλλαττομένου μὲν ἐπὶ τοῖς ἀνηκέστοις μετὰ εὐκολίας, τὰ δὲ μικρὰ καὶ φαῦλα προσκρούσματα σφαγαῖς καὶ δημεύσεσιν οὐσιῶν μετιόντος [...]".

Finalizando a descrição proferindo um veredito: "Daí se poderia concluir que era naturalmente cruel e vingativo, porém subordinava o ressentimento ao interesse" (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06).¹⁷⁵

Enquanto galgava sua carreira política que culminou na Ditadura – ou na posse de grande poder, como diria Plutarco – Sula casou-se cinco vezes. As primeiras núpcias ocorreram ainda na juventude e o nome da noiva, *Ilia* ou Julia, levanta questões. Caso se assuma que seu nome era Julia, ela poderia ser irmã do famoso orador César Estrabo e de Lúcio Júlio César, Cônsul em 90 a.C. Dessa união nasceu uma filha que se casou, em 89 a.C., com Pompeu Rufo, colega consular do pai no ano seguinte (KEAVENEY, 2005, p. 08). Após a morte de Julia, Sula casou-se com Élia, de quem não sabemos nada além do nome. Foi durante seu casamento com essa, para nós, desconhecida, que Sula teve seus romances com Metrobius e Nicópolis (KEAVENEY, 2005, p. 8-9), de modo que sua atitude para com sua esposa acabou criticada por Salústio. Sem indicar qual esposa, o autor afirma que o comportamento de Sula em relação a ela poderia ter sido mais honroso, o que sugere sua infidelidade (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, XCV).

Sua terceira esposa foi Clélia, repudiada devido a sua esterilidade. Não obstante, seu casamento com Cecília Metela, poucos dias após o repúdio da terceira consorte, levantou a suspeita de que sua queixa contra Clélia fosse um falso pretexto para o divórcio (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06). Com Metela, teve dois filhos. Ela faleceu quando Sula já era Ditador, enquanto eram oferecidos banquetes em honra a Héracles. Obedecendo a uma regra religiosa, repudiou-a para que pudesse ser transportada para outra casa e receber funerais e, transgredindo a lei que ele próprio

 $^{^{175}}$ "[...] οὕτως ἄν τις διαιτήσειεν ὡς φύσει μὲν ὀργὴν χαλεπὸν ὄντα καὶ τιμωρητικόν, ὑφιέμενον δὲ τῆς πικρίας λογισμῷ πρὸς τὸ συμφέρον."

editara sobre despesas fúnebres, não poupou nenhuma para a esposa repudiada (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 34).

Na dinâmica sócio-política romana, os matrimônios eram comumente utilizados como forma de selar alianças entre famílias politicamente influentes. A união de Sula com Cecília, por exemplo, indica a associação do patrício com a família Metelo, historicamente muito influente na administração pública. Seu sogro, Quinto Cecílio Metelo Númida, liderou as tropas romanas na guerra contra Jugurta e era amigo de Mário e seu protetor. Acabou por tornar-se, todavia, seu inimigo quando o cavaleiro, seu Legado nesta guerra, insistiu em se candidatar ao Consulado em 108 a.C. e, após ser eleito, o substituiu na liderança das batalhas. Não sabemos em que momento de sua trajetória Sula casou-se com Cecília, todavia, podemos afirmar que, para ele, era interessante assegurar o apoio dos Metelos pela grande influência política desta família. Se o matrimônio foi celebrado após o desentendimento de Metelo e Mário, a rivalidade surgida, então, contribuiu para aumentar a importância desta relação.

Poucos meses após a morte de Cecília, durante um espetáculo de gladiadores, o Ditador conheceu Valéria, recém divorciada, filha de Messala e irmã do orador Hortênsio; mulher de ilustre nascimento e grande beleza (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 35). Ela se tornou sua quinta esposa e deu-lhe o quarto filho, uma menina, nascida após a morte do pai, e, por isso, chamada Póstuma (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 37). Podemos perceber que a imagem de Sula construída por Plutarco é carregada de vícios e desvios morais. Seu comportamento quando casou-se pela última vez é um exemplo disto. Ao explicar a motivação do matrimônio, Plutarco mais uma vez critica a personalidade de Sula, pois, segundo o autor, o matrimônio não resultou de "razões honestas e nobres", mas da faceirice e beleza que "costumam atiçar as paixões mais vergonhosas e despudoradas", características da juventude (PLUTARCO. *Vida de Sula,*

35).¹⁷⁶ O autor grego reprova, assim, o Ditador por não manter um comportamento condizente com sua idade e posição política, reforçando a atitude despreocupada de Sula em relação a sua vida particular.

Diferentemente de Plutarco, Apiano de Alexandria, apesar de não falar sobre aspectos físicos, ou fazer menção direta sobre o caráter ou sobre a ancestralidade de Sula, nos transmite uma imagem positiva do Ditador, que pode ser extraída da interpretação do autor sobre seus atos. Provavelmente influenciada pelo texto de Plutarco, a tradição historiográfica reforçou o mito de que Sula caracterizava-se pela ambição, crueldade e sede de sangue. Se observarmos, todavia, a lealdade de seus amigos, tanto companheiros de armas quanto os atores e bufões que estiveram próximos dele até o fim, parece válido questionar a existência de qualidades que explicam essas relações, sem, contudo, justificar positivamente todos os seus atos.

A caracterização das personagens através do contraste entre seus vícios e virtudes compõe uma das características da escrita no mundo antigo; as biografias plutarqueanas são um bom exemplo disso, mas essa não é uma constante na documentação analisada neste trabalho. Na *História Romana* de Apiano de Alexandria a caracterização de Sula é positiva e pode ser percebida pela narrativa dos seus atos que, segundo o autor, eram motivados por nobres intenções. Demonstrar como diferentes relatos nos apresentam diferentes faces de Sula — ou seja, produziram diversas representações deste romano, correspondendo às necessidades de diferentes contextos ou aos objetivos de cada autor — é o nosso intuito neste trabalho.

Arthur Keaveney (2005, p. 09) lança essa questão sobre a possibilidade de interpretar a imagem de Sula de maneira mais positiva. Os relatos de seus feitos permaneceram e auxiliaram na construção da imagem negativa deste romano e,

¹⁷⁶ "[...] ἀλλ' οὐκ ἐκ σώφρονος καὶ καλῆς ἔγημεν ἀρχῆς, ὄψει καὶ λαμυρία μειρακίου δίκην παραβληθείς, ὑφ' ὧν τὰ αἴσχιστα καὶ ἀναιδέστατα πάθη κινεῖσθαι πέφυκεν."

diferentemente destes, as impressões e efeitos de sua presença entre seus contemporâneos esvaeceram com o tempo. Observando seu poder de atração das mulheres e atores, podemos ter menos dificuldades em apreciar a influência que Sula pode ter exercido em nobres como Lúcio Lúculo 177. Pode-se afirmar, contudo, que o carisma de Sula era apenas um instrumento para facilitar seu caminho rumo a seus ambiciosos objetivos. Existem evidências que, não obstante, colocam em xeque esta explicação de seu comportamento pela via do cinismo.

Ele é caracterizado como generoso por Salústio (*Guerra de Jugurta*, XCV), especialmente em relação a dinheiro. Além disso, se seu magnetismo fosse oportunista, ele teria continuado a apreciar a companhia de atores quando estes não eram mais necessários? Sula era tão orgulhoso destas amizades, que as registrou em sua tumba: "ninguém como Sula fez tanto bem aos amigos e tanto mal aos inimigos" seria o epitáfio escrito pelo próprio Sula (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 38), que desejava ser lembrado como aquele que deu aos amigos e inimigos recompensas igualmente justas. Tudo isso sugere, segundo Keaveney (2005, p. 9-10), que o carisma e afabilidade de Sula não eram qualidades superficiais, mas estavam enraizadas em sua personalidade, que o autor caracteriza como generosa, e em um caráter que tinha a grande capacidade de fazer e manter amizades.

O debate sobre esta possível caracterização positiva se Sula com base na manutenção de suas antigas amizades mantêm-se aberto. A questão que nos inquieta no momento, entretanto, refere-se às diferentes caracterizações de Sula que os documentos textuais apresentam, fundamentais para compreendermos essa personagem historicamente. Analisando as diferentes interpretações que os autores apresentam,

¹⁷⁷ Pertencente a uma influente família patrícia, a dos *Licinii Luculli*, era sobrinho de Metelo Numídico, neto do Cônsul de 151 a.C. e filho do Pretor de 104 a.C. Manteve estreita relação com Sula ao logo de toda a sua carreira, iniciada sob as ordens deste durante a Guerra Social. Lúculo também comandou exércitos durante a Guerra Mitridática e apoiou toda a política de Sula, que dedicou a ele sua *Memórias*.

178 "[...] οὕτε τῶν φίλων τις αὐτὸν εὖ ποιῶν οὕτε τῶν ἐχθρῶν κακῶς ὑπερεβάλετο."

podemos apreender como as mudanças ocorridas no contexto de cada um deles influenciaram em sua escrita e perceber que cada autor produziu "um Sula" fruto do seu tempo.

Existe ainda o debate sobre a existência de duas caracterizações de Sula, uma referente aos anos anteriores à Ditadura, e outra em relação ao Ditador, fundamentada na sua violência e crueldade ao governar. Tais descrições encontram base em Plutarco, principalmente, permanecendo aberto este debate, que será retomado posteriormente, neste trabalho. Para melhor compreensão do mesmo, o estudo não apenas da Ditadura sulana, mas também do desenvolvimento da carreira de Sula parece necessário para entendermos essa complexa figura, importante para a história do final da República Romana.

2.2.2 Sula e seus primeiros passos na carreira militar

Somente após a morte de sua madrasta e de sua amante, Sula pode sair da pobreza e entrar para a vida pública. Isso se deu quando ele se aproximava do trigésimo aniversário. Em 108 a.C. Sula foi eleito para a Questura do ano seguinte, mesmo sem ter prestado os dez anos de serviço militar obrigatórios. Isto porque, naquele tempo, parece ter sido comumente aceito que um homem sem serviço militar assumisse esta magistratura, se tivesse a idade mínima de 30 anos e fosse rico (KEAVENEY, 2005, p. 11).

Durante a vigência de sua Questura, Sula foi enviado para o norte da África, para servir sob o comando de Mário, que desempenhava seu primeiro Consulado, na guerra contra Jugurta que há muitos anos se encontrava sem solução. Esse conflito com

o rei númida não se destaca nos documentos textuais ¹⁷⁹, exceto na *Guerra de Jugurta*, obra monográfica de Salústio. Nela, toda a história da guerra é narrada, enquanto Plutarco seleciona o conteúdo e se restringe aos fatos relativos ao final do conflito e à captura de Jugurta. No âmbito historiográfico, a situação é semelhante, pois, mesmo presente em diversas publicações ¹⁸⁰, o relato sobre a guerra é, na maior parte delas, meramente descritivo. Cabe destacar, todavia, que os eventos ocorridos durante esse conflito marcaram o início das relações entre Caio Mário e Lúcio Sula, além de ter fornecido a oportunidade para este iniciar sua escalada na carreira pública republicana.

A Numídia era um reino aliado de Roma desde que seu regente, Masinissa, ajudou Cipião a derrotar Aníbal na Segunda Guerra Púnica¹⁸¹. Seu filho, Micipsa, morreu em 118 a.C., deixando em testamento que o governo deveria ser compartilhado pelos três filhos: Aderbal, Hiepsal e Jugurta, filho ilegítimo de seu irmão (KEAVENEY, 2005, p. 11), descrito por Salústio de maneira positiva, tendo suas qualidades exaltadas pelo autor:

Jugurta foi, desde sua juventude, forte, belo, mas acima de tudo valoroso pelo seu espírito, e não se deixou corromper no luxo e na inação, como é costume em seu povo. Praticava a equitação, a esgrima, disputava corrida com seus pares e, ainda que os ultrapassasse em glória era, contudo, bem quisto por todos. Além disso, passava a maior parte do tempo caçando, sendo o primeiro, ou um destes, a ferir os leões e outras feras. Era grande sua atividade, mas mínima sua jactância (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, VI). 182

٠

¹⁷⁹ Provavelmente por não se encaixar na estrutura de sua obra, Apiano de Alexandria faz nenhuma referência a este conflito. A *História Romana* objetiva, em seu primeiro livro, narrar as batalhas romanas que resultaram na dominação ou destruição do inimigo. Os dois livros seguintes tratam das lutas internas, as Guerras Civis. O conflito com Jugurta consistiu na intervenção romana em um reino amigo para punir aquele que usurpou o poder, contrariando as orientações testamentárias que o rei anterior deixara, não apresentando, assim, características que justificassem sua inclusão na obra.

¹⁸⁰ Obras como *The Cambridge Ancient History* (2008) e *A Companion to the Roman Republic* (2006), por exemplo, descrevem o desenvolvimento do conflito.

Apiano de Alexandria narra todos os fatos relativos ao rei númida e seu auxílio à Cipião no livro *Sobre África*, que compõe o livro I de sua *História Romana*.

¹⁸² "Qui ubi primum adolevit, pollens viribus, decora facie, sed multo maxume ingenio validus, non se luxu neque inertiae conrumpendum dedit, sed, uti mos gentis illius est, equitare, iaculari; cursu cum aequalibus certare et, quom omnis gloria anteiret, omnibus tamen carus esse; ad hoc pleraque tempora in venando agere, leonem atque alias feras primus aut in primis ferire: plurumum facere, [et] minumum ipse de se loqui."

A adoção deste sobrinho bastardo por Micipsa se deu quando o plano de criar condições para a sua morte transformou-se em uma ocasião para Jugurta reafirmar suas virtudes e aumentar seu valor, segundo Salústio. O rei, que se aproximava da velhice enquanto seus filhos ainda eram pequenos, passou a temer que o sobrinho usurpasse o poder, mas, matá-lo poderia desencadear uma revolta ou guerra civil, por ser querido pelo povo (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, VI). A solução encontrada foi enviá-lo à frente do exército númida que apoiaria os romanos na guerra contra a Numância "na esperança de que Jugurta fosse morto ao mostrar-se bravo ou mesmo num ataque inimigo" (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, VII). ¹⁸³

Em pouco tempo, todavia, ele atingiu a glória pela sua obediência, dedicação, generosidade e habilidade de raciocínio, e tornou-se querido para os romanos (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, VII). Retornando à sua terra, após a destruição do inimigo, Jugurta levou uma carta endereçada ao rei em que o general romano não poupava elogios à sua conduta e reconhecia sua dignidade. Diante dessa missiva, o rei "sentiu-se abalado pela virtude e pelo renome de tal homem e mudou de opinião", ¹⁸⁴ resolvendo torná-lo herdeiro por testamento com os mesmos direitos que seus filhos, como tentativa de ganhar sua lealdade através de favores (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, IX).

Miscipsa, já no fim de sua vida, proferiu um discurso publicamente, dirigindo-se ao filho adotivo, exortando sua atuação junto aos romanos, cuja grande amizade Jugurta teria conquistado por suas virtudes e a vitória conseguida por sua glória (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, IX). Sabemos que os discursos são um expediente característico da obra salustiana para inserir na narrativa as análises em que a voz do

^{183 &}quot;[...] sperans vel ostentando virtutem vel hostium saevitia facile eum occasurum [...]".

¹⁸⁴ "Igitur rex, ubi ea quae fama acceperat ex litteris imperatoris ita esse cognovit, quom virtute tum gratia viri permotus flexit animum suom [...]".

autor ecoa nas palavras do orador. Esse momento reforça, na narrativa, a imagem positiva de Jugurta que Salústio descrevera anteriormente. Tendo em mente o plano moralista da obra, cujo objetivo é demonstrar a degradação político-social pela corrupção dos indivíduos, percebemos que esta imagem de Jugurta é o contraponto para a análise de sua atuação posterior, durante a guerra pelo controle total da Numídia. Segundo Willian Batstone (2010, p. xxviii), ao longo do conflito, Jugurta se corrompeu pelo desejo de poder e, posteriormente, foi infectado pela corrupção em Roma, onde tudo estava à venda, inclusive os interesses partidários e o bem comum.

Logo após a morte de Micipsa, Jugurta e Hiempsal, o herdeiro mais novo e de natureza feroz, se desentenderam porque o último desprezava a obscuridade de nascimento do primo, que ordenou a invasão da casa de Hiempsal, quando soldados mataram a todos e levaram a cabeça do irmão caçula para Jugurta¹⁸⁵ (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XI-XII). Logo os númidas dividiram seu apoio, ficando a elite do exército ao lado de Jugurta, que se apoderou de algumas cidades pela força e de outras, por sua livre vontade. Aderbal, o herdeiro mais velho, depois de perder uma batalha contra seu irmão adotivo, fugiu para Roma (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XIII), em 116 a.C.

O Senado romano intermediou um acordo que dividiu a Numídia em duas partes, cabendo o oriente para Jugurta e o ocidente para Aderbal. De acordo com Salústio (*Guerra de Jugurta*, XIV-XVI), o posicionamento romano diante desta contenda foi fortemente influenciado pela presença de embaixadores de Jugurta que discursaram na Cúria, logo após Aderbal ter exposto sua situação e solicitado apoio romano, relembrando o valor da ajuda que seu pai e avô ofereceram para Roma durante as Guerras Púnicas. Estes embaixadores justificaram o assassinato de Hiempsal pela sua

-

¹⁸⁵ De acordo com Batstone (2010, p. xxviii), este foi o momento em que Jugurta se deixou corromper pelo desejo de honra e poder.

crueldade e acusaram Aderbal por ter iniciado espontaneamente uma guerra. Parte dos Senadores foi convencida pelo discurso, parte pelo suborno oferecido anteriormente ao debate e, assim, designou-se dez embaixadores¹⁸⁶ para dividirem o reino entre os dois herdeiros. O sucesso obtido pelo recurso ao suborno surpreendeu Jugurta, que constatou ser verdadeiro aquilo que seus amigos numantinos afirmavam: "tudo em Roma se vendia¹⁸⁷" (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XX; XXVIII). Diante desta conclusão, aquele virtuoso herdeiro númida corrompeu-se novamente e passou a utilizar o expediente do suborno como arma na guerra pelo poder¹⁸⁸.

Nessa operação, coube a Jugurta a melhor parte do território, com melhores terras e mais habitadas e, para Aderbal, a outra metade. Desrespeitando o acordo e acreditando ter garantido o apoio romano, Jugurta investiu contra Aderbal. Após um longo cerco a Cirta e nova intervenção de embaixadores romanos¹⁸⁹, conquistou a capital ocidental e, assassinou seu outro irmão por adoção (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XX-XXVI), em 112 a.C.

Diante desses acontecimentos, e pela ação do Tribuno da Plebe C. Mêmio 190, descrito por Salústio como "homem rígido e contrário ao poder da nobreza, que pôs o povo a par do que se passava" 191, o Senado não pode deixar o crime de Jugurta impune e as primeiras legiões foram enviadas para enfrentar o rei númida (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XXVII). Algumas incursões 192 foram feitas com o

¹⁸⁶ Dentre estes estava Lúcio Opímio, Cônsul quando Caio Graco e Fúlvio Flaco foram assassinados (SALÚSTIO, Guerra de Jugurta, XVI)

^{187 &}quot;[...] omnia Romae venalia esse".

¹⁸⁸ Jugurta praticava o suborno de várias maneiras, como por exemplo, através de presentes e promessas (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XV; XVI). Entretanto, nem todas as tentativas de corrupção eram bem sucedidas (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XXVIII; XXXV)

¹⁸⁹ Solicitada por Aderbal mediante o envio de uma carta e que resultou ineficaz contra os objetivos de Jugurta (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XXIII-XXV).

¹⁹⁰ Serviu sob o comando de Cipião Emiliano na guerra contra a Numância, foi Pretor em 104 a.C. e, quando disputava o Consulado com Gláucia, em 100 a.C., foi assassinado

^{191 &}quot;[...] vir acer et infestus potentiae nobilitatis, populum Romanum edocuisset id agi [...]".

¹⁹² Dois Cônsules e um Pretor lideraram três tentativas de derrotar o rei Jugurta, antes da eleição de Metelo. O Cônsul Lúcio Calpúrnio Béstia liderou a primeira incursão na Numídia e seu exército atacou

intuito de derrotar o rei, porém, todas falharam devido a manobras diplomáticas ou pelos subornos oferecidos por Jugurta. Em 109 a.C., o Cônsul Quinto Cecílio Metelo foi designado para liderar a guerra na Numídia e, não confiando no antigo exército, realizou novo alistamento; além de todos os preparativos necessários para as batalhas, tropas auxiliares também foram enviadas pelos aliados latinos e por alguns reis (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XLIII).

Metelo, descrito por Salústio como "homem valoroso e, ainda que contrário ao partido popular, com uma reputação de retidão e incorruptibilidade" (*Guerra de Jugurta*, XLIII),¹⁹³ restabeleceu a ordem e a disciplina dos soldados, perdida desde a fuga de Aulo (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XLIV-XLV) e não rechaçou as embaixadas que Jugurta lhe enviou suplicando pela sua vida e a de seus filhos em troca da entrega de todo o território. Ao contrário, o Cônsul persuadiu os embaixadores a

Jugurta com grande vigor, fazendo prisioneiros e tomando cidades. Entretanto, o Cônsul, que é descrito positivamente por Salústio, como possuidor de "muitas e boas habilidades do espírito e do corpo, as quais eram todas destruídas pela ganância" ("nam in consule nostro multae bonaeque artes et animi et corporis erant, quas omnis avaritia praepediebat") sucumbiu ao suborno oferecido pelo rei que encenou, no acampamento romano, uma rendição (SALÚSTIO, Guerra de Jugurta, XXVII-XXIX). Ao saberem da maneira como foi feito o acordo de paz, a plebe explodiu em ódio, enquanto no Senado, a indecisão angustiante sobre aprovar o acordo vergonhoso ou anular a decisão do Cônsul reinava. Jugurta foi chamado para depor e delatar os romanos que se corromperam, mas, através do suborno do Tribuno da Plebe C. Bébio, não precisou proferir palavra alguma e saiu de Roma com a coragem renovada (SALÚSTIO, Guerra de Jugurta, XXX-XXXIV). No ano seguinte, o Cônsul Espúrio Albino persuadiu um neto de Masinissa exilado em Roma desde o assassinato de Aderbal a reclamar para si o trono númida. Entretanto, Massiva foi assassinado pelos soldados de Bomílcar, melhor amigo de Jugurta, assim que iniciou a execução desta idéia. Um dos assassinos de Massiva delatou o mandante daquele crime e Bomílcar e Jugurta receberam ordens para deixar a Itália. Assim, reiniciou-se o conflito com Albino liderando o exército romano, mas o Cônsul, sem obter alguma vitória significativa diante de Jugurta, retornou a Roma para participar das eleições, deixando no comando seu irmão Aulo, como Pretor (SALÚSTIO, Guerra de Jugurta, XXXV-XXXVII). Este, liderando a última investida contra Jugurta antes da eleição de Metelo, forçou a marcha dos soldados, mesmo durante um inverno rigoroso, rumo à cidade de Sutul, cede do tesouro real. Jugurta enviou embaixadores em sinal de submissão e induziu Aulo a retirar o exército para regiões afastadas, como demonstração de boa fé para a construção de um tratado de paz. Durante uma madrugada, o exército númida atacou o acampamento romano. Muitos soldados fugiram deixando para trás suas armas e outros, anteriormente comprados por Jugurta, desertaram para o lado do rei. No dia seguinte, Jugurta se reuniu com Aulo, que aceitou um acordo de paz feito segundo a vontade do rei e, em 10 dias, retirou o exército romano da Numídia. Seu irmão, reeleito Cônsul submeteu o tratado ao parecer do Senado, que desconheceu sua validade por ter sido feito sem a sua ordem e do povo romano. Então Albino partiu para a África a fim de remediar o ódio voltado ao irmão, porém, decidiu nada fazer quando encontrou os soldados desmobilizados, corrompidos pela liberalidade e lassidão (SALÚSTIO, Guerra de Jugurta, XXXVII-XXXIX).

¹⁹³ "[...] Metelloque Numidia evenerat, acri viro et, quamquam advorso populi partium, fama tamen aequabili et inviolata."

cometerem traição e lhe entregar o rei, usando assim, a principal arma de Jugurta contra ele, prometia a paz enquanto preparava-se para a guerra (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XLVI-XLVIII; LXI).

O Cônsul comandou operações militares em território númida vencendo Jugurta na batalha do Rio Mútul e realizando um cerco à cidade de Zama, onde o rei se refugiou até aceitar a rendição como sua única possibilidade ¹⁹⁴ (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, XLVIII – LXII). Logo, porém, o rei desistiu de se entregar e a guerra continuou em uma perseguição romana ao exército de Jugurta pelo território númida ¹⁹⁵ (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXVI- LXXVII) até que o regente refugiou-se no deserto e buscou aproximar-se de seu sogro, Boco, rei da Mauritânia e o induziu a declarar guerra aos romanos (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXX).

Nesse momento da peleja, Mário, que foi Legado de Metelo, já havia sido eleito Cônsul e assumido o comando desta guerra, por votação popular (SALUÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXIII). Metelo negou a Mário a dispensa necessária para que ele retornasse a Roma e participasse das eleições, aconselhando que "não fosse pleitear algo

¹⁹⁴ A ideia de que a rendição era sua única possibilidade surgiu, em Jugurta, pela influência de Bomílcar, que assim o inspirou devido ao acordo que fizera com Metelo. Este, percebendo que não conseguiria tomar a cidade de Zama e que o inverno se aproximava, colocou guarnições nas cidades que haviam desertado e o restante do exército invernou na província vizinha a Numídia. Enquanto aguardava o fim do inverno, o Cônsul procurou Bomílcar, garantindo que o Senado lhe concederia o perdão e a manutenção de seus bens se entregasse Jugurta, vivo ou morto. Assim, logo que teve oportunidade, o amigo suplicou, demonstrando como a guerra causava a ruína do reino, que o rei cuidasse de si, de seus filhos e do povo númida. Jugurta concluiu, então, que a rendição era o melhor caminho. O conselho de guerra foi convocado por Metelo e definiu as condições para a rendição do rei, que, quando se viu convocado para se entregar, duvidou de sua decisão e, por fim, recomeçou a guerra (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXI-LXII).

¹⁹⁵ Jugurta passou a atrair, mediante ameaças ou promessas de recompensas, as cidades que desertaram anteriormente. Em uma delas, Vaga, os habitantes prepararam uma armadilha para os soldados romanos, que foram assassinados em um dia festivo. Ao saber deste fato, Metelo partiu rumo à cidade que foi massacrada (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXVI-LXIX). Também houve a tentativa de traição ao rei por parte de Bomílcar e Nabdalsa, que foi descoberta por Jugurta devido ao descuido daquele último e ambos foram executados pelo regente, que passou a não confiar em ninguém (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXX-LXXII). Depois que seu exército foi derrotado pelos romanos, Jugurta se refugiou em Tala, onde estava a maior parte de seu tesouro, mas foi perseguido por Metelo, que cercou a cidade após a fuga do rei para o deserto. Ao saber desta fuga, depois de quarenta dias de cerco, o Cônsul invadiu a cidade (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXIV-LXXVI). No deserto, Jugurta fez dos Gétulos, povos bárbaros e selvagens, seu novo exército e iniciou a aproximação com embaixadores do rei Boco (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXX).

tão absurdo e que não colocasse seu desejo acima de sua condição" (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXIV). ¹⁹⁶ Salústio justifica a postura de Metelo pelo seu espírito de desdém e de soberba, vícios comuns à nobreza (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXIV), que então atingiam Mário pela ausência de ascendência antiga, ofuscando, na ótica de Metelo, todos os seus títulos e virtudes (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXIII).

O posicionamento do Cônsul, membro de uma família patrícia, exemplifica bem a importância que estes homens de descendência nobre davam para a tradição familiar na participação na vida pública. Além disso, este fato também ilustra a oposição que os membros de famílias equestres (o caso de Mário) ou plebéias sofriam dentro da política romana. Isso contribuiu para a explicação, de certa forma simplista, da disputa de poder ocorrida no fim do período republicano como o enfrentamento das forças aristocráticas com aqueles que não descendiam de famílias nobres. Outra possível análise deste fato deriva das relações de clientelismo que caracterizavam a dinâmica política romana. Mário, assim como todo equestre descendente a uma família provincial, necessitava do apoio de um patrono para o bom andamento de sua carreira pública. Como patrono de Mário, Metelo estava ciente de que a eleição de seu cliente causaria um considerável enfraquecimento à sua reputação, ou força política, posto que estaria privado dos préstimos de Mário e de sua família (SHOTTER, 1994, p. 30-31).

A negativa do Cônsul e sua justificativa serviram para aumentar o desejo de Mário em alcançar o cargo pretendido e despertou sua ira¹⁹⁷ em relação a Metelo (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXIV). Mário passou a denegrir a imagem do Cônsul

^{196 &}quot;[...] ne tam prava inciperet neu super fortunam animum gereret."

¹⁹⁷ Plutarco explica que a antipatia recíproca entre Mário e Metelo surgiu após a execução de Turpílio, único sobrevivente do massacre em Vaga, que foi acusado de traição. Mário participou do julgamento deste amigo de Metelo, que foi constrangido a pronunciar a pena de morte pelos juízes, convencidos desta necessidade por Mário. Este, após o cumprimento da sentença, passou a afirmar que despertara em Metelo "um demônio vingador" (ἀλάστωρ), enquanto Metelo, ao verificar a falsidade da acusação, lamentava o ocorrido (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 08).

junto a seus soldados e impeli-los a escreverem a seus conhecidos de Roma solicitando que o comando da guerra fosse entregue a ele, que afirmava que, se isso ocorresse, venceria Jugurta rapidamente (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXV).

Plutarco (*Vida de Mário*, 07-08), analisa de maneira diversa esses fatos. O autor afirma que Mário, desde o início, enxergou na guerra uma oportunidade para encher-se de glória e, por isto, não contribuía para a fama de Metelo. Sua postura junto aos soldados era exemplar, dividindo com estes os trabalhos e alojamentos nos acampamentos, ganhava a sua simpatia, que escreviam a Roma, espontaneamente, o elogiando e afirmando a necessidade de eleger Mário como Cônsul para findar a guerra.

Metelo, percebendo que Mário estava ali a contragosto, enviou-o de volta para Roma¹⁹⁸, onde foi muito bem recebido pela plebe, informada de suas qualidades pelas cartas anteriormente enviadas. Com o apoio do povo, Mário foi eleito Cônsul e designado, pela maioria, para continuar a guerra contra Jugurta (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXIII). Após os preparativos necessários e o alistamento de novos soldados¹⁹⁹, o Cônsul partiu para a África e recebeu o comando das tropas do Legado P. Rutílio, "pois Metelo evitara o encontro pessoal com Mário: não queria ser obrigado a ver o que, por ouvir, não pudera tolerar" (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXXVI).²⁰⁰ Para Plutarco (*Vida de Mário*, 10), esta atitude de Metelo deveu-se à

¹⁹⁸ Isto se deu no momento em que Metelo soube da execução de Bomílcar, devido à descoberta de seu plano, em associação com Nabdalsa, para trair o rei. A decisão de liberá-lo para voltar a Roma baseou-se no julgamento do Cônsul sobre ser pouco produtiva a permanência de um homem que estava ali a contragosto e que lhe era hostil (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXIII). Apesar de ter sido dispensado faltando apenas doze dias para as eleições dos Cônsules, Mário conseguiu chegar a tempo, tendo antes ouvido um adivinho, em Útica, afirmar que os êxitos anunciados pela divindade ultrapassariam todas as suas esperanças (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 08).

¹⁹⁹ De acordo com Salústio (*Guerra de Jugurta*, LXXXVI), o próprio Mário alistou os soldados baseando-se no desejo de cada um em participar da guerra, não seguindo o costume ou seguindo a divisão das Ordens, alistando, em sua maioria, proletários. Isto já havia acontecido anteriormente, como medida emergencial (KONRAD, 2006, p. 175). Segundo Plutarco (*Vida de Mário*, 09), o Cônsul não foi tão recriminado por alistar "uma multidão de indigentes e escravos" ("πολὺν τὸν ἄπορον καὶ δοῦλον καταγράφων"), quanto por seus discursos contra os grandes.

²⁰⁰ "Nam Metellus conspectum Mari fugerat, ne videret ea, quae audita animus tolerare nequiverat."

inveja, pois considerava ter findado a guerra, faltando apenas capturar Jugurta, e Mário, cumprindo esta última tarefa, triunfaria em seu lugar.

Metelo, devido ao fim de sua magistratura foi obrigado a entregar o comando da guerra para o novo Cônsul. Esse foi o primeiro a experimentar a reeleição para o cargo que ocupou por sei anos consecutivos – sendo reeleito diversas vezes mesmo estando fora de Roma – o que pode ser visto como uma indicação da degradação dos costumes políticos romanos. Considerando, porém, que o governo republicano sempre fora marcado por modificações, muitas delas necessárias para a manutenção do governo, podemos interpretar este fato como mais uma dessas adaptações políticas. Afinal, a substituição do Cônsul responsável pela condução de uma guerra poderia ser danosa para o andamento do conflito, que geralmente extrapolava a vigência da magistratura.

Além disso, a habilidade bélica de Mário, demonstrada em conflitos posteriores, como aquele contra as tribos germânicas, legitimava a necessidade de mantê-lo no cargo, como um recurso para garantir a vitória. Plutarco (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 12) entende como ilegal a primeira reeleição de Mário, pois o candidato eleito ainda estava em terras africanas quando realizaram-se os comícios. Isso havia acontecido anteriormente, quando Cipião foi reeleito enquanto lutava contra Cartago, e a justificativa, em 104 a.C. teria sido o descrédito à idéia de que outro poderia enfrentar as tribos germânicas tão bem quanto Mário.

O novo Cônsul e seu exército continuaram a perseguição a Jugurta, cercando e ocupando várias cidades, com o intuito de destruir as guarnições do rei, chegando a tomar o forte em que Jugurta guardava seu tesouro²⁰¹. Enquanto isso, Boco

²⁰¹ Depois de conquistar várias cidades que poderiam ser importantes para Jugurta, Mário, sabendo que o rei e seu sogro haviam se retirado para longe, julgou oportuno empreender uma missão de maior envergadura. O Cônsul partiu para a conquista de Capsa, que foi invadida rapidamente e sem baixas

permanecia dividido entre manter-se aliado ao genro ou estabelecer amizade com os romanos; tendo, para isto, enviado embaixadores com esta proposta (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXXVIII-XCIV).

Enquanto Mário se empenhava na tomada do forte de Jugurta, Sula chegou ao acampamento trazendo consigo reforços para a cavalaria, vindos do Lácio e de povos aliados (SALÚSTIO, Guerra de Jugurta, XCV). Sendo Questor de Mário, Sula destacou-se no decorrer da guerra. Soldado sem experiência e preocupado em fazer sucesso para ter um futuro político, teve como sua primeira tarefa mobilizar cavaleiros italianos para o combate e, quando retornou, em 106 a.C., auxiliou Mário no ataque ao forte de Jugurta, em Muluca (BADIAN, 1969, p. 07). Seu carisma, que já fascinava as mulheres e atores, também exerceu influência sobre os soldados. Sempre prestativo, cuidadoso e dedicado para com sua tropa, o Questor não hesitava em prestar algum favor a qualquer um e se recusava em aceitar retribuição (SALÚSTIO. Guerra de Jugurta, XCVI). Talvez essa fosse uma forma de manter seus soldados em dívida consigo (KEAVENEY, 2005, p. 14). Tal atitude para com seus soldados, que poderia despertar ciúmes nos outros oficiais ou no general a quem servia, manteve-se ao longo de toda a carreira de Sula. Ele demonstrava não estar competindo com os seus colegas oficiais ou com seu superior e cuidava para que seus atos não prejudicassem a posição de alguém. Desta maneira, ele alcançou grande popularidade entre as tropas e tornou-se amado por Mário (KEAVENEY, 2005, p. 14), ao menos por algum tempo.

Essa guerra constitui um importante fato para o estudo sobre a trajetória de Sula, pois grande destaque é atribuído, pelos autores antigos, a sua atuação nos últimos

romanas, devido à surpresa do ataque. Como resultado do sucesso desta ação, Mário viu sua fama aumentar e, assim, todos seus atos passaram a ser considerados como atos de bravura (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, LXXXIX-XCII).

eventos da peleja, que também indicam que esses acontecimentos formaram o embrião da disputa entre Sula e Mário que culminou na Guerra Civil.

Jugurta havia perdido grande parte de seu território para o exército romano, desde que Metelo assumiu a liderança do combate, e Mário avançou consideravelmente contra ele, ao ponto de o rei ter como única alternativa solicitar o apoio de Boco, seu sogro. Este, segundo Plutarco (*Vida de Sula*, 03), detestava e temia seu genro e, tendo boas relações com Mário, que recebeu muito bem seus embaixadores, resolveu trair Jugurta²⁰². Por ter dado muitos sinais de confiança e respeito, Mário enviou Sula para negociar a captura (BADIAN, 1969, p. 07). Uma segunda embaixada foi enviada por Boco para, com plenos poderes, chegar até o Senado e negociar o fim da contenda, tendo que conseguir a autorização de Mário para a viagem até Roma.

Estando Mário a sitiar uma fortaleza númida próxima do acampamento de inverno, foi Sula quem recebeu os embaixadores com cuidado e generosidade e, por isto, passaram a considerar o Questor como um amigo. Sula orientou-os, ao saber de seus objetivos, sobre como falar com o Cônsul e com o Senado (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, CIII). Após o retorno de Mário ao acampamento, parte da embaixada de Boco seguiu para Roma²⁰³ e outra parte voltou para a Mauritânia com notícias. Podemos considerar que este foi o embrião da relação de confiança e amizade²⁰⁴ entre Boco e

٠

²⁰² A aproximação de Boco com Mário se deu após a batalha de Cirta, em que sogro e genro atacaram o exército romano, que marchava para os acampamentos de inverno. Jugurta, que esperava enfrentar soldados dispersos por estarem em território amigo, encontrou o exército disciplinado e preparado para o combate. Os romanos foram atacados pelos soldados de Jugurta na linha de frente e pelos de Boco – que se uniu ao genro depois da tomada do forte em Muluca – que atacou a cavalaria liderada por Sula. Boco se retirou quando percebeu ser impossível vencer e Jugurta fugiu sozinho, quando a derrota estava estabelecida (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, C-CI).

²⁰³ Em Roma, os embaixadores, após justificarem a conduta do rei obtiveram, como resposta a seu pedido de aliança e amizade, a afirmação de que isto alcançariam quando as merecessem (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, CIV).

O capítulo CX da *Guerra de Jugurta* apresenta um longo discurso que Salústio atribui ao rei da Mauritânia em que este afirma sua amizade com Sula e sua boa vontade em atender seus pedidos. Isto é colocado em cheque um pouco mais tarde, quando, na narrativa, Boco se mostra indeciso sobre a quem trair, se Sula ou Jugurta (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, CXIII). Plutarco (*Vida de Mário*, 10) afirma que o espírito de Boco foi tomado pelo remorso, que o fez hesitar por vários dias entre ambos os partidos.

Sula, pois o rei sentiu-se contente ao saber da cordialidade e boa vontade do romano (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, CIV). É importante salientar que este é um dos momentos em que a habilidade diplomática de Sula destaca-se na documentação.

Em 105 a.C. Sula, expondo-se ao risco de ser traído pelo rei bárbaro, foi ao encontro de Boco e ambos planejaram uma emboscada para capturar Jugurta²⁰⁵ (SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*, CV-CXIII). O sogro de Jugurta conseguiu, assim, a amizade de Roma e foi confirmado como regente da Mauritânia e a Numídia foi entregue para Gauda, irmão de Jugurta. Roma não conquistou territórios nessa guerra, mas garantiu nos tronos africanos governantes aliados (LINTOTT, 2008, p. 29-30).

Para Arthur Keaveney (2005, p. 18), a negociação com o rei da Mauritânia consistiu em uma ocasião para Sula utilizar sua grande habilidade diplomática. Mário entregou para o Questor a responsabilidade de convencer Boco a entregar Jugurta. Sula, porém, também detinha a confiança daquele rei, que pediu que Mário o enviasse para tratar desta negociação. Assim, Sula deteve em suas mãos a solução do conflito e, com o exercício da diplomacia, ganhou a amizade de Boco e mostrando-se útil para possíveis futuras negociações com Mário.

O rei rebelde²⁰⁶ foi executado, em Roma, no mesmo dia dos desfiles triunfais de Mário²⁰⁷. Apesar disto, a glória pela solução da guerra era atribuída a Sula

-

²⁰⁵ Enquanto Sula pediu a Boco para lhe entregar Jugurta para encerrarem o conflito e conquistar a amizade de Roma, o rei Númida pediu ao sogro que lhe entregasse Sula para conseguir um tratado de paz com Mário em troca da liberdade do romano (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, CXI-CXII). Boco passou a negociar, mediante embaixadores com ambos os lados do conflito, não se sabe se por estar indeciso sobre quem trair ou se para enredar Jugurta em seu projeto de emboscada. O rei usurpador foi capturado com seu séquito desarmado enquanto marchava ao encontro de Boco na certeza de que este lhe entregaria o Questor de Mário (SALÚSTIO, *Guerra de Jugurta*, CXIII).

²⁰⁶ Plutarco nos informa sobre a chegada de Jugurta como prisioneiro em Roma. Segundo este autor, o rei vencido desmaiou durante o cortejo e teve suas vestes e brincos de ouro arrancados quando foi jogado no calabouço. Ainda lutou durante seis dias contra a fome, até o momento de sua execução (PLUTARCO. *Vida de Mário.* 12).

²⁰⁷ Os despojos de guerra apresentados durante o desfile triunfal de Mário demonstraram que o conflito resultou lucrativo para Roma. Mesmo não sendo exatas ou totalmente confiáveis, devido ao distanciamento temporal entre os fatos e a época do autor, as cifras indicadas por Plutarco nos dão uma idéia dos lucros gerados pela guerra. Foram transportadas três mil e sete libras de ouro, além de cinco mil

"por aqueles que invejavam Mário, o que cravou na alma deste um secreto despeito" (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 03).²⁰⁸ O Questor, muito vaidoso, mandou confeccionar um anel, que ele usava constantemente, em que se via Boco²⁰⁹ lhe entregando Jugurta (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 03; *Vida de Mário*, 10). Esse seria o embrião da grande rivalidade de Sula e Mário, pois este se irritava com a existência do anel e muitos amigos de seus inimigos, alguns partidários de Metelo, afirmavam que os heróis da guerra foram Metelo e Sula²¹⁰ (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 10).

Ao retornar para Roma, o Cônsul reeleito encontrou a cidade cheia de problemas. Durante a Guerra contra Jugurta, os conflitos internos não cessaram e os Tribunos Mêmio e Mamílio lideraram um movimento *populares* contra os privilégios da nobreza. Além disso, povos Teutões e Címbrios que vagavam pela Europa, depois de se unirem a outras tribos menores, entraram em contato com os romanos em 113 a.C. e, em 105 a.C., derrotaram o Cônsul Malio, o que deixou o caminho para Roma livre (KEAVENEY, 2005, p. 22). Esses povos buscavam cidades em que pudessem se estabelecer, em um país suficientemente fértil para alimentar a multidão formada por guerreiros, além de mulheres e crianças que os acompanhavam. Esse era seu costume:

setecentas e setenta e cinco libras de prata não cunhada e duzentas e oitenta e sete mil dracmas (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 12).

²⁰⁸ "δὲ δόξα τοῦ κατορθώματος, ἢν ὁ Μαρίου φθόνος Σύλλα προσετίθει, παρελύπει τὸν Μάριον ἡσυχῆ." ²⁰⁹ A relação entre o Questor e o rei parece ter se estreitado, após a prisão de Jugurta. Isto é perceptível no relato de Salústio sobre a guerra e ainda será objeto de maior atenção neste trabalho.

²¹⁰ O governo imperial, já a partir de Otávio Augusto, estabeleceu que todas as batalhas fossem feitas em nome do Imperador, que também celebraria todos os Triunfos. Assim, enquanto a *auctoritas*, do governante era aumentada, evitava-se as disputas pessoais pelas honras bélicas, muito comuns durantes o fim do período republicano. A origem destas contendas reside na tradição política romana que não apresentava a possibilidade de partilhar estas honras, como por exemplo, entre Metelo e Mário no final da guerra contra o rei númida. O Triunfo pela vitória obtida poderia ser divido entre os Cônsules que desempenhavam a magistratura quando da solução do conflito, como aquele celebrado por Mário e Catulo ao final da guerra contra os germânicos, não sendo compartilhado, entretanto, pelos subordinados dos Cônsules, mesmo que sua participação tivesse sido fundamental para a vitória, como é o caso de Sula na Guerra Jugurtina.

avançar durante o verão tendo como objetivo, segundo Plutarco, "prostrar Roma e saquear a Itália" (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 11).²¹¹

A principal causa da invasão foi a persistente fraqueza de Roma na Gália Transalpina, e o desenvolvimento do conflito mostrou que a presença romana na Gália Cisalpina, apesar dos esforços para uma extensiva colonização, não era forte (SANTANGELO, 2007, p. 22). Para o estudo desse conflito, nos apoiamos em Plutarco, posto que Salústio e Apiano de Alexandria, pela estrutura e tema de suas obras, não abordam o assunto. O biógrafo grego, entretanto, nos fornece um relato detalhado na *Vida de Mário* e a concisão percebida na *Vida de Sula*, em que o assunto é tratado em um capítulo, pode ser explicada pelo objetivo de Plutarco ao narrar os eventos. Na biografia de Sula, o autor enfoca o acirramento da rivalidade entre Sula e Mário, pouco informando sobre as batalhas empreendidas; entretanto, na biografia de Mário, o relato é essencialmente descritivo²¹² e visa informar sobre a atuação do Cônsul neste evento, não havendo qualquer alusão à querela entre os líderes do exército.

Sula, então, foi Legado de Mário e, quando este desempenhava seu terceiro Consulado consecutivo, foi seu Tribuno Militar (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 04). A relação entre os dois, que se caracterizava pela admiração e confiança de Mário para com o patrício, passou a ser permeada pelo ódio e pela inveja. Isso se deu, inicialmente, pela polêmica a respeito de quem teria sido o verdadeiro responsável pela vitória sobre Jugurta e foi agravada quando, após o Triunfo de Mário, a aristocracia senatorial passou claramente a se apoiar na figura de Sula.

Mário era um cavaleiro fortemente vinculado aos *populares*, cuja política demagógica se fortalecia pelo apoio dos Tribunos da Plebe. O fato de ter entrado no

-

²¹¹ "[...] ἔγνωσαν μηδαμοῦ γῆς ἑαυτοὺς ἰδρύειν, πρὶν ἂν ἀνατρέψωσι τὴν Ῥώμην καὶ διαπορθήσωσι τὴν Ἰταλίαν."

²¹² No capítulo 11 da biografia mariana, Plutarco apresenta uma rica explicação sobre quem eram os povos germânicos, como era sua terra natal e porque e de que maneira eles migravam.

Senado, após o desfile triunfal pela guerra contra Jugurta, portando ainda as vestes triunfais não foi bem visto pelos nobres e, percebendo isto, Mário se retirou para voltar logo depois, vestido com a toga pretexta²¹³ (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 12). Tal fato deixou claro o desprezo que o general sentia pela nobreza e seus representantes. Então, os Senadores compreenderam que o perigo rondava seu virtual monopólio do poder, impopular entre grupos como aquele a que Mário era associado (KEAVENEY, 2005, p. 23).

Diante disso, o Senado uniu-se para defender seus privilégios e via no patrício que acabava de se destacar na guerra africana um potencial defensor de seus interesses. Esse apoio, contudo, não foi unânime, posto a origem obscura de Sula e sua flagrante ambição pessoal, alguns Senadores o viam como um intruso (KEAVENEY, 2005, p. 23-24). Por conta disso, talvez, prevaleça a ideia de que Sula era um *optimate* e seu objetivo seria defender a supremacia senatorial. Não obstante, afirmar sua associação ao grupo dirigente parece não ser suficiente para compreender a trajetória do Ditador. Apesar de as reformas que empreendeu quando governou Roma possuírem características aristocráticas, Sula perseguiu objetivos próprios e um inimigo particular, isto é, desejava recuperar o prestígio de sua família e derrotar Mário e seus aliados.

Durante a guerra contra os germânicos, vários êxitos de Mário foram atribuídos a Sula e este percebeu que o Cônsul já não o via com simpatia (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 04). Sula teve importante atuação na guerra, tanto no campo de batalha, quanto utilizando a diplomacia. Sendo Legado, capturou o líder dos Tectosagos, Copilo, e como Tribuno Militar (103 a.C.), convenceu os Marsos a aliarem-se a Roma (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 04). Em sua biografia sobre Mário, Plutarco dedica vários capítulos ao relato desta guerra, ressaltando a liderança do Cônsul nas batalhas e a

²¹³ Toga branca com orla púrpura, usada pelas donzelas das famílias patrícias, altos magistrados, Senadores e adolescentes nobres menores de dezesseis anos.

disciplina que impunha a seus soldados²¹⁴. Para nosso estudo, essa guerra é importante porque foi ao longo de seu desenvolvimento que a inimizade de Sula e Mário se intensificou.

O Legado, tendo resolvido lançar-se na carreira pública, percebeu que ao servir a Mário ofuscava seu próprio brilho ao aumentar o poder dele²¹⁵. Além disso, Sula precisava de um grande feito militar para aumentar a seu prestígio e, servindo sob Mário, seus sucessos aumentavam o prestígio do general. Solicitou, então, transferência para a liderança de Catulo, colega de Mário em seu quarto Consulado – descrito por Plutarco como honesto e pouco eficiente na guerra (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 04), que não desagradava à plebe, mesmo estimado pelos nobres (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 14) – justificando a decisão pela inveja a ele que Mário demonstrava. Catulo não possuía grande habilidade para a guerra e Sula se aproveitou disto para aumentar seu prestígio como soldado (KEAVENEY, 2005, p. 26):

Submeteu pelas armas, grande parte dos bárbaros da região dos Alpes. Vindo a faltar víveres, encarregou-se de obtê-los e saiu-se tão bem da missão, que os soldados de Catulo viveram na abundância e até forneceram provisões aos de Mário (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 04).

Isso teria causado grande descontentamento ao Cônsul, constituindo, segundo Plutarco, a origem da hostilidade entre eles: a inveja de Mário e a vaidade de Sula lançaram Roma "à tirania e ao desconcerto total do Estado²¹⁶" (PLUTARCO. *Vida*

²¹⁵ Podemos apreender, neste fato, um exemplo de como os romanos não enxergavam a possibilidade de divisão das horas advindas da atuação militar.

Vida de Mário, 27).

Catulo à homenagem, ou por medo dos soldados de Catulo, ou para demonstrar moderação (PLUTARCO.

144

²¹⁴ Durante a guerra contra estes povos Mário desempenhou quatro Consulados consecutivos e enfrentou duas grandes batalhas. Na primeira delas, impediu que os Teutões ultrapassassem os Alpes (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 18-21) e, na segunda, auxiliou seu colega consular, Catulo, a vencer os Címbrios que haviam invadido a Itália (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 23-27). Após a vitória, havendo uma disputa entre os soldados de Mário e Catulo sobre qual general havia vencido a guerra, apesar de ter sido saudado pelo povo como terceiro fundador de Roma, Mário recusou celebrar os dois Triunfos sozinho e associou

²¹⁶ O que aqui é traduzido como Estado, no grego é *hapánton pragmáton*, seria a confusão/desconcerto de todas as coisas/afazeres/negócios. A tradução é um pouco interpretativa, apesar de o termo ser usado também para tratar de negócios públicos.

de Sula, 04).²¹⁷ Tal explicação sobre a origem da rivalidade destas duas personagens, não obstante, recebe críticas da historiografia. Diferentemente de Arthur Keaveney (2005, p. 25), que segue o relato plutarqueano sobre esta questão e afirma que Mário sentiu-se satisfeito com o afastamento de Sula, Ernst Badian (1969, p. 09), por exemplo, apresenta outra análise. Segundo esse autor, a transferência de Sula para o comando de Catulo e o sucesso bélico que isto significou, antes de causar inveja a Mário, deu a ele certo alívio. Afinal, tanto Sula quanto Catulo ganharam prestígio por intermédio de Mário, que temia o fracasso de seu colega consular na guerra, evitado com a ajuda de Sula na frente de batalha liderada por ele.

Além disso, a explicação plutarqueana para a disputa entre Mário e Sula exemplifica, mais uma vez, o estilo de escrita do autor que, pela ação de seus biografados, procura extrair seus caracteres. Mais do que explicar a origem da contenda entre eles, o objetivo de Plutarco é corroborar traços de caráter já definidos para cada um: Mário invejoso/Sula vaidoso. Longe de desvalorizar a narrativa, essa característica exige o nosso cuidado ao nos apoiamos no relato do autor grego.

A guerra contra as tribos germânicas terminou em 101 a.C., após dura batalha contra os Címbrios em que Mário e Catulo, com a ajuda de Sula, lutaram durante todo o dia (KEAVENEY, 2005, p. 28). Sula então voltou sua atenção para a carreira pública que agora poderia almejar, afinal, ele havia conseguido aumentar sua riqueza e construir sua reputação pela participação nas guerras.

Candidatou-se à Pretura Urbana, mas não foi eleito²¹⁸. De acordo com Plutarco, Sula afirmou que o povo o desejava como Edil, devido a sua amizade com

²¹⁷ "ἡ μὲν οὖν ἔχθρα βραχεῖαν οὕτω καὶ μειρακιώδη λαβοῦσα τὴν πρώτην ὑπόθεσιν καὶ ἀρχήν, εἶτα χωροῦσα δι' αἵματος ἐμφυλίου καὶ στάσεων ἀνηκέστων ἐπὶ τυραννίδα καὶ σύγχυσιν ἀπάντων πραγμάτων τ

O processo eleitoral romano envolvia o candidato em diversos debates para os quais ele era obrigado a procurar o apoio de seus amigos. Infelizmente não sabemos a quem Sula se aproximou para estes debates,

Boco, que facilitaria a organização de espetáculos com animais africanos (PLUTARCO, *Vida de Sula*, 05). Outro fator auxilia na explicação desta derrota. Era comum que os candidatos relembrassem seus feitos nos campos de batalha ou nos tribunais, entretanto, todos os feitos militares de Sula foram realizados sob o comando de Mário e não despertavam interesse do povo, por serem feitos de um subordinado (KEAVENEY, 2005, p. 29).

No ano seguinte, conseguiu ser eleito para a Pretura de 97 a.C., aliciando o povo, não falando mais sobre seus feitos bélicos, mas dizendo o que o povo queria ouvir, prometendo mostrar a ele coisas jamais vistas(PLUTARCO, *Vida de Sula*, 05). Logo após as eleições, Sula foi acusado de ter sido eleito mediante suborno (KEAVENEY, 2005, p. 29). Durante a sua magistratura, e cumprindo sua promessa, Sula organizou jogos sem precedentes, com o generoso financiamento de Boco, em que pela primeira vez foram vistos, em Roma, leões selvagens e domadores (SANTANGELO, 2007, p. 02). Tratava-se dos *Ludi Apollinares*, jogos instituídos por um dos ancestrais de Sula, cuja organização era dever do Pretor Urbano. Mais do que o cumprimento de uma promessa eleitoral, estes jogos são a ocasião em que vemos Sula render homenagem a Apolo, deus que considerava ser seu protetor e patrono, a quem recorreu em diversos momentos de dificuldade²¹⁹. A devoção aos deuses, característica marcante deste romano, que reforçava e alimentava a sua ambição, aparece nos registros históricos pela primeira vez (KEAVENEY, 2005, p 30).

Em 96 a.C., Sula foi enviado para a Cilícia como Procônsul, onde seu principal objetivo seria a luta contra a pirataria. Entretanto, enquanto se dirigia para a região, recebeu novas instruções do Senado para seguir para a Capadócia a fim de

mas podemos supor que seus apoiadores foram os mesmos que creditaram a ela a vitória sobre Jugurta (KEAVENEY, 2005, p. 28-29).

²¹⁹ Interessante notar que Apolo também vai ser uma divindade fundamental na criação de um imaginário político positivo de Caio Otávio, que também o considerava como seu deus protetor.

recolocar o rei Ariobarzanes²²⁰ em seu trono, que estava ocupado por Górdio²²¹, um associado local de Mitrídates VI Eupator, ²²²rei do Ponto (SANTANGELO, 2007, p. 03; 26).

Como seu destino não era uma guerra, Sula marchava com uma pequena tropa e precisou recorrer à ajuda das cidades aliadas para enfrentar o rei usurpador (SANTANGELO, 2007, p.29). Com um pequeno exército combateu os invasores e foi, em algum momento, pressionado por Arquelau²²³, um general mercenário grego, a assinar um armistício que garantiria o fim do conflito e o salvo-conduto para seu exército. Entretanto, Sula cumpriu sua tarefa, expulsando Górdio da Capadócia e restaurando Ariobarzanes no poder (KEAVENEY, 2005, p 31).

Não temos muitas informações sobre as batalhas que Sula enfrentou contra o rei usurpador que ele voltaria a combater em terras gregas. Plutarco (Vida de Sula, 05) apenas informa que o real objetivo da missão não era restabelecer o governo de Ariobarzanes, mas intimidar Mitridates que encontrava-se na iminência de dobrar seu império. O nome de Sula não é citado no relato de Apiano de Alexandria sobre esta missão, liderada por Cássio e Manio (APIANO. História Romana I. Sobre Mitridates, 11-19). Entretanto, Sula afirma sua responsabilidade pela restauração de Ariobarzanes,

²²⁰ Ariobarzanes subiu ao trono da Capadócia quando o Senado romano declarou aquele território livre, como resposta à embaixada que Mitrídates VI enviou a Roma logo após invadir aquele território. Esta resposta do Senado significava que os habitantes da região podiam escolher seu governante, e Ariobarzanes então tornou-se o governante. Então Mitrídates VI, cumprindo a decisão do Senado e obedecendo a escolha do povo, retirou seu filho, Ariatates, do trono. Entretanto, assim que Ariobarzanes assumiu o trono, Górdio, aparentemente por iniciativa própria, mas, obviamente, cumprindo ordens do rei do Ponto, expulsou o rei escolhido e ocupou o trono. Isto certamente irritou o Senado, que enviou Sula para restabelecer o governo capadócio (KEAVENEY, 2005, p.31).

²²¹ Górdio também aparece na historiografia como um assecla de Ariarates, filho de Mitrídates que dividia o trono com Górdio (KEAVENEY, 2005, p.31).

²²² De acordo com Plutarco, Mário, saiu de Roma quando foi aprovada a volta de Metelo – exilado mediante uma manobra política sua com o auxílio de Saturnino, um Tribuno da Plebe - por se recusar a ver o retorno de seu inimigo. Mário teria se dirigido para a Capadócia desejando suscitar novos conflitos ao "lançar a discórdia entre os reis e sublevar Mitrídates" ("ἤλπιζε γὰρ τοὺς βασιλεῖς συνταράξας καὶ Μιθριδάτην ἐπίδοξον ὄντα πολεμήσειν ἀναστήσας καὶ παροξύνας"), sobre quem venceria e renovaria seu poder e sua glória em Roma (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 31).

²²³ A presença de Arquelau, homem de confiança de Mitrídates VI durante a guerra na Beócia, comprova

a teoria de que Górdio obedecia ao rei do Ponto.

durante sua negociação com Mitridates que culminou na Paz de Dárdanos (85 a.C.) (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 57).

De todo modo, este fato foi importante na carreira do futuro Ditador porque o fez retornar a Roma ainda mais fortalecido política e militarmente. Pela dificuldade da missão, por ter em mão poucos recursos, um exército pequeno para enfrentar o inimigo numericamente superior, e por tê-lo vencido combinando habilidade e astúcia, os soldados romanos que lutaram com Sula o saudaram como *imperator*, honra reservada a comandantes que se destacavam na guerra²²⁴ (KEAVENEY, 2005, p 32).

Durante essa campanha uma embaixada dos Partos²²⁵ foi ao encontro de Sula, interessados em estabelecer amizade com o povo romano para, assim, garantir a segurança de suas fronteiras (KEAVENEY, 2005, p 32). Segundo Plutarco (*Vida de Sula*, 05), Sula foi o primeiro romano a quem os partos se dirigiram para solicitar amizade e aliança, uma oportunidade para aumentar seu prestígio político.

Sula governou a Cilícia até 93 a.C.²²⁶ e, de volta a Roma, enfrentou um processo por extorsão instaurado por C. Marcio Censorino, futuro partidário de Mário e Cina (BADIAN, 1969, p. 10). De acordo com Plutarco (*Vida de Sula*, 05), Sula teria coletado grande quantidade de dinheiro ilegalmente de um reino aliado e amigo; o autor provavelmente referia-se ao reino de Ariobarzanes (KEAVENEY, 2005, p 35). Federico Santangelo (2007, p. 04) afirma que enfrentar um processo desta natureza era comum para os governadores das províncias orientais, quando retornavam a Roma e, no caso de Sula, constituiu uma tentativa de minar as possibilidades de sua carreira política. Censorino acabou por desistir do processo antes do julgamento, não se sabe o porquê (BADIAN, 1969, p. 10). Uma acusação mal sucedida poderia ser danosa e Censorino

²²⁴ O primeiro a receber este título foi Cipião Africano, por sua atuação na Segunda Guerra Púnica.

²²⁵ Antiga satrapia do Império Persa localizada no oeste do mar Cáspio, que se tornou um grande império.

²²⁶ Ernst Badian (1969, p. 10) considera que Sula governou a Cilícia entre 96 e 95 a.C., havendo, portanto uma pequena variação quanto às datas, na historiografia.

provavelmente procurava se preservar quando desistiu da ação²²⁷ (KEAVENEY, 2005, p 35). Sula preparava-se para concorrer ao Consulado, fortalecido pelos seus feitos na Ásia – a vitória na Capadócia mesmo estando em desvantagem e o contato com o reino dos Partos – quando a Guerra Social eclodiu.

Nessa guerra, Sula liderou exércitos e obteve importantes vitórias contra os aliados sublevados. Isto contribuiu para aumentar seu prestígio como militar e, com a resolução do conflito, ele candidatou-se ao Consulado ganhando, logo em seguida, o comando da Guerra Mitridática.

2.2.3. A Guerra Social: o retorno da questão itálica

O confronto armado entre romanos e itálicos que eclodiu em 90 a.C., conhecido como Guerra Social, consistiu no ápice da luta dos *socii*, os povos itálicos aliados, pela cidadania romana que se iniciou em 125 a.C, durante o Consulado de Fúlvio Flaco (APIANO, *História Romana II*. Guerras Civis I, 34). Responsáveis por auxiliar Roma em sua política de expansão, fornecendo soldados para as guerras de conquista, os itálicos consideravam injusta a divisão do botim conquistado e percebiam a obtenção da cidadania como um meio de receberem recompensas justas pelo seu apoio (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II*. 15; KEAVENEY, 2005, p. 41). Importante salientar a heterogeneidade política e cultural característica dos povos

-

²²⁷ Para Arthur Keaveney (2005, p. 36), Censorino procurou ganhar destaque na esfera pública ao acusar Sula desta maneira: processar outro cidadão era uma maneira comum de um jovem se estabelecer na vida política. A provável influência de Mário nesta decisão de Censorino é outra explicação possível, afinal, posteriormente o jovem cidadão se aliou ao antigo Cônsul na luta contra Sula e seus partidários.

itálicos, cuja aproximação com o governo Romano deu-se em um lento e descontínuo processo (LOMAS, 2006; GABBA, 2008).

Plutarco (*Vida de Sula*, 06) caracteriza essa guerra como abrupta e importante, cheia de imprevistos, causadora de grandes males e perigos, cujas consequências foram graves. Segundo Apiano (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 34), o advento desta guerra possibilitou surgir, em Roma, outras lutas civis em que líderes utilizaram o exército, ao invés de demagogia, em suas disputas. Assim, podemos considerar a Guerra Social como o cenário de uma grande transformação na dinâmica do governo romano, além ter sido a oportunidade para Sula aumentar sua fama e, em seguida, candidatar-se ao Consulado.

Ao longo de trinta e quatro anos a questão italiana foi debatida pelos dirigentes romanos e utilizada como meio para aumentar seu prestígio e garantir apoio político, principalmente por parte dos Tribunos da Plebe. Durante seu Consulado, Fúlvio Flaco²²⁸, foi "o primeiro que mais abertamente excitou os aliados itálicos a desejarem a cidadania romana, para que chegassem a ser partícipes do império, ao invés de súditos"²²⁹ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 34). O objetivo do Cônsul era resolver a questão agrária: interesse da plebe urbana que afetaria o patrimônio dos itálicos recompensados, por isto, através do ganho político (BRUNT, 1988, p. 94)

O Tribuno Lívio Druso²³⁰ tentou conseguir a cidadania para os itálicos acreditando que, ao desenvolver colônias já aprovadas em lei e que ainda não haviam

έπιθυμεῖν τῆς Ῥωμαίων πολιτείας ὡς κοινωνοὺς τῆς ἡγεμονίας ἀντὶ ὑπηκόων ἐσομένους."

²²⁸ Tendo expirado sua magistratura enquanto realizava uma expedição militar, Fúlvio Flaco pode tentar continuar seu projeto juntamente com Caio Graco, no Tribunato da Plebe. Seu assassinato contribuiu para aumentar a insatisfação dos itálicos por não aceitarem mais a sua posição de súditos e porque os Tribunos foram assassinados por defenderem seus interesses (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 34).

²²⁹ "Φούλβιος Φλάκκος ὑπατεύων μάλιστα δὴ πρῶτος ὅδε ἐς τὸ φανερώτατον ἠρέθιζε τοὺς Ἰταλιώτας

²³⁰ Marco Lívio Druso era filho, ou possivelmente sobrinho, do Druso que se opôs a Caio Graco em 122 a.C. Eleito Tribuno em 91, propôs uma reforma do Senado baseada na inclusão de equestres, e o retorno

sido concretizadas na Itália e na Sicilia, conseguiria o apoio a este projeto mais facilmente²³¹ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 35-36). Após a morte de Druso, não enxergando outro recurso para alcançar o direito à cidadania²³², os itálicos, segundo Apiano, "decidiram sublevar-se frontalmente contra Roma e combater com ela pela força"²³³ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 38), tendo se organizado em segredo, através do envio de embaixadas e formado uma liga (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 38). Contudo, reduzir as causas deste conflito à insatisfação dos aliados diante da morte de Lívio Druso e a frustração do plano de extensão da cidadania pode ser uma simplificação dos seus complexos motivos. Acabar com a hegemonia romana, interesse das elites itálicas, pode ter sido outro objetivo da guerra²³⁴, e a formação de uma confederação itálica no centro da Itália (em Corfino) era estratégica para isto (SANTANGELO, 2007, p.04).

A liga, como Apiano denomina, ou Confederação do Itálicos, como é mais conhecida, organizou-se no modelo do governo romano, possuindo um Senado, com 500 membros – homens ricos das regiões envolvidas – dois Cônsules, 20 Pretores e uma assembleia. Não havia constituição e o Senado exercia um poder autocrático em

ao controle dos Tribunais que Graco entregou aos equestres, em 122 a.C., ao Senado. Ao mesmo temo, Druso apresentou propostas relativas à distribuição de terras e trigo, além daquela que previa a emancipação de itálicos das regiões abaixo do rio Pó (SHOTTER, 2005, p.35).

²³¹ Druso, para agradar o povo a fim de conseguir apoio aprovar a lei referente à cidadania dos itálicos, fundou muitas colônias na Sicilia e na Itália, que haviam sido votadas há muito tempo atrás. Sua proposta de modificação da composição do Senado inflamou o ódio entre os Senadores porque os novos Senadores passaram a fazer oposição aos antigos que questionavam sua dignidade (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 35). Assim, Senadores e cavaleiro estavam unidos no ódio contra Druso e os aliados itálicos também temiam perder suas terras devido à lei das colônias. Os Etruscos e Úmbrios foram convocados pelos Cônsules à cidade com o pretexto de opor-se a lei, mas sua missão era, na realidade, matar Druso. Este, dando-se conta de sua situação, permaneceu em sua casa, onde foi assassinado (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 36).

²³² Para Arthur Keaveney (2005, p. 41) a independência era o verdadeiro objetivo dos itálicos, nesta guerra. Entretanto, consideramos a cidadania como sua meta, posto que o conflito foi resolvido quando os aliados alcançaram este status.

^{233 &}quot;[...] ἔγνωσαν ἀποστῆναι Ρωμαίων ἄντικρυς καὶ πολεμεῖν αὐτοῖς κατὰ κράτος."

²³⁴ Este seria o interesse da elite Samnita enquanto outros povos desejavam a cidadania romana (BRUNT, 1988, p. 105; SANTANGELO, 2007, p. 67, SHOTTER, 2005, p. 36). A animosidade dos Samnitas para com Roma sobreviveu à Guerra Social e influenciou em sua relação durante muito tempo (BRUNT, 1988, p.110-111).

ocasiões cuja resolução era urgente (BRUNT, 1988, p.112). A organização de uma máquina administrativa como esta reforça a ideia de que o objetivo dos itálicos era sua independência, e não a cidadania. Não obstante, se aceitamos esta hipótese devemos nos perguntar o motivo de terem se satisfeito com cidadania romana.

O conflito iniciou-se após o assassinato de Sevílio, Procônsul da região de Ásculo. Em seguida, os Asculanos atacaram todos os romanos que viviam entre eles e saquearam seus pertences (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 38). Após isso, todos os povos vizinhos dos Asculanos revelaram seus preparativos para a guerra. Além do exército próprio de cada cidade, os aliados contavam com um comum, cujo número chegava a 100000 homens entre infantaria e cavalaria. Roma enviou um exército de igual magnitude, formado por seus cidadãos e por povos itálicos que se mantiveram fiéis²³⁵.

Essas tropas eram lideradas pelos Cônsules Lúcio Júlio Cesar²³⁶ e Públio Rutílio Lupo que, estimando que a guerra seria complexa e dividida em muitas frentes, escolheram "os melhores homens do momento"²³⁷ como Legados, dentre estes, Caio Mário e Cornélio Sula²³⁸ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 40). Os aliados itálicos tinham comandantes em chefe em cada uma de suas cidades e outros, que iam à frente do exército comum, com plenitude de poderes (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I 40). O conflito dividiu-se em duas frentes, ao norte e ao sul da península, estendendo-se, a primeira, desde Picênio até as montanhas a sudeste do

²³⁵ Númidas e Mauritanos também compunham o exército romano, mas logo foram enviados de volta à África por serem considerados pouco confiáveis, pelo Cônsul Sexto Pompeu (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 42).

²³⁶ O tradutor afirma que Apiano confundiu o nome deste Cônsul, Lúcio Julio Cesar, com o Cônsul de 91, Sexto Julio Cesar.

²³⁷ "τό τε ποικίλον τοῦ πολέμου καὶ πολυμερὲς ἐνθυμούμενοι ὑποστρατήγους τοῖς ὑπάτοις συνέπεμψαν τοὺς τότε ἀρίστους [...]"

²³⁸ Para Legados de Rutílio, foram escolhidos: Cneu Pompeu, pai do futuro Triúnviro, Pompeu Magno, Quinto Cipião, Caio Perdena, Caio Mário e Valério Messala. Públio Lêntulo, Tito Didio, Licínio Crasso, Marcelo e Cornélio Sula foram designados Legados do Cônsul Lúcio César (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 40). Este liderava a frente sul do conflito, contra os itálicos liderados pelos Samnitas, enquanto Rutílio lutava no norte, contra o grupo sabélio.

Lago Fucino, e a segunda compreendendo a região da Campânia (KEAVENEY, 2005, p. 41)

Apiano optou por fazer um resumo da Guerra Social e, assim, do capítulo 41 ao 53, apresenta os embates entre romanos e itálicos que julgava serem os mais importantes. De acordo com a estrutura da narrativa, podemos perceber dois eixos temáticos – vitórias latinas e vitórias romanas – em que o autor utilizou diferentes critérios de organização. Naquela que pode ser considerada como a primeira fase do conflito, a narrativa está organizada de acordo com as cidades que, ou foram conquistadas pelos rebeldes, ou foram palco de batalhas entre estes e os romanos²³⁹ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 41-48). Essa primeira fase da guerra, correspondente ao seu primeiro ano, caracterizou-se pelo esforço dos rebeldes na conquista de novas cidades, enquanto os romanos empenhavam-se em conter seu avanço, garantindo o controle de cidades que ainda permaneciam fiéis a Roma. (KEAVENEY, 2005, p. 41).

Quando Apiano dedica-se a relatar as vitórias romanas, que consideramos ser a segunda fase do conflito, o referencial geográfico dá lugar ao etnográfico, e os conflitos são identificados pelos povos submetidos, ou por aqueles que permaneceram fiéis a Roma²⁴⁰, diminuindo consideravelmente a referência às cidades (APIANO.

.

²³⁹ As batalhas e cidades a que Apiano se refere neste momento são: Vétio Ecatão contra Sexto Pompeu em Esérnia; Mário Ignácio em Vinafro, Marco Lampônio contra Licínio Crasso em Grumento (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 41); Caio Papio tomando Nola, Estábia, Minérvio, Salerno, Nucéria, Aquerra, Venúsia, Apúlia (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 42); César lutando contra Papio em Aquerra (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 45); Lafrênio contra Pompeu em Ásculo (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 47).

²⁴⁰ Os Etruscos permaneceram fieis a Roma, mas, em seu território Sula um enfrentou exército inimigo que não sabia da sua fidelidade (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 50), os Hirpinos, reconquistados por Sula, que atacou a cidade de Herculano (APIANO, *Guerra Civis I*, 51). Sula também reconquistou Boviano e submeteu os Samnitas (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 51). Pompeu submeteu os Marsos e Vestinos (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 52), Metelo (filho daquele que combateu Jugurta) invadiu a Apúlia e venceu os Japígios (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 53). Nola, Eculano, Boviano (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 50), Salápia, Canas, Canúsio (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 52) são as cidades também mencionadas, neste momento da narrativa.

História Romana II. Guerras Civis I, 50-53). Destacar a força inimiga e suas vitórias, para depois apresentar a reação irresistível dos romanos é um recurso retórico muito comum nas narrativas antigas, utilizado para aumentar a importância da vitória alcançada: quem vence um inimigo tão forte é mais forte ainda. Não diminuindo o mérito militar romano, outro fator apresenta-se como relevante para a vitória.

Segundo Apiano, a reação senatorial frente os sucessos itálicos foi decisiva para o destino do conflito:

O Senado decretou, além disso, que aqueles aliados itálicos que ainda permaneciam fiéis obteriam o direito de cidadania, que era exatamente a coisa que mais desejavam. Assim, enviou este decreto aos etruscos, que aceitaram a cidadania, encantados. Com esta graça, o Senado fez os fiéis mais fiéis, confirmou aqueles que estavam indecisos e dificultou aos inimigos com certa esperança de medidas similares (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 49).²⁴¹

Entregando aos itálicos aquilo que mais desejavam, o Senado enfraqueceu o inimigo, diminuindo as possibilidades de conquistarem o apoio de outros povos à sua causa através da promessa de conseguirem, em contrapartida, a cidadania romana. Isso se confirma na narrativa que, depois de informar sobre este decreto, passa a tratar somente das vitórias romanas em uma narrativa menos detalhada, dando a impressão de que ela foi alcançada rapidamente, quase sem dificuldades. David Shotter (1994, p. 36) considera que a *lex Plautia-Papiria* e a *lex Pompeia*, de 89 a.C., marcaram o fim do conflito ao garantir, a primeira, a cidadania aos itálicos do sul do rio Pó e assegurar, a segunda, a cidadania parcial aos habitantes das Gálias Cisalpina e Transalpina. Entretanto, Peter Brunt (1988, p. 107) e C. F. Konrad (2006, p. 178) acreditam que Apiano referiu-se, no excerto acima, a *lex Iulia*, única lei que ofereceu a cidadania a todos povos da Itália, e afirmam que a *lex Plautia Papiria*, provavelmente concedeu a

²⁴¹ "[...] Ίταλιωτῶν δὲ τοὺς ἔτι ἐν τῇ συμμαχίᾳ παραμένοντας ἐψηφίσατο εἶναι πολίτας, οὖ δὴ μάλιστα μόνον οὐ πάντες ἐπεθύμουν. καὶ τάδε ἐς Τυρρηνοὺς περιέπεμπεν, οἱ δὲ ἄσμενοι τῆς πολιτείας μετελάμβανον. καὶ τῆδε τῇ χάριτι ἡ βουλὴ τοὺς μὲν εὕνους εὐνουστέρους ἐποίησε, τοὺς δὲ ἐνδοιάζοντας ἐβεβαιώσατο, τοὺς δὲ πολεμοῦντας ἐλπίδι τινὶ τῶν ὁμοίων πραστέρους ἐποίησεν."

cidadania apenas ao pequeno grupo dos *ascripti*, estrangeiros de cidades confederadas como Heráclea, cujos habitantes foram emancipados pela *lex Julia*.

As atuações de Mário e Sula, que desempenharam a função de Legados, nesta guerra, recebem destaque no relato do alexandrino. Mário chegou a liderar a totalidade do exército do Cônsul Rutílio, depois de sua morte, diante da impossibilidade de haver nova eleição²⁴² (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 43-44). Sua participação na guerra é evidenciada, por Apiano, em apenas dois momentos: quando auxiliou Rutílio na batalha contra Vétio Escatão – ocasião da morte do Cônsul – e quando combateu os Marsos, ao lado de Sula (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 46).

Seu relato pode ter sido influenciado por Plutarco que considera os irrelevantes empreendimentos de Mário, nesta ocasião, como exemplos de que o "o valor do guerreiro exige mocidade e força"²⁴³ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06). Mário estava, então com 66 anos e, talvez pela idade, mostrava-se lento e hesitante nos ataques, tendo aceitado o comando "por uma questão de honra, a despeito do declínio de suas forças"²⁴⁴ (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 33). Sem precisar em que momento, o autor informa que Mário entregou o comando de seus exércitos, alegando questões de saúde (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 33).

O crepúsculo de Mário contrapõe-se ao alvorecer militar de Sula, tanto em Plutarco quanto em Apiano. O biógrafo afirma que esta guerra "valeu a Sula tanta

²⁴² Como o outro Cônsul, responsável por promover os comícios, também estava na Itália, o Senado decidiu entregar o comando das tropas aos Legados do Cônsul morto. Mário inicialmente dividiu o comando deste exército com outro Legado, Quinto Cipião e, depois da morte deste, liderou sozinho (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 44).

^{243 &}quot;[...] τὴν πολεμικὴν ἀρετὴν ἀκμῆς καὶ ῥώμης δεομένην [...]"

²⁴⁴ "[...]ώς αὐτὸς ἔλεγε, περὶ νεῦρα γεγονὼς νοσώδης καὶ σώματι δύσεργος ὢν ὑπέμενε παρὰ δύναμιν αἰσχύνη τὰς στρατείας."

reputação e autoridade quantas arrebatou de Mário"²⁴⁵ (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 33) e explica, afirmando que Sula, ao contrário de Mário, "realizou diversas ações memoráveis, alcançando a reputação de grande general junto aos concidadãos, do maior dos generais junto aos amigos e do mais favorecido pela sorte junto aos inimigos"²⁴⁶ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06).

A atividade de Sula durante a guerra pode ser descrita como impressionante (KEAVENEY, 2005, p. 41). No relato de Apiano, ela é detalhada e marcada pela indicação de duas características do Legado: a astúcia e a justiça. Sula demonstrou ser astuto quando percebeu que os Marsos fugiam do cerco que ele e Mário lhes faziam²⁴⁷ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 46); também compreendeu a tempo que os Hirpinos lhe enganavam quando, ao perceberem sua cidade cercada, pediram um tempo para decidirem sobre a rendição ou a luta armada²⁴⁸. Além disso, procurou rotas alternativas, e não vigiadas, para chegar aos Samnitas e para atacar Boviano²⁴⁹. Sua decisão em saquear ou não as cidades conquistadas indica, na narrativa de Apiano, seu esforço em ser justo:

Os Herculanos, cheios de medo, entregaram a cidade, e Sula a saqueou por não ter se rendido voluntariamente, mas pela força²⁵⁰. Porém, perdoou a outros que se renderam, até que o povo dos

-

 $^{^{245}}$ "Οὖτος ὁ πόλεμος τοῖς πάθεσι ποικίλος γενόμενος καὶ ταῖς τύχαις πολυτροπώτατος, ὅσον Σύλλα προσέθηκε δόξης καὶ δυνάμεως, τοσοῦτον ἀφεῖλε Μαρίου."

²⁴⁶ "Σύλλας δὲ πολλὰ δράσας ἄξια λόγου δόξαν ἔσχεν ήγεμόνος μεγάλου μὲν παρὰ τοῖς πολίταις, μεγίστου δὲ παρὰ τοῖς φίλοις, εὐτυχεστάτου δὲ καὶ παρὰ τοῖς ἐχθροῖς."

²⁴⁷ Esta foi a última ocasião em que houve cooperação entre Mário e Sula e seus esforços foram recompensados com um rápido sucesso. Após este fato, a relação entre eles caracterizou-se pela hostilidade.

²⁴⁸ De acordo com Apiano, os Hirpinos, na verdade, aguardavam a chegada de ajuda enviada pelos Lucanos (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 51)

²⁴⁹ Nesta cidade encontrava-se o Conselho dos itálicos que, após esta invasão, foi transferido para Esérnia. Tanto para surpreender os Samnitas, quanto para tomar a cidade de Boviano, Sula ordenou que tropas dessem a volta nos território a serem ocupados para atacá-los pela frente e surpreender o inimigo pela retaguarda (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 51).

²⁵⁰ Tecnicamente esta cidade não se rendeu, mas sim foi capturada, por isto Sula a puniu (KEAVENEY, 2005, p. 44).

Hirpinos foi totalmente submetido (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 51).²⁵¹

A atitude dos itálicos definia a decisão de Sula, que saqueava as cidades como uma forma de punição por sua rebeldia. Segundo Apiano, depois de ocupar a cidade de Boviano, Sula regressou a Roma para apresentar-se como candidato ao Consulado (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 51). A ocasião era propícia para a sua candidatura: sua vitória sobre os Samnitas, um inimigo temido, tornou-o o herói daquele ano bélico e o povo, agradecido, certamente lhe presentearia com o Consulado (KEAVENEY, 2005, p. 44; SANTANGELO, 2007, p. 05). Assim, Sula foi eleito Cônsul para o ano 88 a.C., tendo como coleta Quinto Pompeu Rufo.

O objeto de Plutarco, pelos objetivos e gênero de sua obra, não sãos as ações militares empreendias durante a Guerra Social ou o seu resultado, mas os traços dos caracteres de Mário e Sula ressaltados durante o conflito. Utiliza-se, assim, de uma anedota²⁵² para comparar a atitude de Sula à de um grego diante da acusação de que seus sucessos derivavam sorte. Diferente de Timóteo, Sula não se irritou com isso e indicou os favores da Fortuna em suas ações, afirmando, em suas *Memórias*, que os atos arriscados sem reflexão tiveram melhor êxito que aqueles bem planejados. Plutarco conclui desse modo: "quando afirma ter nascido antes para a fortuna que para a guerra, parece conferir muito mais à fortuna que a seu mérito, crendo-se verdadeiramente o filho do Destino"²⁵³ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06). Sula parece realmente acreditar

-

²⁵¹ "οἱ δὲ δείσαντες τὴν πόλιν παρεδίδουν. καὶ τήνδε μὲν ὁ Σύλλας διήρπαζεν ὡς οὐκ εὐνοίᾳ προσελθοῦσαν, ἀλλ' ὑπ' ἀνάγκης, τῶν δ' ἄλλων ἐφείδετο προστιθεμένων, μέχρι τὸ Ἰρπίνων ἔθνος ἄπαν ὑπηγάγετο [...]."

²⁵² Os inimigos de Timóteo mandaram pintaram um quadro em que ele era representado deitado enquanto a fortuna lançava redes em que capturava as cidades. Irritado, por tentarem privá-lo de suas glórias e méritos, ao voltar de uma expedição bem sucedida gritou para o povo que aquela foi uma expedição em que a fortuna não tomou parte. Assim, Timóteo, caracterizado por Plutarco como vaidoso, atraiu para si a punição da divindade e passou a colecionar fracassos, o que lhe valeu a hostilidade do povo e o banimento (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06).

 $^{^{253}}$ "ἕτι δὲ καὶ δι' ὧν φησι πρὸς τύχην εὖ πεφυκέναι μᾶλλον ἢ πρὸς πόλεμον, τῆ τύχη τῆς ἀρετῆς πλέον ἔοικε νέμειν καὶ ὅλως ἑαυτὸν τοῦ δαίμονος ποιεῖν [...]"

ser favorecido pelos deuses, como demonstra em outras ocasiões, talvez por conta disso não se ofendesse com estas acusações.

Sua reação frente ao assassinato do Legado Albino, por parte dos soldados também recebe atenção de Plutarco²⁵⁴, que a interpreta como sendo parte de sua preparação para a luta contra Mário. Em 89 a.C., segundo ano da guerra, Sula recebeu o comando do exército de Catão, Cônsul a quem servia e que morreu em combate. Os romanos, então, estavam em vantagem e se lançavam no território inimigo, a fim de recuperá-lo. Albino foi assassinado por seus soldados durante o cerco a Pompéia, talvez porque os assassinos suspeitassem de algum tipo de traição, ou porque não suportavam mais sua altivez (KEAVENEY, 2005, p. 43). Sobre a opção do Legado por não punir os responsáveis pelo crime, Plutarco (*Vida de Sula*, 06) afirma: "Sula deixou impune este crime atroz e, em tom de quem aprova, lhes disse que, com isto, seus homens seriam mais ousados na guerra, para resgatarem esta falta com seu valor". ²⁵⁵

Sula preocupava-se em manter a fidelidade de seus soldados, sabedor do perigo que o surgimento de antagonismos entre eles representaria, diante da guerra que deveriam manter. Assim, ele escolheu esperar que seus homens, acostumados à disciplina, procurassem reparar seu crime mostrando maior coragem diante do inimigo (KEAVENEY, 2005, p. 43). Plutarco, não obstante, interpreta esta escolha de outra maneira: "Planejava já destruir Mário, e, agora que a guerra social parecia chegar ao fim, adulava o exército que comandava na esperança de ser designado general contra Mitrídates." (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06). Assim, o autor considera que Sula

²⁵⁴ Esta versão dos fatos apresentada por Plutarco é derivada do relato de Tito Lívio (SANTANGELO, 2007, p. 70).

²⁵⁵ "[...] παρῆλθε καὶ οὐκ ἐπεξῆλθεν ἀδίκημα τοσοῦτον, ἀλλὰ καὶ σεμνυνόμενος διεδίδου λόγον ὡς προθυμοτέροις διὰ τοῦτο χρήσοιτο πρὸς τὸν πόλεμον αὐτοῖς ἰωμένοις τὸ ἀμάρτημα δι' ἀνδραγαθίας." ²⁵⁶ "[...] ἀλλὰ ἤδη καταλῦσαι Μάριον διανοούμενος καὶ τοῦ πρὸς τοὺς συμμάχους πολέμου τέλος ἔχειν δοκοῦντος ἀποδειχθῆναι στρατηγὸς ἐπὶ Μιθριδάτην, ἐθεράπευε τὴν ὑφ' ἑαυτῷ στρατιάν."

dissimulava seu verdadeiro objetivo e agia a fim de garantir o apoio necessário para alcançá-lo.

Apiano não indica Roma como vencedora do conflito, informando apenas que "estes foram os acontecimentos na Itália relativos à Guerra Social, que alcançou seu apogeu máximo até que toda a Itália aderiu à cidadania romana" (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 53). A conquista desse direito não foi o desfecho da guerra: Roma foi forçada a conceder a cidadania aos itálicos, como recurso para evitar que o conflito continuasse se espalhando (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 49). Após informar sobre essa decisão senatorial, Apiano deixa de narrar os sucessos itálicos para descrever as conquistas romanas, o que faz do capítulo 49 o momento de transição da narrativa, da primeira para a segunda fase do conflito. Parece claro que, para o autor, não houve vencidos e vencedores. Roma garantiu o controle territorial da Itália, mas para isto, precisou ceder aos *socii* aquilo que motivou o conflito.

O alexandrino sinaliza, contudo, a pequena influência que os novos cidadãos teriam nas votações, quando explica como eles foram organizados nas tribos:

Entretanto, os romanos não inscreveram estes novos cidadãos nas trinta e cinco tribos que então existiam, para que não vencessem as votações ao serem superiores em número que os cidadãos antigos, mas os dividiram em dez partes e designaram outras tribos em que eles votavam por último. Em muitas ocasiões seu voto resultou inútil, pois as trinta e cinco votavam antes e somavam mais da metade (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 49)²⁵⁸

O direito ao voto conquistado pelos itálicos significou, dessarte, pouco poder de decisão durante as votações devido a uma manobra dos romanos para manterem o controle das Assembleias. Uma série de leis relativas à emancipação dos

²⁵⁷ "καὶ τάδε μὲν ἦν περὶ τὴν Ἰταλίαν ἀμφὶ τὸν συμμαχικὸν πόλεμον, ἀκμάσαντα δὴ μάλιστα μέχρι τῶνδε, ἕως Ἰταλία πᾶσα προσεχώρησεν ἐς τὴν Ῥωμαίων πολιτείαν [...]"

²⁵⁸ "Ρωμαῖοι μὲν δὴ τούσδε τοὺς νεοπολίτας οὐκ ἐς τὰς πέντε καὶ τριάκοντα φυλάς, αἳ τότε ἦσαν αὐτοῖς, κατέλεξαν, ἵνα μὴ τῶν ἀρχαίων πλέονες ὄντες ἐν ταῖς χειροτονίαις ἐπικρατοῖεν, ἀλλὰ δεκατεύοντες ἀπέφηναν ἑτέρας, ἐν αἶς ἐχειροτόνουν ἔσχατοι. καὶ πολλάκις αὐτῶν ἡ ψῆφος ἀχρεῖος ἦν, ἄτε τῶν πέντε καὶ τριάκοντα προτέρων τε καλουμένων καὶ οὐσῶν ὑπὲρ ἥμισυ."

aliados foi aprovada, entre 90 a.C. e 89 a.C., entretanto, seriam necessárias mais duas décadas para seu completo envolvimento no corpo de cidadãos (SANTANGELO, 2007, p. 05).

É importante ressaltar que a Guerra Social provocou profundas mudanças na política romana, principalmente no que diz respeito às propostas legislativas, devido à extensão da cidadania aos itálicos e o aumento considerável de pessoas qualificadas para votar (MILLAR, 2002. P. 159 e 169). Com a concessão de cidadania aos itálicos, nasceu o conceito de *tota Italia*, importante para a política do fim da República e um potente *slogan* do governo de Augusto: o centro do Império passou a ser Roma e a Itália, e a política imperial precisou se adaptar a esta expansão territorial (SHOTTER, 1994, p.36). Mudanças também ocorreram na relação entre Roma e as províncias, não apenas na Itália, mas também no leste, como resultado da Guerra Mitridática. A política sulana contribuiu de maneira importante para estas alterações (SANTANGELO, 2007).

A Guerra Social, pudemos perceber, consistiu em um dos efeitos provocados pelas diversas mudanças ocorridas dentro do governo republicano desde o seu estabelecimento. A luta da plebe por maior participação política, logo após o fim do governo monárquico, resultou na criação de uma magistratura dedicada a defender os seus interesses. No início do século II a.C., com o episódio dos Gracos, a força política do Tribunato da Plebe tornou-se notória e a utilização do interesse itálico pela cidadania, por parte destes magistrados, uma constante. A partir de então, os interesses pessoais e de grupos políticos predominaram sobre o senso de cooperação pelos interesses da República. O poder eleitoral e os laços de clientelismo eram utilizados para manipular a máquina republicana, enquanto a pressão itálica pela cidadania aumentava, diante de inúmeras tentativas de alcançá-la. As guerras entre Roma e os socii eclodiu quando esta dinâmica política falhou.

No ano seguinte à resolução do conflito na Península Itálica, começou a Guerra Mitridática, provocada pela invasão da província romana da Ásia Menor por Mitrídates VI, rei do Ponto, que objetivava tomar este território. Sula, Cônsul daquele ano, foi designado para resolver a questão, mas antes de partir para este conflito, precisou assegurar seu mando pela luta armada, dentro dos muros da cidade. A rivalidade entre e ele e Mário, iniciada anos antes, de acordo com os documentos, chegava, então, ao seu extremo.

CAPÍTULO III

LÚCIO CORNÉLIO SULA DO CONSULADO À DITADURA

Após o estudo do contexto republicano – desde o estabeleciemento desta forma de governo até o período em que Sula iniciou sua carreira militar e política – nos dedicamos, agora, ao estudo da atuação desse romano durante as Guerras Civis, na Guerra Mitridática e como Ditador. Trata-se de um estudo focado nos relatos dos antigos em que buscamos apreender suas interpretações sobre os fatos e as caracterizações desta personagem apresentadas por esses autores.

3.1. Sula e Mário: Primeira Guerra Civil

3.1.1. Prováveis origens do conflito

Quando Sula retornou da Guerra Social e foi eleito Cônsul, tinha cinqüenta anos. Casou-se com a filha de Metelo Numídico (antigo patrono de Mário), com que estabeleceu bom relacionamento. Sobre isto, Sula afirmou em suas *Memórias*, de acordo com Plutarco, ter encontrado uma pessoa condescendente para partilhar o poder. Sua união com Metela não agradou os cidadãos eminentes, julgaram indigno de semelhante mulher aquele que haviam julgado digno do Consulado (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06). Esta insatisfação reforça a idéia de que os membros da Ordem Senatorial apoiaram o crescimento político de Sula, não por reconhecê-lo como igual, mas por considerá-lo útil à oposição a Mário e sua política anti senatorial. Plutarco indica que Sula tinha consciência e utilizava-se disso (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 32) e é seguido por Athur Keaveney (2005).

Sula, logo que assumiu o Consulado, foi designado para liderar o exército na guerra contra Mitrídates, pela qual estava obcecado (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 34), e os autores antigos concordam que foi a perda deste comando, o estopim para a Primeira Guerra Civil, entre ele e Mário. Apiano indica a mudança na dinâmica política que este fato significou. Segundo o autor, "a partir deste momento, os chefes de facções lutaram entre si com grandes exércitos segundo o costume da guerra, e a pátria estava envolvida como um prêmio para eles" (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 55).

Mário, julgando que a guerra seria fácil e lucrativa, (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 55), movido pelo amor à glória e pela ambição doentia, procurava sacudir a velhice e as enfermidades, que lhe haviam feito se retirar da Guerra Social (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 34), utilizou o apoio do Tribuno da Plebe Públio Sulpício para conseguir substituir Sula à frente das tropas. Em sua biografia sobre este general, Plutarco faz constantes referências ao fato de Mário, em idade avançada e sem habilidade para a política, buscou constantemente renovar sua *dignitas* através de vitórias bélicas para, assim, continuar participando do governo romano.

Para Apiano, Sulpício foi induzido por Mário a ajudá-lo (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 55), enquanto Plutarco afirma que Mário utilizouse de sua petulância para "consumar a ruína publica"²⁶⁰ (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 35). O biógrafo caracteriza este Tribuno como sendo ímpar em perversidade, cruel, imprudente (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 08) e extremamente audacioso (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 34). Ainda informa que o Tribuno cercava-se de uma guarda armada

-

^{259 &}quot;μετὰ δὲ τοῦτο στρατοῖς μεγάλοις οἱ στασίαρχοι πολέμου νόμῷ συνεπλέκοντο ἀλλήλοις, καὶ ἡ πατρὶς ἆθλον ἔκειτο ἐν μέσῷ."

²⁶⁰ "Ταῦτα τὴν πόλιν ἐκ πολλῶν χρόνων ὕπουλον γεγενημένην καὶ νοσοῦσαν ἀνέρρηξεν, εὐφυέστατον εὑρόντος ὄργανον Μαρίου πρὸς τὸν κοινὸν ὅλεθρον τὸ Σουλπικίου θράσος [...]"

composta por jovens cavaleiros a quem chamava "Anti-senado (ἀντισύγκλητος)²⁶¹" (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 35; PLUTARCO. *Vida de Sula*, 08).

Crendo nas promessas de Mário, ou por sua natureza imprudente e audaciosa, Sulpício engendrou uma manobra para transferir o comando da Guerra Mitridática para Mário. Com o objetivo de garantir a aprovação desta transferência, o Tribuno também propôs uma lei que incluía os novos cidadãos itálicos nas trinta e cinco tribos antigas. A oposição dos antigos cidadãos levou à luta armada e os Cônsules decretaram um *iustitium*²⁶² para adiar a votação e o perigo que seu resultado representava. (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 55). Para Plutarco, os cidadãos entraram em conflito devido à possibilidade de Mário assumir o comando da guerra, nada informando sobre esta manobra eleitoral (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 34).

Súlpício declarou o *iustitium* ilegal (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 56) e seus apoiadores – dentre estes os jovens cavaleiros que compunham o anti-senado (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 35) – instigados por ele, atacaram os Cônsules quando presidiam uma assembelia no templo de Castor e Pólux, onde houve muitas mortes, inclusive do jovem filho do Cônsul Pompeu²⁶³, enquanto seu pai conseguiu fugir (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 08; agc1, 56). Sula também foi perseguido e precisou se esconder na casa de Mário, de onde foi obrigado a sair para anular o *iustitium* (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 08; PLUTARCO. *Vida de Mário*, 35).

-

²⁶¹ Apresentado por Veléio Patérculo, este Tribuno é caracterizado pela eloqüência, altivez, grande força de gênio e caráter, possuidor grande riqueza e boas relações e que buscava a máxima dignidade diante do povo com reta intenção, quando se deixou comandar por Mário (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II*, 18). Este é um exemplo de como diferentes autores, inseridos em diversos contextos e com diferentes objetivos ao escreverem, podem possuir díspares visões sobre a mesma personagem.

²⁶² O *iustitium* constituía-se em uma suspensão temporária de toda atividade jurídica dos magistrados, juízes e tribunais em assuntos de natureza civil devido a acontecimentos que perturbavam a vida pública, podendo ser proclamado pelo Senado em circunstâncias análogas às do moderno "estado de sítio".

²⁶³ Ele estava casado com Cornélia, filha da primeira mulher de Sula. Ilia (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06). Deste matrimônio nasceu Pompeia, segunda mulher de César. Apiano afirma que foi morto por manifestar sua opinião com franqueza (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 56).

Por isso, segundo Plutarco, Sulpício não o depôs do Consulado, como fizera com Pompeu, mas apenas lhe retirou o comando da guerra contra o rei do Ponto (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 08).

Estes fatos não são informados por Apiano, que relata apenas que Sula se retirou do templo para se encontrar com Pompeu e deliberar a respeito da anulação do *iustitium* (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 56). Provavelmente o alexandrino não teve acesso a documentos que relatassem Sula refugiado na casa de Mário, ou o autor optou por não mencionar esta informação devido ao estilo conciso de sua escrita e por sua seleção de conteúdo. Entretanto, este fato pode ter sido relevante para Plutarco, cuja escrita é rica em detalhes, por ser uma oportunidade de demonstrar como Sula "subordinava o ressentimento ao interesse" (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06), referindo-se, também, à versão que o refugiado apresentou em suas *Memórias*. Nelas, segundo Plutarco, Sula afirma ter sido forçado a entrar na casa de Mário, onde foi obrigado, diante de espadas nuas, a aceitar suspender o recesso político e judiciário (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 35).

De acordo com Plutarco, assim que Sulpício conseguiu sua eleição para o comando da guerra, Mário enviou Tribunos Militares para Nola com a missão de assumirem o exército em seu nome. Sula, porém, antecipou-se fugindo para seu acampamento e instruiu os seus soldados, que apedrejaram os Tribunos (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 08). Assim, de acordo com Plutarco, o general se juntou a seus soldados, ciente de que perdera o comando da guerra e já disposto a mantê-lo a força. Apiano, por seu turno, oferece uma interessante versão dos fatos, em que Sula encontrou seus soldados assim que anulou o *iustituim*, sem saber do resultado da votação (APIANO.

_

²⁶⁴ "ὑφιέμενον δὲ τῆς πικρίας λογισμῷ πρὸς τὸ συμφέρον [...]"

História Romana II. Guerras Civis I, 56), e tomou a decisão de marchar contra Roma juntamente com seus liderados.

Neste relato, os soldados desejavam manter Sula no comando por temerem que Mário arrolasse outros homens para acompanhá-lo à Ásia, perdendo, assim, a oportunidade de lutarem em uma guerra considerada lucrativa (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 57). Diante deles,

Sula denunciou o ultraje que Sulpício e Mário fizeram, sem aludir abertamente a nenhuma outra coisa – pois não se atrevia ainda a falar de uma guerra tal – e encorajou-os a estarem dispostos a cumprir o que lhes ordenassem. Mas os soldados, compreendendo quais eram seus projetos e temendo serem excluídos da expedição, revelaram o desejo de Sula o incitaram a ter a coragem de levá-los contra Roma (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 57)²⁶⁵.

Percebe-se que, na versão de Apiano, Sula desejava a guerra, mas, consciente da gravidade deste ato, temia assumi-lo, o que ocorreu somente quando foi encorajado por seus soldados. Assim, Sula parece agir para atender ao desejo de sua tropa, e não movido pela vingança ou ambição, como é constantemente retratado por Plutarco.

Enquanto marchava à frente de seis legiões²⁶⁶, Sula²⁶⁷, questionado por vários mensageiros que iam ao seu encontro, sobre o que o levava a marchar contra Roma, respondeu a todos: "[...] para libertá-la dos tiranos²⁶⁸ ²⁶⁹" (APIANO, *História*

²⁶⁶ Plutarco (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09) afirma que Pompeu acompanhava Sula na marcha. Apiano informa que eles se encontraram nas proximidades de roma, e que Pompeu o elogiou e se alegrou pela decisão tomada, estando disposto a cooperar (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 57).

_

²⁶⁵ "τὴν δ' ὕβριν ὁ Σύλλας τὴν ἐς αὐτὸν εἰπὼν Σουλπικίου τε καὶ Μαρίου καὶ σαφὲς οὐδὲν ἄλλο ἐπενεγκών (οὐ γὰρ ἐτόλμα πω λέγειν περὶ τοιοῦδε πολέμου), παρήνεσεν ἑτοίμοις ἐς τὸ παραγγελλόμενον εἶναι. οἱ δὲ συνιέντες τε ὧν ἐπενόει καὶ περὶ σφῶν δεδιότες, μὴ τῆς στρατείας ἀποτύχοιεν, ἀπεγύμνουν αὐτοὶ τὸ ἐνθύμημα τοῦ Σύλλα καὶ ἐς Ῥώμην σφᾶς ἄγειν θαρροῦντα ἐκέλευον."

²⁶⁷ Plutarco (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09) afirma que sula hesitava diante do projeto e se sentiu confiante apenas depois de Oferecer sacrifícios e receber sinais de apoio divino através de um sonho.

²⁶⁸ O termo "Tirano" deriva de *túranos*, de origem oriental. Talvez por isto, a palavra passou a ser associada, pelos gregos, aos déspotas bárbaros, ganhando sentido pejorativo. O título de Tirano era dado por quem condenava as ações daquele que tomava para si o poder, através da usurpação e violência, elevando-se acima das leis. Assim, o Tirano é sempre associado à ilegalidade e crueldade, mas também é visto como o "demagogo", líder da multidão que luta contra a elite. Os antigos viam a Tirania como a forma de governo mais degradante, que aparecia quando o Estado já não era capaz de se recuperar dos problemas que o acometiam (PLÁCIDO SOAREZ, 2007).

Romana II. Guerras Civis I, 57). Na cidade, Mário e os seus apoiadores, mataram os amigos de Sula e pilharam seus bens, houve deserções e muitos deixaram a cidade (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09). Buscando apoio, Mário prometeu a liberdade aos escravos que lutassem a seu lado, mas apenas três se apresentaram²⁷⁰ (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 35). O Senado era governado por Mário e Sulpício, que enviaram dois Pretores ao encontro de Sula, para impedir seu avanço. Ambos foram espancados por soldados sulanos, o que consternou toda a cidade, quando chegaram avisando que a sedição não podia ser contida. Então Mário e seus partidários começaram os preparativos para o embate (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09).

Plutarco (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09) e Apiano (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 57) coincidem sobre os últimos fatos que antecederam a invasão da cidade. Mário enviou emissários que solicitaram a Sula a suspensão da marcha, e que acampassem próximo de Roma²⁷¹, pois o Senado havia decidido atender todas as suas exigências. Apiano afirma que este era um artifício de Mario para ganhar tempo e se preparar para a luta armada. Sula, após indicar que atenderia a solicitação e iniciar os preparativos para montar o acampamento, enviou tropas para os muros da cidade, assim que os emissários se afastaram, disposto a invadir Roma logo em seguida.

É importante notar que Plutarco e Apiano concebem a dinâmica deste conflito de maneira diversa. Enquanto o biógrafo considera a guerra civil como o ápice da disputa pessoal que existiu entre Mário e Sula, Apiano de Alexandria percebe este conflito como uma demonstração do extremo a que os Romanos chegaram na sua desordem política, considerando estas duas personagens como líderes de dois grupos

_ .

²⁶⁹ "ό δ' εἶπεν, ἐλευθερώσων αὐτὴν ἀπὸ τῶν τυραννούντων."

²⁷⁰ De acordo com Apiano, a oferta de liberdade para escravos que lutassem por Mário foi o último recurso utilizado, quando a batalha contra o exército de Sula estava quase perdida (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 58).

²⁷¹ Plutarco indica que este encontro ocorreu em Pictas (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09), enquanto Apiano informa apenas a distancia em relação aos muros da cidade: quarenta estádios (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 59).

que disputavam entre si. Ao longo do relato destes confrontos, Apiano apresenta a ambição como motivadora das ações de Mário, aquele que provocou a desordem, e nobres intenções para as de Sula, que desejava restaurar a ordem e garantir o cumprimento das decisões senatoriais.

Na narrativa plutarqueana, a rivalidade entre Mário e Sula surgiu com a atribuição do fim da guerra contra Jugurta à Sula, por parte dos inimigos de Mário, em quem isto despertou um "secreto despeito" (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 03). Sula contribuiu para o crescimento deste sentimento ao utilizar um anel representando a cena em que Boco lhe entregava Jugurta. Durante a guerra contra os germânicos, Plutarco afirma que vários êxitos de Mario foram atribuídos a Sula e a inimizade cresceu (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 03). Quando Sula retornou da Capadócia, onde restaurara Ariobarzanes no trono, Boco ofereceu novo combustível para a querela entre Mário e Sula:

Querendo ao mesmo tempo lisonjear o povo de Roma e agradar a Sula, consagrou, no Capitólio, Vitórias portadoras de troféus e perto delas, uma estátua dourada dele mesmo entregando Jugurta a Sula (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06)²⁷³.

Esta seria a confirmação de que Sula foi o principal responsável pelo fim da guerra na Numídia. Mário, "sufocou de inveja e cólera à ideia de que o rival lhe arrebatava suas próprias glórias" (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 32) e, indignado, tentou destruir o monumento (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06; PLUTARCO. *Vida de Mário*, 32). Sula, por sua vez, segundo Plutarco, "se valia do ódio dos nobres contra ele e fundamentava o início de sua carreira justamente no conflito que os lançava um contra

²⁷³ "[...]δς τόν τε δῆμον ἄμα θεραπεύων ἐν Ῥώμῃ καὶ τῷ Σύλλᾳ χαριζόμενος ἀνέθηκε εἰκόνας ἐν Καπιτωλίῳ τροπαιοφόρους καὶ παρ' αὐταῖς χρυσοῦν Ἰογόρθαν ὑφ' ἑαυτοῦ Σύλλᾳ παραδιδόμενον."

 $^{^{272}}$ "ό μὲν οὖν θριαμβεύων ἐπὶ τούτῳ Μάριος ἦν, ἡ δὲ δόξα τοῦ κατορθώματος, ἢν ὁ Μαρίου φθόνος Σύλλα προσετίθει, παρελύπει τὸν Μάριον ἡσυχῆ."

^{274 &}quot;[...] τοῦτο ἐξέστησεν ὀργῇ καὶ φιλονεικίᾳ Μάριον, ὡς Σύλλα περισπῶντος εἰς ἑαυτὸν τὰ ἔργα [...]"

o outro"²⁷⁵ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 32). Identificando, assim, os apoiadores de Sula como membros da nobreza, Plutarco afirma que a chegada daquele monumento fez com que os associados a estes líderes preparavam-se para o combate, protelado pelo início da Guerra Social (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 06).

O conflito com os povos itálicos foi resolvido, através da reconquista de cidades ocupadas pelos rebeldes e da cessão da cidadania romana aos povos que permanecessem fiéis ou abandonassem as armas. De volta Roma, a disputa entre Mário e Sula recomeçou, motivada pelo desejo de glórias e lucros que a guerra contra Mitridates VI, rei do Ponto, prometia a seu vencedor. Nesta ocasião, assim como em outras anteriormente analisadas neste trabalho, a atuação de um Tribuno da Plebe foi importante, pois ao conseguir a transferência do comando militar para Mário, através de manobras políticas, criou a conjuntura propícia para o conflito armado.

3.1.2. A batalhas e as reformas políticas

De acordo com os documentos, Sula invadiu Roma rapidamente, pois a população lhe ofereceu pouca resistência e Mário não possuía um contingente capaz de superar a força das legiões sulanas. Plutarco informa de maneira concisa, que Mário rapidamente foi vencido e expulso da cidade²⁷⁶ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09), e que,

_

²⁷⁵ "καὶ τοῖς μὲν ἄλλοις ἦττον ἤχθετο παρευδοκιμούμενος, σφόδρα δὲ αὐτὸν ἠνία Σύλλας ἐκ τοῦ πρὸς ἐκεῖνον αὐξανόμενος φθόνου [p. 552] τῶν δυνατῶν καὶ τὰς πρὸς ἐκεῖνον διαφορὰς ἀρχὴν πολιτείας ποιούμενος [...]"

²⁷⁶ Na biografia de Mário, o autor afirma que ele foi constrangido a fugir e descreve detalhadamente todo o percurso percorrido por ele na costa africana, a perseguição e os perigos que enfrentou, até saber que, em Roma, nova disputa pelo poder acontecia e perceber esta como uma oportunidade para retornar (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 35 – 40). Apiano também informa sua fuga quando percebeu que não sairia vitorioso do combate (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 58), apresentando os detalhes

ao ver seu exército hostilizado pelos moradores, que lhes atiravam tijolos e pedras e retardavam seu avanço, Sula ordenou que queimassem as casa, iniciando ele mesmo, o incêndio. "O ímpeto impedia-o de raciocinar, Sula deixava que sua cólera orientasse seus passos. Não via senão os inimigos, pouco se lhe davam os partidários, os amigos, os parentes"²⁷⁷ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 09), pondera o autor, logo em seguida. Segundo Apiano, Sula apenas ameaçou incendiar as casas, diante da hostilidade de seus habitantes, que agiam assim talvez por não reconhecê-lo, já que ele avançava "com o aspecto e atitude de um inimigo"²⁷⁸ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 58).

O relato de Apiano apresenta maiores detalhas sobre a invasão da cidade, informando a estratégia utilizada por Sula²⁷⁹ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 58). Quando as tropas de Mario e sulpicio encontraram com as de Sula, de acordo com o autor,

pela primeira vez em roma, teve lugar um combate entre inimigos, não sob aspecto de uma sedição, mas ao som das trombetas e com estandartes, segundo o costume da guerra. A tal extremo de perigo levou os romanos, a falta de solução para as lutas internas (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 58)²⁸⁰.

Após assegurar o controle da cidade, Sula preocupou-se com a justiça e a segurança da cidade, castigando aqueles que tinham cometido saque e montando postos de vigilância para evitar atos violentos por parte da população amedrontada, ou por

170

_

de seu percurso (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 61-62). Como Mário não é o objeto deste trabalho, optamos por não analisar estes relatos relativos a sua estada fora de Roma.

²⁷⁷ "[...] κατ' οὐδένα λογισμόν, ἀλλ' ἐμπαθὴς ὢν καὶ τῷ θυμῷ παραδεδωκὼς τὴν τῶν πρασσομένων ἡγεμονίαν, ὅς γε τοὺς ἐχθροὺς μόνον ἑώρα, φίλους δὲ καὶ συγγενεῖς καὶ οἰκείους εἰς οὐδένα λόγον θέμενος οὐδ' οἶκτον κατήει διὰ πυρός [...]"

 $^{^{278}}$ "τοῖς δ' ὑπολοίποις ὁ Σύλλας ἐς τὴν πόλιν ἐχώρει δόξῃ καὶ ἔργ ϕ πολεμίου [...]"

²⁷⁹ Uma legião tomou a porta Esquilina e a muralha adjacente, Pompeu, com outra legião, ocupou a porta Colina. Uma terceira avançou para a ponte de madeira e uma quarta, permaneceu diante das muralhas, pronta para entrar, caso solicitassem apoio. Enquanto isso, Sula avançou com duas legiões para o interior da cidade. Durante a batalha contra as tropas marianas, Sula precisou utilizar o contingente reserva e, assim, conseguiram a vitória (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 58).

²⁸⁰ "καὶ γίγνεταί τις ἀγὼν ἐχθρῶν, ὅδε πρῶτος ἐν Ῥώμῃ, οὐχ ὑπὸ εἰκόνι στάσεως ἔτι, ἀλλὰ ἀπροφασίστως ὑπὸ σάλπιγγι καὶ σημείοις, πολέμου νόμῳ· ἐς τοσοῦτον αὐτοῖς κακοῦ τὰ τῶν στάσεων ἀμεληθέντα προέκοψε."

parte de seus soldados (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 59). No dia seguinte, Sula e Pompeu convocaram uma assembleia, em que justificaram seus atos: "se lamentaram pelo Estado ter sido entregue há muito tempo aos que bajulam o povo²⁸¹, ao mesmo tempo em que afirmaram que haviam atuado daquela maneira por necessidade" (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 59). Assim, no relato de Apiano, Sula invadiu Roma com seu exército movido pela necessidade de libertar a cidade do governo que não correspondia ao estabelecido pela tradição.

A seleção do conteúdo relativo às reformas empreendidas por Sula, neste momento, reflete as diferentes visões que Plutarco e Apiano possuem desta personagem. Plutarco, sem mencionar qualquer modificação na dinâmica política empreendida naquele momento, informa que Sula fez o Senado decretar a pena de morte para Mário e Sulpício, que foi degolado. Sua decisão de por a prêmio a cabeça de Mário é caracterizada pelo autor, que relembra o fato de Mário ter abrigado Sula em sua casa pouco tempo antes, como "tão ingrata quanto inadequada a uma boa política²⁸³" (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 10). O Senado dissimulou o descontentamento enquanto a população, indignada, rejeitou os candidatos de Sula, elegendo aqueles que imaginavam contrariá-lo. Sula, segundo Plutarco, fingiu estar satisfeito, declarando que "se o povo fazia o que bem entendia, era graças a ele que gozavam dessa liberdade", nomeando

-

²⁸¹ Em algumas traduções o termo utilizado neste momento é "demagogos", provavelmente devido à um dos sentidos/significados atribuídos à esta palavra. Encontramos duas acepções para este termo, uma positiva e outra de conotação pejorativa. A primeira delas refere-se ao homem com grande habilidade para liderar multidões, com boa presença física e oratória, e cujo programa político visava melhorar a vida da população. Entretanto, demagogo também pode ser sinônimo de políticos que iludem as massas com promessa, para assim conseguir seu apoio, mas governam em favor de seus próprios interesses ou dos interesses de sua camada social. Acreditamos que Apiano se refere, aqui, principalmente aos Tribunos da Plebe, cujo poder experimentava considerável crescimento nas últimas décadas e sua postura política enquadrava-se na segunda definição de demagogo. Entretanto, este não é o termo exato que encontramos no original.

²⁸² "ἄμα δ' ἡμέρα τὸν δῆμον ἐς ἐκκλησίαν συναγαγόντες ὡδύροντο περὶ τῆς πολιτείας ὡς ἐκ πολλοῦ τοῖς δημοκοποῦσιν ἐκδεδομένης, καὶ αὐτοὶ τάδε πράξαντες ὑπ' ἀνάγκης."

^{283 &}quot;[...] Μαρίφ δ' ἐπεκήρυξεν ἀργύριον, οὐκ εὐγνωμόνως οὐδὲ πολιτικῶς [...]"

Cônsul um "membro do partido contrário"²⁸⁴, isto é, simpatizante da causa popular, Lúcio Cornélio Cina, que se comprometeu a servir seus interesses (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 10), tendo agido de maneira diversa, logo em seguida.

Já Apiano, ocupa-se de início em informar as medidas tomadas por Sula e Pompeu para reorganizar o governo de Roma: todas as propostas legislativas deveriam voltar a ser aprovadas pelo Senado antes de serem levadas à votação, que deveriam ser organizadas por centúria e não mais por tribos (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 59). Assim Apiano analisa o impacto destas modificações: "considerando que com essas medidas nenhuma lei seria apresentada ao povo antes que ao Senado e que as votações, ao não estarem nas mãos dos pobres e desenfreados ao invés de nas dos ricos e prudentes, não seriam mais foco de sedições" (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 59). Aqui, Apiano deixa claro seu posicionamento: Sula buscava restabelecer a ordem na administração pública e isto seria alcançado devolvendo o poder de decisão à aristocracia, grupo mais preparado para tomar decisões. Além disso, informa o autor, diminuíram outras atribuições do poder dos Tribunos da Plebe, "que tinha se convertido em excesso tirânico²⁸⁶", foram inscritos trezentos cavaleiros no censo senatorial, a fim de fortalecer o Senado e anulou-se todas as medidas colocadas em vigor por Sulpício (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 59).

Podemos perceber que, de acordo com o relato de Apiano, os atos de Sula, desde a invasão de Roma, foram motivados não pela busca de poder pessoal, mas pela necessidade de restaurar a tradição e a ordem e se chegou neste resultado devido ao domínio dos Tribunos da Plebe e pela perda de poder do Senado – prontamente

-

²⁸⁴ "ὁ δὲ τούτοις τε προσεποιεῖτο χαίρειν, ὡς τοῦ δήμου τῷ ποιεῖν ἃ βούλοιτο δι' αὐτὸν ἀπολαύοντος τῆς ἐλευθερίας, καὶ θεραπεύων τὸ τῶν πολλῶν μῖσος ὕπατον κατέστησεν ἀπὸ τῆς ἐναντίας στάσεως Λεύκιον Κίνναν […]"

²⁸⁵ "[...] νομίσαντες διὰ δυοῖν τοῖνδε οὕτε νόμον οὐδένα πρὸ τῆς βουλῆς ἐς τὸ πλῆθος ἐσφερόμενον οὕτε τὰς χειροτονίας ἐν τοῖς πένησι καὶ θρασυτάτοις ἀντὶ τῶν ἐν περιουσία καὶ εὐβουλία γιγνομένας δώσειν ἔτι στάσεων ἀφορμάς."

^{286 &}quot;πολλά τε ἄλλα τῆς τῶν δημάρχων ἀρχῆς, τυραννικῆς μάλιστα γεγενημένης [...]"

restaurado ao modificar-se a forma de votação. Isto pode ser percebido na seguinte passagem do texto de Apiano:

Em Roma, Sula, que foi o primeiro a se apoderar da cidade com as armas, e teria podido, talvez, exercer o poder absoluto, uma vez que rechaçou seus inimigos, desistiu voluntariamente da violência e, depois de enviar o exército para Cápua, voltou a assumir o poder consular (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 63)²⁸⁷.

Sobre Mário e seus apoiadores, Apiano afirma que forma decretados inimigos públicos e desterrados, e seus bens foram confiscados, estando, qualquer pessoa, autorizada a conduzi-los até os Cônsules ou a matá-los impunemente. Esta decisão, para Apiano, não foi motivada por desejo de vingança, mas justificada pelos atos dos próprios castigados, por terem "provocado uma sedição e por terem combatido contra os cônsules e proclamado a liberdade dos escravos" ²⁸⁸ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 60).

O alexandrino faz, neste momento um balanço dos últimos acontecimentos, demonstrando o gradual crescimento da gravidade dos conflitos dentro do governo romano e indicando suas consequências:

Desta forma as sedições, nascidas da discórdia e rivalidade, vieram parar em assassinatos, e de assassinatos, em guerras cabais e, agora, pela primeira vez, um exército de cidadãos invadiu a pátria como se fosse terra inimiga. A partir de então, as sedições não deixaram de ser decididas por meio dos exércitos e se produziram contínuas invasões a roma e batalhas sob seus muros (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 60) ²⁸⁹

Logo após a implementação das reformas no sistema de governo romano e da eleição de novos Cônsules, Sula partiu rumo à guerra contra Mitridates VI, jultando

288 "[...]ώς στάσιν ἐγείραντας καὶ πολεμήσαντας ὑπάτοις καὶ δούλοις κηρύξαντας ἐλευθερίαν εἰς ἀπόστασιν [...]"

173

²⁸⁷ "ἐν δὲ Ῥώμῃ Σύλλας μέν, ὅπλοις τὴν πόλιν ὅδε πρῶτος καταλαβών τε καὶ δυνηθεὶς ἂν ἴσως ἤδη μοναρχεῖν, ἐπεὶ τοὺς ἐχθροὺς ἠμύνατο, τὴν βίαν ἑκὼν ἀπέθετο καὶ τὸν στρατὸν ἐς Καπύην προπέμψας αὖθις ἦρχεν ὡς ὕπατος."

²⁸⁹ "ὧδε μὲν αἱ στάσεις ἐξ ἔριδος καὶ φιλονικίας ἐπὶ φόνους καὶ ἐκ φόνων ἐς πολέμους ἐντελεῖς προέκοπτον, καὶ στρατὸς πολιτῶν ὅδε πρῶτος ἐς τὴν πατρίδα ὡς πολεμίαν ἐσέβαλεν. οὐδ᾽ ἔληξαν ἀπὸ τοῦδε αἱ στάσεις ἔτι κρινόμεναι στρατοπέδοις, ἀλλ᾽ ἐσβολαὶ συνεχεῖς ἐς τὴν Ῥώμην ἐγίνοντο καὶ τειχομαχίαι καὶ ὅσα ἄλλα πολέμων ἔργα [...]"

ter restabelecido a ordem e confiando ter deixado a cidade nas mãos daqueles que comungavam consigo seus interesses. Entretanto, pouco depois de sua partida, os desentendimentos entre os Cônsules e a luta armada pelo poder recomeçaram.

Podemos perceber que os autores, enquanto narram os fatos relativos à Primeira Guerra Civil romana, interpretaram as ações de Sula, e suas motivações de maneiras diferentes: para Plutarco, Sula invadiu Roma e derrotou o grupo que apoiava Mário por ambicionar o comando da Guerra Mitridática; já Apiano, o percebe agindo contra aqueles que transgrediram a ordem ao desejarem entregar a liderança dessa guerra para aquele que não detinha este direito.

3.1.3 Sula e a Guerra Mitridática

O reino do Ponto mantinha relações amistosas há muito tempo com Roma, tendo seu rei Mitridates Evérgetes fornecido ajuda militar contra os Cartagineses, durante as Guerras Púnicas (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 10).

Entretanto, seu filho, chamado Mitridates Dionísio Eupator e conhecido como Mitridates VI, buscando ampliar seus domínios invadiu a Ásia enquanto os romanos estavam ocupados com o final da Guerra Social e logo decretaram guerra à ele (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 22). Esta guerra se vincula ao projeto de Apiano de narrar, etnograficamente, as guerras de conquista que os romanos empreenderam. Por isto, e por sua grande importância dentro da história de Roma, o autor dedicou um livro de sua obra ao relato do esforço romano, liderado por Sula, para reaver os territórios da província grega.

Roma acabara de sair de um conflito doméstico, a Guerra Social, e encontrava-se em dificuldades econômicas. Necessitando de dinheiro para empreender a

guerra contra o invasor, os Cônsules, dentre estes Sula que havia sido sorteado para governador da Ásia, decretaram a venda de objetos valiosos consagrados aos deuses pelo rei Numa Pompílio, tamanha era a penúria que Roma enfrentava. Entretanto, antes de partir rumo à guerra, Sula foi retido na cidade, confirmando seu comando através da Guerra Civil e Mitrídates utilizou este tempo para ocupar mais territórios, matando todos os romanos e itálicos que ali viviam. (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 22).

Plutarco (*Vida de Sula*, 12), afirma que Sula precisou arrecadar fundos para a campanha quando já estava em terras gregas, e o fez tomando os tesouros dos santuários gregos, principalmente de Epidauro, Olímpia e Delfos, prometendo devolver os valores. Isto, segundo o autor fez-se necessário porque, com pressa de voltar para Roma, onde temia que surgisse nova sedição, o general "empreendia repetidos combates e fazia enormes despesas para apressar o desfecho da guerra" ²⁹⁰. Se não fosse a pressa, teria conseguido tomar Atenas sem luta, pois a cidade estava reduzida à fome. O autor demonstra reprovar Sula por ter tomado os tesouros sagrados, relembrando que outros romanos aumentaram a riqueza dos templos, ao invés de saqueá-los, quando venceram inimigos em terras gregas²⁹¹. E pondera, em seguida:

Mas aqueles generais comandavam em virtude da lei homens acostumados a uma existência frugal, à obediência silenciosa, e possuíam eles próprios almas reais, costumes singelos no modo de viver e imitar as despesas, que eram sempre fixas e comedidas. [...] Ao contrário, os generais do tempo de Sula, que chegavam ao posto supremo antes pela força que pelo mérito — e necessitavam de exércitos mais para combater uns aos outros que para debelar os inimigos de Roma — sentiam-se obrigados a praticar a demagogia no exercício mesmo de seu comando. Pagavam as fadigas dos soldados e prodigalizavam-lhes dinheiro para seus prazeres, sem se dar conta de que leiloavam a pátria como um todo e que, na intenção de governar

²⁹⁰ "[...]πολλοῖς μὲν κινδύνοις, πολλαῖς δὲ μάχαις, μεγάλαις δὲ δαπάναις κατέσπευδε τὸν πόλεμον [...]"
²⁹¹ Para fazer esta referência o autor utilizou-se de um recurso retórico muito comum na escrita antiga, qual seja, enunciar sua opinião através do discurso de uma personagem. Nesta passagem os Anfictiões do templo de Delfos, ao verem seus tesouros sendo levados, "lembraram-se" de Tito Flaminio, que expulsou Antóco da Grécia, Mânio Acílio e Paulo Emílio, que venceram os reis macedônicos (PLUTARCO. Vida de Sula, 12).

os melhores, tornavam-se escravos dos piroes (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 12) ²⁹².

Podemos perceber que Plutarco, não apenas reprova a tomada dos tesouros dos templos, mas também a motivação para esta atitude, qual seja, a necessidade de agradar os soldados para manter sua lealdade, prática iniciada por Sula e que foi utilizada por outros romanos²⁹³:

Ora, deve-se sobretudo a Sula a abertura do caminho para semelhantes desordens, com suas despesas e larguezas em favor dos soldados, com seu desejo de seduzir e aliciar quantos serviam sob outros chefes. Corrompeu, pois, os soldados dos outros para transformá-los em traidores e os seus em intemperantes. Compreende-se então que precisasse de bastante dinheiro, em particular para esse assédio (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 12)²⁹⁴.

Apiano faz alusão à arrecadação de fundos, aliados e provisões para a guerra em terras gregas²⁹⁵, mas não se refere em momento algum aos tesouros dos santuários (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 30). A justificativa para toda arrecadação de recursos eram os altos custos da guerra e a difícil situação econômica em que Roma se encontrava.

Sobre esta guerra, os documentos destacam quatro momentos: o cerco e a conquista de Atenas e do Pireu, que estavam sob o controle de Aristião e Arquelau, respectivamente; as batalhas contra Arquelau na Beócia e em Orcômeno e as

176

²⁹² "ἀλλ' ἐκεῖνοι μὲν ἀνδρῶν τε σωφρόνων καὶ μεμαθηκότων σιωπῆ τοῖς ἄρχουσι παρέχειν τὰς χεῖρας ἡγούμενοι κατὰ νόμον, αὐτοί τε ταῖς ψυχαῖς βασιλικοὶ καὶ ταῖς δαπάναις εὐτελεῖς ὄντες, μετρίοις ἐχρῶντο καὶ τεταγμένοις ἀναλώμασι, τὸ κολακεύειν τούς στρατιώτας αἴσχιον ἡγούμενοι τοῦ δεδιέναι τούς πολεμίους: οἱ δὲ τότε στρατηγοὶ βίᾳ τὸ πρωτεῖον, οὐκ ἀρετῆ, κτώμενοι, καὶ μᾶλλον ἐπ' ἀλλήλους δεόμενοι τῶν ὅπλων ἢ τούς πολεμίους, ἠναγκάζοντο δημαγωγεῖν ἐν τῷ στρατηγεῖν, εἶθ' ὧν εἰς τὰς ἡδυπαθείας τοῖς στρατευομένοις ἀνήλισκον ἀνούμενοι τούς πόνους αὐτῶν, ἔλαθον ἄνιον ὅλην τήν πατρίδα ποιήσαντες ἑαυτούς τε δούλους τῶν κακίστων ἐπὶ τῷ τῶν βελτιόνων ἄρχειν."

²⁹³O desejo de governar fez Mário lutar contra Sula, Cina condenar Otávio, seu colega consular, à morte e Fímbria a matar Flaco (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 12). Neste momento Plutarco faz uma análise teleológica atribuindo ao comportamento de Sula a origem desta "política", que é reprovada pelo autor.

²⁹⁴ "ὧν οὐχ ἥκιστα Σύλλας ἐνέδωκεν ἀρχάς, ἐπὶ τῷ διαφθείρειν καὶ μετακαλεῖν τούς ὑπ' ἄλλοις ταττομένους καταχορηγῶν εἰς τούς ὑφ' αὐτῷ καὶ δαπανώμενος, ὥστε ἄμα τούς ἄλλους μὲν εἰς προδοσίαν, τούς δὲ ὑφ' αὐτῷ εἰς ἀσωτίαν διαφθείρων χρημάτων δεῖσθαι πολλῶν, καὶ μάλιστα πρὸς τὴν πολιορκίαν ἐκείνην."

²⁹⁵ Segundo o autor, ele reuniu estes recursos na Etólia e Tessália (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 30).

negociações de paz que culminaram no acordo de Dárdano. Este momento da narrativa de Plutarco é onde encontramos o maior número de alusões às *Memórias* de Sula (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 14;16-17;19; 23) e, por isto, podemos supor que estes registros tenham sido uma importante fonte sobre o tema, para o autor.

Sobre o cerco a Atenas, Apiano (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 30-38) apresenta uma narrativa detalha de todas as investidas romanas e movimentações militares, indicando que a cidade, mesmo sucumbindo à fome, resistiu firmemente até ser invadida e tornar-se palco de grande matança, justificada pelo autor: "Sula ordenou matar a todos que se colocassem a frente, pois estava irritado por terem se aliado aos bárbaros de forma repentina e injustificada e porque manifestaram contra ele uma animosidade virulenta" ²⁹⁶ (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 38). Diferente é a motivação para os assassinatos em Atenas, segundo Plutarco: a ausência de senso humanitário em Sula, que somente depois de muito tempo, aceitou o pedido de paz dos atenienses (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 12). Após a tomada da cidade, Sula matou Aristião, o tirano que a governava, e, ainda como punição aos atenienses, permitiu que seus soldados saqueassem a cidade, vendeu os escravos e homens livres que sobreviveram à matança do dia anterior e, daqueles que não foram vendidos, retirou os direitos eleitorais, (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 38-39).

Da mesma forma que interpretou os saques e destruições empreendidos pelos soldados de Sula contra as cidades itálicas durante a Guerra Social, Apiano compreende a destruição de Atenas como um castigo por sua infidelidade. Assim, o autor associa o fato ao senso de justiça que Sula possuía. De modo diverso, Plutarco,

_

 $^{^{296}}$ "οὔτε γὰρ ὑποφεύγειν ἐδύναντο δι' ἀτροφίαν, οὔτε παιδίων ἢ γυναικῶν ἔλεος ἦν, τοῦ Σύλλα τὸν ἐν ποσὶν ἀναιρεῖν κελεύοντος ὑπ' ὀργῆς ὡς ἐπὶ ταχείᾳ δὴ καὶ ἐς βαρβάρους ἀλόγῳ μεταβολῆ καὶ πρὸς αὑτὸν ἀκράτῳ φιλονεικίᾳ."

assim como o fez em relação aos fatos semelhantes da guerra na Península Itálica, justifica a matança pela maldade caracteristica do general.

Reconquistando Atenas e o Pireu, Sula enfrentou Arquelau em Queronéia (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 42-43). Derrotado, "sobretudo devido à prudência de Sula e a irreflexão de Arquelau" ²⁹⁷, o general de Mitridates refugiou-se em Cálcis e, em seguida, lançou-se no mar, onde estava seguro pois os romanos não tinham navios²⁹⁸, e passou a devastar as ilhas daquela região (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 45). Plutarco afirma que a vitória romana deveu-se à indisciplina dos soldados de Arquelau que, ao perceberem estar em maior número que os romanos, criaram a oportunidade para sofrerem um ataque surpresa (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 16), não atribuíndo, assim, méritos ao exército de Sula.

Ao saber da derrota em Atenas, o rei ficou perplexo e tomado por "um grande temor" ²⁹⁹. Passou a suspeitar de seus aliados, temendo que a aproximação de Sula provocasse sua traição e ordenou o assassinato de todos que lhe pareciam suspeitos (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 46). No relato de Apiano, o medo de Mitridates parece se justificar, pois há registros de revoltas de algumas cidades gregas contra seus novos governantes, como aquela empreendida pelos Efésios, que culminou na morte de Zenóbio. Em resposta a isto, Mitridates enviou exércitos e recapturou as cidades e buscou agradar aos gregos, cedendo-lhes algumas liberdades e até mesmo a independência (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 48).

Enquanto Mitridates tomava estas providências, enviou reforços para Arquelau que acampara em Orcômeno, onde também estava o exército de Sula. As

_

²⁹⁷ "τοῦτο μὲν δὴ Σύλλᾳ καὶ Ἀρχελάῳ τῷ Μιθριδάτου στρατηγῷ τῆς περὶ Χαιρώνειαν μάχης τέλος ἦν, δι' εὐβουλίαν δὴ μάλιστα Σύλλα καὶ δι' ἀφροσύνην Ἀρχελάου τοιόνδε ἑκατέρῳ γενόμενον."

²⁹⁸ Sula solicitou navios a Rodes, que estava cercada pelo exército mitridático, então Lúculo foi à Alexandria e à Síria conseguir uma frota para ajudá-lo a conseguir os navios de Rodes (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 33).

 $^{^{299}}$ "Μιθριδάτης δ' ἐπεὶ τοσῆσδε ἥττης ἐπύθετο, κατεπλάγη μὲν αὐτίκα καὶ ἔδεισεν ὡς ἐπὶ ἔργῳ τοσούτῳ [...]"

batalhas entre seus exércitos foram marcadas pelo desânimo inicial das tropas romanas, que temiam a grande cavalaria que Arquelau possuía. Este estado de espírito dos soldados foi revertido quando Sula os fez se sentirem envergonhados, gritando "se alguém perguntar-lhes, romanos, onde abandonaram seu general Sula, digam que foi quando lutava em Orcômeno" 300 301. Este é um momento da narrativa em que o autor indica a grande fidelidade dos oficiais de Sula, pois ao vê-lo em perigo, posto que tinha desmontado do cavalo e corria entre os dois lados da batalha, todos abandonaram suas fileiras para protegê-lo, e os soldados, movidos pela vergonha, alcançaram a vitória completa (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 49)

Arquelau fugiu novamente para Cálcis para reunir novas tropas (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 50). Enquanto isso, Sula devastou a Beócia, que mudava de lado continuamente e avançou até a Tessália, onde acampou aguardando Lúculo com sua frota (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 51).

Ao saber da derrota em Orcômeno, Mitridates escreveu para Arquelau ordenando que negociasse a paz, o que foi feito durante uma reunião com Sula. Neste momento, Apiano apresenta o diálogo entre os dois generais em que Arquelau justifica a decisão de seu rei em empreender a guerra pela cobiça romana e sua decisão de encerrá-la pela honradez de Sula, solicitando a este que imponha condições justas para a paz. Em resposta, Sula, conforme apresenta Apiano, depois de ponderar que Mitridates poderia ter resolvido a queixa através do envio de embaixadas, mas, como era agressivo, escolheu agir com hostilidade, passou a relembrar todos os males que infligiu aos territórios que dominava, concluindo que, por isto, seria justo que sua conduta fosse implacável. Entretanto, Sula, em consideração a Arquelau, prometeu tentar obter o

³⁰⁰ Plutarco (*Vida de Sula*, 21) também relata esta situação, o que pode indicar que, ou estes dois autores utilizaram a mesma fonte para escrever sobre esta batalha, ou Apiano baseou-se em Plutarco, neste momento de seu texto.

 $^{^{301}}$ "'εἴ τις ὑμῶν, ὧ Ῥωμαῖοι, πύθοιτο, ποῦ Σύλλαν τὸν στρατηγὸν ὑμῶν αὐτῶν προυδώκατε, λέγειν, ἐν Όρχομενῷ μαχόμενον."

perdão romano e apresentou as condições para a paz: o rei deveria entregar toda a sua frota, libertar todos os prisioneiros, reduzir seu domínio ao domínio original herdado por ele, e pagar todos os gastos romanos com a guerra que provocara (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 54-55).

Plutarco apresenta a negociação com Arquelau em termos diversos, como uma conversa entre duas personagens que negociavam objetivando lucros particulares. Segundo o autor, Arquelau pediu para Sula embarcar para Roma para sufocar a guerra que dilacerava a cidade e se ofereceu para fornecer o que ele precisasse para a viagem: dinheiro, tropas e navios. Sula respondeu com uma contra-proposta em que Arquelau tornar-se-ia aliado de Roma se tomasse o trono de Mitridates. Como o general inimigo recusou a oferta, Sula o acusou de estar lhe propondo uma traição e, diante de Arquelau que "atirou-se aos pés de Sula" ³⁰² suplicando para que parasse a guerra e se entendesse como Mitridates, apresentou as condições para a paz³⁰³ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 22).

Apiano explica que Sula aceitou negociar a paz com o inimigo devido a sua situação junto à Roma, então governada por seus inimigos, Lúcio Cornélio Cina e Caio Mário, que regressara do exílio. Por isso, ele foi declarado inimigo público (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 73) e não recebia reforços ou dinheiro de Roma, para sustentar a guerra e, como já havia utilizado os tesouros sagrados, e "tinha pressa de conduzir seu exército íntegro e intacto contra os rivais, aceitou colocar um fim à guerra" ³⁰⁴ (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 54). Sua pressa

_

^{302 &}quot;ἐκ τούτου μεταβαλὼν ὁ Ἀρχέλαος καὶ προσκυνήσας ἐδεῖτο παύσασθαι τοῦ πολέμου καὶ διαλλαγῆναι πρὸς τὸν Μιθριδάτην."

³⁰³ A paz seria confirmada mediante o pagamento de uma multa e setenta navios de guerra aos romanos, além da desocupação dos territórios invadidos. Sula, em contrapartida, concederia ao rei o título de aliado dos romanos (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 22).

^{304 &}quot;ἔς τε τὴν στάσιν αὐτὴν τῶν ἐχθρῶν ἐπειγόμενος ἀκραιφνῆ καὶ ἀπαθῆ τὸν στρατὸν μεταγαγεῖν, ἐνεδίδου πρὸς τὰς διαλύσεις [...]"

para retornar a Roma pode ter sido precedida por certa indecisão³⁰⁵, pois Plutarco informa que "Sula ignorava que partido tomar. Não podia suportar com indiferença os abusos infligidos à pátria, e por outro lado não era conveniente partir deixando inacabada uma obra tão importante como a guerra contra Mitridates" ³⁰⁶ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 22).

Cina, Cônsul eleito pelo povo pouco antes de Sula partir para a Ásia, enviou Fúlvio Flaco para comandar a guerra, acompanhado de Fimbria, que se ofereceu voluntariamente para isto, afirmando que sua maior experiência bélica seria útil. Entretanto, seus soldados desertaram para se juntaram aos de Sula assim que se aproximaram dele, tendo Fímbria impedido a deserção total e tomado o comando de Flaco, que foi morto pelo usurpador auto-designado general do exército. Fimbria alcançou algumas vitórias sobre o filho de Mitridates e perseguiu o próprio rei, que conseguiu escapar para Mitilene lançando-se no mar. Fimbria também massacrou algumas cidades gregas que, por sua crueldade, solicitaram a ajuda de Sula (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 51-53).

Enquanto aguardava o retorno de Arquelau com a resposta de Mitridates, Sula realizou várias incursões contra povos vizinhos à Macedônia que frequentemente realizavam incursões contra ela, devastando seu território, exercitando e enriquecendo seu exército (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 55). Arquelau acompanhou Sula durante estas movimentações, tendo recebido várias honras, e cuidados dignos de um de seus oficiais, quando esteve doente; conduta que suscitou

-

³⁰⁵ O autor responsabiliza Metela por ter colocado o marido à par da situação de Roma, de onde muitos fugiram da violência de Cina, indo ao encontro de Sula. A própria esposa do general conseguiu fugir com dificuldade, levando seus filhos e então, informou à Sula que sua casa e propriedades haviam sido incendiadas, insistindo para que ele fosse socorrer seus amigos (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 22).

 $^{^{306}}$ "ἀπορουμένω δ' αὐτῷ, καὶ μήτε τῆς πατρίδος ἀμελεῖν ὑπομένοντι κακουμένης μήτε ὅπως ἄπεισιν ἀτελὲς λιπών τοσοῦτον ἔργον, τὸν Μιθριδατικὸν πόλεμον [...]"

boatos caluniosos de que a batalha de Queronéia teria sido uma encenação de ambos³⁰⁷ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 23).

Diante da resposta enviada por Mitridates através de embaixadores, Sula resolveu avançar para leste a fim de verificar se o rei desejava paz ou guerra. Isto porque, as condições definidas pelo romano não foram aceitas totalmente pelo rei, que recusou devolver parte do território e insinuou que conseguiria melhores condições se negociasse com Fímbria (APIANO. *História Romana 1.* Sobre Mitridates, 56). Plutarco coincide com Apiano sobre a recusa do rei em devolver a totalidade dos territórios e sobre a decisão de Sula em marchar rumo a Mitridates para fazê-lo desistir da guerra quer sequer assistia. Entretanto, foi dissuadido por Arquelau que, "à força de súblicas, serenou a cólera de Sula, cuja mão apertava em prantos" 308, comprometeu-se a convencer o rei a aceitar o acordo ou se matar, caso não conseguisse. Deste encontro de Arquelau com Mitridates, surgiu a proposta de um encontro entre o general romano e o rei do Ponto que, temendo Fímbria, cobiçava a amizade de Sula (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 23).

Sula e Mitridates se encontraram em Dárdanos³⁰⁹, na Tróade, levando consigo pequeno destacamento (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 56), por isso, o acordo acertado neste encontro ficou conhecido como paz de Dárdanos. Ao iniciar a conversa, Mitridates recordou a relação amistosa que seu pai e ele próprio tinham com os romanos, justificando a opção pela guerra pelas ofensas que magistrados e generais romanos lhe infligiram – como a entronização de Ariobarzanes da Capadócia – assim, ele teria recorrido às armas por necessidade, mais que por vontade. Sula, após

_

³⁰⁷ O fato de Sula ter devolvido todos os amigos de Mitridates que eram seus prisioneiros – exceto Aristião que, segundo Plutarco não foi morto logo em seguida à tomada do Pireu, alimentou o boato de que entre os dois generais havia algum acordo vantajoso para ambos (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 23).
³⁰⁸ "ὁ δὲ Ἀρχέλαος ἐδεῖτο τοῦ Σύλλα καὶ κατεπράϋνε τὴν ὀργήν, ἀπτόμενος τῆς δεξιᾶς αὐτοῦ καὶ

δακρύων." ³⁰⁹ Em 85 a.C.

demonstrar que Mitridates poderia ter resolvido estas questões através da diplomacia, expôs o verdadeiro objetivo desta guerra premeditada: governar o mundo inteiro ao vencer os romanos³¹⁰ (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 57).

Esta sua insidiosa intenção foi, ainda, delatada pelo momento que o rei escolheu para o ataque: enquanto os romanos enfrentavam a guerra com seus aliados itálicos, invadiu diversos territórios e cometeu atos de grande crueldade. Enquanto Sula enumerava as atitudes impiedosas de Mitridates nas províncias romanas e lembrava suas vitórias sobre Arquelau, o rei "sentiu medo e aceitou o tratado oferecido por intermédio de Arquelau. Assim, entregou os navios e todas as outras coisas e se retirou para o Ponto" ³¹¹ (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 58).

Os soldados de Sula ficaram insatisfeitos, pois achavam escandaloso permitir que "o mais odioso dos reis" ("τὸν γὰρ ἔχθιστον τῶν βασιλέων") deixasse aquela província que explorou por quatro anos levando consigo todos as riquezas e despojos que acumulara. Diante disto, sula argumentou afirmando "não ser possível sustentar uma guerra conjunta contra Fímbria e Mitridates, caso ambos se unissem contra ele" 312 (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 24).

Tendo resolvido o conflito com Mitridates, Sula foi até Fímbria e solicitou que entregasse os exércitos que detinha ilegalmente e recebeu como resposta que ele também detinha exércitos ilegalmente. Nas tropas de Fímbria houve grande número de deserções (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 24) e ninguém aceitava a ideia de combater com concidadãos. Fímbria tentou assassinar Sula (APIANO. *História Romana I.* Sobre Mitridates, 59), mas ao ver que sua única alternativa era retornar a Roma, se

Distance (IVI ... I. C.I., 24

³¹⁰ Plutarco (*Vida de Sula*, 24) é conciso neste momento da narrativa e coincide com Apiano sobre os termos da conversa.

^{311 &}quot;τοσαῦτα τοῦ Σύλλα μετ' ὀργῆς ἔτι λέγοντος, μετέπιπτεν ὁ βασιλεὺς καὶ ἐδεδοίκει, καὶ ἐς τὰς δι' Αρχελάου γενομένας συνθήκας ἐνεδίδου, τάς τε ναῦς καὶ τὰ ἄλλα πάντα παραδοὺς ἐς τὸν Πόντον ἐπὶ τὴν πατρώαν ἀρχὴν ἐπανήει μόνην."

^{312 &}quot;ἀπελογεῖτο πρὸς αὐτοὺς ὡς οὐκ ἂν ἄμα Φιμβρία καὶ Μιθριδάτη πολεμεῖν, εἰ συνέστησαν ἀμφότεροι κατ' αὐτοῦ, δυνηθείς."

matou. Sula, afirmando que não imitaria Mario e Cina, que em Roma decretaram a morte de muitos e a privação de sepultura (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 71), entregou cadáver de Fímbria a seus libertos, acolheu com alegria o seu exército e rumou para casa³¹³ – tomando algumas providências junto às cidades gregas que apoiaram Mitridates, como a aplicação de uma multa global a elas (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 61-62; PLUTARCO. *Vida de Sula*, 25). – enviando carta ao Senado simulando não saber que tinha sido declarado inimigo público (APIANO. *História Romana I*. Sobre Mitridates, 60).

No caminho para casa, Sula atravessou a Tessália e a Macedônia e, em Dirráquio, enquanto preparava-se para alcançar Brundísio com mil e duzentos navios, receou que seus soldados se dispersassem assim que desembarcassem na Itália. Entretanto, o general foi tranquilizado ao vê-los jurarem voluntariamente que continuariam com ele e que não causariam danos em terras italianas. Também arrecadaram, entre si, fundos para amenizar a necessidade de dinheiro, mas Sula, agradecendo, não aceitou. Em seguida, embarcou para enfrentar o inimigo que já o aguardava (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 27).

3.2 A segunda guerra civil e ditadura de sula

3.2.1 A segunda Guerra Civil

-

³¹³ Antes de zarpar para Roma, Sula esteve em Atenas onde foi iniciado no mistérios e foi diagnosticado com gota (uma artrite relacionada com altos níveis de ácido úrico na corrente sanguínea, conhecida também como doença dos reis) e de onde levou, para Roma, a biblioteca de Apelicão de Téos que possuía a maioria das obras de Aristóteles e Teofrasto em seu acervo (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 26).

Enquanto Sula combatia Mitridates na Ásia, os conflitos provocados por disputas políticas recomeçaram em Roma. Apiano de Alexandria apresenta detalhadamente os fatos relacionados às atividades do Cônsul Lúcio Cornélio Cina, associado à Mário, que retornara do exílio, contra Cneu Otávio, seu colega consular. Plutarco, por sua vez, descreve de modo suscinto a situação crítica provocada por estes conflitos em Roma, certamente devido ao gênero de sua obra.

Neste contexto, a questão itálica voltou a ter destaque, posto que as disputas entre grupos de cidadãos recomeçaram devido à nova tentativa de inscrever os cidadãos daquela região nas tribos antigas, o que daria maior poder a seu voto. A proposta partiu de Cina, Cônsul eleito pouco antes de Sula partir para a guerra (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 64). Sua intenção não fica clara nos documentos, entretanto, ao informar que os amigos dos exilados por Sula animaram-se com a eleição de Cina, podemos afirmar que Apiano considerava que seguiam uma estratégia parecida com aquela que Sulpício tentou utilizar para transferir o comando da Guerra Mitridática para Mário. Isto é, conseguir, com o voto dos itálicos, a anulação do exílio de seus companheiros.

Ao ver sua proposta ser vetada pela maioria dos Tribunos da Plebe e sendo expulso da cidade por Otávio depois dos distúrbios que se seguiram, Cina recorreu às cidades vizinhas à Roma incitando a sublevação e conseguiu, de seus cidadãos e de alguns Senadores³¹⁴, apoio financeiro e material para a guerra (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 65-66). Mário, que retornou de seu exílio ao saber que a política romana se dividira novamente, associou-se³¹⁵ a Cina, trazendo consigo o

_

³¹⁴ Dentre as cidades associadas a Cina estavam Tíbur, Preneste e Nola; os Senadores citados, neste momento são Caio Milônio, Quinto Sertório e um Caio Mário. Em Cápua, ele convenceu as tropas romanas que estavam acampadas a segui-lo, prometendo defender seus interesses (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 65-66).

³¹⁵ Plutarco (*Vida de Mário*, 41), afirma que Mário aliou-se a Cina porquê ele não era bem visto por Sula e se opunha a Otávio.

exército que mobilizou nas cidades por onde passou, desde seu desembarque na Etrúria (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 67).

Cina, por ter abandonado a cidade em perigo, sendo Cônsul, e por ter proclamado a liberdade dos escravos que se juntassem a seu exército em formação foi destituido de sua magistratura pelo Senado, que elegeu Lúcio Mérula para substitui-lo. Enquanto o Cina e seus associados se preparavam para a guerra, os isto, os Cônsules também o faziam, fortificando os muros da cidade e enviando emissários às cidades fiéis para solicitar reforços bélicos (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 66).

Após a tentativa frustrada de entrar em Roma com suas tropas, Cina e Mário³¹⁶, bloqueando as rotas de suprimento, planejaram dominar a cidade pela fome. Sua estratégia foi eficaz, pois o Senado, preocupado com o abastecimento da cidade, enviou emissários até eles para tratar da paz. Apesar de Cina, que só aceitou negociar depois de ser restituído à sua magistratura, ter garantido que não seria responsável por nenhuma morte. À sua entrada na cidade seguiu-se saques, confiscos de bens, desterros, destituição de cargos e revogação das leis promulgadas no Consulado de Sula. Além disso, houve grande matança³¹⁷, anunciada pela atitude de Mário, pela sua expressão severa e olhar feroz, diante dos emissários senatoriais (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 71-74; PLUTARCO. *Vida de Mário*, 43-44).

-

³¹⁶ Tanto Plutarco (*Vida de Mário*, 43) quanto Apiano (*História Romana II*. Guerras Civis I, 70), destacam a atitude de Mário neste momento. Ele afirmou que sua entrada em Roma era proibida por ser um exilado, levando os Tribunos da Plebe anulassem seu exílio mediante votação popular. Plutarco indica a estranheza desta recusa, comentando que ele agia "como se (Mário) fosse verdadeiramente homem submisso às leis voltando para uma cidade livre" ὡς δὴ νόμιμός τις ὢν ἀνήρ καὶ κατιὼν εἰς πόλιν ελευθέραν.). Em seguida, afirma que a cidade foi invadida por seu exército antes do fim da votação.

³¹⁷ Muitos considerados seus inimigos foram mortos e suas cabeças foram expostas no Fórum enquanto a seus corpos era negada a sepultura. Dentre estes a documentação destaca Otávio, que se negou a deixar a cidade, Lúcio Júlio César, Cônsul durante a Guerra Social (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 71-72) e Catulo, colega consular de Mário durante a guerra contra os Címbrios (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 44)

No ano seguinte, 86 a.C., Cina e Mário foram eleitos Cônsules, aquele pela segunda vez e esse, que morreu³¹⁸ no primeiro mês de sua magistratura, pela sétima vez (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 75). Os horrores que assolavam Roma foram suspensos, dando lugar a novos preparativos para a guerra, quando soubberam do retorno de Sula (PLUTARCO. *Vida de Mário*, 45). Ele trazia consigo recursos financeiros, equipamentos bélicos e um enorme exército treinado e com alto moral, devido às inúmeras vitórias conquistadas na Ásia, o que justificava a preocupação de Cina e Carbão (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 76).

Sula, segundo Apiano, antes de embarcar para a Itália, escreveu ao Senado uma carta em que enumerou todos os seus feitos – destacando a última guerra e os territórios reconquistados – enfatizou os fatos de ter acolhido inúmeros cidadãos expulsos de Roma por Cina, de ter sido declarado inimigo público, ter tido seus bens destruídos, familiares e amigos assassinados. Ao fim da missiva, Sula concluiu que "viria imediatamente como vingador de todos eles e da cidade inteira contra os culpados" ³¹⁹, comprometendo-se a poupar o restante da população (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 77).

Deste modo, percebemos que, segundo Apiano, Sula justificou as duas invasões a Roma que liderou de maneiras diferentes: a primeira tinha como objetivo libertar a cidade dos excessivos poderes tribunícios; já a segunda, foi motivada pela necessidade de vingança em nome da cidade, pelos crimes que Mário e seus partidários cometeram. Era uma constante, no mundo romano, a autodenominação como vingador

-

³¹⁸ Mário foi substituído por Valério Flaco e esse, quando morreu na Ásia pelas mãos de Fimbria, por Carbão (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 75). Plutarco (*Vida de Mário*, 45) afirma que a ambição de Mário revelou-se por completo durante sua enfermidade, pois, durante os delírios causados pela febre, ele julga conduzir a guerra contra Mitrídates, "a tal ponto se entranharam nele, com indomável violência, o amor ao comando e o desejo invejo de dirigir aquela expedição" ("οὕτως δεινὸς αὐτῷ καὶ Βνοπαραμνθητος ἐκ φιλαρχίας καὶ ζηλοτυπίας ἔρως ἐντετήκει τῶν πράξεων ἐκείνων.")..

^{319 &}quot;άλλ' αὐτίκα καὶ τοῖσδε καὶ τῆ πόλει πάση τιμωρὸς ἥξειν ἐπὶ τοὺς εἰργασμένους."

para justificar as ações dos indivíduos contra grupos rivais³²⁰, costume que permaneceu ao logo dos séculos, tendo Septímio Severo se proclamado vingador de Pertinax no final do século II d.C.

Diante desta missiva, o Senado, tomado de terror, lhe enviou uma embaixada oferecendo auxílio, na tentativa de reconciliar-se com o antigo Cônsul. Este rejeitou a amizade dos homens que cometeram aqueles crimes e exigiu sua dignidade e patrimônios anteriores. Decidiu embarcar para Roma ao saber da morte de Cina³²¹, e empreendeu marcha com seu exército assim que atracou em Brundisio (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 79).

Sula, segundo Apiano, "marchava contra os inimigos com ódio intenso, mas não exteriorizado" ³²² e estes, conhecedores de sua natureza e de seus atos na invasão anterior, julgavam, diante dos crimes que cometeram contra ele e seus amigos, que possuíam apenas duas possibilidades: ou a vitória ou a destruição total (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 81).

Os Cônsules Caio Norbando e Lúcio Cipião, aliados a Carbão, recrutaram um exército de cidadãos e avançaram contra seu inimigo comum, unidos pelo medo dos castigos que Sula lhes aplicaria. A população os apoiava, pois, a ação de Sula, "de marchar contra sua própria pátria parecia própria de um inimigo" ³²³ enquanto a dos Cônsules, embora defendendo interesses pessoais, tinha como pretexto sua defesa (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 82).

A guerra se desenvolveu pelos três anos seguintes (84-81 a.C.), caracterizada por combates, ocupações e conquistas de cidades na Península Itálica, que

³²⁰ Otávio recebeu de Horácio o título de vingador de César, sendo este um dos componentes da mística imperial que auxiliou no estabelecimento do Principado (SILVA, 2001, p. 45).

³²¹ Lúcio Cina morreu pelas mãos de seus soldados que se rebelaram diante da possibilidade de lutar contra seus concidadãos APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 76).

^{322 &}quot;ὁ μὲν δὴ κατὰ τῶν ἐχθρῶν ἤει βαρυτάτη καὶ ἀφανεῖ ἔχθρᾳ."

^{323 &}quot;[...] ώς τὸ μὲν ἔργον τὸ Σύλλα, χωροῦντος ἐπὶ τὴν πατρίδα, δόξαν ἔχον πολεμίου [...]"

são detalhados por Apiano (*História Romana II*. Guerras Civis I, 85-94). Ao final do conflito, confirmou-se a previsão dos inimigos de Sula, dos quais inúmeros morreram. Plutarco (*Vida de Sula*, 29-31), que relata apenas a batalha anterior à entrada de Sula em Roma, informa que a cidade foi tomada por assassinatos e inúmeros exílios injustificados.

3.2.2 A Ditadura sulana

Derrotados seus inimigos, e tendo dominadas todas as cidades itálicas e Roma, Sula convocou uma assembleia em que afirmou, diante do povo romano, em meio a menções aos seus feitos gradiosos e ameaças, que "levaria o povo a um caminho benéfico, se o obedecessem, mas não livraria nenhum dos seus inimigos do pior castigo, mais do que isso, se vingaria com toda a sua força [...] de todos que coperaram de alguma maneira com seus inimigos" ³²⁴ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 95). Em seguida, proscreveu com a pena de morte senadores e cavaleiros. O autor esclarece que Sula "foi o primeiro que expôs em uma lista pública aqueles que castigou com a pena de morte, e que estabeleceu prêmios para os assassinos, recompensas para os delatores e castigos para os quem encobriam os proscritos" ³²⁵ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 95).

-

^{324 &}quot;[...] ὅτι τὸν μὲν δῆμον ἐς χρηστὴν ἄξει μεταβολήν, εἰ πείθοιντό οἱ, τῶν δ' ἐχθρῶν οὐδενὸς ἐς ἔσχατον κακοῦ φείσεται [...]"

^{325 &}quot;οὖτος γὰρ δοκεῖ πρῶτος, οὓς ἐκόλασε θανάτῳ, προγράψαι καὶ γέρα τοῖς ἀναιροῦσι καὶ μήνυτρα τοῖς ἐλέγχουσι καὶ κολάσεις τοῖς κρύπτουσιν ἐπιγράψαι."

Pagava pelos assassinatos dos proscritos³²⁶, cuja descendência era destituída da cidadania – o que Plutarco considera uma verdadeira injustiça. Situação que é resumida por Apiano: "contra os sobreviventes, Sula não economizou nenhum tipo de crueldade, tanto contra os indivíduos, como contra as cidades, até que se converteu no único dono do Estado romano em sua totalidade por quanto tempo desejou e quis sê-lo" ³²⁷ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 82). Diante destes acontecimentos, os romanos desconfiram que o que acontecia não era uma libertação, mas uma mudança de tirania (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 30). Esta ponderação de Plutarco indica momento em que Sula, ao surpreender os concidadãos com tais atos, revelou seu verdadeiro caráter:

Em relação a Mário, que se mostrara rude desde o começo, a subida ao poder endurecera o caráter, mas não o alterara. Bem outro o caso de Sula: de início, valera-se da fortuna com moderação e civilidade; ganhara reputação de chefe aristocrático, porém devotado ao povo; ademais, gostava de pilhérias quando jovem e mostrara-se sensível à piedade a ponto de chorar facilmente. O exemplo de Sula permite, pois, inculpar legitimamente o grande poder e mostrar que ele impede aqueles que o exercem de conservar o caráter e as maneiras de antes, tornando-os caprichosos, arrogantes, desumanos (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 30). 328

Fica claro, aqui, o posicionamento do autor posto que, nesta breve comparação entre Mário e Sula, o primeiro é exemplo de constância, enquanto o outro aparece como alguém volúvel e dissimulado. O grande poder causaria a mutação da natureza ou revelação de uma tendência inata para o mal? (PLUTARCO. *Vida de Sula,* 30). Com essa pergunta, Plutarco encerra a análise, não se posicionando sobre o

_

³²⁶ Houve proscrições e desterros também nas cidades italianas que cooperaram com aqueles que lutaram contra Sula durante a guerra (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 31; APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 96).

^{327 &}quot;καὶ ἐς τοὺς ὑπολοίπους ὁ Σύλλας οὐδὲν δεινὸν καὶ καθ' ἔνα καὶ κατὰ πόλεις ἐξέλιπε δρῶν, μέχρι καὶ μόναργον ἑαυτὸν ἀπέφηνε τῆς Ῥωμαίων ἀργῆς ὅλης, ἐφ' ὅσον ἔγρηζε τε καὶ ἐβούλετο."

μόναρχον έαυτὸν ἀπέφηνε τῆς Ῥωμαίων ἀρχῆς ὅλης, ἐφ᾽ ὅσον ἔχρηζέ τε καὶ ἐβούλετο."

328 "Μάριος μὲν οὖν ἀπ᾽ ἀρχῆς χαλεπὸς ὢν ἐπέτεινεν, οὐ μετέβαλε τῆ ἐξουσία τὴν φύσιν· Σύλλας δὲ μετρίως τὰ πρῶτα καὶ πολιτικῶς ὁμιλήσας τῆ τύχη καὶ δόξαν ἀριστοκρατικοῦ καὶ δημωφελοῦς ἡγεμόνος παρασχών, ἔτι δὲ καὶ φιλόγελως ἐκ νέου γενόμενος καὶ πρὸς οἶκτον ὑγρός, ὥστε ῥαδίως ἐπιδακρύειν, εἰκότως προσετρίψατο ταῖς μεγάλαις ἐξουσίαις διαβολὴν ὡς τὰ ἤθη μένειν οὐκ ἐώσαις ἐπὶ τῶν ἐξ ἀρχῆς τρόπων, ἀλλ᾽ ἔμπληκτα καὶ χαῦνα καὶ ἀπάνθρωπα ποιούσαις."

assunto. Parece-nos, entretanto, que o autor defende a tese de que Sula não possuía um bom caráter, o que foi revelado quando deteve o poder.

Como não havia oposição às suas decisões, Sula "organizou as instituições públicas como quis. Não havia, de fato, leis, votações ou sorteios, pois todos, aterrorizados pelo medo, estavam em silêncio" (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 97).

Na narrativa do alexandrino, Sula se preocupa em seguir a tradição, buscando uma maneira de legitimar seu governo: "Sula, detendo de fato um poder real ou tirânico, não objeto de eleição mas da força e violência, necessidando parecer que havia sido eleito, ao menos externamente" (APIANO. História Romana II. Guerras Civis I, 98). Assim, retomando a prática dos tempos monárquicos para a escolha de um novo rei, Sula organizou, primeiramente, a eleição de um interrex (pois os últimos Cônsules eleitos foram mortos em batalha), tendo, para isto, se retirado da cidade. Ao eleito, Valério Flaco, remeteu uma carta ordenando que fizesse chegar ao povo que, em sua opinião, a Ditadura, naquele momento, seria útil à cidade, e aconselhando que este cargo tivesse vigência determinada ou que fosse mantido até que fosse restabelecida a paz e, ao final da carta, Sula revelou que se julgava útil à cidade, nesta conjuntura (APIANO, História Romana II. Guerras Civis I, 98-99). Assim, ele teria legitimado, pelo respeito à tradição, o poder que conseguiu através da força.

Apiano também indica a repercussão desta proposta entre os cidadãos:

E os romanos, contra sua vontade, não podendo celebrar uma eleição conforme a lei, e julgando que o assunto em seu conjunto, não

^{329 &}quot;[...]τὰ δ' ἐν τῆ πόλει καθίστατο ἄπαντα ἐφ' ἑαυτοῦ, καθ' ὃν ἐβούλετο τρόπον. νόμου γὰρ ἢ χειροτονίας ἢ κλήρου λόγος οὐκ ἦν ἔτι, πεφρικότων ὑπὸ δέους πάντων καὶ κρυπτομένων ἢ σιωπώντων." 330 "ὁ δὲ ἔργῳ βασιλεὺς ὢν ἢ τύραννος, οὐχ αἰρετός, ἀλλὰ δυνάμει καὶ βίᾳ, δεόμενος δ' ἄρα καὶ τοῦ προσποιήματος αἰρετὸς εἶναι δοκεῖν [...]"

³³¹ Como o próprio Apiano explica, quando o rei morria, o *interrex* era eleito dentre os Senadores para governar durante cinco dias, até que outro rei fosse escolhido. Este magistrado também governava por um curto período quando os dois Cônsules eram mortos, até que ocorressem novas eleições (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 98).

dependia deles, receberam com alegria, em meio à total penúria, o simulacro de eleição como uma imagem externa de liberdade e elegeram Sula ditador pelo tempo que queria. [...] (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 99) ³³².

Nesta análise, Apiano demonstra o quanto este quadro pareceu crítico para o autor do século II d.C. Afinal, segundo ele, mesmo contra sua vontade (ou seja, contra os costumes e a tradição), os romanos aceitaram a eleição devido à gravidade da conjuntura em que viviam e reconheciam em Sula a capacidade para restabelecer a ordem. A percepção da situação crítica a que Roma chegara não impediu o alexandrino de admitir que o governo de Sula ultrapassou os limites tradicionais e indicava o retorno do poder às mãos de um único homem:

Antes, o poder dos ditadores era um poder absoluto, mas limitado a um curto periodo de tempo, diferentemente, então, pela primeira vez, ao chegar a ser ilimitado em sua duração tornou-se uma autêntica tirania. [..] Dete modo os romanos, depois de serem governados por reis durante mais de sessenta olimíadas e por uma democracia com cônsules eleitos anualmente durante outras cem olimpíadas, experimentaram novamento o sistema monárquico (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 99)³³³.

Sobre o estabelecimento da Ditadura sulana, Plutarco informa, de maneira concisa, que: "Afora esses massacres, todas as iniciativas de Sula indignavam os romanos. Acabou proclamando-se Ditador, revivendo assim uma magistratura esquecida há 120 anos" ³³⁴ (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 33). Podemos perceber como o biógrafo via com maus olhos os atos de Sula, os quais iam contra a dignidade romana e considera que ele teria imposto sua Ditadura pela auto-proclamação. Apiano, por sua

^{332 &}quot;[...] Ύωμαῖοι δ' οὐχ ἑκόντες μὲν οὐδὲ κατὰ νόμον ἔτι χειροτονοῦντες οὐδὲν οὐδ' ἐπὶ σφίσιν ἡγούμενοι τὸ ἔργον ὅλως, ἐν δὲ τῇ πάντων ἀπορίᾳ τὴν ὑπόκρισιν τῆς χειροτονίας ὡς ἐλευθερίας εἰκόνα καὶ πρόσχημα ἀσπασάμενοι χειροτονοῦσι τὸν Σύλλαν, ἐς ὅσον θέλοι, τύραννον αὐτοκράτορα."

^{333 &}quot;τυραννὶς μὲν γὰρ ἡ τῶν δικτατόρων ἀρχὴ καὶ πάλαι, ὀλίγω χρόνω δ' ὁριζομένη: τότε δὲ πρῶτον ἐς ἀόριστον ἐλθοῦσα τυραννὶς ἐγίγνετο ἐντελής. τοσόνδε μέντοι προσέθεσαν εἰς εὐπρέπειαν τοῦ ῥήματος, ὅτι αὐτὸν αἰροῖντο δικτάτορα ἐπὶ θέσει νόμων, ὧν αὐτὸς ἐφ' ἑαυτοῦ δοκιμάσειε, καὶ καταστάσει τῆς πολιτείας. οὕτω μὲν δὴ Ῥωμαῖοι βασιλεῦσιν ὑπὲρ τὰς ἑξήκοντα ὀλυμπιάδας χρησάμενοι, ἐπὶ δ' ἐκείνοις δημοκρατία τε καὶ ὑπάτοις ἐτησίοις προστάταις ἐς ἄλλας ἑκατὸν ὀλυμπιάδας, αὖθις ἐπειρῶντο βασιλείας [...]"

^{334 &}quot;ἔξω δὲ τῶν φονικῶν καὶ τὰ λοιπὰ τοὺς ἀνθρώπους ἐλύπει. δικτάτορα μὲν γὰρ ἑαυτὸν ἀνηγόρευσε, δι ἐτῶν ἑκατὸν εἴκοσι τοῦτο τὸ γένος τῆς ἀρχῆς ἀναλαβών."

vez, explica o processo pelo qual Sula tornou-se Ditador, mantendo-se o respeito à tradição.

Apiano também interpreta as reformas realizadas durante a ditadura de Sula de maneira diferente de Plutarco. Para este, os atos do Ditador caracterizavam-se pelo excesso, despotismo e altivez (PLUTARCO. *Vida de Sula*). Já segundo Apiano, Sula cuidou para que sua Ditadura mantivesse a aparência de respeito à tradição, realizando eleições de Cônsules. Entretanto, "O próprio Sula, como se se tratasse de um rei, era ditador sobre os cônsules" ³³⁵ (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 100). Para o alexandrino, esta atitude de Sula constituiu o exemplo seguido pelos Imperadores, a fim de manter o respeito ao governo tradicional republicano:

A partir deste exemplo, talvez, e sobretudo agora, os imperadores, quando designam os consules, nomeiam a sim mesmos em algumas ocasiões, julgando conveniente exercer o consulado junto com o poder máximo (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 103) ³³⁶.

Enquanto governou, Sula realizou várias reformas que reorganizaram o cursus honorum, diminuíram o poder da assembleia do povo e aumentaram o poder do Senado. A principal destas medidas impedia que um Tribuno pudesse exercer qualquer outra magistratura e Apiano não diz com exatidão quando se transferiu o cargo tribunício para o Senado, cujo número de membros foi aumentado mediante recrutamento dos cavaleiros mais destacados (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 100). Assim como aquelas mudanças que Sula implementou no governo romano quando invadiu a cidade pela primeira vez, suas reformas ao longo da Ditadura também objetivaram o restabelecimento do poder do Senado e a diminuição das atribuições dos cargos populares.

^{335 &}quot;αὐτὸς δ' οἶα δὴ βασιλεύων δικτάτωρ ἐπὶ τοῖς ὑπάτοις ἦν."

^{336 &}quot;καὶ ἀπὸ τοῦδε ἴσως ἔτι νῦν οἱ Ῥωμαίων βασιλέες, ὑπάτους ἀποφαίνοντες τῆ πατρίδι, ἔστιν ὅτε καὶ ἑαυτοὺς ἀποδεικνύουσιν, ἐν καλῷ τιθέμενοι μετὰ τῆς μεγίστης ἀρχῆς καὶ ὑπατεῦσαι."

Sua decisão de devolver o poder aos Cônsules é interpretada por Plutarco como um exemplo de sua confiança no seu destino. Esta relação entre Sula e a Fortuna permeia toda a narrativa e, conforme analisado anteriormente, é parte importante da narrativa desse autor que parece considerar a trajetória de Sula como parte do destino de Roma. Por isto, não temendo sofrer represálias, Sula que

De tal maneira confiava mais na sorte que na ação que, depois de matar tanta gente, introduzir tamanhas novidades e sacudir a tal ponto as bases do Estado, renunciou o poder, devolvoeu ao povo o direito de escolher os consules, não mais interferiu nas eleições e viva a passear no fórum como simples particular, expondo sua pessoa a todos que quisessem pedir-lhe contas (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 34) ³³⁷.

Sula, de acordo com Plutarco, Também por acreditava possuir um destino já determinado, ao qual as divindades o conduziam através dos presságios e dos sonhos, e, talvez por gratidão aos deuses, adicionou ao seu nome a alcunha "Felix", logo após a cerimônia de seu Triunfo pela vitória sobre Mitridates (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 34). Apiano concorda com Plutarco sobre esta marcante característica de Sula, indicando, também, a grande importância que dava à cidade, pois, segundo o autor, por vontade própria alcançou o poder e abdicou dele em favor do seu povo:

Sula foi o primeiro homem e o único ate então que, sem que nada lhe obrigasse, abdicou de um poder tão grande, não em favor dos seus filhos, [...] mas em favor daqueles que tiranizou (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 103) 338.

Me parece que sula, que era um homem impetuoso e capaz ao mesmo tempo e em tudo, desejou converter-se em um tirano a partir de sua condição de cidadão particular, e neste último a apartir de sua condição de tirano, e depois passar o resto da sua vida na solidão do campo. (APIANO. *História Romana II*. Guerras Civis I, 104) ³³⁹.

338 "καί μοι θαῦμα μὲν καὶ τόδε αὐτοῦ καταφαίνεται τοσήνδε ἀρχὴν πρῶτον ἀνδρῶν καὶ μόνον ἐς τότε Σύλλαν οὐδενὸς ἐπείγοντος ἀποθέσθαι, οὐ παισίν, ὡς Πτολεμαῖος ἐν Αἰγύπτῷ καὶ Ἀριοβαρζάνης ἐν Καππαδοκίᾳ καὶ Σέλευκος ἐν Συρίᾳ, ἀλλ' αὐτοῖς τοῖς τυραννουμένοις."

194

^{337 &}quot;ούτω δὲ ἄρα οὐ ταῖς πράξεσιν ὡς τοῖς εὐτυχήμασιν ἐπίστευεν, ὥστε, παμπόλλων μὲν ἀνηρημένων ὑπ' αὐτοῦ, καινοτομίας δὲ γενομένης καί μεταβολῆς ἐν τῆ πόλει τοσαύτης, ἀποθέσθαι τὴν ἀρχὴν καί τὸν δῆμον ἀρχαιρεσιῶν ὑπατικῶν ποιῆσαι κύριον, αὐτὸς δὲ μὴ προσελθεῖν, ἀλλ' ἐν ἀγορᾳ τὸ σῶμα παρέχων τοῖς βουλομένοις ὑπεύθυνον ὥσπερ ἰδιώτης ἀναστρέφεσθαι."

^{339 &}quot;ὁ δὲ Σύλλας μοι δοκεῖ, ἐς πάντα σφοδρὸς ὁμοῦ καὶ δυνατὸς γενόμενος, ἐπιθυμῆσαι τύραννος ἐξ ἰδιώτου γενέσθαι καὶ ἰδιώτης ἐκ τυράννου καὶ μετὰ τοῦτ' ἐπ' ἐρημίας ἀγροίκου διαγενέσθαι."

Assim, podemos perceber que Apiano compreendeu a trajetória de Sula como a de alguém que com características que lhe permitiram fazer o que desejava, mas que não ambicionava o poder total, compreendendo que o governo da cidade deveria retornar à sua forma tradicional, provavelmente quando considerou que a ordem foi reestabelecida.

Pouco tempo depois de abandonar o poder, segundo Plutarco, Sula perdeu sua quarta esposa, Metela, e pôs-se a beber e a comer em meio a divertimentos, na companhia de atrizes e bufões. Esta vida agravou um abscesso intestinal que o acompanhava há anos, que se generalizou (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 35-36) e causou sua morte (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 37). O impasse sobre seu funeral foi resolvido rapidamente pela intervenção de Pompeu³⁴⁰, que lhe assegurou as exéquias.

Segundo Apiano, os partidários de Sula venceram seus opositores sobre o desejo de dar ao Ditador um grande funeral às expensas do estado³⁴¹ (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 105). Sula recebeu funerais públicos dos quais todos participaram consternados pela perda; e os inimigos do morto, também presentes na ocasião, temiam seu corpo sem vida. O orador mais eloquente de então pronunciou o discurso fúnebre e os Senadores carregaram o corpo de Sula até o Campo de Marte, "[...] lugar em que só os Imperadores recebem sepultura³⁴² ³⁴³" (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 106).

_

³⁴⁰ Cneu Pompeu Magno foi aliado de Sula desde muito jovem. General talentoso, auxiliou o Ditador na perseguição dos partidários de Mário e se destacou na guerra contra os piratas da Ásia Menor. Após a morte de Sula, compôs com César e Licinio Crasso o Primeiro Triunvirato.

³⁴¹ Sendo, no momento de sua morte, um cidadão privado, Sula não teria o direito de receber funerais públicos. Mas, assim que a notícia de sua morte chegou a Roma, o Senado decidiu que o maior benfeitor da cidade teria esta honra, apesar da oposição de Lépido, que era o Pontífice Máximo. Então aconteceram os desfiles não apenas dos retratos dos ancestrais do morto, como também de seus veteranos que traziam consigo uma estátua de Sula e a de um litor, simbolizando o *imperium* que possuíra. Também desfilaram os Senadores e equestres e Hortênsio pronunciou o elogio fúnebre (KEAVENEY, 2005, p. 175).

³⁴² Esta afirmação de Apiano corrobora a tese de que o autor vincula a Ditadura sulana ao governo dos Imperadores. Afinal, apenas homens com o mesmo perfil de Sula, que era visto como um autocrata e um ordenador, seriam sepultados no lugar.

^{343 &}quot;[...] ἔνθα βασιλέες θάπτονται μόνοι."

Plutarco, além de informar sobre a localização da sepultura, também alude ao epitáfio que ostenta: "O túmulo de sula encontra-se no Campo de Marte e ostenta um epitáfio provavelmente escrito por ele próprio; diz, em resumo, que ninguem como Sula fez tanto bem aos amigos e tanto mal aos inimigos" ³⁴⁴. (PLUTARCO. *Vida de Sula*, 38).

Podemos apreender, se considerarmos Sula como o autor destas palavras, a visão que ele tinha de si mesmo: um homem justo, que retribuía aos amigos e inimigos na mesma medida e natureza daquilo que recebia. O desejo de justificar seus atos para as gerações futuras pode ser outra interpretação destas "últimas palavras". Entretanto, a imagem de Sula que sobressaiu ao longo dos séculos foi aquela vinculada à ambição e crueldade, derivada, principalmente da sua biografia escrita por Plutarco. Podemos perceber, contudo, que Apiano de Alexandria interpreta suas ações de maneira peculiar e o aproxima, na caracterização que constrói, à imagem de bom cidadão que atuou objetivando a restauração da ordem.

_

³⁴⁴ "τὸ μὲν οὖν μνημεῖον ἐν τῷ πεδίῳ τοῦ Ἄρεώς ἐστι τὸ δὲ ἐπίγραμμά φασιν αὐτὸν ὑπογραψάμενον καταλιπεῖν, οὖ κεφάλαιόν ἐστιν ὡς οὕτε τῶν φίλων τις αὐτὸν εὖ ποιῶν οὕτε τῶν ἐχθρῶν κακῶς ὑπερεβάλετο."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um homem cuja família há muito perdera o prestígio político, que conseguiu iniciar sua carreira militar pelo recebimento de uma herança e pela escassez de soldados característica de sua época. Lutou em terras estrangeiras sob o comando daquele com que, poucas décadas depois, diputaria o poder. Ocupou o cargo de liderança na guerra contra os aliados itálicos e, pela fama que adquirira, foi eleito Cônsul. Este foi Lúcio Cornélio Sula que, apartir de então protagonizou eventos inéditos até mesmo para aquele governo republicano.

Essa forma de governo que surgiu do desejo aristocrático de não mais ver Roma ser governada por reis – desejo que foi mantido pela tradição – apresentava como sua principal característica a dinamicidae das relações, que tornou possível a implementação de diversas modificações em seu funcionamento com o objetivo de garantir sua manutenção. Os patrícios e plebeus, por exemplo, solucionaram a querela sobre a participação política e a equidade jurídica codificando as leis e criando uma nova magistratura destinada à defesa dos interesses da plebe.

Também devido à dinamicidade do governo republicano, as atribuições dos Tribunato da Plebe, e sua importância dentro da ordem política sofreram algumas mudanças que possibilitaram àqueles que desempenhavam esta magistratura influenciarem de maneira relevante na administração pública. O fim da obrigatoriedade de suas propostas serem aprovadas pelo Senado antes da votação popular, e a extensão da validade de suas propostas aprovadas em votação para todos os cidadãos deram, para

estes magistrados, maior autonomia e poder para promoverem inovações que nem sempre foram bem recebidas pelas altas camadas da sociedade.

Assim configurou-se o cenário em que diversas disputas entre Tribunos da Plebe e a aristocracia – detentora de prerrogativas como a composição do Senado – que frequentemente não via com bons olhos algumas decisões tribunícias. A solução encontrada por ela para controlar a atuação do Tribunato da Plebe consistiu em incentivar os jovens pertencentes a famílias senatoriais a inciarem suas carreiras públicas por este cargo, o que foi bem aceito pela plebe, que reconhecia na tradicional camada dirigente romana maior capacidade para governar.

Entretanto, durante o século II a.C., os Tribuno da Plebe Tibério e Caio Graco, no intuito de solucionar os graves problemas que assolavam Roma, devido às constantes guerras de expansão — como a fome e escassez de soldados — levaram as didputas entre sua magistratura e a aristocracia à um grau crítico. Estes Tribunos, buscando apoio para a sua política, reacenderam o desejo dos povos itálicos de partilhar a direção do governo, que há muito alimentavam, não percebendo, entretanto, uma maneira de conseguí-lo. Assim, completou-se a tríade que provocou inúmeras dissensões ao logo dos últimos séculos da República Romana.

Os Tribunos da Plebe tentavam aprovar a extensão da cidadania romana aos povos itálicos esperando que, em contrapartida, estes novos votantes aprovassem as suas propostas de reformas. A aristocracia, temendo perder o controle das votações importantes e o seu prestígio político, recorriam aos Cônsules e aos Senadores para que barrassem a atuação tribunícia através de conflitos e mediante assassinatos, como ocorreu com Tibério e Caio Graco.

A questão itálica foi solucionada com a Guerra Social, quando estes povos decidiram reivindicar sua cidadania pela luta armada, mas permaneceu sendo utilizada

pelos Tribunos, pois, os novos cidadãos não tinham o poder de decisão devido à maneira como foram inscritos nas tribos romanas. Sulpício Rufo, Tribuno no mesmo ano em que Sula foi Cônsul, tentou utilizar o apoio destes novos cidadãos para aprovar o nome de Caio Mário para o comando da Guerra Mitridática, por exemplo.

Esta foi a motivação para Sula invadir Roma com seu exército e, após assegurar a vitória, promover reformas políticas que diminuíram o poder dos Tribunos da Plebe. Este romano, ao retornar da Guerra contra Mitridates VI, em que reconquistou a província da Grécia – invadida pelo rei do Ponto enquanto os romanos enfrentavam a Guerra Social – precisou transpor os muros da cidade com seu exército, mais uma vez, para debelar a guerra entre grupos políticos que tomava Roma e a Península Itálica.

O ineditismo destas duas ocasiões reside no fato de que as disputas políticas, até então solucionadas, em seus extremos, através do conflito entre grupos de cidadãos privados foram, então, resolvidas utilizando-se exércitos e estratégias de guerra em uma cidade cujos limites, o *pomerium*, era considerado sagrado. Isso tornou-se possível pelas mudanças ocorridas na forma de alistamento militar que passou a aceitar, quando Caio Mário desempenhou seu primeiro Consulado, homens desprovidos do censo mínimo para tanto, que recebiam um soldo pelos seus serviços. A partir de então, os soldados dedicavam sua lealdade não à cidade e seu governo, mas ao general que lhes comandava.

A atuação dos Tribunos da Plebe, o desejo de alcançar a cidadania romana por parte dos povos itálicos e a modificação no sistema de alistamento militar: três fatores que contribuiram sobremaneira para que o sistema de governo republicano atingisse o ápice de sua dinamicidade e profundas e irreversíveis mudanças ocorressem. A primeira delas, o governo ditatorial de Lúcio Cornélio Sula, cuja atuação ao longo

dos anos 80 do século I a.C. é interpretada de diferentes maneiras pelos documentos textuais.

Para compreendermos estas diferenças é necessário, primeiramente, considerar importantes elementos que influenciaram a produção dos relatos sobre o passado. A construção de uma memória que respondesse às necessidades do presente e a busca pela criação de laços identitários com aqueles que o rodeavam, por exemplo, atuam sobre a seleção do conteúdo a ser narrado e no posicionamento do autor frente ao passado. O modelo seguido por esse ao escrever e seus objetivos pessoais também são elementos determinantes no processo de interpretação e transmissão do passado que, assim, passa a possuir diversas versões e/ou explicações, resultantes do constante exercício de apropriações e reconstruções.

Cientes disto, estudamos as diferentes caracterizações de Sula transmitidas por três autores que escreveram, durante o governo republicano e imperial, obras de gêneros distintos. Na *Guerra de Jugurta*, de Salústio, na *Vida de Sula*, de Plutarco de Queronéia, e na *História Romana* de Apiano de Alexandria, o caráter e as intenções daquele romano estão indicadas em diferentes momentos da narrativa: pelo silêncio do autor, pela descrição de seus hábitos e personalidade ou pela maneira como o autor justifica seus atos.

Salústio, que prefere não se ocupar com as ações posteriores à atuação de Sula durante a guerra contra o rei Númida, considera o fim das Guerras Púnicas como fator prejudicial para a moral romana. Segundo ele, a ausência do medo do inimigo, levou os romanos à degradação moral, principalmente por sucumbirem aos vícios, como a ambição e a luxuosidade. Movidos pelo desejo do acúmulo de riquezas e honras, homens cediam ao suborno e contraíam dívidas para exercitarem a ostentação. Assim, o mesmo Sula considerado pelo autor como soldado exemplar, solícito, que respeitava e

obedecia seu comandante, provavelmente corrompido pela degradação de seu tempo, praticou atos dos quais o autor se envergonha de falar.

A ambição e a crueldade eram características marcantes da personalidade de Sula, segundo Plutarco de Queronéia, que escreveu sua obra biográfica no final do século I d.C. Herdeiro do modelo biográfico peripatético, este autor objetivava extrair o caráter de seus biografados apartir de suas ações no governo de suas cidades, alternando vícios e virtudes em sua descrição e criando, assim, o que é conhecido como retratos paradoxais. Em sua biografia sobre Sula, podemos perceber que os seus feitos militares são elogiados, enquanto seu comportamento como cidadão privado e a forma como se relaciona com os seus soldados é criticada. Entretanto, apartir da constante intervenção divina a favor dos projetos do biografado, no relato plutarqueano, podemos inferir que sua trajetória participava do grandioso destino romano.

De maneira claramente diversa de Salústio e Plutarco, o autor que viveu no final do século II d.C. transmite, pela forma como justifica as ações do Cônsul e Ditador, uma imagem positiva do mesmo. Para Apiano, Sula representa um ordenador que não mediu esforços no intuito de cumprir seu dever cívico. Sua obra, um relato histórico focado nos feitos militares e políticos republicanos, busca explicar como as frequentes dissensões criaram a necessidado estabelecimento do governo imperial. Sob este ponto de vista, os atos praticados por Sula são interpretados como parte da busca pelo restabelecimento da ordem e a concentração de poder em suas mãos, durante sua Ditadura, como benéfica para a cidade.

Quais eram as verdadeiras motivações e intensões de Sula jamais saberemos. Quem foi realmente Sula? Impossível dizer, posto que o que acessamos consiste em direntes versões dele, fruto de apropriações e reconstruções do passado.

Cabe a nós, historiadores do presente, compreender cada uma delas em suas particularidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) Documentos Textuais

APPIAN. <i>Roman History I.</i> Prólogo. Trad. Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.
<i>Roman History I.</i> Sobre África. Trad. Horace White. London: William Heineman, 2002. Loeb.
<i>Roman History I.</i> Sobre Mitrídates. Trad. Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.
Roman History I. Sobre Ibéria. Trad. Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.
Roman History II. Guerras Civis I. Trad. Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.
Roman History II. Guerras Civis II. Trad. Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.
Roman History III. Guerras Civis IV. Trad. Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.
FRONTO, Marcus Cornelius. <i>Correspondence</i> . Trad. M. A. C. R. Haines. London: Willian Heineman, 1919. 2 volumes. Loeb.
PLUTARCH. <i>Lives. Tomo I: Thereus and Romulus –Lycurgus and Numa.</i> Trad: Bernadote Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
Lives. Tomo II: Themistocles and Camillus – Cimon and Luculus. Trad: Bernadote Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
Lives. Tomo III: Pericles and Fabius Maximus – Nicias and Crassus. Trad: Bernadote Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
Lives. Tomo IV: Alcibiades and Coriolanus –Lysander and Sulla. Trad: Bernadote Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
Lives. Tomo V: Agesilaus and Pompey – Pelopidas and Marcellus. Trad: Bernadote Perrin, Cambridge: Harvard University Press, 1959

Lives. Tomo VI: Dion and Brutus – Timoleon and Aemilus Paulus.
Trad: Bernadote Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
Lives. Tomo IX: Demetrius and Antony – Pirrhus and Gaius Marius. Trad: Bernadote Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
Lives. Tomo X: Agis and Cleomenes and Tiberius and Gaius Gracchus – Philopoemen and Flaminius. Trad: Bernadote Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
SALÚSTIO. <i>Guerra de Jugurta</i> . Trad. Pedro Paulo A. Funari. Campinas: UNICAMP, 2002.
SALUST. Catiline's Conspiracy. Trad. Willian Batstone. Oxford: University Press, 2010.
Histories. Trad. Willian Batstone. Oxford: University Press, 2010.
Jugurtine War. Trad. Willian Batstone. Oxford: University Press, 2010.
SUETONIUS. Augustus. In: <i>Lives of the Caesars I</i> . Trad. J. C. Rolfe. London: Penguin, 1998.
VELLEIUS PATERCULUS. <i>Histoire Romaine T II: Livre II.</i> Trad. Joseph Hellegouarc'h. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

B) Obras de Referência

BERGER, Adolf. *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*. New Jersey: Lawbook Exchange, 2008.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

HACQUARD, Georges. Dicionário da Mitologia grega e romana. Lisboa: ASA, 1996.

OXFORD LATIN DICTIONARY. Oxford: University Press, 1968.

SMITH, William (ed). *A Dictionary of Greek and Roman biography and mythology*. Boston: Little, Brown, and Company, 1867.

C) Obras Gerais

ADAMS, J. N. Bilingualism and the Latin Language. Cabridge: University Press, 2004.

ADCOCK, F. E. Las Ideas y la Practica Politica en Roma. Caracas: s.e., 1959.

ALFÖLDY, Géza. História Social de Roma. Lisboa: Presença, 1989.

ALLEN JR, Walter. Sallust's Political Career. *Studies in Philology*. Chapel Hill, v.51, n 01, p. 1-14, 1954.

_____. The Unity of the Sallustian Corpus. *The Classical Journal*. v. 61, n 6, p 268-269, 1966.

ANDERSON, Grahan. *The Second Sophistic: a cultural phenomenon in the Roman Empire*. London and New York: Routledge, 1993.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996. Vol 5. p. 296 – 331.

BADIAN, E. Lucius Sulla: the deadly reformer. Sidney: University Press, 1969.

BALANDIER, Georges. *O Dédalo: para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. p. 107-143.

BARROS, José D'assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens.* Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUMAN, Richard A. Crime and Punishiment in Ancient Rome. London: Routledge, 1996.

BATSTONE, Willian. Introdution. In: SALLUST. *Jugurtine War*. Oxford: University Press, 2010. p. vii-xxxvii.

BECK, Mark, Introdution: Plutarch and Greece In:______ (ed.). *A Companion to Plutarch*. Oxforrd: Blackwell, 2014. p. 1-11.

BORG, B. Introdution. In: ______. (ed.) *Paideia: The world of the Second Sophistic*. Berlim/New York: Walter de Gruyter, 2004. p. 1-10

BOWERSOCK, G. W. *Greek Sophists in the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1969.

BOWMAN, Alan K. (ed.). *The Cambridge Ancient History. Vol. XI: The High Empire, AD 70-192.* Cambridge: University Press, 2008.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. A política do Hipocentauro. Literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata. Belo Horizonte: UFGM, 2001.

BRUNT, P. A. *The fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon, 1988.

BUCHER, Gregory S. The Origins, Program, and Composition of Appian's Roman History. *Transactions of the American Philological Association*. Baltimore, v. 130, p. 411-458, 2000.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Práticas Culturais no Império Romano: Entre a Unidade e a Diversidade. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da. (orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Maudad, ES: EDUFES, 2006. p. 109-136

CANDAU MÓRON, José María. Plutarch's Lysander and Sulla: Integrated Characters in Roman Historical Perspective. *The American Journal of Philology*. Baltimor, v 121, n 03, p. 453-478.

______; BRIGNOLI, Héctor Péres. *Os Métodos da História*. São Paulo: Graal, 2002. p. 409-419.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade. v. II.* São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-28.

CASTILLIO GARCÍA, C. Introdução. In: TERTULIANO. *Apologeticum*. Trad. Carmén Castillio García. Madrid: Gredos, 2001. p. 7-40.

CATROGA, Fernado. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 43-68.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas representações. Rio de Janeiro: Bertarnd, 1990.

______. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COMBÉS, R. La Republica en Roma. Madrid: EDAF, 1977.

CONLEY, Duane F. The Stages of Rome's Decline in Sallust's Historial Theory. *Hermes*. Wiesbaden, v.109, n 03, p. 379-382, 1981

CORASSIN, Maria Luiza. *A Reforma Agrária na Roma Antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CRAWFORD, Michael. Roman Republican Coinage. Cambridge: University Press, 1974.

_____. *La Republica Romana*. Madrid: Taurus, 1981.

CROOK, J. A.; LINTOTT, Andrew et alli (eds). *The Cambridge Ancient History. Vol. IX.* Cambridge: University Press, 2008.

DE BLOIS, Lukas; BONS, Jeroen; et allí. *The Statesman in Plutarch's Works. Vol. III:* the statesman in Plutarch's greek and romans lives. Leiden, Bonston: Brill, 2005.

DENCH, Emma. Romulus'Asylium: the Character of Roman Citizenship. In:
_______. Romulus' Asylum: Roman Identities from the Age of Alexander to the Age of Hadrian. New York: Oxford, 2005. p. 93-151.

DUBY, Georges. História social e ideologías das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre (eds.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1998. p. 130-145.

EARL, D.C. The political thought of Sallust. Cambridge: University Press, 1961.

______. The Early Carrer of Sallust. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Wiesbaden, v 15, n 03, p. 302-311, 1966.

ECK, Werner. The Politicas State of the Roman Empire. In: VAN ACKEREN, Marcel (ed.). *A Companion to Marcus Aurelius*. Oxford: Blackwell, 2012. p. 95-109.

FANTHAN, Elaine. *Roman Literary Culture: from Cicero to Apuleius*. London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate Transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p. 41-79.

FINLEY, Moses I. A Política no Mundo Antigo. Lisboa: Setenta, 1983.

FLOWER, Harriet I (ed.). A Companion to the Roman Republic. Cambridge: University Press, 2006

. *Roman Republics*. Princeton: University Press, 2010.

FREYBURGUER, Gérard. Fides: Étude sémantique et religieuse depuis les origines jusqu'à l'époque augustéenne. Paris: Les Belles Lettres, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A. A Guerra de Jugurta, de Salústio. In: SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. Trad. Pedro Paulo A. Funari. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 19-34.

GAUGHAN, Judy E. Murder was not a crime: Homicide and Power in the Roman Republic. Austin: University of Texas Press, 2009.

GIL. Luis. Censura em el mundo antiguo. Madrid: Alianza,1985.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; ROCHA, Leandro Mendes. Identidades e etnicidades: conceitos e preceitos. In: NADER, Maria Beatriz et alli (orgs.). *As Identidades no tempo – ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006. p. 11-31.

GOODMAN, Martin. The Roman World. London: Routledge, 1997.

GOWING, Alain M. *Empire and Memory: The Representation of Roman Republic in Imperial Culture.* Cambridge: University Press, 2005.

GRANT, Michael. *The Antonines: the Roman Empire in transition*. New York: Routledge, 1996.

GRETHLEIN, Jonas. The Unthucydidean Voice of Sallust. *Transactions of the American Philological Association*. Baltimore, v 136, n 2, p. 299-327, 2006.

GRIMAL, Pierre. O Império Romano. Lisboa: Setenta, 1993.

GRUEN, Erich S. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1995.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Império Romano e identidade grega. In: FUNARI, Pedro Paulo; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (orgs.). *Política e Identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Fapesp, 2009. p. 147-161.

HABINEK, Thomas N. *The Politics of Latin Literature: writing, identity and Empire in Ancient Rome.* Princeton: University Press, 1998.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história. In: ______. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Edunb, 2003. p. 11-33.

HARTSWICK, Kim J. *The Gardens of Sallusti. A Changing Landscape.* Autin:Texas Universty Press, 2004

HINARD, François. Les Proscriptions de a Rome Républicaine. École Française de Rome, 1985.

HOPE, Valerie M.. Remembering Rome. memory, funerary monuments and the Roman soldier. In: WILLIANS, Howard (ed.). *Archaeologies of remembrance. death and memory in past societies*. New York: kA/PP, 2003. p. 113-140.

______. Roman Death: the Dying and the Dead in Ancient Rome. New York: Continuum, 2009

Studies. v 56, p. 61-74, 1966. KAPUST, Daniel J. Republicanism, Rhetoric and Roman Political Thought. Sallust, Livy and Tacitus. Cambridge: University Press, 2011. KEAVENEY, Arthur. Sulla and the gods. In C. Deroux (ed.) Studies in Latin Literature and Roman History III. Brussels: 1983A. p. 44-79. _____. Studies in the Dominatio Sullae In: *Klio*, 65, 1983B. p. 185–208. . Who were the Sullani? In: *Klio* 66, 1984. p. 114–150. _____. Sulla: The last republican. London and New York: Routledge, 2005. . *The Army and the Roman Revolution*. London: Routledge. 2007. KONRAD, C. F. Fronm the Gracchi to the First Civil War (133-70). In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (ed.). A Companion to the Roman Republic. Oxford: Blackwell, 2006. p. 167-189. KONSTAN, David. A Amizade no Mundo Clássico. São Paulo: Odysseus, 2005. KYLE, Donald G. Spetacles of Death in Ancient Rome. New York: Routledge, 1998. LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. O que é imaginário. São Paulo: Brasiliense, 2003. LE GALL, Joël e LE GLAY, marcel. L'Empire Romain. Paris: Presses Universitaires de France, 1987. LE GLAY, Marce; VOISIN, Jean-Louis; LE BOHEC, Yann. Histoire Romaine. Paris: Presses Universitaires de France, 1991. LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Unicamp, 1994A. p. 423-483. ____. O Imaginário Medieval. Lisboa: Estampa, 1994B. p. 11-30. LENDON, J. E. Empire of Honor: The art of Government in the Roman World. New York: Oxford, 2005. LEVICK, Barbara M. Concordia at Rome. In: CARSON, R. A. G.; KRAAG, E. M. (eds). Scipta Numaria Romana. London: Spink and Son, 1978. p. 217-229. LEWIS, Sian (ed.). Ancient Tyranny. Edimburgh: University Press, 2006. LINTOTT, Andrew. Imperium Romanun: Politics and administration. New York: Routledge, 1997. _____. Political history, 146-95 BC. In: _______.; CROOK, J. A. et alli (eds). The Cambridge Ancient History. Vol. IX. Cambridge: University Press, 2008. p. 40-103.

JONES, C. P. Towards a Choronology of Plutarch's Work. The Journal of Roman

LOBUR, Alexander John. *Consensus, Concordia, and the Formation of Roman Imperial Ideology*. New York: Routledger, 2008.

MACKAY, L. A. Sallust's "Catiline": Date and Purpose. *Phoenix*. Montreal, v. 16, n 3, p. 181-194, 1962

MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambrigde: The Univesity Press, 2004.

MCDONNELL, Myles. *Roman Manliness: Virtues and the Roman Republic*. Cambridge: University Press, 2006.

MELLOR, Ronald. The Roman Historians. London: Routledge, 2002.

MILLAR, Fergus. *The Emperor in the Roman World (31 B.C. – A.C. 337).* London: Duckworth, 1992.

______. Rome, the Greek world and the East: The Roman Republic and the Augustan Revolution. Chape Hill and London: University of North Carolina Press, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna. Bauru: EDUSC, 2004.

MORSTEIN-MARX, Robert. The Myth of Numidian Origins inSallust's African Excursus (Iugurtha 17.7-18.12). *The American Journal of Philology*. Baltimore, v. 122, n 2, p. 179-200, 2001.

MOSCOVICI. Sérge. L'ère des represéntations sociales. In: *Textes de base en psycologie*. Paris: TDB, 1990.

NICOLAI, Roberto. The Place of History in the Ancient World. In: MARINCOLA, John (org.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 13-26.

NICOLET, Claude. *L'Ordre Équestre: A L'Époque Répubilcaine (312-43 av. J.-C.)*. Tome 1: Définitions juridiques et structures sociales. Paris: E. Boccard, 1974.

* *
Le métier de citoyen dans la Rome républicaine. Paris:Gallimard, 1976.
Les classes dirigeantes romaines sous la République: Order Sénatorial et Ordre Équestre. <i>Annales</i> . Paris, 32, n° 4, p. 726-755, 1977.
Un Ensayo de Historia Social: el Orden Ecuestre en las postrimerias de
la Republica Romana. In: Ordenes, Estamentos y classes: Coloquio de historia social
Saint-Cloud, 24-25 de mayo de 1967. Madrid: SigloVeintiuno, 1978. p. 36-51.

______. O Cidadão. In: GIARDINA, Andrea et allí (orgs.). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. p. 19-48.

OAKLEY, Stephen P. The Early Republic. In: *The Companion to the Romana Republic*. FLOWER, Harriet I. (ed.). Cambridge: University Press, 2006. p. 15-30.

OMENA, Luciane Munhoz de; CARVALHO, Margaria Maria de. Morte e gênero em Sêneca: um diálogo com os vestígios da cultura material. *Clássica*. Belo Horizonte, v 27, n. 1, p. 223-244, 2014.

PEIXOTO, Paulo Matos. Introdução. In: *Vidas Paralelas*. Rio de Janeiro: Paumape, 1992. p. 9-15.

PELLING, C. B. R. Aspects of Plutarch's Characterisation. *Illinois Classical Studies*. Champaign, v 13 n 2, p. 257-274, 1988

_____.Truth and Fiction in Plutarch's *Lives*. In: RUSSELL, D. A. (ed.). *Antonine Literature*. Oxford: University Press, 2002. p. 19-52.

PERRIN, Bernadote. Introdução. In: *Plutarch's Lives*. Londres: Willian Heineman, 1967. Loeb.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

PETIT, Paul. *Histoire Générale de l'Empire Romain: 1. Le Haute-Empire (27 av. J.-C. – 161 apr. J.-C.)*. Paris: Du Seuil, 1974A.

_____. Histoire Générale de l'Empire Romain: 2. La crise Le l'Empire (161-284.). Paris: Du Seuil, 1974B.

_____. A Paz Romana. São Paulo: Pioneira, 1989.

PITKIN, Hanna Ferichel. *The Concept of Representation*. Los Angeles: University of California Press, 1967

PLÁCIDO SOAREZ, Domingo. *Platón y la Guerra del Peloponeso*. Revista Gerión, n 03, 1985.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 05, n.10, p. 200-212, 1992.

RAAFLAUB, Kurt A. The Conflict of the Orders in Archaic Rome: A Comprehensive and Comparative Aproach. In: ______ (ed.). *Social Struggles in Archaic Rome: New Perspectives on the Conflict of the Orders*. Oxford: Blackwell, 2005. p. 1-46.

RABINEK, Thomas; SCHIESARO, Alessandro. *The Roman cultural Revolution*. Cambridge: University Press, 1997.

RÉMONDON, Roger. La Crisis del Imperio Romano: de Marco Aurelio a Anastasio. Barcelona: Labor, 1967.

RICHARDSON, John. s. Imperium Romanum: Empire and the language of power. <i>The Journal of Roman Studies</i> , v. 81, p. 1-9, 1991.
The Language of Empire. Rome and the Idea of Empire fron the Third Century BC to the Second Century AD. Cambridge: University Press, 2008.
RICOEUR, Paul. Mémorire: approches histriennes, approche philosophique. <i>Le débat</i> . Paris, n. 122, p. 41-61, 2002.
A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2007.
ROLF, J.C Introdution. In: SALLUST. The War with Catiline; The War with Jugurtha. London: Harvard University Press, 1921 Loeb.
ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (ed.). <i>A Companion to the Roman Republic</i> . Oxford: Blackwell, 2006.
ROWLAND JR, Robert J. Sallust's Wife. <i>The Classical World</i> . Baltimore, v. 62, n 04, p. 134, 1968.
RUSSELL, D. A. On Reading Plutarch's 'Lives'. <i>Greece and Rome</i> . Cambridge, v. 14, n 2, p. 139-154, 1966.
Introdution: Greek and Latin in Antonine Literature. In:(ed.). <i>Antonine Literature</i> . Oxford: University Press, 2002. p. 1-18.
SALLER, Richard P. Personal Patronage under the Early Empire. Cambridge: University Press, 2002.
SANCHO ROYO, Antonio. Introdução. In: APIANO. <i>História Romana I.</i> Trad. Antonio Sancho Royo. Madrid: Gredos, 1985. p. 7-39.
SANTANGELO, Frederico. Sulla, the elites and the empire: a study of Roman policies in Italy and Greek East. Leiden and Boston: Brill, 2007.
SHAW, Brent D. Debt in Sallust. <i>Latomus</i> . Bruxelles, v. 34, n 01, p. 187-196, 1975.
SHELTON, Jo-Ann. As the Romans Did. A Sourcebook in Roman Social History. Oxford: University Press, 1998.
SHERWIN-WHITE, A. N. The Lex Repetundarum and the Political Ideas of Gaius Gracchus. <i>Jornal of Roman Studies</i> . London, v. 72, p. 18-29, 1982.
SHOTTER, David. The fall of Roman Republic. London: Routldge, 2005.
SILVA, Gilvan Ventura. Representação social, identidade e estigmatização: Algumas considerações de caráter teórico. In: et alii (org.) <i>Exclusão Social</i> , <i>Violência e Identidade</i> . Vitória: Florecultura, 2004, p.13-30.

SILVA, Helenice Rodrigues. A História como "a representação do passado": a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um DebateTransdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 81-99.

SOLODOW, Joseph B. et alli. *Latin Literature: a History*. New York: Jonhs Hopkins Press, 1999.

SPINK, Mary Jane P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cad. Saúde Públ.* Rio de Janeiro, v. 9, n 3, p. 300-308, 1993.

STADTER, Philip (ed.). *Plutarch and the historical tradition*. London and New York: Routledge, 1992.

_______. Plutarch and Rome. In: BECK, Mark (ed.). *A Companion to Plutarch*. Oxforrd: Blackwell, 2014. p. 13-31.

SWAIN, Simon. _____. Philostratus. In: _____. *Hellenism and Empire. Language, Classicism, and Power in the Greek World A D 50-250*. Oxford: Claredon Press, 2003,

SYME, Ronald. Sallust. Berkeley: University of California Press, 1964.

p. 380-400

_____. Sallust's Wife. *The Classical Quarterly*. Cambridge, v. 28, n 02, p. 292-295, 1978.

TALBERT, Richard J. A. *The Senate of Imperial Rome*. Princeton: University Press, 1984.

UNGERN-STERNBERG, Jürgen von. The crisis of the Republic. In: FLOWER, Harriet I (ed.). *A Companion to the Roman Republic*. Cambridge: University Press, 2006. p. 89 -112.

VAN HOOF, Lieve. *Plutarch's Practica Ethics. The Social Dynamics of Philosophy*. Oxford: University Press, 2010.

WALBANK, Frank W. Speeches in Greek Historians. In: *Selected Papers: Studies in Greek and Roman History and Historiography*. Cambridge: University Press, 1985. p. 242-261.

WALLACE-HADRILL, Andrew (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London and New York: Routledge, 1989

______. Rome's Cultural Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WARDMAN, Alan. Plutarch's lives. London: Paul Elek, 1975.

WHITE, Horace. Introdution. In: *Roman History I.* London: William Heineman, 2002. Loeb.

WHITMARSH, T. Greece is the world: exile and identity in the Second Sophistic. In: GODHILL, S. *Being Greek under Rome. Cultural identity, the Second Sophistic and the Development of Empire.* Cambridge: University Press, 2001, p. 269-305.

______. *Greek Literature and the Roman Empire. The Politcs of Imitation.* Oxford: University Press, 2004.

_____. *The Second Sophistc*. Cambridge: University Press, 2005.

WIDEMANN, Thomas. Sallust's Jugurutha: Concord, Discord, and the Digressions. *Greece and Rome*. Cambridge, v. 40, n 1, p. 48-57, 1993.

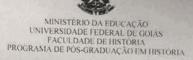
WOODMAN, Tony.; POWELL, Jonathan (ed.). *Author and Audience in Latin Literature*. Cambridge: University Press, 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

YATES, Frances Amelia. A arte da memória. Campinas: Unicamp, 2007. p. 11-45.

ZECCHINI, Giuseppe. *Sylla selon Salluste*. In: Cahiers du Centre Gustave Glotz, 13, 2002. p. 45-55.







Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de Alice Maria de Souza. Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho de dois mil e dezesseis (2016), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado da estudante Alice Maria de Souza, cujo título foi "Entre Vícios e Virtudes: As Caracterizações de Lúcio Cornélio Sula na República e no Principado (Séc. I a.C. / II d.C.)". A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº031/16-FH, de 24 de junho de 2016. pelos seguintes Professores Doutores: Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG), Rafael da Costa Campos (UNIPAMPA), Edson Arantes Júnior (UEG), Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG), Luciane Munhoz de Omena (UFG) e, como suplentes. Margarida Maria de Carvalho (UNESP/Franca) e Armênia Maria de Souza (UFG). Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às 1811 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido candidata HPMOVADA Prof. Dr. Rafael da Costa Campos (UNIPAMPA) Ass.: Prof. Dr. Edson Arantes Júnior (UEG) Ass. Prof. Dr. Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG) Ass Prof. Dr. Luciane Munhoz de Omena (UFG) Ass.: Decisão (Aprovada) Presidente da Banca Prof. Dr. Ana Teresa M. Gonçalves (UFG) Ass. Decisão (....) Reaberta a Sessão Pública. o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Hélida Carolinne Medeiros de Moraes Silva. secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora. Coordenador: Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon Secretária: Hélida Carolinne Medeiros de Moraes Silva